



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LARISSA FERREIRA NUNES

“QUANDO VI, TAVA ENVOLVIDA”:
ATRAVESSAMENTOS DA VIOLÊNCIA URBANA NAS TRAJETÓRIAS DE
ADOLESCENTES PRIVADAS DE LIBERDADE

FORTALEZA

2020

LARISSA FERREIRA NUNES

“QUANDO VI, TAVA ENVOLVIDA”:
ATRAVESSAMENTOS DA VIOLÊNCIA URBANA NAS TRAJETÓRIAS DE
ADOLESCENTES PRIVADAS DE LIBERDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Psicologia.
Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr João Paulo Pereira Barros.

FORTALEZA
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N926“ Nunes, Larissa Ferreira.

“Quando vi, tava envolvida” : Atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade / Larissa Ferreira Nunes. – 2020.
243 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros.

1. gênero. 2. adolescência. 3. violência urbana. 4. socioeducação. 5. trajetória de vida. I. Título.

CDD 150

LARISSA FERREIRA NUNES

“QUANDO VI, TAVA ENVOLVIDA”:
ATRAVESSAMENTOS DA VIOLÊNCIA URBANA NAS TRAJETÓRIAS DE
ADOLESCENTES PRIVADAS DE LIBERDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Psicologia.
Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros

Aprovada em: 06/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Mariana Tavres Cavalcante Liberato
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Anna Paula Uziel
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Às adolescentes e jovens que fizeram desta dissertação uma “máquina de guerra” contra a bionecropolítica. Que suas narrativas transbordem estas linhas e eternizem suas re-existências.

AGRADECIMENTOS

Iniciar um agradecimento nem sempre é uma tarefa fácil. Como colocar em palavras afetos capazes de expressar o que venho sentindo desde o momento em que soube que passei na seleção do Programa de Pós-graduação de Psicologia da UFC? Como escrever minha gratidão pelos aprendizados, risadas e choros? Tenho pistas, que, talvez, sejam cartográficas. Perdoem-me, então, se me utilizarei desse espaço para expor um pouco desse processo, mas acho que dessa maneira serei mais fidedigna ao que me move como pessoa e profissional.

Muitas conversas e leituras no VIESES me possibilitaram uma reflexão - ou talvez uma problematização -, a qual durante esses dois anos me fez chegar à conclusão de que não tenho uma resposta direta se não meu próprio exercício crítico diário do que me trouxe até aqui. Indago: O que de mim diz esta pesquisa? Reformulo: O que esta pesquisa diz de mim? Afinal, não pensei em tal “objeto” à toa. Escutar as trajetórias das adolescentes disse muito sobre mim, sobre meus - poucos - privilégios e das produções maquínicas mortíferas que desviei por conta destes.

Não nasci nas quebradas, mas cresci em uma quando minha mãe foi deixada de lado por outra(s) família(s) que meu pai foi construindo. Bairro periferizado, o estigma do sem-terra no terreno quando respondíamos onde morávamos. Saí da escola particular, nenhuma (escola) queria criança que sua mãe não podia pagar. Entrei na pública. Em algumas aulas, a professora assistia a telejornal e dizia “faça um resumo do jornal que vale ponto”, ou “marchem no sete de setembro que ganharão um ponto”. Hoje penso, ali estavam preocupadas se era um espaço de aprendizado? Que tipo de aprendizado era aquele? De qualquer forma, não quero generalizar, também tive muitos e muitas professoras que me ajudaram, especialmente no ensino médio. Por falar nisso, eu lembro que nas feiras de profissões eu nunca ia, só tinha um ônibus para a escola toda e só alunos e alunas com notas acima da média podiam ir. E eu, claramente, era do fundão. Diziam que dependia de mim estudar e ser alguém na vida, depois compreendi que “ser alguém” dependia muito mais de “furar” o sistema do que de fato “ser”.

Saindo mais do percurso educacional, enquanto onde moro a polícia fazia sua ronda todo dia, procurando algo que parecia nunca encontrar, afinal sempre voltava, ela (polícia) nunca me parou de fato (abordou). Lembro que me encaravam e viam minha mochila nas costas, quase como um escudo para “faveladxs”. Hoje, após ouvir as interlocutoras entendi que, apesar de morar ali, eu não tinha o estigma da “pirangureira” (tatuagens, roupas curtas e não andava com os meninos de lá). Por isso, não posso dizer que sofri violência policial e outros tipos de violências que as pessoas que moram no mesmo local que eu sofreram e sofrem. As violências

que sofri/sofro sempre foram mais brandas se comparadas com as que já ouvi. Lesbofobia, sexismo e racismo. Cresci sendo silenciada, hoje aprendo que posso falar, tenho que falar, devo falar.

Eu sempre digo isso, que o que sou, em muito, é fruto de políticas públicas. O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) financiou em 100% a minha graduação em Psicologia, assim como meus estudos desde a 1ª série foram financiados pelo governo ou tem sido, atualmente, financiado pela bolsa da FUNCAP. Não digo que o Prouni é a melhor saída para o “caos” produzido na educação de ensino público superior, investimentos educacionais em instituições públicas são melhores do que em particulares em todos os sentidos, mas foi a partir disso que realizei o sonho de minha mãe em ter uma filha com curso superior. Não que ela tenha gostado da escolha por psicologia, afinal me reconheci feminista e “esquerdista”. Não por conta do curso, mas pelo acesso à informação.

No mestrado, fugi um pouco de uma psicologia mais generalista, quebrei ondas e nadei para o feminismo negro. Não foi um processo fácil, cada leitura parecia que escancarava minha vulnerabilidade como mulher. Entendi, por exemplo, porque fui seguida no estacionamento pelo segurança, porque minha “timidez” me silenciava, porque eu não reconhecia a minha potência. O porquê dos porquês...

Meu processo foi inverso, não sou “envolvida”, me vi “envolvida” da cabeça aos pés com as estruturas sociais opressivas que não me afetaram e/ou afetam ao ponto de estar morta ou dentro do camburão. Tenho outras grades pessoais, mas não a da prisão coletiva que reitera a necro-política que muitos amigos e amigas, colegas e jovens que escutei enquanto profissional de centros socioeducativos vivenciam.

Não aceito esse sistema que continua escravizando e matando as minorias étnicas raciais, sociais e LGBTQIA+. Apresento, aqui, palavras sobre o processo “fazer de mim uma pesquisadora” que denuncia tal sistema. Trago também meu corpo, exposto, desnudo, vulnerável e forte; vivências e alianças que fazem de mim o que sou e quem ainda quero ser. Onde irei chegar? Não sei, mas se tem algo que re-aprendi com as interlocutoras desta pesquisa é que desistir não é uma palavra disponível em nosso dicionário. Não comparo trajetórias, somos marcadas e afetadas de formas diferentes, momentos históricos e políticos diversos. Talvez sorte, mas não meritocracia. Eu sou uma exceção? Não! Na favela tem muita vida potente submersa pela desigualdade que não ostenta oportunidade, mas distribui inviabilidades, invisibilidades. Por isso, penso que defini meu caminho, ainda que tímido. Luto por aquilo que acredito e acredito na vida que pulsa nas margens, na favela todo dia.

Concluir o mestrado é mais que uma conquista, é uma simbologia da menina do terreno

dos sem-terra que chegou onde poucos acreditavam. Não sem ajuda, não sem as mãos de tantas pessoas e instituições, que aproveito para agradecer, mesmo que de forma singela.

À minha mãe, Jucicleide, que luta bravamente como mãe solteira, ela pode não saber - reconhecer - mas muito do feminismo - infelizmente também do machismo - aprendi de berço, muito obrigada por sempre dizer para não deixar as coisas pela metade e dar o melhor de mim. Aos meus demais familiares, que sempre me ajudaram da maneira que podiam. Aos meus amigos e minhas amigas, que seguraram minha mão nos bons e maus momentos e que me tiravam sorrisos quando as lágrimas queriam descer.

Aos meus professores e minhas professoras da graduação, cito alguns, Carlos Eduardo, Isadora Dias, Ana Vlândia e Mariana Tavares (que hoje tenho a honra de tê-la na banca desta dissertação). Às psicólogas do CSABM, Samara e Vitória, assim como à instituição na figura da SEAS e Aldaci que autorizaram minha pesquisa. Aos meus e minhas companheiras do VIESES, que me acolheram e me ensinaram como resistir intelectualmente. Às minhas parceiras de dissertação e maiores presentes, Clara e Ingrid, também integrantes do VIESES.

Ao Dalgo, por topar o desafio de corrigir a dissertação em tão pouco tempo. Seu apoio nesses últimos meses tem sido de grande ajuda. À Jéssica, por ajudar na qualificação com as transcrições e correção.

À banca examinadora, que topou compor esta escrita, Mariana Liberato e Anna Uziel, suas sugestões foram de grande valia.

Nem todos/as estudantes de pós-graduação tem o privilégio de dedicar-se plenamente para suas pesquisas, por isso sou grata à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Ceará (FUNCAP-CE) por ter contribuído significativamente com minha pesquisa e meu processo acadêmico ao ceder uma bolsa de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC e este ter cedido a mim após uma seleção.

Por fim, à minha noiva Natália, com quem tenho compartilhado companheirismo, inícios e fechamentos de ciclos. A todos e todas que citei e não citei aqui, meu muito obrigada.

Para concluir, compartilho a escrita afetiva que levei para as adolescentes no último dia em que fui para a unidade, não é nada comparado ao que senti, mas é o pouco que pude transcrever para não explodir.

“Talvez eu não possa descrever neste exato momento a profunda gratidão por terem compartilhado comigo suas histórias de vida e, dessa maneira, deixado um pedacinho de vocês em mim. O que posso tentar demonstrar então, é como suas narrativas chegaram em mim e como me senti. Teve dias que saía dos diálogos com vocês e “batia” uma raiva “danada” desse

sistema hipócrita que a cada dia se importa menos com vidas na periferia. Em outros momentos, ficava maravilhada com as histórias “babilônicas” e estratégias de sobrevivência que narravam. Eu me desconstruí ouvindo vocês! Fico encantada e admirada com a garra, coragem e a paixão que vocês têm pela vida. De como os “corres” criativos mantinham vocês vivas e que apesar das adversidades (dificuldades) vocês me mostravam um sorriso cativante. Destemidas, ousadas, divertidas, fortes, Amazonas, guerreiras da própria vida. A vocês, meu muito obrigada por mostrarem o que é re-existência.”

Por fim, transbordo em palavras que não se encerram com esta dissertação. Ecoam as vozes de uma multidão, multiplicação, vidas plurais... Isso é sobre re-existência. Gratidão!

*Quais são as palavras que você não possui? O que você precisa dizer?
Quais são as tiranias que você engole diariamente e tenta tornar suas,
até que você adoça e morra delas, ainda em silêncio? Talvez, para
algumas de vocês aqui hoje, eu seja o rosto de um de seus medos.
Porque eu sou uma mulher, porque sou Negra, porque sou lésbica,
porque sou eu mesma - uma poeta guerreira Negra fazendo seu
trabalho – e estou aqui perguntando a você: você está fazendo o seu?
(Audre Lorde, A transformação do silêncio em linguagem e ação).*

RESUMO

A presente dissertação se delineou a partir da seguinte questão problemática: como trajetórias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado em Fortaleza são atravessadas pelas dinâmicas da violência urbana no Ceará? Seu objetivo geral foi analisar os atravessamentos das dinâmicas da violência urbana nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade na cidade de Fortaleza. Já seus intentos específicos foram: conhecer trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade na capital cearense a quem se atribui envolvimento em organizações criminosas conhecidas como “facções”; problematizar como a inscrição em organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas marca as trajetórias de adolescentes do gênero feminino; discutir a perspectiva de adolescentes privadas de liberdade sobre as transformações da dinâmica da violência em Fortaleza e seus efeitos em seus cotidianos. Articularam-se, para tanto, diferentes interlocuções teóricas sobre juventudes e violência urbana advindas do diálogo transdisciplinar da Psicologia Social com referências críticas à colonialidade, pós-estruturalistas e epistemologias feministas ligadas ao feminismo negro, decolonial e transfeminismo. Metodologicamente, adotou-se a perspectiva da cartografia como método de pesquisa-inter(in)venção, a partir da realização de entrevistas narrativas, com dez adolescentes que cumpriam medida socioeducativa privativa de liberdade em Fortaleza. Além de um manejo cartográfico, tais entrevistas foram orientadas, em sua concepção e execução, por um prisma feminista, a fim de que o diálogo com as participantes viabilizasse a produção e a escuta de narrativas de adolescentes mulheres sobre si, com destaque à interseccionalização do gênero às questões raciais, socioeconômicas, geracionais e territoriais. A partir da leitura do *corpus* e das ferramentas teóricas utilizadas na pesquisa, foram criados analisadores que inspiraram a organização dos tópicos e subtópicos dos capítulos que compõem o texto da dissertação, tais como: efeitos psicossociais das dinâmicas da violência urbana nas trajetórias de adolescentes a quem se atribui o envolvimento em facções; aprisionamentos a céu aberto e estratégias de re-existências aos efeitos psicossociais da violência no cotidiano; o “envolvimento” de meninas em facções e seus agenciamentos; o “decreto” como dispositivo de matabilidade de mulheres “envolvidas”; intersecção de marcadores de raça, classe, gênero, geração e território na precarização maximizada da vida de adolescentes ditas “envolvidas” e na inscrição destas em organizações criminais ligadas ao tráfico de drogas; marcas da violência institucional na vida de adolescentes enquadradas como “envolvidas”. Assim, a dissertação aponta para a constituição da adolescência formada sob o signo da desigualdade pela intersecção dos marcadores sociais de raça, gênero e classe; medo e acumamento ligados às

restrições de liberdade devido às regras internas impostas por facções; perda de amigos e parentes assassinados nas dinâmicas da violência urbana; ameaças de morte via decreto e adesão subjetiva a políticas da inimizade e/ou performatização de envolvimento em tais grupos como forma de proteção e negociação da vida em meio a maquinarias necropolíticas; presença do machismo nas dinâmicas das facções, posicionando meninas em funções subalternizadas do tráfico nas periferias urbanas e tomando o corpo feminino um território de expressão da violência e de poder em disputas masculinistas. A pesquisa ressalta ainda o traço misógino das situações de violência institucional narradas pelas participantes e permite cartografar linhas que constituem o “envolvimento” das adolescentes nas chamadas facções. Concluímos ressaltando a importância dessa discussão para o fazer psicologia no âmbito da pesquisa como ferramenta para descolonizar o conhecimento.

Palavras-chave: gênero. adolescência. violência urbana. socioeducação. trajetória de vida.

ABSTRACT

The present dissertation outlined from the following problematic issue: how are the trajectories of adolescents fulfilling the partner-educative measure an enclosed environment in Fortaleza crossed by the dynamics of urban violence in Ceará? The main goal was to analyze the crossings of urban dynamics in the trajectories of adolescents deprived of liberty in the Fortaleza city. The specific goals, on the other hand, were: to know the life trajectories of adolescents deprived of liberty in the capital of Ceará and those who attribute involvement in criminal activities related as “factions”; problematize as a registration in criminal organizations associated with illegal drug trade as trajectories of female adolescents; discuss the perspective of adolescents deprived of liberty about the transformations of violence dynamics in Fortaleza city and its effects on their daily lives. For this purpose, were articulated on different theoretical dialogues about youth and urban violence arising from the transdisciplinary dialogue of Social Psychology with criticisms of coloniality, post-structural and feminist epistemologies related to black feminism, decolonial feminism and transfeminism. Methodologically, it adopted a perspective of cartography as a method of research, inter(in)vention, from the realization of narrative interviews, with ten adolescents who partner-educative measure deprived of liberty in Fortaleza. In addition to a cartography manual, such interviews were guided, in their design and implementation, by a feminist prism, an end of dialogue with participants to enable the production and listen to narratives of female adolescents about themselves, with emphasis on the intersectionalization of gender, racial, socioeconomic, generational and territorial issues. From the reading of the corpus and the theoretical tools used in the research, analyzers were created that inspired an organization of the chapter's topics and subtopics that make the dissertation content, such as: psychosocial effects of the dynamics of urban violence in the trajectories of adolescents to whom whether attribution is involved in factions; imprisonments on the sun light and re-existence strategies to the psychosocial effects of violence in daily life; the “engagement” of girls in factions and their agencying; the “decree” as a killing device for “agency” women; intersection of markers of race, class, gender, generation and territory on maximized failing for the lives of adolescent victims, knows as “agency” women and on hers registration at criminal organizations related to illegal drug trade; mark of institutional violence in the lives of adolescents classified as “agency”. Thus, the dissertation points to the constitution of adolescence formed under the sign of inequality through the intersection of social markers of race, gender and class; fear and cornering linked to restrictions of freedom because of internal rules imposed by factions; loss of friends and relatives murdered in the urban violence dynamics; death threats decree and subjective adherence to enmity policies and/or role playing

in such groups as a way of protecting and life negotiating in the midst of necropolitical machinery; the presence of machismo in the factions dynamics, placing girls in subordinate functions of drug traffic in the urban peripheries and taking the female body into a territory of expression of violence and power in masculinist disputes. The research also highlights the misogynistic trait of situations of institutional violence narrated by the participants and allows mapping lines that constitute the “agencying” of adolescents in the so-called factions. We conclude by emphasizing the value of this discussion for doing psychology in the scope of research as a tool to decolonize knowledge.

Keywords: gender. adolescence. urban violence. Socio-education. life trajectory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CCPHA: Comitê Cearense pela Prevenção Homicídios na Adolescência (CCPHA)
- CEDECA: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
- CMPNMPLE: Comitê de Monitoramento da Política Nacional para Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Ceará
- COMDICA: Conselho Municipal da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza
- CRP-11: Conselho Regional de Psicologia 11ª Região
- CRESS-CE: Conselho Regional de Serviço Social do Ceará
- CSABM: Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota
- CSCAL: Centro Socioeducativo Cardeal Aloíso Lorscheider
- CV: Comando Vermelho
- DCA: Delegacia da Criança e do Adolescente
- ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente
- FDN: Família do Norte
- FÓRUM DCA CEARÁ: Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- FUNABEM: Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
- FEBEM: Fundação Estadual de Bem Estar do Menor
- GDE: Guardiões do Estado
- IDH: Índice de Desenvolvimento Humanos
- PCC: Primeiro Comando da Capital
- PEC: Proposta de Emenda Constitucional
- PIA: Plano Individual de Atendimento
- SEAS: Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo
- SEJUS: Secretaria de Justiça e Cidadania
- SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
- UFC: Universidade Federal do Ceará
- VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação

SUMÁRIO

1 "OS CORRES" DA PESQUISA: INTRODUÇÃO.....	17
2 CARTOGRAFIA DO PERCUSO: DERIVAS E DESLOCAMENTOS NA TESSITURA DA PESQUISA COM ADOLESCENTES PRIVADAS DE LIBERDADE.....	28
2.1 Cartografar é acompanhar processos: tipo de pesquisa.....	28
2.2 Aldaci Barbosa Mota: lócus da pesquisa.....	37
2.3 Entrevista narrativa como ferramenta inter(in)ventiva e interseccional: uma escuta das trajetórias de adolescentes privadas de liberdade.....	41
2.3.1 Participantes: histórias além das medidas.....	48
2.4 Cartografia e o processo de análise dos dados: rizomatizando trajetórias e produzindo analisadores.....	70
2.5 Por uma política da desodstrução: compromisso ético ao escutar narrativas historicamente silenciados.....	72
3 "TÁ CRUEL": ANÁLISE DOS EFEITOS DAS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA A PARTIR DE NARRATIVAS DAS ADOLESCENTES PRIVADAS DE LIBERDADE	76
3.1 Transformações da violência no Ceará: breve contextualização.....	76
3.2 "Antes você podia andar em todo canto, agora não": agrvamento de violações de direitos decorrente dos conflitos territoriais e (in)submissões a regras impostas por facções.....	84
3.3 "Eu ando na rua olhando pro e pro outro": ameaça de morte e a presença do luto constante.....	95
3.4 "Minha mãe chegou a ver eu morto várias vezes": morte à espreito e acuamento...107	
3.5 "Minha vida é muito difícil lá fora": aprisionamentos e micro rebeliões à céu aberto.....	118
3.6 "Ta decredo, é onde eu for pegue é pra matar": morte de mulheres nos conflitos territorios em Fortaleza.....	131
4 "QUANTO MAIS EU IA SE ENVOLVER, MAIS EU ME ENVOLVA":	

CARTOGRAFIAS DA INSCRIÇÃO DE MENINAS EM FACÇÕES CRIMINOSAS.....	154
4.1 “Não dava pra sobreviver”: desigualdade social, precarização da vida e desamparo socioinstitucional.....	160
4.2 “Eu levava uma pisa”: envolvimento afetivo subalternizante com integrantes de facções.....	164
4.3 “A gente sai e não sabe se volta”: Conflitos territoriais nos cotidianos de juventudes periféricas e a produção de sujeitos “matáveis” operada pela mídia.....	178
4.4 “Ficar bem considerado na quebrada”: modos de subjetivação pelo hiperconsumo e a busca por visibilidade/reconhecimento.....	183
4.5 “Vou presa, mas não vou morrer”: relatos de violências institucionais nas trajetórias de adolescentes ditas “envolvidas”.....	196
4.6. “Vou presa, mas não vou morrer”: relatos de violências institucionais nas trajetórias de adolescentes ditas “envolvidas”.....	204
5 “UM DIA A MINHA LIBERDADE CANTA” ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES.....	219
REFERÊNCIAS.....	227

1. “OS CORRES” DA PESQUISA: INTRODUÇÃO

Pode parecer fora de lugar falar em racismo, machismo, capilismo e estruturas de poder em um país que tem em seu imaginário a mestiçagem e defesa como povo amistoso, celebrada internacionalmente. Contudo, parece absolutamente pertinente refletir, escrever, falar e lutar nestas pautas quando os dados estatísticos nacionais provam o contrário do discurso comemorado e largamente difundido. Se luta e as denúncias históricas dos movimentos negros do país sobre as desigualdades baseadas em raça não são suficientes, é preciso apelar para os dados e retomar às produções acadêmicas e intelectuais históricas, e atuais, de pensadores negros e negras, e também não negros, mas absolutamente comprometidos com este tema. Afinal, epistemicídio também é algo pouco discutido, mas que funciona ininterruptamente em nosso país (BORGES, 2018, p. 13).

A presente dissertação tem como campo de problematização os atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes e jovens mulheres privadas de liberdade. Meu interesse pela temática da violência urbana e sua relação com adolescência/juventude se deu, inicialmente, pela minha inserção no estágio extracurricular no Aldaci Barbosa entre os anos de 2015 e 2016. Depois dessa experiência, a partir de um estágio curricular na graduação, participei do monitoramento dos centros socioeducativos em meio fechado na cidade de Fortaleza. Por meio dessa experiência, tive acesso a outros centros e outros jogos de saberes/verdades que sustentam a racionalidade socioeducativa. Adiante, em 2017, enquanto profissional formada, atuei como psicóloga em um outro centro socioeducativo para maiores de 18 anos, sendo estes do gênero masculino. Nesta unidade, fiquei pouco tempo, mas tempo suficiente para entender que as instituições de privação de liberdade são atravessadas pela categoria gênero e raça. A respeito disso, Angela Davis (2018a) aponta que as relações de poder envoltas do gênero e da raça são estruturais na base da fundação do sistema penal e também em sua manutenção.

A partir dessas experiências, surgiram inquietações acerca da realidade de adolescentes inscritas(os) no mercado varejista de substâncias psicoativas em periferias de Fortaleza, especialmente, sobre as adolescentes mulheres. Outro aspecto que ampliou meu interesse se refere à inserção no VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, da Universidade Federal do Ceará (UFC). O VIESES é ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, o qual tem como pesquisa guarda-chuva “Juventude e violência urbana: cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza/CE”, cujo objetivo geral tem sido cartografar processos de subjetivação constituídos na articulação de práticas sociais relacionada à problemática da violência urbana envolvendo segmentos juvenis, em territórios da cidade de Fortaleza-CE com elevados índices de homicídios.

Como desdobramento dessa pesquisa geral e em articulação com pesquisas específicas, o VIESES abriga projetos de extensão universitária, dentre os quais destaco o Projeto Histórias Desmedidas, no qual pude me inserir com vistas ao desenho do campo

problemático e à realização desta investigação de mestrado. O projeto Histórias Desmedidas é composto por duas frentes: a primeira é voltada para as Medidas Socioeducativas em meio aberto mediante a construção de oficinas com jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional; a segunda se trata de contribuir com o monitoramento do sistema socioeducativo local, realizado pelo Fórum de Organizações Não Governamentais em defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum-DCA). Minha inserção na segunda frente do Histórias Desmedidas contribuiu para que eu retornasse ao contexto da privação de liberdade e pudesse adensar minhas reflexões teórico-metodológicas sobre as trajetórias de meninas em cumprimento de medida socioeducativa.

Esta pesquisa é um desdobramento da conjunção entre a inserção nesses projetos de pesquisa e extensão do VIESES. Sendo assim, sua composição advém de várias mãos além das minhas ao longo desses dois anos. Além da referida dissertação, outra pesquisa está em andamento e outras duas investigações já foram concluídas, também ligadas à extensão e à pesquisa guarda-chuva supracitadas (PINHEIRO, 2018; ALENCAR, 2019). Importante destacar que essas outras três pesquisas são sobre e com adolescentes e jovens homens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, público que se diferencia desta pesquisa, que problematiza os atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de adolescentes do gênero feminino e seus modos de subjetivação.

Além disso, esta pesquisa está ligada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), na linha de pesquisa 3, intitulada “Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais”. O estudo problematiza um campo de discussão ainda pouco explorado em pesquisas acadêmicas com mulheres, já que o gênero, como categoria de pesquisa, hegemonicamente, está relacionado à violência contra a mulher no campo doméstico e, muitas vezes, não faz um diálogo com o campo público (PASINATO, 2011). É nesse sentido que apontamos a importância em ouvir adolescentes e jovens mulheres cujas trajetórias são invisibilizadas de modo estigmatizante, como vidas abjetas, visto que sofrem processos de criminalização e culpabilização por sua atual condição, o que leva a invisibilidade não apenas dos marcadores de gênero, raça e classe e sua transmutação para o campo público, mas reduz as trajetórias de vidas dessas meninas ao seu suposto envolvimento com grupos criminosos no Ceará (BARROS *et al*, 2019; SOUSA; NUNES; BARROS, 2020).

Observa-se o aumento de pesquisas no Brasil que tematizam violência, juventudes e segurança pública (PAIVA; OLIVEIRA, 2015; WAISELFISZ, 2016). Dessa forma, em meio à preocupação crescente com o tema da segurança pública, uma certa imagem de uma juventude supostamente algoz da violência se atualiza, remetendo ao fenômeno que Coimbra (2001a)

chamou de “mito das classes perigosas”. Ao mesmo passo em que adolescentes e jovens são esses sujeitos que encarnam a figura do periculoso, paradoxalmente, fazem “volume” nos presídios, nas unidades socioeducativas e nos necrotérios; ou seja, são as maiores vítimas da violência urbana da qual são “culpados(as)” de perpetuar (LEMOS, 2013).

Na análise de Ferreira e Menezes (2018) sobre pesquisas acerca do Sistema Socioeducativo no Brasil, observa-se atualmente a predominância da lógica corretiva e punitivista dos antigos códigos legislativos brasileiros voltados para a infância e juventude nas unidades de atendimento socioeducativo, a saber os “Códigos de Menores”. Além disso, esse “atual” modelo fere a doutrina de proteção integral que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) preconizam e, dessa forma, não contribui para a “reinserção” social do(a) jovem na sociedade, ao contrário, mantém os jovens pobres e de cor negra como principais alvos das políticas de criminalização e da seletividade penal e reitera processos de subalternização e de precarização da vida (FERREIRA; MENEZES, 2018).

Referente ao encarceramento e à letalidade juvenil, apontamos algumas considerações. O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, e, entre os anos 2000 a 2016, teve um recorde no encarceramento de mulheres (BRASIL, 2017). Enquanto com adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional, segundo o relatório do Levantamento Anual do Sinase 2016, o qual corresponde às medidas socioeducativas, existem 25.929 adolescentes e jovens (12 a 21 anos incompletos), de ambos os gêneros, em cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade no Brasil (BRASIL, 2018a). Estes são, em sua maioria, rapazes (96%) e considerados pardos/negros (59,08%) (BRASIL, 2018a). Nesse levantamento, as mulheres representam apenas 4% dos(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado no Brasil. Contudo, apesar de ser o relatório mais atual, este dado se encontra provavelmente defasado, visto que se baseia em números de 2016.

A respeito da violência letal, no “Atlas da violência” publicado em 2019, o número de homicídios no Brasil alcançou uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes (CERQUEIRA *et al*, 2019), sendo que desde o antigo relatório o número de homicídio no país apresentava um quantitativo 30 vezes maior em relação à taxa de homicídio do continente europeu (CERQUEIRA *et al*, 2018). A situação se agrava quando é feito um recorte para as regiões do Norte e Nordeste, onde estão as cidades com as maiores taxas de assassinatos, mais acentuadamente de segmentos juvenis negros (WASELFISZ, 2016). O Estado do Ceará e sua capital, Fortaleza, estão respectivamente no pódio de estado e capital em

números absolutos de homicídios de adolescentes (MELO; CANO, 2016), evidenciando, portanto, uma “pandemia da violência” (CEDECA, 2019).

Um dos aspectos comuns ao agravamento dos quadros do aprisionamento em massa e da letalidade juvenil, com realce à nordestinação desses fenômenos, refere-se ao fortalecimento da atuação das organizações criminais no Brasil e no Ceará, tais como: Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), que têm abrangência nacional; além de outras facções mais regionais, como Guardiões do Estado (GDE), Família do Norte (FDN), Okaida, Sindicato do Crime e Estados Unidos (BARREIRA, 2018; CERQUEIRA *et al*, 2019).

Em cada local há predominância de alguns grupos criminais que comandam os mercados ilegais de armas e de drogas. No Ceará, pesquisadores(as) referenciam o CV, PCC, FDN e a regional GDE como principais atuantes no estado (PAIVA, 2019, BARROS *et al*, 2019). Além desse fenômeno, iniciado muito antes do fortalecimento das facções no Ceará, o populismo penal e a ideia de “crise” no sistema de segurança pública corroboram com o aumento de investimentos públicos em polícias ostensivas em detrimento da diminuição do incentivo financeiro para políticas socioassistenciais (CEDECA, 2019).

Diante dessa realidade, de acordo com Barros (2019), Ceará têm sido um emblema de uma dinâmica “necropolítica” no contexto da “nordestinação da violência”. A necropolítica é uma categoria teórica proposta pelo autor camaronês Achille Mbembe. Segundo este autor, tal conceito se refere às atualizações de controle e subjugação da vida ao poder da morte, cujas bases normativas são o estado de exceção e a produção de inimigos ficcionalizados (MBEMBE, 2016).

Epistemologicamente, a necropolítica surge a partir de algumas releituras que o autor faz de Agamben, sobre as ideias de estado de exceção (suspensão da legalidade e da garantia de direitos) e acerca do estado de sítio permanente (suspensão da possibilidade de circulação e a definição sobre quem vive e quem morre), imbricados à ideia de raça de Fanon e da biopolítica de Foucault. Assim, a necropolítica pode ser entendida, também, como uma dinâmica de gestão dos estados contemporâneos sobre a vida e a morte dentro do espaço sociopolítico produzido, inclusive, pelo próprio Estado (MBEMBE, 2017).

Para melhor análise dos modos de subjetivação¹ e da produção de zonas mortíferas

¹ Não tomamos aqui a subjetividade como interioridade e individualidade, mas como frisam Guattari e Rolnik (2005), ela é composta por entrecruzamentos coletivos, tais como sociais, econômicos, tecnológicos, de mídia, dentre outros. Essas tecnologias de subjetivação centralizam-se em torno de uma imagem de referência e a propaga como um produto de consumo em consonância com a ordem vigente (subjetividade capitalística). Essa subjetividade capitalística se associa a produção em suas três esferas, são elas: 1. a culpabilização, a qual aprisiona o sujeito a uma lógica de dominação, sobretudo por meio de imagens de referências a ser almejada pelos sujeitos, de forma que o não alcance a essa referência faz com que o mesmo questione o seu valor perante à sociedade e

correlativamente ao exercício das tecnologias de poder sobre a vida e a morte, utilizamo-nos também do conceito de governamentalidade de Foucault, o qual se refere a um conjunto constituído por instituições, análises, procedimentos, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer o governo de si e dos outros, o qual tem como principal instrumento técnico os dispositivos de segurança e a judicialização do cotidiano através da gestão de riscos como forma de demarcar os desvios da norma social (LEMOS *et al*, 2015). A passagem do capitalismo liberal para o neoliberalismo permite a conversão da biopolítica e suas técnicas de governamentalização para a necropolítica (HILÁRIO, 2016) e a extensão da condição de subalternização para a maioria da população (devir-negro no mundo²). Nesse sentido, a raça se imbrica a outros marcadores sociais como classe e gênero, evocando uma racionalidade capitalista e sua axiomática homogeneizante e universalização da subordinação enegrecida (PELBART, 2019).

Politicamente, estamos entrando num novo mundo, caracterizado, infelizmente, pela proliferação das fronteiras e zonas militarmente exclusivas. Esse mundo se estabelece graças ao “fantasma do inimigo”, de que eu falo em meu último livro, e pela emergência de um Estado global securitário que busca normalizar um estado de exceção em escala mundial, onde ficam suspensas as noções de direitos e liberdade, que eram inseparáveis do projeto da modernidade. [...] onde a violência econômica já não se expressa pela exploração do trabalhador, mas tornando supérflua uma parcela importante da população mundial. (MBEMBE, 2019, p. 7).

O neoliberalismo é, portanto, um regime econômico, político e *modus operandi* de vidas (LEMOS *et al*, 2015) que tudo transforma em mercado, sendo a violência espetacularizada, masculinista e a remodelação de estruturas da violência colonial um efeito da imposição desse regime em países “em desenvolvimento”, como é o caso do Brasil (VALENCIA, 2013). Desse modo, a unidade socioeducativa e a judicialização de vidas e fora

não tivesse direito a existência; 2. a infantilização, associada ao silenciamento e as formas de controle mediada pelo Estado; 3. a segregação, refere-se a ideia de que sistemas de hierarquização, de escala de valor e de disciplinarização precisam existir para manter a ordem social. Essas três esferas compõem as formas de assujeitamento que moldam os modos de subjetivação de jovens periféricos/as.

² O conceito de “devir-negro no mundo” foi postulado por Achille Mbembe, sobretudo a partir das contribuições de Frantz Fanon. Segundo esse autor, a ideia de “raça”, bem como o “mito da superioridade de raça”, foram produzidos por europeus em concomitância ao desenvolvimento do capitalismo como estratégia de inferiorização, subalternização e exploração colonial. Dessa forma, a invenção do conceito “negro” e da África como o seu “não-lugar” gerou a imposição de um “vínculo” social de submissão dos corpos negros como “corpos de exploração” (MBEMBE, 2018). Portanto, a inscrição da raça está na base do desenvolvimento do capitalismo (MBEMBE, 2019). Para este autor, “nas condições contemporâneas, a forma com que os negros foram tratados naquele primeiro período estendeu-se para além dos próprios negros. O ‘devir negro no mundo’ é esse momento em que a distinção entre o humano, a coisa e a mercadoria tende a se esvaír e se apagar, sem que ninguém - sejam negros ou brancos, mulheres ou homens - possa fugir disso (MBEMBE, 2019, p. 9). Segundo Pelbart (2018), ao fazer uma releitura de devir-negro de Mbembe, a condição de negritude está se estendendo gradualmente para além dos sujeitos negros/as, seria uma ampliação da condição negra aos desempregados, descartáveis, favelados e imigrantes. Em suma, a partir desses autores, sobre as condições do neoliberalismo, todo ser humano está sujeito a viver o devir-negro no mundo (a vivência do preto), mas sem cair na universalidade que estes vivenciam o racismo cotidiano que sujeitos racializados vivem.

dessas instituições são mecanismos não só de controle social, mas de subjugação a expressões necropolíticas (BARROS *et al*, 2019).

A governamentalidade em curso no Brasil, com características neoliberais e negropolíticas, mercantiliza espaços e pessoas. Contudo, a vida que está em evidência, como coloca Pelbart (2019, p. 47), é “vida política da máquina capitalista e das elites”, tendo a guerra como mecanismo político de manutenção de clivagens coloniais e de produção de subjetividades. A guerra é, portanto, um dispositivo de manutenção de hegemonia, na qual o estado de execução é um dispositivo da máquina de guerra do capital (PELBART, 2019). Tomamos como exemplo a política de “guerra às drogas”, que tem em sua centralidade a perpetuação da escravidão e a manutenção hierárquica das pessoas negras - ou enegrecidas - na base da pirâmide da exploração capitalista (DAVIS, 2016, BORGES, 2018).

O rentável mercado da segurança se sustenta no medo, no terror. Termos como guerra, insegurança, perigo, ameaça, blindagem, cuidado ocupam terrenos mais íntimos da vida; constituem um modo de existir alimentado pelas redes de controle, associadas aos sentimentos de estabilidade, de certeza, de estar em terreno firme e salvo (COIMBRA; SCHEINVAR, 2012, p. 66).

Isso evoca uma nova economia subjetiva e (necro)empresarial em que há populações viventes e outras matáveis. Dessa forma, entra em jogo uma lógica sacrificial de vidas subalternizadas e tornadas supérfluas, que se alastra como condição para o bem-estar e segurança social (VALENCIA, 2018; PELBART, 2019). Como efeito, é intensificado o recrudescimento penal, o encarceramento e sujeições à justiça criminal, sobretudo através da produção e padronização de “perfis humanos” considerados perigosos (sujeitos que associam marcadores sociais e critérios específicos e que, supostamente, irão infringir a norma social) (COIMBRA; SCHEINVAR, 2012; LEMOS *et al*, 2015). Assim, a violência permanente contra determinados corpos é apregoada ou justificada como necessária em meio à produção de subjetividades punitivo-penais³ (COIMBRA; SCHEINVAR, 2012). A mídia, contando atualmente com a internet, e sua rápida divulgação de informações, fundamentadas ou não, são “formadoras” de opinião e da sensação de insegurança social, fundamentais nesse processo, promovendo a “adesão subjetiva à barbárie”, em que a população vibra ao invés de se indignar com casos de tortura, desaparecimento e extermínio (BATISTA, 2018) dos “perfis padrão”.

³ São discursos que produzem processos de subjetivação que anseiam por maior fiscalização e punição em nome da segurança social, essa lógica é fortalecida em tempos de “crises” políticas como mecanismo coercitivo para com determinados sujeitos produzidos como perigosos. Nas palavras das autoras Coimbra e Scheinvar (2012, p. 66), “as subjetividades punitivo-penais fertilizadas globalmente operam nas relações cotidianas estruturando-as por meio de normas, regimentos, códigos, declarações, em espaços tais como salas de aula, condomínios, empresas, serviços públicos, foros da chamada sociedade civil, tribunais, etc., tendo como aliada a produção científica e tecnológica que maciçamente passa a dedicar-se a prever desvios e a definir castigos, em nome da segurança”.

Nesse sentido, discursos de agentes ligados à segurança pública e à mídia hegemônica, enfocam o relacionamento direto entre adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional ao enquadramento de “envolvimento” com facções criminosas ligado ao mercado varejista de drogas ilícitas, o que, por sua vez, produz a naturalização de suas mortes e/ou seus aprisionamentos (BARROS; BENÍCIO, 2017; BARROS *et al*, 2017; PINHEIRO, 2018; ALENCAR, 2019; BARROS, 2019; PAIVA, 2019).

Essas dinâmicas, segundo Barros (2019), são acionadas no contexto cearense pela produção da figura ficcionalizada dos/as adolescentes/jovens “envolvidos(as)”. Ou seja, estão dentro da lógica do “perfil padrão” que enquadra os(as) bandidos(a)s/periculosos(as) passíveis de matabilidade em nome da “segurança”. O enquadramento em “envolvidos(as)” é uma categoria nativa que desfigura a trajetória de vida de adolescentes e jovens enquadrando-os como sujeitos matáveis e morríveis (ALENCAR, 2019; BARROS, 2019).

Existem aspectos comuns entre essas populações; falamos de adolescentes e jovens com algumas características (marcadores) que se repetem nos relatórios e pesquisas nacionais, a saber: são homens ou mulheres, jovens ou adultos, apesar da maior parcela ser composta por homens jovens, em sua grande maioria são de etnia parda ou negra, além de residirem em contextos de vulnerabilidade social e com baixo investimento estatal, conhecidas popularmente como favelas (WAISELFISZ, 2015; MELO; CANO 2016; BARROS; BENÍCIO, 2017; BRASIL, 2017; BRASIL, 2018a; CEARÁ, 2019; CERQUEIRA *et al*, 2019). Por isso, o conceito da interseccionalidade é uma chave analítica para essas discussões, posto que, segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma ferramenta fundamental para compreender como tem ocorrido os processos de vulnerabilização, subordinação e de extermínio de pessoas marginalizadas, que são atingidas simultaneamente por diferentes “avenidas identitárias”.

Dessa forma, adolescentes e jovens vítimas de assassinatos e privados(as) de liberdade estão interconectados(as) por marcadores sociais de múltiplas matrizes de privilégios e opressões, são alvos de políticas excludentes, violência institucional e de “circuitos ditos de proteção, que funcionam muito mais como contenção preventiva e seletiva de classe social e raça/etnia” (LEMOS, 2013, p. 27). Acerca disso, segundo Negreiros, Quixadá e Barros (2018), há um regime de (in)visibilidade desses jovens, pois, se de um lado, são invisibilizadas juventudes negras, pobres, moradoras de periferias de grandes centros urbanos e vítimas de históricas desigualdades sociais por inviabilizar seu reconhecimento como sujeitos de direitos - ou propriamente como seres humanos -, do outro lado, hipervisibilizam-se tais segmentos juvenis como algozes da violência. Para esses autores, os regimes dessa (in)visibilidade, por meio de tecnologias de poder, produzem efeitos de silenciamento, sujeições juvenis e

influenciam seus processos de subjetivação (LEMOS, 2013; NEGREIROS; QUIXADÁ; BARROS, 2018).

Apesar de adolescentes e jovens homens serem historicamente mais vitimados e, por consequência, as pesquisas acadêmicas, também, voltarem-se mais para o gênero masculino (SCSLESKI *et al*, 2017; BARROS; BENÍCIO, 2017; NEGREIROS; QUIXADÁ; BARROS, 2018); atualmente, adolescentes e jovens mulheres estão sendo cada vez mais vitimadas pela violência letal intencional, sobretudo com assassinatos com um certo requinte de crueldade (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020). Como destaca Cerqueira *et al* (2019), o público feminino presente em estatísticas da violência policial e letal, como vítimas de políticas de extermínio, é composto sobretudo de mulheres pobres, negras e de periferias.

Além de outros motivos estruturantes da sociedade brasileira, arraigada no patriarcalismo, o público feminizado acaba invisibilizado em comparação aos números de pesquisas acadêmicas sobre adolescentes e jovens homens (MINAYO, 2005; AKOTIRENE, 2018; BORGES, 2018). Segundo Barcinski (2012, p. 53), as próprias pesquisas acadêmicas reiteram essa invisibilidade, “ao ignorar as especificidades dos crimes cometidos por mulheres, a própria literatura atesta ou reforça a invisibilidade feminina no que se refere aos fenômenos sociais da violência e da transgressão”. Quando não, o campo da violência doméstica se sobressai nas pesquisas acerca de violência e gênero (PASINATO, 2011).

Diante dessa complexidade, cabe indagarmos-nos sobre as trajetórias de adolescentes privadas de liberdade e os atravessamentos da violência urbana em suas respectivas trajetórias de vida, nas quais recai o enquadre de “envolvidas” ao fazer referência às suas supostas inscrições em coletivos criminais que atuam no tráfico de drogas em contextos marginalizados. Pretendemos, assim, contrapor o silenciamento e a (in)visibilização perversa do plano coletivo das forças que constituem os modos de viver de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, relações de poder essas que desvitalizam suas trajetórias.

Tendo em vista o panorama contextual, nosso foco é problematizar como as dinâmicas da violência urbana do Ceará atravessam as trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade pela atribuição de cometimento de ato infracional e reconhecidas pelo envolvimento em facções. Portanto, o problema desta pesquisa pode ser expresso a partir da seguinte questão norteadora: como as trajetórias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado em Fortaleza são atravessadas pelas dinâmicas da violência urbana no Ceará?

A partir do problema de pesquisa assinalado acima, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os atravessamentos das dinâmicas da violência urbana nas trajetórias de adolescentes

privadas de liberdade na cidade de Fortaleza. Já seus objetivos específicos são: conhecer as trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade na capital cearense a quem se atribui envolvimento em organizações criminosas conhecidas como “facções”; problematizar como a inscrição em organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas marca as trajetórias de adolescentes do gênero feminino; discutir a perspectiva de adolescentes privadas de liberdade sobre as transformações da dinâmica da violência em Fortaleza e seus efeitos em seus cotidianos.

Propomos uma pesquisa-inter(in)venção com adolescentes privadas de liberdade por meio de entrevistas narrativas, sob o manejo cartográfico e à luz de um prisma feminista. Desse modo, a dimensão da intervenção na pesquisa consiste em compor com elas novos olhares acerca das dinâmicas da violência urbana, desobstruir campos de força que invisibilizam e silenciam as narrativas das adolescentes e desestabilizar saberes e verdades universais e individualizantes. Não tivemos a intenção de dar voz às interlocutoras da pesquisa, mas de estar-junto, na experiência do “inter-esse” e criar dispositivos que potencializam polifonias (PASSOS; KASTRUP, 2014). Talvez, por isso, não tivemos tanta dificuldade de engajar as interlocutoras com a pesquisa. No geral, as interlocutoras foram abertas para participar e falar de suas experiências de vida, sendo uma das maiores dificuldades a experiência de falar de si e “desmembrar-se” dos atos infracionais.

Essas problematizações no campo da psicologia social exige um diálogo entre diferentes campos de saber, o que denominamos por “transdiálogo”. Esta conversação transdisciplinar, dessa forma, resulta da composição entre uma psicologia crítica às questões moderno-coloniais e em diálogo com epistemologias feministas que rompem com a hegemonia branca cisheteronormativa e euro antropocêntrica. Sobretudo o feminismo negro, transfeminismo e feminismo decolonial, os quais ao longo da pesquisa nos conectamos, o que permitiu uma virada des-homogeneizante e desnaturalizante.

O olhar interseccional, categoria de análise utilizada pelas feministas negras para denunciar as sobreposições identitárias que mantêm a mulher negra como mais explorada, atravessa este estudo desde a formulação do projeto de pesquisa à análise das entrevistas. Portanto, esse prisma semeia todos momentos desta pesquisa. Esses olhares feministas nos colocam no campo de um saber localizado e comprometido com a libertação epistêmica e de grupos subjugados.

Do ponto de vista teórico, articulamos nesta pesquisa diferentes interlocuções, desde estudos da psicologia social que tratam das relações entre juventudes e violência urbana, em seus diálogos transdisciplinares com autores(as) críticos(as) à colonialidade como Mbembe

e Fanon, bem como pós-estruturalistas como Foucault, Deleuze, Guattari e Judith Butler, além de prisms feministas, tais como feminismo negro, sobretudo, a partir das autoras Sueli Carneiro, Juliana Borges, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Conceição Nogueira e Angela Davis; feminismo decolonial com Rita Segato e María Lugones e transfeminismo com Sayak Valencia. São diferentes aportes teóricos para dar conta dessa “nova” dinâmica da violência e seus efeitos nas trajetórias de vida das adolescentes.

Dez adolescentes participaram desta pesquisa, compartilharam suas histórias e, através delas, desnaturalizam categorias e desestabilizam saberes. A análise cartográfica de cenas ou fragmentos tomados como analisadores e colocados em “cenas-analisadoras” enuncia recortes das trajetórias de vida das interlocutoras. Apresentamos, dessa forma, uma escrita-análise que maximiza a potência de vida, que as enxerga para além dos atos infracionais.

Nos capítulos que se seguem, inicialmente com “2. Cartografia do percurso: derivas e deslocamentos na tessitura da pesquisa com adolescentes privadas de liberdade”, contextualizamos o percurso metodológico desta pesquisa. Adiante, descrevemos um pouco sobre as dificuldades enfrentadas e as mudanças que foram acontecendo no projeto à medida que o campo foi se apresentando como um território existencial composto por relações de poder produtoras de subjetividades ligadas a uma racionalidade maquínica de jovens matáveis e morríveis (BARROS, 2019).

Apresentamos em um tópico nossas interlocutoras e, à medida disso, a partir de suas trajetórias, são denunciados saberes cristalizados e uma disparidade entre eixos de subordinação que estruturam os níveis de opressão e privilégios que constituem uma suposta forma de passar pela adolescência. Portanto, apresentam uma pluralidade do ser jovem, o qual rompe com o rigor desenvolvimentista, sobretudo respaldado por saberes “psis”. Por fim, problematizamos a questão ética nesta pesquisa e como tomamos o conceito de analisador para compor as análises sob o *ethos* cartográfico. Estas, entendidas como um nicho de acontecimentos que enunciam atravessamentos nas trajetórias de vida das adolescentes que, de certa maneira, estão interconectadas sem negar suas singularidades.

O seguinte capítulo intitulado: “3. Tá cruel”: análise dos efeitos das dinâmicas da violência a partir de narrativas das adolescentes privadas de liberdade, desenha as novas dinâmicas da violência urbana no Ceará à medida que esta atravessa as trajetórias de vida das interlocutoras. Apontamos algumas “cenas-analisadoras”, como o aumento de homicídios, as regras impostas aos territórios dominados por facções criminosas e como suas respectivas retaliações têm produzido uma espécie de sentimento de “prisioneiras à céu aberto”. Contudo, suspiros de “liberdade” são dados pelas adolescentes, que encontram formas de passar por essas

grades metafóricas, não permitindo asfixias subjetivas por meio de estratégias micropolíticas de sobrevivência. Outras experiências são apresentadas a partir do reordenamento não só da violência urbana, mas entrelaçada com novas formas de sociabilidade contemporânea, tais como “decretos”, sequestros e (sobre)vivências a essas situações. Além disso, é feita uma discussão teórica sobre a presença dos conflitos armados em resoluções de conflitos no Ceará e do investimento financeiro por parte do Governo do Estado em políticas ostensivas e militarizadas em detrimento de políticas de garantias de direitos.

O próximo capítulo “4. Quanto mais eu ia se envolver, mais eu me envolvia”: cartografias da inscrição das meninas em facções criminosas, problematiza as condições, manutenção e cerne do envolvimento das interlocutoras com atos infracionais, sobretudo o tráfico de drogas. Foram mapeadas, as forças que constituem a inscrição das interlocutoras em facções, o que implica estar envolvida e seu efeito nas respectivas trajetórias. Desenha-se, então, a noção de “envolvida” como enquadramento mortífero que as interpela cotidianamente e compõe seus processos subjetivos. Além disso, apresentamos como as dinâmicas do tráfico de drogas têm contribuído para a subalternização e precarização da vida das mulheres, especificamente, de que forma a política de guerra às drogas tem contribuído para essa precarização maximizada. Concluimos o capítulo com os relatos da violência institucional, sobretudo pela figura da polícia, que foram narrados pelas adolescentes, fragmentos que denunciam uma polícia seletiva, respaldada na política de guerra às drogas classista e racista.

Finalizamos a escrita desta dissertação com o capítulo “5. Um dia a minha liberdade canta”: últimas considerações. Não tentamos evocar um fechamento, mas apontar algumas considerações diante das afetações políticas e afetivas que a pesquisa foi capaz de alcançar. Dito isso, Loirinha, Marta, Chinesa, Lorin, Japa, Pérola, Paul, Lilian, Duda e Novinha estão presentes neste texto, seja por suas narrativas (transcritas) ou por minha própria escrita, atravessada - afetada - por suas histórias.

2. CARTOGRAFIA DO PERCUSRO: DERIVAS E DESLOCAMENTOS NA TESSITURA D APESQUISA COM ADOLESCENTES PRIVADAS DE LIBERDADE

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos de imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não é tentar libertar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quando do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos. (FOUCAULT, 1995, p. 7)

O percurso metodológico a seguir apresenta como foi tecida a pesquisa em campo, considerando os desafios de fazê-la junto a adolescentes privadas de liberdade. Antes de compartilharmos um desses processos, posicionamos nosso lócus epistêmico e qualitativo. Nesse capítulo, então, contextualizaremos a metodologia desta pesquisa, qual seu lócus, quem são as participantes e co-autoras dessa dissertação, quais/como foram as estratégias de produção e colheita⁴ de dados e conclui-se com uma reflexão ético-política da pesquisa.

2.1. Cartografar é acompanhar processos: tipo de pesquisa

Utilizamos a cartografia como método de acompanhamento de um processo de subjetivação, mas especificamente as narrativas das adolescentes sobre suas próprias trajetórias. Perscrutar os processos de subjetivação de adolescentes a quem se atribui cometimento de ato infracional tem sido uma tarefa enfrentada por relevantes e diversos estudos, tais como os trabalhos seminais de Vicentin (2005), Oliveira (2001), Pancieri (2014), Souza (2015), Borges (2018) e tantos outros. Aqui direcionamos nosso olhar para os efeitos das dinâmicas da violência urbana em Fortaleza nas trajetórias e nos cotidianos de meninas privadas de liberdade e as linhas a partir das quais suas histórias se enredam a grupos/organizações criminais que popularmente recebem a denominação de “facções”, nas periferias cearenses. A cartografia é tomada aqui, então, como uma perspectiva de pesquisa-inter(in)venção na qual a atenção deve estar aberta ao acompanhamento de processos de produção de subjetividades e ao plano coletivo das forças que os constituem (KASTRUP; PASSOS, 2014).

A pesquisa cartográfica faz aparecer o coletivo, que remete ao plano ontológico,

⁴ Inspirada na cartografia como método de pesquisa-intervenção, utilizamos o termo “colheita” em vez de “coleta de dados” por este remeter à uma “produção” e não meramente ao caráter representacional. Nas palavras de Passos & Kastrup (2013), “colheita de dados” afirma “o caráter mais de produção do que de representação do mundo conhecido. A pesquisa colhe dados porque não só descreve, mas sobretudo acompanha processos de produção da realidade investigada” (PASSOS; KASTRUP, 2013, p.395).

enquanto experiência do comum e, dessa maneira, é sempre uma pesquisa-intervenção com direção participativa e inclusiva, pois potencializa saberes até então excluídos, garante a legitimidade e a importância da perspectiva do objeto e seu poder de recalcitrância. O plano comum que se traça na pesquisa cartográfica não pode, de modo algum, ser entendido como homogeneidade ou abrandamento das diferenças entre os participantes da investigação (sujeitos e coisas). (KASTRUP; PASSOS, 2014, p. 19)

Essa modalidade de pesquisa visa o acompanhamento de processos de produção de subjetividades coengendrado ao coletivo de forças que produzem as instituições de privação de liberdade, de criminalização de jovens e do extermínio de pessoas negras, desse modo, por meio de pistas como a da atenção à espregueira e da imersão em um território existencial, a cartografia possibilita a análise desse plano coletivo de forças e de modos de subjetivação ali produzidas. Em outras palavras, entre os contornos estáveis e fixos das formas, sujeitos e objetos, existe um plano coletivo de forças que os produzem. Essa forma de fazer pesquisa nos auxiliou, então, a enfatizar que territórios existenciais que se formam na imanência dessas trajetórias privadas de liberdade e relações dessas adolescentes com as dinâmicas da violência nas margens urbanas de Fortaleza.

Além do mais, elegemos a cartografia, também, por sua dimensão interventiva, inventiva e política. Consideramos que a intervenção na pesquisa cartográfica, como pontuam Benício *et al* (2018), é inter(in)venção, isto é, uma invenção conjunta entre pesquisadora e pesquisada na produção de sentidos e deslocamentos de processos de significação sobre as trajetórias das adolescentes. A dimensão política se dá pela horizontalidade entre pesquisadora e pesquisado e sua inseparabilidade. Afirmam Kastrup e Passos (2014, p. 27) “a cartografia é pesquisa-intervenção participativa porque não mantém a relação de oposição entre pesquisador e pesquisado tomados como realidades previamente dadas, mas desmancha esses polos para assegurar sua relação de coprodução ou coemergência”.

Acompanhar, então, os modos de subjetivação nas narrativas de adolescentes e jovens para além de sua condição de privação de liberdade, é atentar para não tomá-las como indivíduos representantes de uma identidade cristalizada e rígida. Desse modo, buscamos atentar para as linhas e condições que tecem a produção serializante da “adolescente presa/adolescentes envolvida” (como costumam enquadrar adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa), ou seja, desestabilizar essa ficção, em vez de colocá-la no centro.

Entrar no campo, vai além de acompanhar os processos entorno da adolescente a quem se atribui o cometimento de ato infracional, pesquisar com meninas privadas de liberdade, perpassa lidar com o coletivo de forças que formam as prisões à céu aberto, os envolvimentos em facções criminosas, a presença marcante de marcadores sociais de raça, classe e gênero

envoltos de suas trajetórias de vida. Isso nos convocou a lançarmos mão da interseccionalidade como ferramenta de aprimoramento epistemológico e analítico. Nesse sentido, a interseccionalidade é entendida como um estudo da sobreposição de identidades sociais e dos sistemas de opressão, privilégios, dominação ou discriminação existentes nas malhas sociais que subordina mais determinados sujeitos (CRENSHAW, 2002).

Feita essa demarcação, iniciamos o itinerário desta pesquisa. Ainda no processo de construção do projeto de pesquisa, as metodologias planejadas como estratégia de produção de dados seriam: diário de campo, grupo de discussão em formato de oficina e entrevistas a serem feitas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado na única unidade de privação de liberdade para adolescentes e jovens mulheres no Ceará. Alguns critérios de inclusão foram escolhidos: as adolescentes deveriam ser reincidentes no sistema de justiça juvenil e terem sido apreendidas pelo ato infracional análogo ao crime de tráfico de droga. Contudo, para que isso fosse possível, era necessário a autorização da Superintendência de Atendimento Socioeducativo do Ceará (SEAS), ligada ao Governo do Estado do Ceará, pois a SEAS é a instituição responsável por gerir as medidas socioeducativas em meio fechado no estado.

Para contribuir com a pesquisa e pela inserção na extensão do VIESES, no primeiro ano de mestrado, inseri-me na Comissão de Monitoramento Socioeducativo do Fórum da Criança e do Adolescente (Fórum-DCA⁵). Criada em 2018, essa comissão restringiu sua primeira atividade a compor o Plano Decenal do Atendimento Socioeducativo do Ceará, coordenado pela SEAS. Pensado desde 2017, após a criação da SEAS, o plano é uma tentativa da superintendência de tentar melhorar a gestão das medidas socioeducativas no estado. Com reuniões mensais em locais agendados pela própria SEAS, em 2017-2018 foi criada uma Comissão do Plano Decenal e dividida em GT's para construir o plano.

O plano decenal consiste em um documento de metas, destinado a ser cumprido durante a próxima década (2018-2028). A partir da montagem dele, o Fórum DCA busca melhorias do sistema socioeducativo em meio aberto e, sobretudo, no meio fechado. A Comissão de Monitoramento do Socioeducativo é constituída, também, por integrantes do Fórum-DCA, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), Conselho

⁵ Um dos objetivos do Histórias DesMedidas é a contribuição com o monitoramento das medidas socioeducativas no Ceará, essa atividade é feito em parceria com o Fórum-DCA. Esse fórum tem como principal objetivo articular e mobilizar entidades da sociedade civil na luta pela garantia de direitos de crianças e adolescentes. De modo geral, esse monitoramento vem servindo como uma importante ferramenta de engajamento da sociedade civil para a denúncia de violações e violências sofridas por jovens cumprindo medidas, além de buscar melhorias de condições nos equipamentos responsáveis pela política de atendimento socioeducativo no Ceará.

Municipal da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza (COMDICA), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-CE) e Conselho Regional de Psicologia 11ª região (CRP-11).

A partir dessa inserção, as afetações foram imensuráveis. Nas reuniões de ambas as comissões (Comissão do Fórum DCA e do Plano Decenal), foi possível ouvir relatos de denúncias de familiares de socioeducandos e profissionais de unidades socioeducativas, feitas de forma anônima para o CEDECA, sobre o descaso em que ainda se encontra o sistema socioeducativo, tais como: dificuldades de realização de atendimentos em saúde do/a adolescente; perseguições a profissionais por parte de direções devido à suspeita de denúncias de tortura; casos de violência institucional; novas rebeliões, cuja uma delas culminou em uma morte de um jovem e uma tentativa de assassinato em junho de 2018 no Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider (CSCAL), além da chacina ocorrida em janeiro do mesmo ano no Centro Socioeducativo de Semiliberdade Mártir Francisca que culminou no assassinato de quatro adolescentes. Recentemente, no segundo semestre de 2019, outro adolescente foi encontrado morto no dormitório do Centro Socioeducativo Patativa do Assaré.

Após não obter retorno da SEAS a respeito da autorização da pesquisa protocolada em maio de 2018, tentei uma nova inserção de campo em meados de agosto de 2018, por meio da Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS), até então responsável pela gestão do sistema prisional do estado do Ceará. Desse modo, o projeto foi refeito para ter um novo campo de pesquisa e novas interlocutoras, a Unidade Prisional Desembargadora Auri Moura Costa e mulheres presas pelo crime de tráfico de drogas. As metodologias iniciais não foram alteradas, mas utilizei somente os diários de campo nas poucas vezes que consegui ir ao Auri.

Nesse campo, minha inserção primária se deu pela participação do Comitê de Monitoramento da Política Nacional para Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Ceará (CMPNMPLEC), a partir da qual tive acesso a algumas presas na unidade em reuniões que aconteciam uma vez por mês no próprio Auri. As poucas falas das internas a respeito de seus cotidianos no sistema penitenciário foram suficientes para me impactar e experienciar que aquela instituição de potencial nada tinha, tal como Goffman (2015) propõe, as “instituições totais” produzem adoecimentos e mortificações àqueles que as vivenciam.

As associações que as adolescentes fazem entre a prisão feminina e o sistema socioeducativo contribuem para problematizarmos que, assim como o cárcere, as unidades de privação de liberdade também fazem parte do “complexo industrial-prisional” (DAVIS, 2018a), posto que, na perspectiva de Wacquant (1999), as prisões são instituições demasiadamente rentáveis dentro do Estado Penal, sendo um depósito industrial dos “dejetos sociais”, ou como

Davis (2018a, p. 17) menciona, “a prisão se tornou um buraco negro no qual são depositados os detritos do capitalismo contemporâneo”. Existe uma racionalidade punitiva nas malhas de poder das instituições de privação de liberdade, pois, utilizando-nos de Foucault (1975), se a prisão fracassa em reduzir o crime, por meio da punição, ela é constituinte da delinquência. A mesma lógica punitiva do campo de adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional, apesar do ECA e do SINASE estabelecerem diferenças do Código de Processo Penal, de modo geral, compõe o mesmo sistema punitivo das políticas de segurança pública. Diante disso, as autoras Leite e Bezerra (2019, p. 289) apontam que “o centro educacional está mais eficaz em gerir, na concepção de manter as coisas, os corpos nos seus devidos lugares, se afastando consideravelmente da possibilidade de “responsabilizar” os jovens”.

Concomitante à solicitação de autorização na SEAS, havia também protocolado a solicitação de pesquisa na unidade prisional na SEJUS, a qual foi autorizada em menos de dois meses. Infelizmente, não pude iniciar as entrevistas ou grupo de discussão ainda em 2018 por conta das impossibilidades que a unidade prisional enfrentava com poucas(os) agentes penitenciárias(os), por isso o grupo de discussão e as entrevistas ficaram de iniciar apenas em janeiro de 2019.

No entanto, devido às mudanças na SEJUS e sua bifurcação em duas secretarias em janeiro de 2019, uma responsável por questões de direitos humanos e a outra responsável pela gestão do sistema penitenciário no Ceará, a autorização foi invalidada. O órgão atualmente responsável pela gestão prisional do estado é a Secretaria do Sistema Penitenciário do Ceará, com o secretário Mauro Albuquerque como secretário interino. Desde essa mudança, as atividades do CMPNMPLEC foram suspensas por tempo indeterminado, o que é minimamente preocupante, já que se tratava de um comitê de monitoramento de gestão do Auri Moura Costa. “Coincidentemente”, havia relatos de denúncias aos órgãos sociais de supostos casos de torturas em todas as unidades prisionais do estado compartilhados no grupo de WhatsApp do próprio comitê por integrantes dessas organizações sociais. Mais adiante, no capítulo a respeito das atualizações das dinâmicas da violência no Ceará, discuto sobre os efeitos que essa bifurcação e a nomeação do novo secretário trouxeram ao cotidiano do Ceará.

Por eventualidade ou assertiva do “destino”, meses depois da solicitação protocolada solicitando autorização de pesquisa na SEAS, recebo uma ligação informando que ela foi autorizada, sendo necessário atualizar algumas documentações. Assim, em março de 2019, retorno ao Aldaci. Novamente, voltei à proposta inicial, que era pesquisa com adolescentes privadas de liberdade.

Retornar ao Aldaci como pesquisadora me permitiu um novo olhar, antes “borrado”

devido às exigências massantes e hegemônicas ao setor de psicologia: relatórios judiciais, atendimentos grupais e individuais às adolescentes e seus familiares, muitas vezes caindo na ideia errônea de buscar uma culpa individual para a condição de privação de liberdade, seja nas adolescentes ou nas famílias, produções discursivas típicas do neoliberalismo que assola o saber-fazer da psicologia (SCISLESKI; GALEANO, 2018). Inúmeras reflexões diante da realidade do extermínio da juventude e do encarceramento em massa, sobretudo de pessoas que vivenciam o devir negro do mundo (MBEMBE, 2018), possibilitaram uma nova lente de leitura histórica e crítica da sociedade; inquietações essas já iniciadas desde o término da graduação em psicologia e, posteriormente no mestrado, a partir das leituras feministas.

Como pesquisadora, meu olhar tornou-se mais atento e sensível para as relações de poder presentes na dinâmica da unidade, sobretudo no que se refere à tentativa de (re)alocar as adolescentes e jovens mulheres ao papel social hegemônico do feminino como sexo frágil, dócil e voltado para afazeres do campo doméstico (MAYORGA, 2019). Essa noção não deve ser problematizada sem pensar em sua base constitutiva: a colonialidade de gênero (LUGONES, 2014).

Esse retorno possibilitou perceber que minha trajetória pessoal e acadêmico-profissional contribuiu para me aproximar e problematizar as relações entre adolescentes do gênero feminino e a violência urbana, especialmente pelo fato de quem vos escreve ser uma jovem de um território periférico em que cotidianamente via/vê a capitalização de adolescentes como mão de obra excedente e descartável para o mercado de tráfico de drogas.

Ao retornar ao cotidiano do Aldaci e começar as entrevistas, percebi que as regras presentes nas periferias e cadeias do Ceará também estavam na unidade, mesmo que com algumas especificidades. Um exemplo disso está no assujeitamento a uma facção por residir em um determinado local e cometer atos infracionais e na percepção de uma adolescente de uma determinada facção antagônica como inimiga. Mesmo que essas informações não sejam declaradas pela direção da instituição como acontece nos presídios, isso foi relatado pelas adolescentes durante as entrevistas e até mesmo pelos profissionais da unidade.

Encontrei na unidade uma espécie de “territorialização”, seja como integrantes de facções criminosas, seja como pertencente a um território periférico que anuncia uma “escolha” de um lado diante da “guerra” instaurada pelos coletivos criminais. Na condição de estagiária, um dos poucos motivadores de conflitos no Aldaci eram os relacionamentos amorosos entre elas e situações de ciúmes; atualmente, além dessas “tretas” afetivas, os conflitos territoriais e as relações de inimizade estão presentes na unidade também.

Essa nova realidade tornou inviável a possibilidade das oficinas temáticas que havia

pensado em um primeiro momento, pois sem o devido respaldo estratégico de profissionais do centro e uma inserção mais consistente de minha parte na dinâmica da unidade que permitisse maior compreensão de suas nuances a ponto de apostar nas oficinas sem expor suas participantes ao risco de conflitos “ficcionalis” e “faccionalis”, uma atividade grupal poderia gerar conflito na unidade. Também não caberia dividir nossas interlocutoras por “territórios faccionados” para cumprir a ideia inicial da metodologia do projeto, visto que além de fortalecer essa demarcação metafórica entre elas, era provável que as oficinas se tornassem um verdadeiro “campo minado” e pouco, ou quase nada, poderia vir a ser compartilhado; além de descaracterizar a ideia do grupo como um dispositivo de escuta de vivências, ressignificações de histórias e fortalecimento de projetos de futuro.

A própria escolha do perfil das adolescentes que iríamos convidar para compor essa pesquisa foi sendo alterada na medida em que “pousava” na instituição e adentrava em contato com as nuances do campo. A partir de conversas com a psicóloga do Aldaci, pude perceber que o fato das adolescentes estarem privadas por atos infracionais distintos ao tráfico de drogas não fazia delas adolescentes com menor vivência no tráfico, por isso esse critério de inclusão foi modificado para a experiência no mercado do tráfico de drogas e não mais para a privação de liberdade por este ato.

Desse modo, as adolescentes que foram convidadas para compor esta pesquisa eram: adolescentes que tinham apresentado em seus atendimentos com o setor de psicologia uma trajetória no mercado de tráfico de drogas e que, em caso de menores de 18 anos, seus responsáveis fizessem visitas cotidianamente para poder autorizar a participação da adolescente. Sobre isso, como o Aldaci é o único centro socioeducativo para adolescentes e jovens mulheres no estado do Ceará, muitas adolescentes do interior do Ceará cumprem medida de internação na unidade que é localizada em Fortaleza. Em geral, essas famílias não têm condições monetárias para poder fazer visitas e nem sempre os Conselhos Tutelares conseguem trazê-las. Isso fragiliza mais ainda as relações das adolescentes com seus familiares, já que aquelas chegam a passar até três anos em privação de liberdade e do convívio sócio-comunitário e familiar.

Essa foi uma das principais dificuldades de convidar as adolescentes que estavam institucionalizadas por tráfico de drogas, pois das onze adolescentes, cinco eram do interior e não recebiam visitas e as outras seis eram de Fortaleza e da região metropolitana.

Até aqui, podemos perceber a cartografia em ação, esse campo coletivo de forças que atravessa o plano da experiência (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015). Essas mudanças foram tecendo a pesquisa e, de alguma forma, possibilitaram chegar à atual

problemática e aos novos objetivos, ambos citados na introdução. Essa reordenação faz parte da cartografia, visto que ela permite pousar em uma realidade institucional, acompanhar os processos constituintes do plano coletivo de forças de saber-poder em torno das adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional e do plano da experiência que engendra os modos de subjetivação das adolescentes; além de ser uma maneira de “habitar” e “desabitar”, “familiarizar” e “estranhar” um território existencial (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015; ALVAREZ; PASSOS, 2015).

A cartografia como pesquisa-interventiva com jovens, como destacam as autoras Menezes, Colaço e Adrião (2018), produz transformações nos planos micro e macrosociais e nos processos de produção de conhecimento com as participantes. Como destacam Passos e Barros (2015, p. 31), “conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho”.

Para pensar didaticamente, os momentos metodológicos ocorreram em três momentos: 1) a inserção no campo, desde o pensar na proposta investigativa; 2) a produção dos dados, entendendo-a como uma co-produção (KASTRUP; PASSOS, 2014) e a análise sob a ótica da cartografia, sendo essa “etapa” inerente ao percurso; 3) a escrita do texto. Essas etapas, apesar de estarem numeradas, não ocorrem em uma ordem, mas simultaneamente. A produção de dados é composta pela entrevista narrativa e diário de campo. Este último foi elaborado a partir de anotações de situações no cotidiano da unidade durante os dias que fui a instituição para as entrevistas ou para solicitar a participação da adolescente ao seu respectivo responsável. Apresento ao longo do texto alguns relatos das poucas situações cotidianas das quais pude participar, mas os dados analíticos, em geral, foram tecidos pelas entrevistas narrativas.

O uso da cartografia como método de pesquisa-inter(in)venção, a partir da análise das narrativas de adolescentes do gênero feminino cumprindo medida socioeducativa em meio fechado, possibilitou habitar o centro socioeducativo e seus modos de subjetivação, ajudando a enfocar processos de subjetivação de adolescentes privadas de liberdade e realçando, a partir de um prisma interseccional, marcadores sociais imbricados em seus modos de existência.

Propusemos, a partir da entrevista, a movimentação e coletivização das experiências das interlocutoras, bem como a criação de novos sentidos e ideias, agenciamentos com outros coletivos (TEDESCO; SADE; CALAMAN, 2014).

A privação de liberdade localiza-se em um campo de relações de força, no qual poder e resistência coexistem dentro e fora dessas instituições. Nesse sentido, a permanência de existir de nossas interlocutoras por si só desponta como um exercício de resistência à necropolítica que opera para eliminá-las, por isso entendo suas “teimosias” em permanecerem

vivas como re-existências.

Em todo o caminho cartográfico, há uma preocupação ética com a produção de conhecimento que pode contribuir com estigmas sociais e, principalmente, na vida das interlocutoras, tendo norteado tais discussões e análises de forma crítica e com cautela. Por vezes, questionei-me e fui questionada sobre o que seria ecoado com esta dissertação, que aposto que, em alguma medida, seja a potência de vida. A respeito dessa inquietação/preocupação, Scisleski e Galeano (2018), ao discutirem a relação entre pesquisa-intervenção e engendramentos de práticas baseadas em relações de saber-poder, problematizam as dicotomias produzidas entre teoria/prática e conhecimento/política que incidem no campo da vida e não somente no científico, visto que está em produção a constituição de formas de governamentalidade (gestão da vida de jovens).

O atual modelo epistêmico que sustenta a ciência hegemônica no ocidente é temporalmente, espacialmente e socialmente localizado, produzido primariamente e ainda sustentado por um grupo majoritariamente composto por homens brancos, ocidentais e burgueses que se beneficiam da dominação colonial, racial, capitalista e patriarcal que eles mesmos produzem como natural (GÓIS, 2019). Ao longo da história, movimentos intelectuais e sociais produzem críticas que reivindicam uma ruptura dessa hegemonia epistêmica, sendo o feminismo e suas ramificações um dos mais antigos ao se orientar pela perspectiva dos grupos dominados, assim como podemos citar outras contracorrentes como a epistemologia do sul (GÓIS, 2019). Afinal, não há uma única epistemologia contra-hegemônica, mas epistemologias socialmente localizadas que buscam responder às demandas de transformação das populações subalternizadas (GÓIS, 2019).

Localizada em um tempo histórico, social e político, esta pesquisa, aliada às perspectivas feministas que possibilitem inventividades, utiliza-se de um modelo metodológico que visa desconstruir objetividades asfixiantes e romper o marco civilizatório dicotômico e eurocêntrico, não somente para um modelo de ciência contra-hegemônica, mas e, sobretudo, problematizar a forma como ela é produzida (HARAWAY, 1995; LUGONES, 2014; MENEZES; COLAÇO; ADRIÃO, 2018; GÓIS, 2019). Dessa forma, colocamos em evidência uma política de narrativa descolonizadora. Em suma, essa cartografia sob o prisma feminista e inter(in)ventiva problematiza a tradição das pesquisas hegemônicas ao fugir da neutralidade, objetividade e distanciamento da pesquisadora com as participantes, isso ocorre devido à possibilidade de posicionamentos políticos e engajamento no campo social em que se atua (MENEZES; COLAÇO; ADRIÃO, 2018). Assim sendo, o método cartográfico possibilitou uma teoria-prática que luta na contramão do poder hegemônico e sua natureza totalizante

(FOUCAULT; DELEUZE, 1979); sendo, dessa maneira, também, um ato de se reinventar como pesquisadora.

Assim como em um desenho, compartilhamos os rabiscos, adaptações e (re)invenções desta cartografia, a partir das “idas e vindas” entre alguns campos institucionalizados, bem como os “romances” que compõem o campo da problemática de trajetórias de vida de adolescentes e jovens mulheres privadas de liberdade e seus atravessamentos com a violência urbana.

2.2. Aldaci Barbosa Mota: lócus da pesquisa

Imagem 1: Frente do Aldaci



Fonte: Google Maps

Ao considerar os altos índices de privação de liberdade de adolescentes e jovens do sexo feminino, bem como o aumento de assassinatos dessa mesma população, compreende-se a importância de ouvir as narrativas das adolescentes que, de alguma forma, estão circunscritas nas relações e no cotidiano dessa violência urbana. Parafraseando as autoras Kilomba (2016) e Ribeiro (2017), é essencial ouvir essas adolescentes e romper com os processos de silenciamento presentes na cultura patriarcal, sexista, racista e cisheteronormativa. Além do mais, pretende-se promover visibilidade acadêmico-social sobre as trajetórias das adolescentes ao possibilitar que elas falem por si próprias acerca de suas vidas. Desobstruir campos de forças que silenciam suas narrativas e distorcem suas trajetórias.

Para tal, tem-se como local de pesquisa o Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota. Essa unidade é destinada para medida de responsabilização das adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional que tenham recebido a decisão judicial para cumprir

uma MSE em meio fechado, seja por restrição de liberdade (semiliberdade), seja por privação total (internação provisória, internação definitiva e sanção disciplinar).

Imagem 2: Recepção do Aldaci Barbosa Mota



Fonte: Google fotos

Ressaltamos que, segundo o ECA, o qual instaura uma nova legislação para infância e juventude baseada na Constituição brasileira de 1988, no art. 112, Incisos I ao VI, as medidas socioeducativas podem ser divididas em seis, sendo as quatro primeiras em meio aberto e as duas últimas em meio fechado: 1. Advertência; 2. Obrigação de reparar o dano; 3. Prestação de serviço à comunidade (PSC); 4. Liberdade Assistida (L. A.); 5. Semiliberdade; 6. Internação. Esta última pode ocorrer de três maneiras distintas: a. internação provisória, em que o(a) adolescente pode ficar até 45 dias na instituição aguardando decisão judicial; b. sanção disciplinar, que pode ser dada a(o) adolescente que descumprir qualquer medida socioeducativa como forma de “punição”, neste caso, o(a) pode ser institucionalizado entre 30 a 90 dias; c. por fim, a internação - definitiva -, consiste na medida que deve(ria) ser dada em casos excepcionais e que representa grande ameaça à vida e à sociedade, podendo institucionalizar de seis meses a 3 anos. (BRASIL, 1990) Contudo, no Aldaci, todas as medidas em meio fechado (4, 5 e 6) são cumpridas na unidade.

A escolha por uma unidade de privação de liberdade se dá pela facilitação de acesso a essas adolescentes, pois a ida a algum território, como bairros que têm elevados índices de assassinatos de adolescentes, é inviável devido aos conflitos territoriais existentes atualmente em Fortaleza. Outro fator que contribuiu foi a dificuldade de encontrar adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Fortaleza, sendo mais fácil encontrá-las na unidade de internação. Esse fato contribuiu para uma reflexão sobre a existência de uma punitividade seletiva para com as adolescentes e jovens mulheres, posto que é perceptível uma

maior frequência de aplicações de sentenças de restrição de liberdade, não à toa que, em números gerais, não há centros socioeducativos de semiliberdade ou de internação provisória somente para meninas no Brasil, que, em geral, funcionam como o Aldaci, em que todas as medidas de restrição de liberdade são juntas.

A unidade socioeducativa, mesmo local onde funcionava uma FEBEM, possui capacidade para 40 adolescentes, embora, no momento da atual cotagem, encontra-se com 56 adolescentes e jovens, sendo 29 na condição de internação definitiva, 22 adolescentes em internação provisória, 5 adolescentes em condição de semiliberdade e nenhuma cumprindo sanção disciplinar. Destas, 30 residem em Fortaleza, 7 na região metropolitana e 17 advém do interior do estado.

Apesar da complexidade socioeducativa no Ceará, o Aldaci é considerado pela Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativa do Estado do Ceará (SEAS/CE), e, anteriormente, também pela STDS⁶, uma unidade modelo para as demais pelo comparativo em números de liberações, baixo número de casos de reincidência, motins e rebeliões. No entanto, a realidade da instituição é retrógrada, apesar dos esforços para feminizá-la. Estruturalmente tem as mesmas paredes e grades que um presídio, todavia é feito uma repaginada ao pintar o espaço com grafites e ter muitas paredes cor de rosa, além de ser marcado por grades de ferro e dormitórios (celas) úmidos e quentes. Em diferentes entrevistas, as adolescentes se percebiam como “em situação de presas” e em uma “unidade penitenciária” pela simbologia que a prisão representa para elas. Arquiteticamente, o setor técnico-administrativo da unidade fica no andar de cima, enquanto os dormitórios (celas) ficam no andar de baixo, fato que demonstra uma hierarquia simbólica. Contudo, essas adolescentes informaram que violências e privação de direitos básicos nas unidades penitenciárias no Ceará são indescritíveis e estarrecedoras. Será então que a gestão e a estrutura do Aldaci são um formato ideal do que deveria ser uma prisão e o próprio Aldaci foge do que deveria ser um centro socioeducativo? Ou, como questionam ativistas abolicionistas como Angela Davis, não somente o sistema industrial carcerário deve ser problematizado, mas toda a estrutura social que constitui o sistema de punição que mantém institucionalizada a escravidão?

Dessa maneira, os escritos de Michel Foucault atravessam as discussões desta pesquisa, afinal, como ele interroga, as unidades prisionais (políticas prisionais) seriam os

⁶ A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) era o antigo órgão responsável por gerir as medidas socioeducativas em meio fechado, no entanto, com as dificuldades encontradas como diversas denúncias de torturas e rebeliões nas unidades, em 2016 o Governo do Estado do Ceará promulga a SEAS como órgão responsável pelas medidas.

locais em que o poder pode se manifestar de sua forma mais pura e desumana? (FOUCAULT; DELEUZE, 1979). Talvez por isso, podemos pensar as instituições de privação de liberdade como locais “escolhidos” para colocar àquelas/es que não têm em sua constituição de sujeito o reconhecimento de vida vivível (BUTLER, 2017). Não à toa, a política socioeducativa no Ceará, historicamente, tem apresentado diversos problemas, inclusive, recebeu uma notificação da Corte Interamericana de Direitos Humanos por não seguir recomendações de melhorias das garantias de direitos aos adolescentes institucionalizados (Fórum Permanente das ONGs de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CEDECA, 2017).

É nessa complexidade arrastada e disfarçada em “crise⁷” socioeducativa que as adolescentes internadas no Aldaci podem passar até 3 anos cumprindo medida socioeducativa com restrição ou privação de liberdade. Como algumas delas narram, “passei minha adolescência aqui dentro” (Recorte da entrevista de Loirinha).

Utilizamo-nos de pistas do método da cartografia para acompanhar processos e habitar o Aldaci, entendendo-o como um território que não se reduz ao seu espaço físico, mas a algo em constante movimento, existencial (ALVAREZ; PASSOS, 2015). Partimos da compreensão de que compor um território se relaciona com o conhecimento como algo processual e inseparável do movimento da vida e dos afetos que a acompanham” (ROMAGNOLI, 2014, p. 49). Nesse sentido, desde a (re)inserção no campo e, também, pela produção dos dados, foi possível observar o Aldaci como um território existencial produzido por relações de saber-poder-subjetivação que produzem seus efeitos nas trajetórias das adolescentes ali institucionalizadas.

Pousar no campo e adentrar as suas realidades processuais foi o primeiro passo da pesquisa. Segundo Kastrup (2015), esse momento tem início com a chegada da cartógrafa no campo desprovida de regras rígidas, aberta para os possíveis novos enunciados. Para tanto, alguns movimentos são apresentados pela autora como “ativadores” do funcionamento da atenção da cartógrafa, respectivamente: o rastreio como um movimento de reconhecimento do campo de pesquisa à procura de pistas e signos de processualidades; o toque, sendo este entendido como um caminho a ser seguido, como os primeiros contatos com as profissionais

⁷ A noção de crise como ferramenta política tem sido utilizada como justificativa do populismo penal e suspensão de direitos sociais, sobretudo em políticas privativas. Dias (2017) apresenta algumas características no sistema carcerário, apesar de não se tratar da mesma política pode não se pode ignorar as semelhanças, são elas: a superlotação e, por consequência, a precarização do sistema e estabelecimentos prisionais; o aumento de presos provisórios; fortalecimento de políticas punitivas privativas, sobretudo com novos estabelecimentos prisionais de regime fechado; seletividade penal racializada e classista; aumento do encarceramento de mulheres negras e pobres; por fim, dialogando com os demais fatores, a política de guerra às drogas, sobretudo por elevar o número de “flagrantes” e prender pequenos comerciantes, e até mesmo usuários, do grande mercado da droga.

de psicologia e depois com as interlocutoras; o pouso, momento em que a atenção direciona-se, re-cria um território e campo de observação; por fim o reconhecimento atento, que diz respeito ao acompanhar os processos de transformação de forma não representativa (KASTRUP, 2015).

Portanto, habitar o território das políticas de aprisionamento, não se restringindo às socioeducativas e prisionais, mas também a tantas outras que podem atravessar a vida das adolescentes, têm produzido afetos “traduzidos” aqui em palavras.

2.3. Entrevista narrativa como ferramenta inter(in)ventiva e interseccional: uma escuta das trajetórias de adolescentes privadas de liberdade

A pesquisa cartográfica opera confiando na potência dos encontros estabelecidos no processo de pesquisa. (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014, p. 88).

Considerando que a pesquisa se propõe a analisar os atravessamentos das dinâmicas da violência nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade, o que passa por conhecer as trajetórias de vida das interlocutoras, utilizamos o método da entrevista narrativa por enxergar seu potencial descolonizador ao apresentar a organização da experiência e da produção de sentido que privilegia uma posição epistêmica: a da narradora (GOIKOETXEA; FERNÁNDEZ, 2014). Essa condição coloca as adolescentes como autoras e intérpretes de suas próprias vidas (CASTRO; MAYORGA, 2019).

Para tanto, escolhemos como participantes desta pesquisa adolescentes entre 15 a 18 anos institucionalizadas no Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota: 1. por estarem na faixa etária que mais tem apresentado um crescimento sistemático de morte nos últimos anos no Ceará (CEARÁ, 2019); 2. por estarem cumprindo medida socioeducativa, e; 3. por receberem o enquadramento de “envolvidas” (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020).

Dessa forma, a narrativa é um *modus operandi* “composto por um conjunto de estudos, propostas, críticas e princípios - quase nunca hegemônicos - que lançam luz à inevitabilidade de se compreender a experiência como um conjunto de histórias vividas e narradas” (CASTRO; MAYORGA, 2019, p. 7). Além de construir sentidos a partir de enunciações, tornar audíveis experiências em que estruturas racistas, patriarcais e colonialistas, obstrui, ao mesmo tempo, torna visíveis por meio de outros mecanismos de poder certos discursos desvalorizados. Portanto, a partir das narrativas das adolescentes, foi possível compreender as inserções territoriais em que as relações de poder e os processos de subjetivação das entrevistadas se constituem.

A metodologia narrativa como uma ferramenta, além de ser um modelo contra-

hegemônico, permitiu que as adolescentes narrassem por si suas experiências e sentimentos, os efeitos das políticas criminalizantes, de aprisionamentos e, de modo geral, das expressões necropolíticas⁸ em suas trajetórias. Entendendo-a como um processo coletivo e singular, que, por suas vezes, coloca em evidência as relações homogêneas e hegemônicas (CASTRO; MAYORGA, 2019).

Segundo Nogueira (2017, p. 182-183), o uso de entrevista em pesquisas qualitativas tem sido uma boa estratégia para estudos que pretendem analisar um grupo que sofre invisibilidade e/ou hipervisibilidade interseccional, em suas palavras: “O fato de receber informações dos/as próprios/as entrevistados/as, permite resultados não esperados que são produzidos pelo próprios sujeitos e grupos”. O relatar sua própria história, dessa maneira, não é uma representação do sujeito, mas uma espécie de produção de si durante o processo narrativo (CASTRO; MAYORGA, 2019).

Epistemologicamente, a narrativa tem múltiplos significados, contudo, segundo as autoras Goikoetxea e Fernández (2014), existe um consenso entre esses diferentes modos de compreender a narrativa, sendo esta entendida como uma conexão sequencial de eventos. Ressaltamos que as entrevistas narrativas estão intimamente ligadas ao *ethos* cartográfico da pesquisa, bem como das experiências vividas e ontológicas das interlocutoras, visando especialmente a experiência da fala sem deixar de destacar seu poder transformador (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014). Para tanto, faz-se necessário a construção e manejo dos dispositivos da pesquisa que permitem acesso à experiência e seu caráter performativo. Assim, é o *ethos* da confiança que permite a abertura para o plano da experiência e do aumento da potência de agir (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014).

Na condição de dispositivo de inter(in)venção, a entrevista sob manejo cartográfico, visa acompanhar os instantes de ruptura, os momentos de mudança presente nas falas das adolescentes e tem um caráter performativo capaz de provocar mudanças no plano coletivo de forças que compõem os processos de subjetivação e de relações de poder-saber envoltos no cotidiano destas (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014). Além do mais, a narrativa “faz mediação e expressa a cultura; mas ela, também, constrói os sistemas de inteligibilidade narrativos” (CASTRO; MAYORGA, 2019, p. 7).

Mais do que a pura descrição de fatos, o entrevistador cuida, intervém, na direção da ativação da dimensão dos afetos, definida como um plano de forças que atravessam os participantes. Neste plano, conhecido como plano de produção, subsistem as condições de emergência da parceria de trabalho a ser estabelecida. Entendida como uma conversação, ela exige construção cuidadosa, cujos procedimentos valorizam o

⁸ A necropolítica, poder ser entendida, também, como uma nova forma de gerir e conduzir mortes em larga escala (MBEMBE, 2017).

manejo dos jogos de força presente na direção de um acolhimento transversal. Isto é, a verticalidade, posição hierárquica de comando, frequentemente estabelecida entre pesquisador e pesquisado, dá lugar a relações de transversalidade que quebram as hierarquias transformando a entrevista em um diálogo, no qual quaisquer dos participantes pode assumir, em certo momento, uma atitude ativa, normalmente delegada exclusivamente ao pesquisador. (TEDESCO, 2015, p. 37)

Buscou-se a constituição de um plano da experiência compartilhada (tecer com, fiar com, compor, criar), em que “as singularidades dos encontros que se fazem presentes no campo concorram para multiplicar as possibilidades de conexões entre sujeitos e mundos” (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014). “Numa investigação cartográfica, conhecer tais experiências equivale a transformá-las, o que coloca o desafio de pensar qual o rumo a ser dado à intervenção e como fazer” (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014, p. 66).

Essa revisitação realçou marcações identitárias individuais e coletivas nas trajetórias de vida das participantes. Em vista disso, a partir das lentes interseccionais apontadas por feministas negras como Djamila Ribeiro, Juliana Borges, Carla Akotirene, Sueli Carneiro, Lélia González, bell hooks, Angela Davis, Audre Lorde e Conceição Nogueira, foi possível atentarmos para os entrecruzamentos identitários e categóricos, singulares e rizomáticos, vivenciados pelas adolescentes. É uma postura, então, de cuidado para com as interlocutoras, posto que não invisibiliza singularidades, homogeneiza opressões ou cristaliza vidas.

Partimos, portanto, do entendimento que as categorias sociais são culturalmente construídas e interagem entre si em múltiplos níveis de opressão e privilégios (NOGUEIRA, 2017). Inicialmente, nesta pesquisa, duas categorias foram centrais, gênero e geracional, por se tratar de adolescentes e jovens mulheres. Contudo, outros marcadores sociais foram observados a partir das análises, a saber, raça, classe, sexualidade e território.

Como destaca Mayorga (2019), as categorias juventude e mulher estão subordinadas às formulações sociais e morais que impedem a vivência de uma cidadania completa. Estas experienciam, assim, uma cidadania a conta-gotas manejada por uma desigualdade estruturada e estruturante pelos sistemas de poder como patriarcado, racismo, colonialismo, dentre outros. Contudo, essa cidadania escassa (SALES, 2005) torna-se mais aviltante para com as populações infanto-juvenis de pele negra e em situação de pobreza, não à toa que mais da metade das participantes são pardas ou negras e todas residem em bairros pobres.

Segundo Platero (2014, p. 82, tradução nossa), a interseccionalidade pode ser definida da seguinte maneira: “um estudo sobre relações de poder, que também incluem experiências que podem ser designadas como ‘abjetas’, ‘pertencentes às margens’ ou ‘dissidentes’”. Além disso, “também serve para teorizar o privilégio e como os grupos

dominantes organizam estratégias de poder (conscientemente ou não) a fim de preservar sua posição de supremacia” (PLATERO, 2014, p. 82, tradução nossa).

A noção de interseccionalidade foi cunhada teoricamente pela advogada Kimberlé Crenshaw (1991, 2002, 2004) em 1989 nos Estados Unidos, embora muitas teóricas do feminismo negro já faziam análise por meio de diferentes eixos de opressão sem usar o conceito de interseccionalidade, especialmente a partir das categorias de raça, classe e gênero (LORDE, 1984; COLLINS, 2000; CARNEIRO, 2011; DAVIS, 2016; HOOKS, 2018). A exemplo do discurso de Sojourner Truth⁹, o conceito de interseccionalidade busca capturar as consequências estruturais de dois ou mais eixos de subordinação presentes, aqui, nas narrativas das interlocutoras.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A interseccionalidade possibilita ver, dessa maneira, a interação simultânea das “avenidas identitárias” que estruturam os terrenos sociais, políticos e econômicos imbricados na produção de subjetividades (AKOTIRENE, 2018). Isso quer dizer que as formas de subordinação estão inter-relacionadas e criam um sistema de opressão que reflete na relação de múltiplas formas de discriminação (NOGUEIRA, 2017). Ou seja, a interseccionalidade aborda diferenças nas diferenças (CRENSHAW, 1981; 2004).

Como sensibilidade analítica, a interseccionalidade “visa dar visibilidade teórico-cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2018, p. 14). Como postura ética e política, essa abordagem entende que a construção do conhecimento está envolta da produção de subjetividades serializadas, industrializadas e niveladas em larga escala (CASTRO; MAYORGA, 2019; GUATTARI; ROLNIK, 2005), por isso, o posicionamento político e parcial está atravessado pelo feminismo negro, que busca emergir um novo marco civilizatório que possa romper com o universalismo e amplie, sobretudo, o que se compreende por ser humano (RIBEIRO, 2018).

As interlocutoras foram convidadas a compartilhar um recorte experiencial de sua

⁹ Discurso proferido pela ativista e ex escrava estadunidense como uma intervenção na Women’s Rights Convention, Akron, Estados Unidos em 1851, disponível sua tradução em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

história de vida, bem como a percepção a respeito de si, do mundo e da violência urbana na cidade. Dessa forma, a fala da adolescente era acolhida à medida em que era convocada para falar a partir dela (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014). Isso requer minimamente um engajamento da interlocutora para com a pesquisa, posto que falar de si é um processo de despir-se.

O Aldaci é uma unidade pequena quando comparada com outras unidades, por isso o número de salas disponíveis é restrito. Algumas vezes, tive dificuldades em conseguir sala por isso. Ao iniciar as entrevistas, apresentava-me como estudante e pesquisadora; informava o “motivo” dela ter sido chamada e que aquela participação não iria influenciar nos seus respectivos processos judiciais. Em cada entrevista estava aberta ao inesperado, seja o silêncio, que às vezes surgia, seja a fala corrida, quase como asfixia. Além disso, não forçava uma “camaradagem”, era possível ver uma tensão no ar quando a adolescente chegava, mas que, quase sempre era quebrada no decorrer dos minutos, assim era possível perceber um certo vínculo afetivo sendo germinado. Esse *modus operandi* tem como base as pistas da confiança, da entrevista e do plano comum do *ethos* cartográfico (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014), manejos estes que proporcionam a produção de subjetividades ao retornar experiências vividas (KASTRUP; PASSOS, 2014).

Além disso, expliquei que a entrevista se dava a partir da narração delas acerca de suas histórias, assim as perguntas seriam feitas a partir dos assuntos compartilhados (GERMANO; SERPA, 2008). A entrevista narrativa não se trata de um método engessado e generalista, permitindo que, de forma menos diretiva, as adolescentes fossem convidadas a falar abertamente, com o mínimo de interrupção possível, sobre suas histórias de vida. Após esse compartilhamento, algumas interrogações de “como?”, “então?” e “o que você pensa” foram feitas na tentativa de convidar as adolescentes a vagar por suas experiências (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014). Portanto, as entrevistas aconteceram sob o manejo da cartografia, em que se acompanha a experiência e coemergência de si e de mundo, ou seja, os planos de experiência de vida e ontológica (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014).

O diálogo na entrevista assume seu aspecto intrínseco de intervenção, respondendo pelo acesso/construção da experiência. É preciso assumir que a fala do entrevistador não elicia um relato preexistente; ela atua, produz, modula processo do dizer do entrevistado. Nesse sentido, dizemos que a entrevista não é um procedimento para coleta de dados, mas sim para a ‘colheita’ de relatos que ela mesma cultiva. (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014, p. 104-105)

Quando informava que se tratava de uma entrevista em que as perguntas surgem a partir da própria narrativa, instantaneamente as adolescentes diziam que não saberiam fazer esse tipo de entrevista e pediam que fossem feitas perguntas para elas se sentirem mais

confortáveis em falar sobre si. Isso ocorre, sobretudo, pelo jogos de poder que operam nas unidades de privação de liberdade em que as entrevistas têm por fim a ressocialização narrada pela adolescente: não retornar ao crime, voltar a estudar, não fazer mais uso de substâncias psicoativas, dentre outros. A formalização disso é transcrita em relatórios e enviados para o juiz, que decide pela permanência ou término da medida socioeducativa.

Mesmo quando não era feita nenhuma pergunta sobre determinados temas, automaticamente elas relacionavam suas vidas aos atos infracionais como um envolvimento em atividades criminais e/ou a facções criminosas. Esse entrelaçar com o que é esperado em entrevistas é comum no plano do dizer. Essas situações são geradas por múltiplos fatores históricos que atravessam os modos de subjetivação das interlocutoras, cabendo não reforçar essa narração unificadora e de subjetividades serializadas, por isso buscamos as singularidades e a reformulação do eco (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014; SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014). Reflexo, sobretudo, dos jogos de poder e saber que produzem a adolescente a quem se atribui o cometimento de ato infracional.

Com as adolescentes que apresentavam maior dificuldade em falar sobre si sem ter uma pergunta pré-dita, foi necessário fazer mais apontamos do que geralmente ocorre em uma entrevista narrativa, como perguntas mais diretivas. Todavia, isso favorecia um manejo criativo, pois as perguntas feitas eram um convite para que suas histórias fossem narradas. “Na medida que o próprio dispositivo é voltado para fomentar abertura ao plano de forças, ensejando que entrevistado e entrevistador possam se vincular e compor com este plano, o dispositivo propicia que nos disponhamos a agir a partir da indeterminação” (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014, p. 84). Nesse sentido, a sintonia alcançada nas entrevistas, possível pela abertura de ambas a comporem aquele momento, tornou ele singular em sua experiência e desobstruiu um canal, ou podemos dizer, construiu um canal comum no plano da experiência compartilhada.

Algumas adolescentes, mesmo sem um vínculo prévio, já que se tratava de um primeiro encontro, narraram abertamente acerca de suas trajetórias imediatamente. Quase como solicitasse esse espaço de escuta nunca antes existente. Nesses casos, principalmente, acolhemos o que a entrevistada trazia, fazendo intervenções e desvios em momentos propícios (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014). Além disso, quando possível, foram observados nas transcrições das entrevistas momentos de interrupções, pausas ou observações, posto que entendemos que a escuta acompanha a processualidade e que os fragmentos de sensações estão em vias de constituir novas subjetivações (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014).

Acredito que minha maior dificuldade foi a falta de vinculação com as interlocutoras. Elas se mostravam tímidas e com receio de falarem sobre si, outrora

intimidadoras. Por exemplo, em uma entrevista, uma adolescente perguntou com que roupa eu ia para a UFC; em outro momento, essa mesma adolescente foi amigável quando fui falar com seu responsável legal sobre a pesquisa, ela me deu um chocolate da caixa de bombons que havia recebido de presente. No mais, acredito que o medo de serem “caboetas” (alguém que fala demais) e sofrerem retaliações pela possibilidade de comentarem determinados assuntos que talvez não pudessem, sobressaia. A respeito disso, os autores Sade, Ferraz e Rocha (2014, p. 81) notam que “todo *modus operandi* da pesquisa é marcado por uma relação de desconfiança no que diz respeito aos vínculos produzidos com (e no) campo”.

Na tentativa de complementar as entrevistas já realizadas e por maior diálogo, optamos por um segundo momento, contudo, muitas delas já haviam sido liberadas; das dez, tive essa segunda entrevista apenas com quatro. Percebi que existia um maior vínculo com as adolescentes, traço da confiança que exige uma temporalidade para maior sintonia afetiva e engajamento (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014). Talvez, por isso, as interlocutoras que tiveram mais momentos dialógicos estejam mais presentes em transcrição e por vias afetivas na dissertação. Em suma, a entrevista narrativa acerca das trajetórias de vida, as quais anunciam os fenômenos psicossociais e seus atravessamentos subjetivos, permitem acessos às cenas¹⁰ invisibilizadas, silenciadas e esquecidas pela lógica normatizadora. Logo, temos o acesso privilegiado de recortes das experiências das adolescentes. Evidenciamos que as cenas-analisadoras apresentam um outro enunciado, inclusive para a produção do conhecimento (saber-poder-Subjetivação), pois emerge novos territórios existenciais (SILVA, 2008), assim como na dimensão interventiva por meio da experiência do dizer ao fazer as interlocutoras revisitarem suas próprias trajetórias. É, portanto, o traçado de um devir (TEDESCO; SALES; ROCHA, 2014).

As narrativas das adolescentes tornaram-se um dispositivo em que cenas anunciavam diferentes níveis de diferença, produções de subjetividades, permitindo observar o agenciamento de opressões e privilégios no reconhecimento de adolescências - humanidades - desiguais. Dessa maneira, as cenas-analisadoras narradas pelas adolescentes foram apontamentos chave para compreender os atravessamentos e as implicações das dinâmicas da violência urbana nas trajetórias de adolescentes que residem em bairros marginalizados, mas que atualmente estão privadas de liberdade.

O desejo pela vida foi/é algo que atravessa a narrativa das interlocutoras. São

¹⁰ Essas cenas são tomadas como analisadores, um nicho de acontecimentos que enuncia atravessamentos nas trajetórias de vida das adolescentes que, de certa maneira, estão interconectados sem negar suas singularidades (LOURAU, 1993).

histórias de sobrevivência, reinvenção, afetos e potência, apesar das desigualdades estruturais e estruturantes que moldam a forma como a sociedade lida com essas adolescentes, de terem suas vidas enquadradas em categorias de “bandidas” e “envolvidas”. Pude ouvir e transcrever um pouco sobre os diferentes modos de re-existências que elas criativamente tensionam a partir da teimosia de continuarem vivas. Espero fazer jus a essa confiança.

2.3.1. Participantes: histórias além das medidas

As participantes desta pesquisa são adolescentes e jovens mulheres, possuem entre 15 e 18 anos; elas são Loirinha, Pérola, Marta, Lorin, Japa, Chinesa, Paul, Lilian, Duda e Novinha. Ao todo, foram 10 adolescentes entrevistadas, sendo que com quatro delas houve dois momentos (Loirinha, Marta, Lorin e Japa). Os nomes utilizados são fictícios, sendo quase todos escolhidos por elas (Loirinha, Pérola, Marta, Lorin e Japa), somente as que foram liberadas antes do segundo momento tiveram seus nomes escolhidos pela autora. As entrevistas ocorreram entre abril e julho de 2019. Além disso, haveria um momento geral em agosto que seria com três adolescentes que ainda se encontravam na unidade, porém, por questões institucionais, somente Pérola participou e Loirinha passou na sala em que nos encontrávamos para dar um abraço.

Aproveito este espaço para falar um pouco delas para além de seus atos infracionais e mostrar como nossas co-autoras, a partir de suas trajetórias, desestabilizam saberes e “cobram” novas reformulações teórico-práticas. Apresentamos linhas rizomáticas, questionamentos e problematizações mais do que informações, dizeres como linhas em devir (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014, p. 116), os quais borram noções categóricas - homogeneizantes e essencialistas - tomadas como verdade, inclusive, por algumas vertentes da psicologia. Com esse *ethos* da entrevista sob o manejo cartográfico feminista, não silenciemos, costuramos devires (devir mulher, devir adolescente, devir envolvida, devir humano). Portanto, de forma rizomática, essas enunciações - denúncias - são desenhadas nas linhas a seguir.

Início com a Loirinha. Jovem com 17 anos, mora com sua mãe e irmã, pude observá-la em algumas visitas e perceber o quanto a adolescente era atenciosa com sua família, sobretudo com sua irmã mais nova. Ela namora um rapaz que estava preso por tráfico de drogas; ele foi liberado há pouco tempo, mas como não são casados no civil, não pode ir visitá-la. Este rigor não existe nas unidades socioeducativas masculinas, afinal o controle da sexualidade da mulher é histórico e não ocorre apenas nessas instituições (BITTENCOURT, 2015). Ela conta que ele manda recados por sua mãe e assim conversam. Ele disse para a mãe de Loirinha que irá esperar por ela, que, por sua vez, se apegou a essa ideia e à esperança de um futuro na

“liberdade”.

É perceptível o desejo da adolescente pela liberdade. Em diferentes momentos, ela disse que sairá do Aldaci para mudar, não só de endereço, mas de “estilo” de vida. Em outros momentos, durante as entrevistas, ela chegou a se emocionar, contando que sofreu várias ameaças de morte e, várias vezes, repetiu a fala “eu vou sair daqui pra viver”. Sua trajetória é atravessada por violações de direitos básicos e pela violência precocemente. Devido a essas ameaças, ela teme não conseguir essa mudança ou permanecer viva.

Enquanto falava sobre sua história, ela compartilhou sobre sua perspectiva de futuro.

Só que quando eu sair daqui eu quero me mudar porque todo mundo sabe onde eu moro. Não quero sair daqui só para morrer não! Tenho que mudar! Mas a questão não é só me mudar não, é não me envolver mais. Não adianta me mudar e me envolver de novo. Aí vai adiantar de que? Vai adiantar de nada. (LOIRINHA, 2019)

Segundo ela, tudo poderia ter sido diferente em sua vida, caso sua família tivesse recebido ajuda, principalmente de seu pai, que não tem contato algum com ela. Esse retrato é de mais uma família, assim como da autora, monoparental. Não é de hoje que a responsabilidade da vida de uma criança “é” da mãe, sendo comum o desaparecimento do pai. O que tem corroborado, cada vez mais, com a feminização da pobreza e a precarização da vida das mulheres brasileiras, sobretudo as afrodescendentes (CARNEIRO, 2011). Por isso, quando falamos de pobreza, falamos também do gênero e da raça, imbricadas a esse processo de subordinação e impossibilidade de mudança ou de ascensão social dessas mulheres. Reflexo da cultura patriarcal colonialista estruturante da sociedade brasileira, que regulariza por diferentes tecnologias a sexualidade feminina (BARATA, 1999; BITTENCOURT, 2015; NASCIMENTO, 2016).

Loirinha continua sua narrativa, falando que não teve adolescência: “Eu não tive adolescência não, mulher! Se eu tive, eu nem me lembro”, essa foi a resposta da Loirinha quando eu sugeri iniciar a segunda entrevista falando sobre a sua adolescência. Então perguntei o que ela queria dizer, a mesma disse: “Num tive não. Nunca fui de tá brincando de boneca não. De tá... de nada. Pra falar verdade eu nem lembro da minha adolescência. Só me lembro dos meus dezesseis anos pra cá”. Para ela viver o que consideram a adolescência seria então “acho que não se envolver né? Aproveitar a adolescência. A minha tá todinha aqui dentro” (Loirinha, 2019).

Outra adolescente retratou como foi sua adolescência ao vivenciar ida e voltas para o Aldaci, também trouxe um sentido de adolescência perdida ao ver que fugia de uma representação entre casa, escola e família. Contudo, entendia que de onde via, aquela forma de

viver era normalizada. Em suas palavras:

porque mermo quando eu tava no tráfico eu também num me dedicava só pro tráfico não, eu vivia normal, igual uma adolescente normal, só num estudava.[...] Eu jogava bola, ia pra praia e jogava bola, monte de coisa, saía com a galera. [...] É normal, pra mim é normal, porque é a merma coisa, só mudou porque agora... antes eu traficava. (MARTA, 2019)

Percebi, dessa maneira, que a adolescência, como narrada por nossas interlocutoras, rompe a percepção universalista, hegemônica e naturalista que agencia uma suposta forma de passar e ser adolescente que autores da psicologia social denunciam a partir da percepção da adolescência como construção histórica (COIMBRA, BOCCO, NASCIMENTO, 2005). Sendo ela não somente plural, mas como um momento que pode não ser vivido por todos os sujeitos, sendo que as que se reconhecem dentro dessa experiência não necessariamente vivenciam essa adolescência glamourizada e retratada como melhor período da vida.

A respeito disso, o conceito hegemônico da adolescência é entendido como um período de transição entre a infância e a fase adulta, noção respaldada por saberes científicos - especialismos (PINHEIRO, 2018), sobretudo pelos saberes “psis” (SCISLESKI; CAETANO; GALEANO, 2015). Algumas psicologias têm contribuído com essa re-produção universalista do que são entendidas como etapas da vida dos seres humanos, reforçando, por sua vez, subjetividades capitalísticas (PAIVA; OLIVEIRA, 2015). Propomos romper com tal naturalização representacional em idades, entendendo a vida e suas nuances como complexos e heterogêneos.

Dessa maneira, é importante entender o ideal capitalístico como um sistema econômico que normatiza e universaliza uma forma de ser e passar pela adolescência. Segundo Guattari e Rolnik (2007), os processos de subjetivação são modelados pelo capitalismo - individualizador e produtor de agenciamentos dominantes - para assegurar sua re-produção. Sob influência da premissa transicional (infância-adolescência-juventude- adulto), as instituições, a serviço dessas subjetividades capitalísticas e preocupadas em docilizar e direcionar esses corpos para o mercado de trabalho, ficam encarregadas de massificar e homogeneizar as subjetividades para fins de governamentalidade (GONZÁLEZ; GUARESCHI, 2014). A governamentalidade, a partir do biopoder, que, por sua vez, busca exercer o controle sobre os indivíduos e populações, consiste em controlar e direcionar potencialidades por meio de um conjunto de práticas sócio-institucionais operadas por tecnologias de poder (FOUCAULT, 2012).

Nas categorias biologizantes e psicologizantes, são enquadrados qualidades e defeitos que constroem a “identidade adolescente”, portanto, é a partir dessa perspectiva

padronizada que um conjunto de leis e formas de cuidados, historicamente, sofrem mudanças justificadas na ideia de um melhor desenvolvimento identitário (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005). Assim, as políticas públicas acabam não alcançando todos os sujeitos, ao reiterar a identidade hegemônica adolescente, promovendo exclusões e segregações, a exemplo dos “jovens de projetos” e “jovens da periferia” (NOVAES, 2006).

As narrativas da Loirinha e Marta denunciam que a identidade adolescente/jovem está ligada à produção de massa, serializada, registrada e modelada por uma subjetividade dominante que instaura processos de individuação (GUATTARI; ROLNIK, 2007). Dessa forma, aquelas que não se encaixam nesse modo de vivenciar a adolescência estão passíveis de serem vistas como um problema social, sobretudo adolescentes pobres, por sua condição de pobreza (SCISLESKI *et al*, 2017). Estas pessoas acabam por serem alvos das instituições direcionadas para corpos “desviantes” e “transgressores”, como a FUNABEM, posteriormente FEBEM e, atualmente, unidades socioeducativas, com o objetivo de exercer controle social e corretivo (COIMBRA, 2001a).

Marta chega ofegante na sala para a entrevista, estava jogando futebol, diz que há muito tempo não tinha essa atividade na unidade devido a um desentendimento entre as demais adolescentes e o educador físico do CSABM. Após explicar o motivo dela ter sido chamada, ela aceita participar da entrevista, pedindo apenas que não se prolongue muito e que eu faça perguntas, pois ela tem dificuldades de falar livremente sobre si. A adolescente possui 16 anos, inicia a entrevista brincando por não saber o que falar de si, em suas palavras: “Faço nada, vou botar que? Que vendo droga é? Eu moro com a minha mãe, meu padrasto, meu irmãozin e a minha irmã. Faço nada da vida né, só ... [risos] vendia droga. Mas quando sair daqui eu... vou ficar sossegada, estudar... que mais?” (MARTA, 2019).

Marta morava com sua avó, mas, devido aos conflitos territoriais na cidade e sua inserção no tráfico de drogas, teve que se mudar para a casa de sua mãe. Apesar de ambas residirem no mesmo bairro, há uma demarcação simbólico-territorial imposta pelas organizações criminosas que disputam o mercado de drogas no bairro, sendo ecos da violência que atravessam gerações de famílias que residem nas periferias de Fortaleza (PAIVA; FREITAS, 2015).

Assim como muitos jovens de bairros pobres, seu sonho é ser jogadora de futebol, fato que levou ela a escolher seu nome fictício para esta pesquisa. Contudo, ao precisar de dinheiro e não querer pedir sua mãe, por ela depender financeiramente do companheiro e terem apenas o sustento básico, Marta “escolheu” outra estratégia: o tráfico de drogas. Segundo ela, olhar cotidianamente pessoas vendendo e conseguindo dinheiro com o tráfico de drogas

contribuiu para que ela fizesse o mesmo. O acesso precoce às drogas, ao tráfico, grupos criminosos e homicídios, bem como a evasão escolar (todas as adolescentes estavam sem estudar antes de serem apreendidas) tem sido colocado como fator que contribui para a cooptação da mão de obra das adolescentes.

Chinesa é a próxima a compor esse mapa de apresentação. No dia da entrevista, ela entrou na sala e me perguntou do que se tratava aquela conversa, ao responder que era para uma entrevista sobre sua história, ela disse: “vixe, tenho muita história pra contar”. E realmente tinha. Desde que sua mãe ganhou um apartamento no “Programa Minha Casa, Minha vida”, na região da Grande Messejana, em Fortaleza, a família se mudou. Contou que passou a morar sozinha no apartamento por conta de sua mãe e irmão não se adaptaram ao local. Por isso, eles voltaram a morar na antiga casa com o padrasto dela.

Chinesa se mostrou muito comunicativa, abertamente contou um pouco sobre sua trajetória de vida, sobretudo a partir dos seus relacionamentos amorosos com rapazes e mulheres e como isso estava entrelaçado às suas vivências no tráfico de drogas. Após sua inserção em atividades ilícitas, conta que “escapou” de perder a vida e ser “presa¹¹” inúmeras vezes. Sua adolescência foi/é “cheia de momentos babilônicos”, como costuma se referir aos momentos de diversão e perigo.

Sua trajetória é marcada por complicações com policiais, em diversos momentos durante sua trajetória, ela foi vítima de ações truculentas, ostensivas e ilegais por parte de policiais, tais questões serão abordadas no tópico referente à violência policial. Também falou que teve que se reinventar todas as vezes que se mudava devido às dificuldades que enfrentava nos territórios por conta das nuances do mercado ilegal de drogas, principalmente com a polícia “embaçando” (dificultando), o mercado ilícito das drogas.

Lilian, Duda e Novinha foram as adolescentes que menos tive acesso, já que se mostraram mais retraídas ou preocupadas, afinal era uma pessoa desconhecida querendo saber sobre assuntos delicados. Por estarem em medida de internação provisória, foram liberadas e, por isso, não foi possível ter um segundo momento de entrevista. Duda narrou sobre as ameaças que ela e sua mãe sofreram de pessoas de facções rivais, devido ao seu pai e irmão serem de uma facção específica. Essas ameaças são, sobretudo, por áudios em redes sociais. Já Lilian contou que enquanto criança, viu pessoas usando e vendendo drogas rotineiramente, então aos

¹¹ Utilizo a palavra presa pelo fato das adolescentes assim se referirem quando são apreendidas ou estão privadas de liberdade nas instituições socioeducativas. Apesar delas saberem que o Aldaci não é um prisão, sentem-se como se estivesse em uma devido à estrutura semelhante, outrora por considerarem estarem presas, no sentido de privação de liberdade, sem necessariamente isso ser associado a instituição prisional.

dez anos passou a usar e vender substâncias psicoativas. Em suas palavras: “Aí depois disso, eu continuei ainda estudando as coisas. Aí eu vi as coisas erradas, aí pronto, comecei a fazer” (Lilian, 2019). Mais uma vez, aparece como ponto conector dessas trajetórias a exposição precoce à violência e às drogas.

Lorin e Paul são adolescentes que me chamaram atenção por suas narrativas, ambas em suas falas trouxeram uma certa inquietação quanto ao público desta pesquisa (adolescentes e jovens mulheres). Apesar de previamente ter escolhido o Aldaci por ter acesso às adolescentes do gênero feminino, deparei-me com jovens que não se identificam com o gênero designado ao nascer e, não necessariamente com o gênero oposto, borrando a fronteira da sexualidade dicotômica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Isso possibilitou problematizar a possível categorização cristalizada que poderia estar no início da pesquisa. Acredito, que esse “chocalho” foi fundamental para ampliar as discussões aqui apresentadas.

Lorin usava o pronome masculino para referir a si, por isso perguntei se preferia ser reconhecido no masculino ou feminino, respondendo: “É. depende do momento. Muitas vezes é masculino” (Lorin, 2019). Entendi, então, que Lorin transita entre as características do masculino e feminino como estratégia de sobrevivência e que isso não limita sua existência. Por exemplo, quando ele anda na rua com roupas masculinas, é parado pela polícia, quando estes são agressivos com ele, anuncia ser uma menina para escapar da possível violência policial. Enquanto Paul usou o artigo masculino em quase toda a entrevista ao falar de si. Inclusive, ao se apresentar, usou uma versão de seu nome socialmente inscrita no “universo masculino”, por exemplo: Paula, apresentou-se como Paulo (exemplo com nome fictício).

A sexualidade e gênero, interconectados pela violência urbana nas trajetórias de vidas de Lorin e Paul, desnaturalizam a noção de gênero, portanto, essa diferenciação, fluidez e uma certa performatividade, outrora mais inscrita no universo masculino do que no feminino, permite supor que há uma certa internalização dos machismos e percepção de seus modos de subjetivação voltados para uma “masculinidade hegemônica” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) que se relaciona com a violência urbana. Essa formulação ocorre a partir de recortes específicos em que falam sobre relacionamentos amorosos, comportamentos, estética do corpo, roupa e posicionamento diante de situações específicas, tais como ter dinheiro para chamar a menina para sair e pagar a conta e, também, tentar manter um certo controle sobre características e comportamentos de suas companheiras.

Lorin e Paul ora subvertem, ora desconstroem os papéis sociais hegemônicos do sexo, sexualidade e gênero na sociedade, por isso entendemos essa fluidez como *nonbinary*

*gender*¹² e de forma a respeitar isso, tentarei não categorizar nos artigos feminino ou masculino, contudo, optamos o artigo definido masculino “o” por eles se sentirem mais confortáveis. Além disso, entende-se que um estudo mais amplo deve ser feito sobre a relação da violência urbana, gênero e performatividade, o que não cabe ser feito nesta pesquisa.

Sobre Lorin, durante a entrevista este apresentou dificuldades de desconectar a percepção de si, sua vida e de sua inserção em atividades criminais. Logo no início não sabia o que falar, por isso perguntou “Deixa eu ver aqui... Não, eu vou falar como tudo começou pra eu vir parar aqui. Pode ser?” (LORIN, 2019). Quase todas as adolescentes tiveram a mesma dificuldade de desvincular os atos infracionais cometidos e a percepção de si, como se fosse difícil se enxergar além do “crime”. Assujeitamentos que constituem linhas de força e de poder que interpelam as interlocutoras, portanto, concorrem para que intersubjetivamente elas internalizem a figura de bandida. Sobre esse fato, de acordo com Butler (2017), a sujeição consiste em um processo de duas vias, tornar-se subordinado pelo poder e tornar-se sujeito. Tratarei com mais detalhes essa relação de assujeitamento e constituição de si mais adiante.

No ato da pesquisa, Paul havia feito a pouco tempo 18 anos. Quando começou a falar de sua vida, com tom de ressentimento, contou que foi difícil por ter saído de casa com onze anos. Paul compartilhou um pouco sobre sua vida, contou que vivia em várias casas, às vezes morava só ou com companhia de amigos e/ou namorada, outras vezes residia com seu pai. Teve uma filha aos 15 anos, que, atualmente, tem três anos, sendo cuidada por seu genitor. Inicialmente, trabalhava vendendo fruta na feira e ajudava sua mãe financeiramente. Atualmente, trabalha vendendo pastilhas em coletivos e pretende voltar a essa atividade quando terminar sua medida socioeducativa.

O trabalho infantil é uma realidade que cerca a infância e adolescência de vários(as) brasileiros(as) pobres, ora para ajudar financeiramente no sustento de casa, ora para manter o próprio sustento. Algumas outras adolescentes, antes de praticarem atos infracionais, exerciam alguma atividade laboral informal, a saber: vendedora de frutas, cabeleireira ou cuidar de crianças. As que não exerciam atividade laboral ficavam em casa cuidando de seus irmãos(ãs) mais novos(as). Apenas uma relatou que fez um curso em seu bairro, as demais informaram que não sabiam sobre atividades educacionais ou profissionalizantes além da escola. No mais, algumas informaram que suas mães eram beneficiárias do Bolsa Família por terem filhos estudando e serem de baixa-renda. Suas genitoras, em geral, eram chefes de família, exerciam

¹² “Nonbinary gender” é um termo usado para se referir aos gêneros que são visto como algo entre ou além do “gênero” binário (mulher e homem) e podem incorporar elementos sociais visto tanto como masculino, quanto feminino (RICHARDS *et al*, 2016)

trabalhos como domésticas, faziam bicos de costura ou, aquelas que estavam acompanhadas, dependiam financeiramente de seus companheiros.

Para além da questão do trabalho infantil ser proibido, devendo ser dever do Estado e da Sociedade Civil garantir bem-estar social desse público, jovens pobres estão frequentemente expostos(as) à precariedade de ofertas de emprego, ficam a mercê de trabalhos informais e ilegais (CIDADE; SILVA, XIMENES, 2016). Relações sociais são fragilizadas, o que, por sua vez, impulsionam esse segmento populacional a enxergar o crime como oportunidade de superação da condição de pobreza (SOUSA, 2019).

É, tinha um cara lá que chamou meu irmão pra vender droga, meu irmão mais velho. que era da vida certo, não quer essas coisas não. meu irmão não quis, aí eu pensei assim “se meu irmão não quer, eu vou aproveitar essa oportunidade”. Que era pra ganhar dinheiro. aí eu “ei menino, bota eu no lugar dele. Ele não vai querer”. Aí ele pegou e me colocou. Pronto. (LORIN, 2019)

Todavia, há uma racionalidade que faz esperar que mesmo que esses jovens pobres não venham a cometer crimes, estejam propensos a isso, fazendo com que dispositivos tecnológicos sejam acionados, como o da periculosidade, o qual corrobora para a construção de políticas públicas de controle coercitivo e não de garantias de direitos (COIMBRA, 2001a). “É o criminoso pobre, que vive no processo de *sujeição criminal*, o grande objeto dos projetos de ‘ressocialização’” (TEIXEIRA, 2015, p. 126, grifo do autor).

Japa, outra interlocutora, ao contrário das demais adolescentes, que iniciaram falando sobre suas primeiras atividades no tráfico de drogas ou na prática do roubo, contou como teve que aprender a sobreviver por conta da intolerância religiosa imposta por sua mãe ao descobrir seu relacionamento amoroso. A mãe da adolescente “sugeriu” que a adolescente fosse morar com um rapaz com quem ela namorava na época, logo após descobrir que Japa “perdeu” a virgindade (“dignidade”) com ele, por isso não a queria mais em casa. Em suas palavras: “Ela foi e chegou pra ele e conversou, disse que tava sabendo e ele tinha que dar um jeito de me colocar em uma casa” (Japa, 2019).

A narrativa de Japa e de outras interlocutoras apresentaram a instituição religião, mesmo que de diferentes maneiras, como uma forte presença de controle moral das famílias. A religião e sua estrutura de controle têm como um de seus mecanismos reguladores da moral a sexualidade. Essa relação de poder também ocorre na unidade socioeducativa, “feminizada” e com forte presença de pessoas representando igrejas evangélicas e, às vezes, católicas. Foi informado que essas instituições “ocupam” o tempo das adolescentes durante o domingo. Isso demonstra, dessa maneira, a presença disciplinar do Estado e da religião nos processos institucionais e intrafamiliares.

Nesse sentido, em diálogo com Foucault (1995), a religião é entendida como uma tecnologia de poder subjetivo e de controle de condutas. Segundo o autor, desde o século XVI, com o desenvolvimento da sociedade moderna e, conseqüentemente, as novas relações mercadológicas, o Estado exerce uma nova forma política de poder, a qual se atualiza da soberania e do poder disciplinar à biopolítica (FOUCAULT, 1995). A gestão da vida, por meio de modernas tecnologias operativas, age de modo a gerir e a controlar multiplicidades. A sexualidade é, portanto, um regulador ontológico do reconhecimento humanitário e, historicamente, tem sido acionada por diferentes instituições¹³.

O Estado, para Araújo (2006, p. 58)

(...) é um efeito de práticas de governo, cuja história tem uma genealogia que remonta a práticas do poder pastoral. [...] somos governados tem um pano de fundo que é a história de poderes políticos, de saberes com uso político, e que a soberania é um efeito da necessidade de governar a conduta, o comportamento, o modo com se produz, como se troca, como se vive.

De acordo com Foucault (1995), o Estado pode ser considerado uma matriz moderna de individualização e, atualmente, opera uma remodelação do antigo poder pastoral exercido pelo clero com a nobreza. Afinal, “governo” e religião estão interconectados historicamente nos controles de condutas. Esse poder pastoral age como uma tecnologia que molda, individualiza e controla por meio de aparelhos institucionais e mecanismos de poder. O poder, sendo ele fluído, é exercido nas relações socioeducativas e na família, por exemplo. Ele existe em ato, assim como, também, se inscreve em campos difundidos ou em estruturas “permanentes” (FOUCAULT, 1995). Age sobre e nas ações, inclusive a partir da sexualidade, como é visto nos paradigmas da maternidade, heterossexualidade compulsória, dentre outras que nossas participantes anunciaram.

Retornando para a trajetória de Japa, após um tempo “casada” com esse jovem, ela separou-se dele por, aparentemente, ele usar drogas pesadas e ter sofrido durante o relacionamento com ele, todavia não entrou em detalhes. Como ela não “podia” retornar para a casa de sua genitora, foi morar de favor em diferentes casas de amigas. Em um determinado momento de sua trajetória, ela contou que dividia uma casa com algumas outras adolescentes; enquanto elas eram profissionais do sexo, Japa vendia drogas na mesma esquina à noite.

Japa é uma menina mais tímida; tive a oportunidade de conseguir um segundo momento de entrevista com ela. Em ambos os momentos, ela mostrava um pouco de

¹³ Nas palavras de Foucault “se pudéssemos chamar de ‘bio-história’ as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana”. (FOUCAULT, 1998a, p. 134)

constrangimento ao falar sobre sua vida, acredito que, por isso, em quase todos os momentos das entrevistas ela falava em tom baixo e, quase sempre, olhava para baixo. Sua história de vida é marcada por dificuldades, violências e abandonos. Essa trajetória também expõe a falha legislativa e social em cuidar da infância e juventude, proposta pelo Estado de Bem-Estar Social nas democracias Latino-americanas (CARNEIRO, 2003).

[...] emergem outras formas de sociabilidade e conflitualidade nas cidades ocidentais, principalmente nas latino-americanas, com enfoque em uma nova morfologia em problemas sociais [...] aumento de processos de exclusão social, fundamentados na desigualdade de renda, nos quais um dos efeitos é a expansão das práticas violentas, seja na resolução de conflitos ou como estratégia de aquisição de bens materiais (PAIVA; FREITAS, 2015, p. 118).

Assim, como Japa, Marta e Loirinha, Pérola é outra adolescente que recorreu ao tráfico de drogas quando precisou de dinheiro para ajudar a família. Ela tem 17 anos e tem uma filha recém-nascida que está sendo cuidada pela sua mãe, a avó da criança. Nos dias de visita, a mãe e avó de Pérola levam sua filha para que ela possa ter um pouco de convívio com a mesma. Em uma dessas visitas, pude ver a bebê e como ainda era pequenina, então pensei sobre o tempo que Pérola está perdendo longe de sua filha: primeiro passo, palavra e dente que troca, nada disso ela acompanha presencialmente. Outra coisa que me afetou foi saber que desde nova essa bebê se alimenta de mingau de Mucilon, já que Pérola não pode amamentá-la. Tão nova e já sofre privações.

O ECA prevê que a instituição socioeducativa deve dar condições e manter, em casos excepcionais, o convívio de uma mãe com o/a filho/a, apesar de não deixar muito evidente como isso deve acontecer. Recordo, da época em que fui estagiária do Aldaci, que, nesses casos, o juiz da 5ª vara de Fortaleza liberava as adolescentes antes delas terem bebê. Especificamente, Pérola foi apreendida dias antes de ter sua bebê, foi ao hospital apenas para “parir” e entregar sua filha para os cuidados de sua avó. Desde então, está privada não somente da liberdade, mas de vivenciar a maternidade.

A adolescente conta sobre sua trajetória. Em sua adolescência, cuidava da mãe, que fazia uso problemático de drogas e traficava, demonstrando que, ao mesmo passo que precisava “manter a casa”, passou a traficar também. Em muitos momentos, Pérola narrou que sua própria mãe pegava suas drogas e tinha que fazer “corres” para poder recuperar o dinheiro. Fazer esses “corres” significava conseguir mais drogas e vender rapidamente para poder pagar a quem distribuía o material. Mesmo com sua avó pedindo, Pérola não quis ir morar com ela e, desta forma, “abandonar” sua mãe. Mesmo com todas as dificuldades que passou, ela preferiu estar com sua genitora.

Minha mãe passou três anos no crack. Minha mãe ficou.. surtou um pouquinho.

Graças a Deus, como eu pedi a nossa senhora de Fátima, ela me mostrou o que pedi a ela, que foi, que se ela tirasse minha mãe dessa vida, ia todos os anos no 13 de maio... é tanto que não fui ontem porque tô aqui, que todo ano eu ia pra procissão dela. E eu consegui, graças a Deus minha mãe se libertou do Crack. Eu via minha mãe fumando Crack na minha frente. Isso me doía muito, eu chorava dia e noite. Emagreci muito porque eu só comia da minha mãe, eu não comia comida de ninguém. Eu não comia, é tanto que eu passava o dia todim com fome. Eu não gostava de comida de vizinho. É tanto que eu ia atrás da minha mãe no meio das.. dá Babilônia.. ela me batia muito quando tava drogada, só que eu nunca levantei a mão pra minha mãe. Independente do que ela fez comigo. Eu sofri muito, dizia pros irmãos que não era pra vender droga pra ela e eles me considerava. Eles dizia que ia ligar pra mim e ela naquela paranóia, pegava e voltava pra casa. É tanto que eu já tinha muitos, muitos, muitos prejuízos. Eu guardava a minha droga no canto, ela ia e pegava, eu me acordava de manhã e não via. Ai quando eu ia atrás dela, ela tava broxa no meio do mundo. Mas mesmo assim, eu não dava nela, eu não fazia nada com ela. Só pedia força a Deus e Deus me ajudou. (PÉROLA, 2019)

Um dos pontos anunciados por Pérola, a partir de sua trajetória, trata-se da naturalização da violência urbana: a venda de drogas, os assassinatos e as dificuldades financeiras que culminaram em práticas ilícitas como meio de conseguir subsistência. Dois pontos - transgeracionais - são centrais em sua trajetória: o uso abusivo de drogas de sua mãe e aprisionamento dela, também por tráfico de drogas, bem como a inserção criminal de seu pai, um dos responsáveis pelo tráfico onde mora. Fica evidente que sua trajetória marcada pelo abandono estatal tem início antes mesmo de Pérola nascer, quando seus pais foram negligenciados pelo poder público, seja por falta de cuidados de saúde ou por falta de oportunidades empregatícias, condições comuns a quem reside em favelas. “Essas pessoas presenciam e repercutem histórias que se repetem, criando circuitos relacionais entre os que vivenciam práticas comuns e enunciações de experiências e ideias compartilhadas e construtivas de um lugar ‘marcado pela violência’” (PAIVA; FREITAS, 2015, p. 120).

A mãe dela ficou mais de um ano presa por crime de tráfico de drogas, sendo recentemente liberada e indo visitar sua filha no Aldaci semanalmente. O companheiro de Pérola também estava preso e também foi liberado recentemente. Contudo, por não serem casados legalmente, ele não pode visitá-la na unidade. Eles possuem um bebê, razão pela qual Pérola informa não querer voltar a estar “envolvida”, pois não quer que seu bebê cresça vendo o que ela viu a partir do uso problemático de drogas de sua mãe e, assim, acabe por seguir o mesmo caminho. Nesse caso, a maternidade pode ser problematizada, se de um lado ela pode ser vista como um fator protetivo para Pérola, se pensarmos que a adolescente não se colocará da mesma maneira em risco; por outro, ao término da medida, dependendo da rede de proteção que ela tem, a maternidade será mais uma responsabilidade para a jovem e, desse modo, pode corroborar para o retorno de atos ilícitos como aconteceu quando precisou do enxoval. Vale ressaltar que não estamos reforçando o estigma feminino de cuidado ou romantizando a

maternidade, apenas fazendo análise de suas palavras. No caso de Paul, por exemplo, o sentimento de cuidado e mudança não surgiu com a mesma intensidade quando engravidou, e isso não o torna menos “mãe ou pai”.

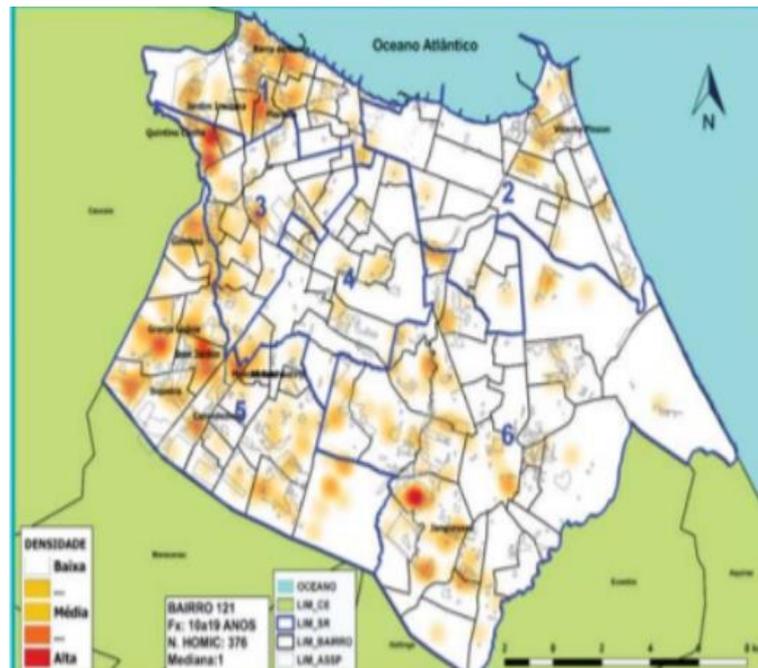
A forma como a trajetória da interlocutora é marcada pela violência contribuiu para a sua banalização e para a falta de perspectiva de futuro diferente de seus pais. Está gritante na vida da Pérola, assim como nas trajetórias das demais interlocutoras, a ausência de políticas públicas assistenciais, de saúde, educacionais e afirmativas. Cadê o Estado-saúde, Estado-educação, Estado de bem-estar social? ECA? “Constituição cidadã”?

As trajetórias das interlocutoras são marcadas pelo abandono e por uma precarização maximizada (BUTLER, 2015). São atravessamentos que marcam a corpos de adolescentes que se destina o Livro II do ECA (PAIVA; OLIVEIRA; COLAÇO, 2019), constituindo adolescências forjadas na desigualdade social e pela sujeição destas à percepção de futuras bandidas. A respeito desses atravessamentos precoces, Novaes (2006) salienta alguns marcadores sociais que contribuem para a produção de desigualdades e, acrescentamos também, para as discriminações. Segundo a autora (2006), a desigualdade de classe seria a maior perpetuadora das diferenças, argumentando que a inserção na escola e mercado de trabalho está relacionado a essa estrutura classista. Além disso, gênero e raça são outros dois recortes que influenciam nas possibilidades de viver a juventude, assim como o local em que vivem (cidade grande x cidade pequena; campo x cidade; periferia x não periferia). Dessa forma, os marcadores sociais de classe, gênero, raça e território limitam as possibilidades de ascensão social de jovens e operam na produção do mosaico do que pode ser chamado de juventude brasileira. No entanto, assim como Audre Lorde (1984), entendemos que não existe hierarquia de opressão, mas que, os privilégios e opressões atuam de formas indissociáveis na produção das diferenças e das desigualdades. Portanto, nem classe ou raça está no centro das opressões, elas atuam interconectadas nas produções discursivas destas e atingem singularmente os sujeitos que são atravessados por um ou mais eixo de subordinação (CRENSHAW, 2002).

É possível tecer - rizomaticamente - as linhas que interligam as trajetórias de vidas das interlocutoras, cenas que conectam uma rede de abandono, violações e violências. Das dez adolescentes que participaram da pesquisa, oito se autodeclararam pardas ou negras (Loirinha, Marta, Lorin, Paul, Japa e Lilian), uma adolescente se reconhece como branca (Pérola) e uma se reconhece como indígena (Chinesa). Constituem segmentos historicamente marginalizados, jovens pobres. Relataram que ainda na infância foram convidadas a participar de atividades criminais ou presenciaram pessoas fazendo e, dessa forma, participaram também.

Um primeiro ponto a ser exposto, trata-se do local de moradia dessas adolescentes e como ele, conectado a diferentes eixos de subordinação, dialoga com pobreza, ausência de políticas sociais, falta de oportunidades, trabalho infantil, exposição precoce à violência, às drogas e as facções. Trazemos duas imagens que ajudam a ilustrar a conexão dos efeitos colaterais citados.

Figura 3: Distribuição espacial dos homicídios de adolescentes (10-19 anos) em Fortaleza no ano de 2018

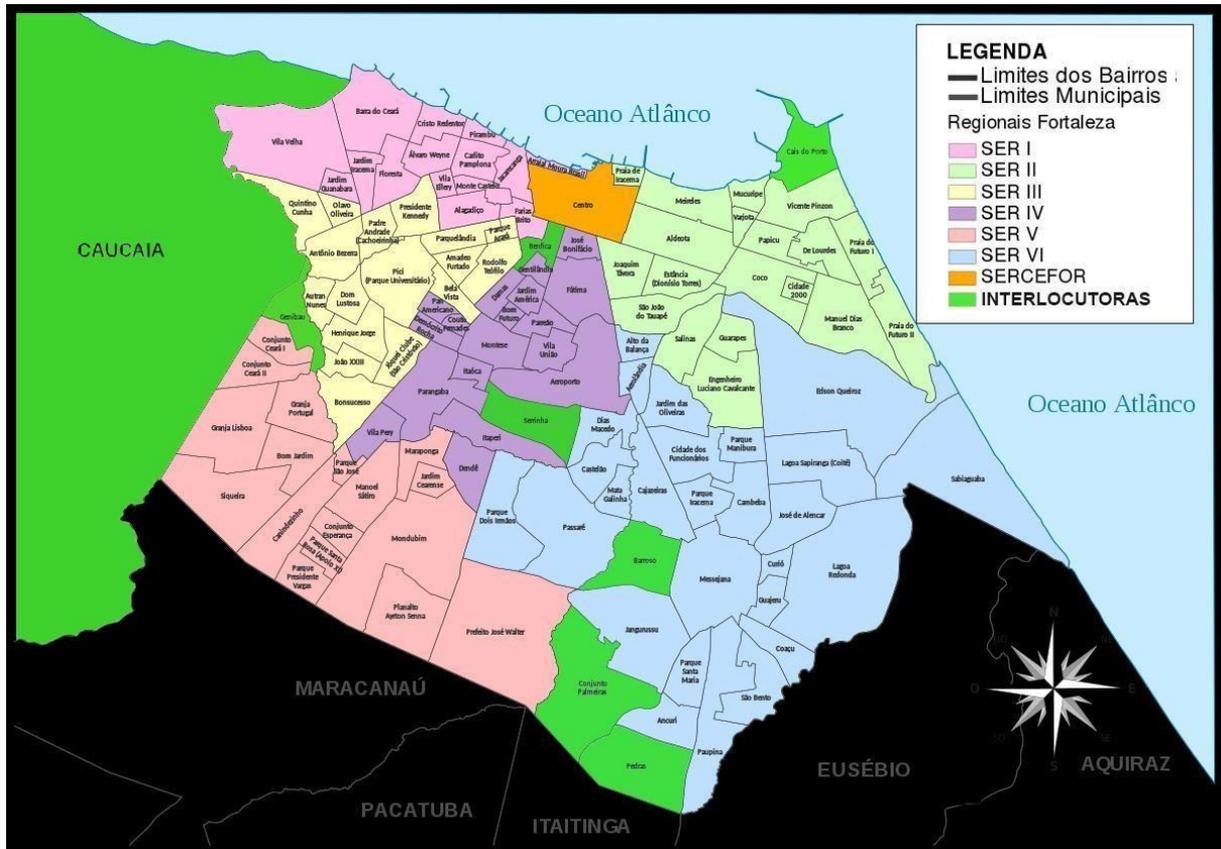


Fonte: Cada vida importa: segundo relatório de 2018

Essa imagem mostra a distribuição espacial dos homicídios em Fortaleza em 2018. Segundo o relatório do Comitê Cearense Pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPPH), os locais com menores Índices do Desenvolvimento Humano (IDH) e com menores investimentos públicos são os que têm maiores taxas de homicídios, ao contrário do que ocorre com as zonas em que residem pessoas com maior poder aquisitivo (CEARÁ, 2019). O índice de violência letal intencional, sobretudo o IHA, parece ter efeito dominó, pois a cada ano continuam a cair corpos - mortos - no mesmo lugar. Como destaca Hilário (2016), nas periferias do capitalismo, o Estado penal se faz presente em detrimento do Estado de garantia de direitos. Segundo Diógenes (2011), a natureza das metrópoles produz lugares bem definidos para sujeitos ricos e pobres; a categorização de periferia não é fixa, ela é evidenciada onde há ausência estatal provedora e protetora de direitos sociais e forte presença do Estado Penal.

Segue, sobretudo uma circunferência, a periferia do centro burguês.

Figura 4: Distribuição espacial dos bairros em que a interlocutoras residem



Fonte: Elaboração da autora

A segunda imagem refere-se à distribuição territorial em que as adolescentes residem, sete em Fortaleza (Cais do Porto, Benfica, Serrinha, Genibaú, Barroso, Conjunto Palmeiras e Pedras) e outras três na região metropolitana de Fortaleza, Caucaia¹⁴. É possível perceber que as adolescentes residem no mesmo espaço territorial com elevados índices de homicídios. Esses mesmos territórios são os mais afetados, com redução de investimento público em políticas sociais, mas com incremento do policiamento ostensivo, demonstrando, assim, a prioridade orçamentária do Governo do Estado do Ceará e da Prefeitura de Fortaleza (CEDECA, 2019). Tal processo é chamado por Wacquant (2007, 2008) de penalização da pobreza dos “criminosos em potenciais”.

Essa política chegou a tal ponto que a “guerra contra a pobreza” foi substituída por uma guerra contra os pobres, transformando em bodes expiatórios de todos os grandes

¹⁴ Como já destacado, muitas adolescentes institucionalizadas no Aldaci por tráfico de drogas advém do interior o Ceará, por uma questão legal elas não foram convidadas a participar da pesquisa, já que não recebiam visitas de familiares e a instituição não se responsabilizava por isso ou assinava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), portanto, não permitiam que elas participassem sem o consentimento da família, por consequência, o acesso era impossibilitado. Contudo, haviam meninas de Itarema, Ipuéiras, Quixadá, Iguatu e Maracanaú.

males do país e agora intimados a assumir a responsabilidade por si próprios, sob pena de se verem atacados por uma batelada de medidas punitivas e vexatórias, destinadas, se não, a reduzi-los ao estreito caminho do emprego precário, pelo menos a minorar suas exigências sociais e, por conseguinte, sua carga fiscal. (WACQUANT, 2007, p. 96)

Participou apenas da primeira oficina do grupo do Conjunto Ceará e tinha 16 anos nesse período. Sobre a experiência de ser jovem, disse que costumava surfar, mas que atualmente não podia, em decorrência de conflitos territoriais. Também, devido a esses conflitos, não estava indo à escola.

Os locais de moradia e os modos de existência dessa “classe perigosa” (COIMBRA, 2001a) são objetos de tecnologias punitivas que personificam a figura do “delinquente” (FOUCAULT, 1975). De acordo com Foucault (1975), há uma racionalidade que etiqueta o criminoso antes mesmo dele cometer o crime, de modo que é pressuposto que determinados sujeitos sejam delinquentes em potencial e que a qualquer momento irão transgredir a lei. A ideia de sujeição criminal proposta por Michel Misse dialoga com essa racionalidade, pois, segundo o autor (2014), esse criminoso é fabricado seletivamente por meio de características como tatuagens, forma de andar, origem social, estilo e marcas de roupas, cor da pele, dentre outros. “A *sujeição criminal* é um dispositivo, bastante específico, de criminalização da pobreza: ela separa e distancia os indivíduos, dividindo-os, estamentalmente em bandidos e não bandidos” (TEIXEIRA, 2015, p. 125). Ela “consiste em um processo por meio do qual há a disseminação de uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, que os considera propensos a cometerem violências e passa a constituir seus modos de subjetivação” (BARROS *et al.*, 2019, p. 477).

Ao fazer essa discussão com caráter mais racial, autoras do feminismo negro como Angela Davis (2016, 2018a), Michelle Alexander (2017) e, no Brasil, Juliana Borges (2018), analisam o sistema carcerário como perpetuador de velhas lógicas colonialistas, sendo uma reformulação da escravidão, em que negros e negras são as principais vítimas desse sistema seletivo, racista e sexista. Dessa forma, como aponta Borges (2018), essa política não tem como objetivo a prevenção de novos crimes ou a punição, mas sim a gestão e controle social dos corpos racializados, enegrecidos, feminizados e periferizados. A delinquência é uma questão social que vela as mazelas sociais produzidas pelo capitalismo e suas “novas” facetas.

As novas formas políticas neoliberais, a discussão sobre o aumento da criminalidade e sobre a melhor forma de combatê-la não têm se debruçado sobre a ampliação e a garantia de direitos, nem necessariamente está interessada em combater a violência. Essas discussões têm passado pela via do medo, fundante da sociedade neoliberal. Isso é o que o

Wacquant (1999) chama de ascensão do Estado-Penal. Portanto, “o neoliberalismo se caracteriza pelo crescimento econômico de empresas legitimado juridicamente pelo consenso” (ARAÚJO, 2009, p. 58).

O governo neoliberal, entendido como múltiplas formas de conduzir condutas, gerir produções de verdades por meio de saberes e estratégias utilitaristas e calculistas na economia política, tem como objetivo a gestão da população e seus fenômenos como estratégia de controle (LEMOS et al, 2015). Para tanto, o Estado foi governamentalizado e as tomadas de decisões descentralizadas em Estados de Regimes Democráticos em que a Sociedade Civil se constitui como alvo de intervenção governamental permanente, permitindo a execução do sistema liberal (LEMOS et al, 2015).

Segundo Sagot (2014), com a ascensão do neoliberalismo, as democracias que funcionam sob a lógica do liberalismo e da colonialidade de poder, são responsáveis pelo aumento exponencial das formas de violências. Dessa maneira, o aumento da violência urbana é concomitante à desigualdade social, pois

o fracasso do Estado (corrupção, má administração, impossibilidade de transição partidária, nepotismo, neoliberalismo e monopólio feroz, etc.) misturado com a proliferação de narcotraficantes [...] determinam condições onde a política em algumas áreas do país se aproximando cada vez mais a uma mera administração de guerra para uma política de morte (GREGOR, 2013, p. 26).

Ainda na perspectiva de Wacquant (2007), o recrudescimento penal ocorre concomitante ao aumento da pobreza, conseqüentemente com a desigualdade, como uma forma de controle social. Afinal, o capitalismo não “absorve” todos; para garantir melhores condições para poucos, muitos estão na base da pirâmide. Três mecanismos de combate ao crime são indicados pelo autor: 1. a exacerbação do sistema punitivo; 2. crescimento de segmentos judiciais e número de prisões; 3. o populismo penal e o clamor popular por “justiça” (WACQUANT, 1999). Às sociedades neoliberais é comum o fortalecimento do Estado Penal em detrimento do Estado Social (WACQUANT, 2012). Seria, portanto, a apelação da mão invisível do mercado desregulado para a mão de ferro da justiça criminal, encarcerando - assassinando os(as) pobres, os(as) negros(as) e moradores(as) das periferias - vistos(as) como detritos do capitalismo falido (WACQUANT, 2008; SEGATO, 2007).

Aqui, podemos articular também com Davis (2018a) e sua discussão sobre o complexo industrial-prisional, isto é, a perpetuação da escravidão:

“Devido ao poder persistente do racismo, “criminosos” e “malfeitores” são, no imaginário coletivo, idealizados como pessoas de cor. A prisão nessa lógica funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais” (DAVIS, 2018a, p. 16).

A respeito disso, não há como discutir encarceramento em massa no Brasil sem buscar entender como essa instituição foi fundada nos Estados Unidos. Na década de 1980, na era Reagan, intensifica-se o processo do encarceramento em massa com a justificativa de diminuir o índice de criminalidade. No entanto, essa severidade se mostrou pouco efetiva sobre as estatísticas oficiais de cometimento de crimes. Percebeu-se que o maior número da população carcerária não tornou as comunidades mais seguras, mas a taxa de aprisionamento crescia de forma desenfreada e o número de presos e prisões também. Conforme o sistema prisional se propagava, o envolvimento e investimento corporativo nesse setor também era expandido. O complexo industrial-prisional, como Davis (2018a) apresenta, ocorria de diferentes formas: a indústria da construção, fornecimento de alimentos e medicações, cuidados médicos e outros profissionais, assim como também havia um forte lucro midiático, com filmes e programas televisivos. Podemos perceber as semelhanças raciais e classistas entre os sistemas de justiça criminal brasileiro e estadunidense (BORGES, 2018).

Alguns efeitos psicossociais podem ser observados a partir da ascensão de políticas neoliberais, tais como a manutenção das desigualdades sociais, impossibilidade de ascensão social, penalização da pobreza por meio de sua criminalização, recrudescimento do Estado Punitivo, desmantelamento da proteção social, dentre outros (CARNEIRO, 2011; WACQUANT, 2007; BORGES, 2018; DAVIS, 2018b).

Se antes ocorria a ampliação de direitos individuais e coletivos, com a ascensão do neoliberalismo, a retirada de direitos e as crises econômicas acontecem em intervalos cada vez mais curtos. Dessa maneira, de acordo com Hilário (2016), é possibilitada a passagem da “tecnologia do biopoder” (quem deve viver e como devem viver) para a “necropolítica” (HILÁRIO, 2016). No modelo neoliberal de mercantilização, de supervalorização do capital, isto implica gerar privilégios que se sustentam pela eliminação de outras vidas” (PAIVA; OLIVEIRA; COLAÇO, 2019, p. 180-181).

Nos últimos 14 anos, houve um aumento sistemático da população carcerária, contudo, a política da privação de liberdade como estratégia de controle e punição no Brasil denota da década de 90 (DIAS, 2017). Se em 14 anos a taxa de crescimento extrapolou os 100%, ao fazer um cálculo de pessoas que já passaram ou estão no sistema carcerário, a estimativa é de 1 milhão de pessoas. Além disso, outros sujeitos são afetados nesse processo, sobretudo familiares. Esses apontamentos são feitos por Camila Dias (2017), com o objetivo de enumerar vidas que foram afetadas por essa instituição e a “extensão” da presença dela na sociedade.

Ao passo que a delinquência é produzida, o monopólio da violência e segurança

produz um mercado extremamente rentável (DAVIS, 2018a), assim, o dispositivo da criminalização mantém ativo e retroalimentando esse mesmo sistema. Portanto, a exacerbação do sistema punitivo, o encarceramento e os homicídios são zonas mortíferas operadas pelo Estado (necro)neoliberal e colonial.

Submete-os a convivência em espaços cujas dinâmicas são controladas por redes criminais densas e complexas, numa condição de tamanha precariedade que torna-se difícil vislumbrar possibilidades de superação da experiência criminal. O sistema punitivo que funciona no interior do espaço prisional acaba por replicar as dinâmicas sociais externas, com tanto mais perversidade e seletividade que acaba por retardar as condições dos indivíduos mais vulneráveis dentre os vulneráveis à obtenção dos “benefícios” previstos na Lei de Execução Penal, como regime semi-aberto, liberdade condicional etc. Portanto, o mecanismo da porta giratória da prisão supõe o funcionamento da engrenagem constituída por peças fundamentais que foram aqui mencionadas – polícias, ministério público e judiciário – e que coloca o cárcere no centro do projeto político contemporâneo. (DIAS, 2017, p. 18)

Historicamente, as interlocutoras compõem a população que sofre uma invisibilidade perversa ao terem suas trajetórias reduzidas ao “menorismo”, “infrator”, “delinquente”, “bandido”, etc., sendo constituídas, então, como metáforas da violência (SALES, 2005) ou algozes da violência (LEMONS, 2013). De um lado emerge a visibilidade sobre essa população, intensificada pelo estigma social e medo da violência, de outro há uma invisibilização de violações de direitos e violências a que esse segmento está exposto. Dessa forma, jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional estão reféns da (in)visibilidade perversa, ou seja, são hipervisibilizados pelo signo da infração enquanto seus direitos sociais e experiências de vida são invisibilizados (SALES, 2005).

Contudo, a partir das trajetórias aqui apresentadas, as interrupções de vidas pelas instituições de aprisionamento ou pela violência letal são denunciadas, por isso, estratégias de existências diante do fogo cruzado ocasionado pela dinâmica belicista cearense, ou seja, os(as) chamados(as) “perpetuadores(as)” da violência, estão nas estatísticas dos que mais morrem (NEGREIROS; QUIXADÁ; BARROS, 2018). A presença política do Estado, relatado pelas adolescentes, ocorre pela repressão policial, truculência essa que tem aumentado o número de mortes de adolescentes. O extermínio como expressão necropolítica.

Todavia, a necropolítica não se manifesta apenas pelo assassinato, mas, também, por uma política de precarização da vida (BUTLER, 2017), especialmente por meio do abandono estatal nas periferias e em unidades de privação de liberdade, através do sucateamento e/ou ausência de políticas socioassistenciais e pelo incremento de políticas criminalizantes ou militarizadas em territórios marginalizados (BENTO, 2018). Especificamente, no contexto cearense, a necropolítica tem sucedido a partir de três expressões: 1. por meio da manutenção de elevados índices de aprisionamentos e assassinatos de adolescentes e jovens homens; 2. pelo

encarceramento em massa de mulheres, e; 3. pelo crescimento sistemático de mortes de adolescentes e jovens mulheres nas tramas da violência urbana (BARROS *et al*, 2019).

Nesse sentido, a privação de liberdade é também uma tecnologia necropolítica, que apesar do reconhecimento de crianças e jovens como sujeitos de direitos, vem se expressando. Para ampliar essa discussão, ainda é possível perceber a cultura menorista, efeito de políticas criminalizantes e de legislações retrógradas, como os Códigos de Menores de 1927 e 1979 (GUARESCHI *et al*, 2015; SCISLESKI *et al*, 2014). Jovens moradores de favelas continuam sendo encarados como perigosos(as), isto é, a figura do “menor” ou “de menor” tem sido atualizada e mantém ativa o mito da classe perigosa (COIMBRA, 2001a). Esse paradigma retroalimenta, dessa maneira, a ideia de sujeição criminal, pois tratam-se de sujeitos que encarnam em seus corpos o estigma de bandidos(as) (MISSE, 2010).

Nas novas relações, sobretudo em países em que impera uma “colonialidade tardia”, “mulheres jovens, pobres, afrodescendentes, chefes de família e pessoas com pouca instrução tornam-se um território colonizado e um recurso para a apropriação” (SAGOT, 2014, p. 48, tradução nossa). Essa apropriação é feita não somente pelos mercados formais do capitalismo, mas também pelos narcotraficantes, que enxergam na mulher um corpo útil para a manutenção dos mercados ilegais. Essas mulheres são vistas como mão de obra barata tanto para o tráfico de drogas, quanto para empregos subalternizados (CARNEIRO, 2011). Essa realidade é também presente nas trajetórias de vida das adolescentes e seus familiares. Aqui, portanto, entra mais um elo entre nossas interlocutoras, além do local de moradia, que está intimamente ligado à condição de pobreza, trabalho infantil e à presença punitiva do Estado, que é a raça como estruturante da noção de periculosidade, de sujeição criminal e da necropolítica e em que o gênero compõe esse processo de subordinação e condições mais precarizadas.

Autores críticos à colonialidade entendem que gênero, raça e sexo são categorias eurocentradas e de base colonial (SEGATO, 2012; CONNELL, 2014; LUGONES, 2014). Lugones (2008), em diálogo com outros autores, reitera que as relações de poder e a desumanização são constituídas pela colonialidade do ser, do saber, do poder e do gênero. Desse modo, Lugones (2014) afirma que a colonialidade tornou-se não só uma ferramenta normativa específica de uma modernidade ocidental, mas uma máquina de produção de diferenças entre macho/fêmea, normal/patológico e humano/não-humano, pois toda estrutura de controle e oposição manifestam-se com a colonialidade. Em suma, a intersecção entre gênero/raça/classe permanece como constructo central do sistema de poder capitalista mundial a partir da colonialidade de gênero (SEGATO, 2012; LUGONES, 2014). Portanto, gênero e raça são entendidas como categorias univitelinas, uma vez que em sociedades colonizadas, uma produz

a outra (GOMES, 2018).

Gênero e raça, nesse sentido, operam como um dado ontológico (normativo e de humanidade); eles transformam-se em um mecanismo de poder mediante o qual a vida é produzida, portanto, a sujeição - subordinação - dos corpos acontece a partir de sua generificação (BUTLER, 2017). Se Quijano apontava a colonidade do saber, do ser e do poder, Lugones, brilhantemente, nos apresenta a colonidade do gênero, de forma entender a inseparabilidade entre a colonidade e a padronização ontológica da inteligibilidade em suas dimensões econômicas, políticas e subjetivas (LUGONES, 2014). Além do mais, falamos de um contexto de pobreza extrema e abandono estatal, a necropolítica que se estabelece pela ausência dessas vidas precarizadas, por isso, nesse sentido, o marcador de classe social não pode estar desvinculado de raça e de gênero quando se estuda populações marginalizadas. Portanto, além das avenidas da raça, classe e gênero, que aravessam o sujeito, quando interseccionados a outros marcadores, anunciados pelas narrativas das interlocutoras dessa pesquisa, tais como sexualidade e local de moradia, surge o perfil de pessoas são produzidas como vidas desimportantes e não passíveis de luto no Brasil,

O anúncio dessas adolescentes como sujeitos alvos da violência denuncia a produção de adolescências desiguais, pois se observa as seguintes condições: exposição precoce à violência urbana, às drogas, a grupos criminosos, à privação de liberdade, à vivência de processos de discriminação, estigmatização e criminalização. Assim, elas têm suas vidas enquadradas em vidas ininteligíveis e induzidamente mais precarizadas (BUTLER, 2015; BARROS; BENÍCIO, 2017; CEARÁ, 2018b), tornando-as vulneráveis à captação das facções criminais. Essa vulnerabilização generificada não é um fato isolado do contexto brasileiro, pois observa-se a subjugação da mulher em outros contextos sócio-culturais. À medida que marcadores sociais atingem determinados corpos feminizados, suas vidas se tornam mais precárias (CRENSHAW, 1991, 2002; CARNEIRO, 2011; BARROS *et al*, 2019).

É necessário desnaturalizar essas categorias e é por meio de narrativas acerca das trajetórias de vida das interlocutoras que essa desconstrução pode ocorrer. As narrativas dessas meninas sobre suas trajetórias desafiam a psicologia e outros campos de saber a repensarem concepções universalizantes sobre adolescência e juventude, pelas quais essas existências parecem não estar contempladas. A psicologia social com que trabalhamos nesta pesquisa contrapõe-se ao etapismo e a universalização, ao contrário, utilizamo-nos de uma perspectiva que aposta nas multiplicidades e diferenças.

Na tentativa de subverter a noção desenvolvimentista e dos discursos hegemônicos de produção de verdade, Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) utilizam o conceito de juventude

como uma possível estratégia de enfrentamento a essa lógica. Mais adiante, as autoras problematizam em seu texto o uso da categoria juventude e direitos humanos, posto que esses conceitos também foram capturados e realocados na lógica científica do desenvolvimento humano e mercadológico, vistos agora como algo naturalizado e universal (NASCIMENTO; COIMBRA, 2015). Todavia, devemos continuar subvertendo as lógicas hegemônicas que tentam individualizar e totalizar as subjetividades juvenis, ao possibilitarmos e reconhecermos espaços de afirmação da diferença, de adolescências e juventudes e adolescência e juventude (NASCIMENTO; COIMBRA, 2015).

Desse modo, Nascimento e Coimbra (2015) deslocam a noção de sujeito essencializado (adolescente/jovem) para o reconhecimento de processos de subjetivação, ou seja, campos de forças que compõem modos de existência, e formulam certos tipos de indivíduos. Portanto, ao problematizar a categoria juventude, faz-se necessário pensá-la como “um modo em processo ininterrupto de modificação e produção de si” (NASCIMENTO; COIMBRA, 2015, p. 184). Em vista disso, o uso que fazemos ao decorrer do texto dos conceitos de adolescência e juventude parte da premissa desnaturalizante e plural de suas existências ao reconhecer que esses sujeitos estão em constante devir (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Ressalta-se, também, que há uma distinção do que se entende pelas categorias de juventude entre masculino e feminino. Se de um lado, o campo masculino é (re)produzido como agressivo, rebelde e perpetuador inato da violência (masculinidade hegemônica), por isso é visto como mais passível a cometer alguma ilicitude, de outro, o universo feminino é entendido como sexo frágil, passivo e voltado para os afazeres do lar (LUGONES, 2014; BITTENCOURT, 2015). No entanto, essa concepção universalista de mulher não dá conta da diversidade feminina, tampouco das opressões e privilégios que circundam o reconhecimento social do feminino hoje. Segundo Davis (2016), a construção da mulher negra é diferente da mulher branca, por exemplo.

Essas problematizações são imprescindíveis para entender as formulações das políticas públicas no Brasil, posto que a imposição dessas categorias dicotômicas ocorreu a partir da hierarquia moderna e colonial do humano e não humano, que refletiu em outras distinções hierárquicas dicotômicas, como o sexo, raça, dentre outras (LUGONES, 2014). Dessa maneira, não podemos fazer uma análise a-histórica e esquecer o período escravocrata e seus resquícios coloniais ainda presentes no Brasil.

Sobre o essencialismo dado para as categorias de gênero (sistema sexo-gênero) e adolescência/juventude, Mayorga (2019) problematiza que algumas contribuições dos estudos feministas podem ser articuladas com estudos sobre a juventude a partir do prisma da

interseccionalidade. Dessa maneira, Mayorga (2019) se utiliza da mesma crítica ao universalismo nos feminismos brancos proposta pelas feministas negras para a categoria adolescência/juventude, visto que essa noção está entrelaçada a raízes eurocêntricas e coloniais que limitam a noção de direito e o reconhecimento da cidadania. Essas distinções podem ser analisadas, segundo a autora, pelo feminismo negro e a noção da interseccionalidade, visto que estes “vão denunciar que patriarcado não é o único sistema de poder que acomete as mulheres, e que outras violências vindas do racismo, do colonialismo, da heteronormatividade, do capitalismo também determinam a vida das mulheres diversas” (MAYORGA, 2019, p. 138). Dessa forma, existe um processo heteronormativo de mulher (PIMENTEL, 2015) que contribui para a construção de técnicas de controle social (CARNEIRO, 2011) e até mesmo de fazer morrer (BENTO, 2018) que regula os corpos feminizados.

Nesse ponto, é importante destacar o conceito de discriminação interseccional que, segundo Crenshaw (2002, 2004) refere-se às múltiplas discriminações interseccionadas por opressões estruturais e estruturantes da sociedade que determinados corpos vivenciam. Por exemplo, as discriminações e opressões interseccionais criam oportunidades, benefícios e materiais para aqueles que são enquadrados como humanos e o inverso ocorre com aqueles que não tem esse estatuto de humanidade (NOGUEIRA, 2017).

Como há certos marcadores sociais interconectados e envoltos das trajetórias de vidas das interlocutoras, mesmo perfil de quem é assassinada e encarcerada (BARROS *et al*, 2019), utilizamos a discussão de vidas precárias de Judith Butler (2015) para problematizarmos como as vidas dessas adolescentes são produzidas como vidas abjetas a partir da política de precarização maximizada e induzida, demarcada pela intersecção de marcadores sociais. Segundo Butler (2017), todas as vidas são precárias por demandar a vida (cuidado) do outro. No entanto, algumas populações vivem em condições mais precárias que outras. Para sobreviver a essa precariedade é necessário que “alguém” se responsabilize por elas; em uma sociedade democrática de bem-estar social, o Estado exerce ou deveria exercer esse papel. Nas palavras da autora:

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra qual precisam de proteção. (BUTLER, 2015, p. 46-47)

Dessa maneira, como foi apresentado nas trajetórias de vida das adolescentes, a maximização de vidas precárias denota uma condição política em que estas também estão

atravessadas interseccionalmente por marcadores sociais de opressão que marcam suas trajetórias de vidas, tornando-as mais vulneráveis e suscetíveis às facções. Destarte, pelo menos, dois conectores gerais são percebidos nas trajetórias de vida das interlocutoras, constituindo, assim, o que entendemos como as adolescências destas: 1º essas adolescências são constituídas sob os signos da desigualdade e da exposição à violência; 2º tratam-se de corpos racializados, pois quase todas as adolescentes se autodeclaram como pardas/negras, o que permite observar como a precarização de suas vidas são subordinadas pela raça e, também o gênero e a pobreza, entendendo essas três categorias como inseparáveis. Portanto, a constituição desigual das adolescências das interlocutoras são politicamente precarizadas e interseccionais, não somente pelo abandono estatal, mas pelas políticas de criminalização e punitivas, expressões da necropolítica à brasileira. Como destaca Hilário (2016), a necropolítica se apresenta como política adequada ao neoliberalismo, tendo na política de precarização - interseccional - da vida um mecanismo de gestão de vidas e mortes nas periferias do capitalismo, visto que nas periferias o controle do Estado é mais ostensivo (ROSA; LARA JUNIOR, 2014).

Para concluir, as adolescências que nossas interlocutoras narraram têm sido constituídas sob o signo da desigualdade, interligadas pela intersecção de marcadores de raça, classe, gênero, local de moradia e idade. Ou seja, ser adolescente negra e moradora de uma periferia não é a mesma adolescência vivenciada por uma adolescente branca de classe média ou da elite, tão pouco é igual a adolescência de um jovem branco ou não, de classe média, por exemplo. Portanto, ocorre uma política de precariedade nas periferias do capitalismo, fazendo com que isso empurre vidas indignas aos mercados ilegais e que tais vidas encontrem nisso uma estratégia de sobrevivência, almejando o reconhecimento humanitário imbricado ao consumo na atual lógica social (DIÓGENES, 2011).

2.4. Cartografia e o processo da análise dos dados: rizomatizando trajetórias e produzindo analisadores

A proposta cartográfica entende a realidade como algo a ser posto em análise, por isso o “objeto” a ser pesquisado é desnaturalizado. Por atermos a um público específico, adolescentes privadas de liberdade, esse prisma permite problematizar os modos de ser e agir das jovens, a produção ou não reprodução de modos de subjetividades dominantes no campo de disputas de forças sociais que atravessam as trajetórias de vida das adolescentes, bem como, também, põe em discussão os modos de sujeição que as interpelam. Portanto, essa forma de análise considera a subjetividade como construção histórico-social, dessa maneira, é possível

identificar os sentidos trazidos nas falas das adolescentes durante as estratégias de produção de dados. Todavia, colocar as produções de subjetividades em análise, é, em certa medida, assinalar que os modos de ser, agir e viver não são naturais, mas fabricados historicamente por maquinarias sociais que agem de forma individual, coletiva e institucional (GONÇALVES, 2014).

A produção política da subjetividade é um dos focos centrais e estratégicos da análise cartográfica, implicando uma atenção especial a jogos de verdade e de enunciação, jogos de objetivação e subjetivação, modos de sujeição e assujeitamento, produção de corpos morais, sexuais, produtivos, estetizações e produções de si mesmo, formas de resistência, práticas de liberdade, o que faz dela um instrumento para as ciências de radical psi (PRADO FILHO; TETI, p. 56, 2013).

Dessa maneira, a análise percorre as narrativas, vistas como um rizoma. A respeito do modelo rizomático, o método cartográfico se baseia no conceito de rizoma proposto pelos autores Deleuze e Guattari. Segundo esses autores (2000), o rizoma foge do modelo arborescente com início e fim, em que há uma raiz como ponto inicial; um rizoma, ao contrário, é uma como lente dimensional para ver o mundo, parte da ideia de que não há um ponto de partida para algo, mas que tudo está interconectado. Nas palavras dos autores, ele “não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*” (GUATTARI; DELEUZE, 2000, p. 10, grifo do autor).

O uso da cartografia, de forma também analítica, justifica-se por estar imbricada ao todo como método de investigação desta pesquisa e por ser um instrumento que possibilita uma crítica histórica e temporal das narrativas de histórias de vida. Por meio de analisadores, a partir das cenas enunciadas pelas adolescentes, unimos em blocos as narrativas que estavam atravessadas por dinâmicas da violência urbana e sua implicação nas trajetórias das adolescentes. Ressaltamos que o processo analítico é inerente a todos os momentos da pesquisa em que se inter-relacionam, posto que na cartografia a realidade é tomada como algo a ser posto em constante análise, portanto, é uma postura que desnaturaliza o objeto (BARROS; BARROS, 2014).

Para tanto, utilizamo-nos das narrativas compartilhadas por nossas interlocutoras acerca de suas trajetórias de vida para costurar recortes do que chamamos de cenas-analisadoras ou mesmo acontecimentos-chave trazidos por elas como linhas que interconectam o novo entre o campo da violência urbana, modos de subjetivação e trajetórias de adolescentes privadas de liberdade, entendendo-os como analisadores que irrompem realidades cristalizadas e naturalizadas (LOURAU, 1993). Segundo Rossi e Passos (2014, p. 173), analisador

é aquele ou aquilo que provoca análise, quebra, separação, explicitação dos elementos de dada realidade institucional. Esse conceito é inseparável do conceito de transversalidade, porque é numa situação de questionamento das hierarquias e

especialismos que o analisador surge como uma ferramenta analítica que deslocaliza ou despersonaliza a intervenção.

O analisador é composto, segundo os autores Rossi e Passos (2014), por pelo menos dois níveis: o campo de análise e o campo de intervenção, podendo ser tomando tanto como um evento que denuncia quanto como potência de mudança. Ainda pode ser de duas maneiras, espontâneo ou artificial; sua diferenciação é complexa, ambos são historicizados e eventualmente interpelam mudanças. Por exemplo, a visibilidade à narrativa de envolvimento que insiste em enquadrar as adolescentes como precursoras da violência urbana, culpabilizando-as por suas condições e criminalizando-as. Nesse caso, essa produção discursiva que assujeita as adolescentes podem ser entendidas como uma denúncia às malhas de poder que, historicamente, estruturam a ideia de meritocracia, igualdade e de criminalidade.

Tomamos nessa dissertação o “envolvimento” como um analisador-chave, sendo assim, os demais aspectos elementos que dão pistas de como as trajetórias estão envolvidas entre si pelo atravessamento da violência. Dessa forma, as linhas de envolvimento que foram cartografadas derivam desse analisador central, são elas: efeitos psicossociais das dinâmicas da violência urbana nas trajetórias de adolescentes a quem se atribui o envolvimento em facções; aprisionamentos a céu aberto e estratégias de re-existências aos efeitos psicossociais da violência no cotidiano; o “envolvimento” de adolescentes meninas em facções e seus agenciamentos; o “decreto” como dispositivo de matabilidade de mulheres “envolvidas”; intersecção de marcadores de raça, classe, gênero, geração e território na precarização maximizada da vida de adolescentes ditas “envolvidas” e na inscrição subalternizada destas em organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas; marcas da violência institucional na vida de adolescentes enquadradas como “envolvidas”.

2.4. Por uma política da desobstrução: compromisso ético ao escutar narrativas historicamente silenciadas

Pensar no compromisso ético de uma pesquisa é colocar em análise o lugar da pesquisa no mundo, refletir se os resultados da pesquisa irão contribuir para estigmatização e/ou fortalecer políticas excludentes; ou se irão contribuir para uma subversão hegemônica acadêmica e social. É necessário, portanto, problematizar os modos de subjetivação que a pesquisa pode produzir.

A respeito disso, Silva (2008, p. 41) entende que os processos de subjetivação “expressam determinados valores e que estes valores orientam nossos modos de existência e

nossas estratégias de produção de conhecimento”. Segundo Silva (2008, p. 43), o objeto da psicologia social é “o modo como um determinado conjunto de práticas sociais produz uma certa forma de relação consigo e com o mundo, ou, dito de outra maneira, a forma pela qual um determinado modo de subjetivação produz certos territórios existenciais”. Sobre isso, o manejo cartográfico aposta na produção do conhecimento a partir da instauração do plano de experiência comum e o acompanhamento da produção coletiva de novas condições de existência” (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014).

Dessa maneira, a produção de conhecimento na psicologia social deve estar imbricada ao paradigma ético-estético-político, o qual desnaturaliza as dicotomias, recria permanentemente o objeto e propõe a desconstrução de hierarquias e fronteiras tradicionais que dividem o campo do conhecimento.

Segundo Morais (2010, p. 37), a “intervenção nos coloca diante do fato de que nossas práticas não são neutras, elas são vetores que produzem realidades”. Neste sentido, Ribeiro (2017) ajuda nesse posicionamento ético frente à invisibilidade estruturada pelo racismo, patriarcalismo, cis-heteronormatividade e outras matrizes de opressões as quais adolescentes e jovens mulheres estão submetidas, sobretudo as classes sociais menos favorecidas.

Refletir sobre isso é pertinente pois nossa condição de pesquisador(a) faz parte de um sistema de poder-saber quando são reconhecidos como agentes da “consciência”, que podem, dessa maneira, contribuir para a inviabilização e silenciamento das massas (FOUCAULT, DELEUZE, 1979). A produção dos diferentes sentidos, então, pressupõe um plano de implicação que entrecruza os diferentes atores no processo (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014). Portanto, a conduta ética está indissociada da pesquisa, da epistemologia e dos efeitos de produção de subjetividade.

Tomando os estudos e os conceitos da análise institucional, com forte sintonia com a perspectiva cartográfica, distinguimos duas orientações políticas, duas tendências da pesquisa. De um lado, a pesquisa da estabilidade, que prioriza a colocação em cena da pura repetição e assim intervém na direção da preservação do instituído, oferecendo à subjetivação apenas a opção da submissão à norma, à ordem instituída. Por outro lado, a pesquisa, apoiada na ética, que ativa as forças instituintes provocadoras da desestabilização do instituído (TEDESCO, 2015, p. 40).

No método cartográfico, é necessário não hierarquizar o processo, isso impossibilitaria criar a zona do “inter-esse”, é importante abrir mão do lugar de saber e horizontalizar a produção de conhecimento, assim, é possível construir um plano de experiência comum, potencializando a pesquisa e abrindo um canal de comunicação em que a interlocutora se expressa de forma plena (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2014).

A pesquisa é essa via de mão dupla, na medida em que explorar a implicação do/a pesquisador(a) é falar das instituições que atravessam os/as mesmos/as (ROMAGNOLI, 2014). “Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, idéias, etc.” (AGUIAR; ROCHA, 2007, p. 656), analisar a instituição é combater o reducionismo, a naturalização e estar comprometido com a transformação, especialmente, quando o campo inserido mantém um assujeitamento como no caso das instituições de privação de liberdade.

Nesta proposta investigativa, a conduta ética está presente desde os primeiros passos: na implicação com os acontecimentos, nas intervenções e nas possibilidades de mudanças. Ao propormos uma pesquisa-intervenção à luz da cartografia e de perspectivas feministas, buscamos, a partir das narrativas das interlocutoras, conhecer e analisar as implicações psicossociais das dinâmicas da violência urbana sob o ponto de vista de personagens que tem sido crescente alvos de práticas de silenciamento e aniquilação (SILVA, 2008).

Diante disso, o meu papel ético não está restrito somente às resoluções do Conselho Nacional de Saúde, mas se volta para o cuidado de uma produção científica que não fortalece assujeitamentos, discursos hegemônicos e não objetifique nossas interlocutoras.

“A postura ética do pesquisador passa a ser entendida como a atitude crítica destinada à problematização ininterrupta da orientação do poder de intervenção da pesquisa. Tomo minha prática de pesquisa atual como objeto desta análise ético-crítica” (TEDESCO, 2015, p. 41). Como salienta Foucault (1995), cabe ao pesquisador(a) reconhecer seu papel de agente transformador, problematizar as instituições, promover rupturas estatais e favorecer formas de subjetividades que recusem as individualidades aprisionadas (processo de sujeição).

As formas de resistência que estão se produzindo [...] têm a ver com a luta dos corpos por se tornarem presentes (corporal, física, visivelmente) diante da produção de ausência e silenciamento pelo poder. São formas exemplares de resistência, pois o poder hoje funciona produzindo ausência: invisibilidade, silêncio, esquecimento (MBEMBE, 2019, p. 17).

Por isso, as realidades produzidas pelo saber-poder nessa pesquisa, estão atravessadas por uma lógica ético-política de uma psicologia comprometida com os direitos humanos de todos humanos. Que possamos tornar visível, presente e corpóreo as interlocutoras que resistem diariamente ao aniquilamento de suas vidas.

Para além dessas reflexões filosóficas sobre a ética na pesquisa, essa investigação respeitou os princípios das Resoluções 466/12 e 510/16, com diretrizes essenciais para

pesquisas desenvolvidas com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais. As adolescentes foram convidadas a serem voluntárias para a pesquisa, sempre sendo informado sobre a possibilidade de desistência e que, caso não se sentissem confortáveis com alguma pergunta, não era preciso responder.

A entrevista iniciava com a leitura do Termo de Consentimento ou Assentimento, sobretudo com a leitura dos objetivos e a justificativa da pesquisa. Foram assegurados anonimato, sigilo das informações e a privacidade, sendo respeitados valores culturais, sociais, morais e espirituais das participantes. É importante ressaltar o cuidado para que cada participante compreendesse essa etapa. O contato com os responsáveis das adolescentes ocorreu aos sábados, dia em que elas podiam receber visitas de familiares. Essas visitas eram liberadas em um turno manhã ou tarde, não era permitido passar o dia inteiro. A autora passava o dia na unidade ou ia em algum dos turnos que havia maior probabilidade de encontrar determinada família. Ao falar da pesquisa e mostrar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nenhum(a) responsável pelas jovens negou a participação delas na pesquisa. Contudo, algumas mães e tias se mostraram com medo dessa participação chamar atenção de integrantes de facções, enquanto outras, antes de autorizar, perguntavam se a adolescente gostaria de participar e, se sim, concebia autorização. Por fim, a aprovação dessa pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa pode ser apreciada pelo Parecer 3.398.916.

3. “TA CRUEL”: ANÁLISE DOS EFEITOS DAS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA A PARTIR DE NARRATIVAS DAS ADOLESCENTES PRIVADAS DE LIBERDADE

Alguém me explica o que é real/ o tiroteio na escola, a camisa nno varal / O vilão que tá na história ou aquele do jornal / Diz por que descobertas são letais? / Os monstros se tornaram literais / Eu brincava de polícia e ladrão um tempo atrás / Hoje ninguém mais brinca / Ficou realista demais (César MC, Cação Infantil)

3.1. Transformações da violência no Ceará: breve contestualização

O estado do Ceará tem sido emblema de uma política de extermínio juvenil no atual contexto brasileiro, que vem atingindo especificamente jovens pobres, habitantes de favelas, ou bairros periféricos, em sua maioria negros e do sexo masculino (BARROS, 2019). O fenômeno da violência criminal e das conflitualidades urbanas têm atravessado, sobretudo pelo aliciamento de facções, as trajetórias de adolescentes e jovens que vivem em contextos periféricos de Fortaleza (BARROS *et al*, 2019).

Com a chegada das facções e a imposição de suas regras internas e códigos de conduta, algumas mudanças tomaram proporções maiores, tais como: o aumento de assassinatos devido aos conflitos territoriais ocasionados por disputas pelo mercado de drogas e de armas, o surgimento da GDE (como discutimos), demarcações simbólicas de territórios e de integrantes a partir da facção que comanda o território, assim como períodos de redução dos homicídios por meio de acordos internos entre esses grupos (BARROS *et al*, 2018; PAIVA, 2018, 2019; BARROS, 2019). Contudo, isso não quer dizer que o crime não estava presente no Ceará antes do fortalecimento das facções, mas que ao longo dos anos ele sofreu mutações (LINS; SILVA, 2018; PAIVA, 2018).

Nem sempre o Ceará apresentou conflitos territoriais tão acirrados, mas, historicamente, os conflitos armados fazem parte das resoluções de conflitos locais, sejam pessoais ou políticos (LINS; SILVA, 2018), portanto, as mortes locais já eram anunciadas e encaradas por representantes da segurança pública como “acertos de conta entre bandidos”. Até hoje, esse discurso produz uma naturalização da violência e, por conseguinte, a desresponsabilização do Estado diante dessas mortes (PAIVA, 2018). Contudo, segundo Benício *et al* (2019), o aumento de assassinatos tem se intensificado nas últimas décadas e poucas políticas de prevenção à violência são efetivas e contínuas.

Em 1989, o Ceará se encontrava em vigésima colocação entre os estados brasileiros em termos de homicídios da população geral. Em 2005, passou para a sétima posição, em 2014,

passou para a segunda colocação e, em 2017, alcançou o primeiro lugar (CEARÁ, 2018a, 2018b; BARROS, 2019). Para além disso, o número de assassinatos de mulheres também cresceu nos últimos anos, mas a partir de 2013 cresceu de forma desenfreada (WASELFISZ, 2016).

Em relação ao fortalecimento do crime, segundo Paiva (2018, 2019), nos anos 90, à medida que políticas sociais de garantias de direitos eram fragilizadas e políticas de segurança e de justiça eram ineficientes, grupos locais, conhecidos como gangues de bairro, assumiram controles territoriais nas periferias e estabeleceram limites geográficos entre elas. As gangues, nesse período, disputavam o mercado ilegal de drogas, de armas e de relações de poder por meio de um regime de terror, portanto, ganharam força nas comunidades a partir de sua organização (BARROS *et al*, 2018; LINS; SILVA, 2018). Ainda nos anos 2000, com o fortalecimento dos mercados ilegais já anunciados, acompanhado pelo recrudescimento penal da política de guerra às drogas, essas gangues acabaram conseguindo mais poder nos territórios “periferizados” (comunidades vulneráveis e negligenciadas pelo poder público estatal), resultando, em 2013, no aumento sistemático de homicídios no Ceará (PAIVA, 2018).

É complexo pensar acerca da temporalidade das facções no estado. Sousa (2019) aponta que antes dos anos 2000 já era possível encontrar pichações com CV e PCC em alguns interiores do Ceará. As relações entre integrantes das facções com pessoas que praticavam assaltos a bancos ou comandavam o tráfico decorre, segundo Sá e Aquino (2018), dos anos 80-90, sobretudo por conta da transferência de presos do Sudeste para presídios cearenses. Na análise desses autores, as manifestações de 2013 em Fortaleza são descritas como um emblema para a transformação social do crime no Ceará, posto que, nesse período, observa-se maior disputa dos comandos, especificamente entre PCC e CV, pelo monopólio, o que evidenciou a vivência de guerra em alguns bairros e alguns “vetins¹⁵”. É após esse período que as facções tomam uma proporção maior, tornando-se comum ouvir nas comunidades sobre a existência de comandos reorganizando o crime na cidade.

É notório uma segmentação da guerra entre os comandos. Nesse período de transição, alguns sujeitos se intitulavam como integrantes de gangues e outros de facções. Foi em 2016, com o período da pacificação entre essas organizações, que houve uma convivência mais harmônica e manteve os mercados de drogas. A “paz”, conhecida como um acordo entre

¹⁵ Refere-se ao diminutivo de pivete. Os autores discutem sobre o duplo sentido de vetin que as Jornadas de Junho em Fortaleza produzia na mídia televisiva e pelos aparatos punitivos-penais, de um lado os militantes da esquerda e do outros jovens advindos de bairros marginalizados que já se intitulam de vetin e experienciavam o contexto bélico em seus bairros protagonizados pela polícia e integrantes de gangues, outrora, de facções (SÁ; AQUINO, 2018).

integrantes do CV e PCC, garantiu não somente um recesso belicista, mas também a popularização das facções (BARROS *et al*, 2018).

Em meados de 2015, o período da paz (trégua entre as facções consolidadas no Ceará) ficou popularmente conhecido como “pacificação”, o qual resultou em uma diminuição considerável de homicídios, especialmente em Fortaleza, tendo mostrado a força que as facções têm diante da perpetuação da sensação de segurança ou insegurança para a população geral, mas sobretudo nas favelas, em que reina a ausência de garantias de direitos sociais e cresce a presença policial, que não tem contribuído de forma efetiva para a redução da violência nesses locais (BARROS *et al*, 2018). Mais adiante, detalharemos esse poder de vida e de morte exercido pelas facções. Ainda em 2017, discursos sobre a quebra do acordo percorriam nas comunidades, a “quebra da paz” instrumentalizou a escalada da violência (BARROS *et al*, 2018). É, portanto, a partir de 2017 que a disputa pelo mercado de drogas e armas transformou-se em uma guerra declarada entre facções antagônicas e estas contra a polícia, cada vez mais ostensiva e militarizada (SÁ; AQUINO, 2018).

Antes de 2016, havia comandos em bairros periféricos que se auto intitulavam de gangues e fragmentavam simbolicamente Fortaleza por seus controles territoriais, o que ocasionou a instauração bélica dessas disputas em diferentes bairros da cidade, sendo que anteriormente aconteciam especificamente em três bairros fronteiriços da capital (SÁ; AQUINO, 2018). Por isso, o período de pacificação trouxe um sentimento de segurança para as pessoas que habitam esses espaços.

Na análise de Paiva (2018) sobre as novas dinâmicas da violência urbana no Ceará, é reiterado que as maneiras de “fazer o crime” se re-organizaram a partir das novas maneiras de envolvimento, relações, práticas de vingança, normalização de condutas, controle social e formas de dominação. Dessa maneira, alguns efeitos são apontados pelo autor, tais como: aumento de homicídios no estado, mudança no cotidiano das periferias, alteração de “equilíbrios” entre grupos diferentes. Doravante, um reordenamento na dinâmica da violência urbana ocorre no Ceará com a chegada das facções criminosas. Algumas mudanças são: fragmentação, acirramento de disputas, espetacularização da violência como afirmação de coletivos criminais (SOUSA, 2019).

Como consequência, nos últimos quatro anos o estado do Ceará tem sido constantemente notícia nacional pelo aumento de homicídios de jovens e adultos, principalmente através de crimes violentos, e pelo agravamento da situação da segurança pública, especialmente no sistema prisional (BARROS *et al*, 2017) e socioeducativo do estado.

Assim, parte-se do pressuposto de que a confluência de múltiplos processos foi fundamental para a invenção de maneiras de fazer o crime em coletivos cujas ações são dotadas de sentido, moralidades e estratégias políticas. Isso foi fundamental para mobilizar pessoas em torno da ideia de fazer parte de um conjunto, um grupo, um coletivo ou, como é popularmente conhecida essa forma de organização, uma facção (SIQUEIRA; PAIVA, 2019, p. 127).

O fenômeno das facções tornou-se possível no Ceará devido, dentre outros aspectos que não são o foco desta pesquisa, constituições históricas como a conhecida “pistolagem” e os conflitos armados (BARREIRA, 2018). Essa atualização das gangues para as organizações criminosas ocorreu de forma sistemática. Os acirramentos conflituosos entre integrantes de gangues que chefiavam a boca em um determinado bairro com outros bairros já existiam. Regras internas eram atribuídas para impedir que “bichão” se “criasse”, para possibilitar os “corres” e “paradas” certas, tudo para manter os mercados ilegais a todo vapor (PAIVA, 2019). Portanto, as relações de inimizade já existiam como condições para “o crime”. Contudo, as reformulações estratégicas das facções maximizaram essas relações.

Instaurada a guerra, o acirramento dos conflitos territoriais resultou em uma repactuação entre os grupos criminosos que comandam as principais comunidades do Ceará. Dessa forma, o Comando Vermelho (CV) entrou em acordo com a Família do Norte (FDN) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) fez um pacto com a Guardiões do Estado (GDE) (PAIVA, 2018).

Dessa forma, a violência urbana tem atravessado as trajetórias das interlocutoras de diferentes formas, mas em alguns pontos elas se entrecruzam e mostram, também, como não são apenas elas a serem atingidas por essas relações de poder, mas pessoas próximas a elas são vítimas de assassinatos, ameaças e de sequestro. Em alguns casos, que apresentaremos a seguir, a ameaça contra a vida na figura do “decreto¹⁶” se sobressai como uma linha condutora da matabilidade em que se constituem as experiências juvenis e a extensão da violência para as redes sociais. Ferramenta esta que também é utilizada por grupos de extermínio ou de agentes de segurança pública para divulgar imagens de adolescentes e jovens apreendidos por policiais (SOUSA, 2019). Portanto, a dinâmica das facções tem hipervisibilizado as adolescentes na guerra informal entre facções criminosas e estas contra a polícia.

As maquinarias necropolíticas exercidas pelas organizações criminosas e pelo Governo do Estado do Ceará, na figura principalmente da polícia, “são constituídas por segmentos de homens armados que se dividem ou se mesclam, dependendo da tarefa e das circunstâncias.” (MBEMBE, 2016, p. 140), que tem como objetivo eliminar aquele que

¹⁶ É o ato de anunciar/solicitar a morte de meninas e mulheres cuja essas mortes são determinadas pelas facções em redes sociais, sobretudo via WhatsApp e Facebook.

representa a figura do inimigo, enquadrado regionalmente na narrativa do(a) envolvido(a). Estes vivenciam um processo de precarização da vida, têm sua morte esperada pela sociedade e quando assassinados são enquadrados como não passíveis de luto (BUTLER, 2015).

Como analisam Barros (2019) e Paiva (2019), o estado pode ser, também, o agente perpetuador da violência, não somente pelas políticas penais e de extermínio, mas ao corroborar com as organizações criminosas.

Além da omissão sistêmica, existem rumores da colaboração de policiais que recebem “um trocado” de traficantes para permanecerem em silêncio, ou até participarem da eliminação de inimigos. Em determinados casos, os boatos reproduzidos por moradores são de que meninos são presos por policiais em uma comunidade e são soltos na comunidade rival, facilitando a morte deles por seus inimigos. Igualmente, pairam acusações de participação de policiais em esquemas de tráfico de armas e drogas. Dessa maneira, a colaboração ou a omissão de determinados policiais atuam na reprodução dos acertos de contas e na sua não resolução, prevalecendo práticas de justiça criadas pelos próprios envolvidos e a ideia de que essas pessoas criam as próprias leis. (PAIVA, 2019, p. 173)

Há, sobretudo, o incremento de uma política de segurança pública calcada em um paradigma belicista, ostensivo e repressivo que contribuiu às transformações sociais e atualizações das formas com que o “crime” se organiza no estado. Na leitura de Sayak Valencia sobre as práticas do governo e a atuação dos narcotraficantes no México, a qual se assemelha à atual situação brasileira, a autora percebe uma relação entre as ações do governo e dos narcotraficantes, ambos mantidos por uma ordem masculinista hegemônica que

tem implicações políticas, questões econômicas e sociais que estão atualmente levando um grande número de vidas por causa da lógica masculinista no desafio e na luta pelo poder e que, se for mantida, legitima a classe criminosa como sujeitos de pleno direito na execução da violência como um dos principais slogans a serem cumpridos nas demandas de masculinidade hegemônica e machismo nacional. (VALENCIA, 2010, p. 96)

O Governo do Estado do Ceará aumentou seu contingente de agentes de segurança pública, principalmente de policiais militares, e diminuiu recursos públicos para políticas socioassistenciais (CEDECA, 2019). Paulatinamente, as organizações criminosas conquistaram forças nas “zonas de morte”, territórios com ausência de Estado e periferizados. Esses fatores, a presença de grupos criminosos, o militarismo e o baixo investimento em políticas sociais nas periferias do capitalismo, expressam a presença do que Valencia (2010) denominou de “capitalismo *gore*”. Segundo a filósofa e transfeminista (2010), capitalismo *gore* é uma variante do capitalismo, re-escrita pelo narcotráfico e pela necropolítica, caracterizada pela centralidade de conflitos marcados pelo exacerbamento de sangue. Nas palavras da autora, refere-se ao

derramamento de sangue explícito e injustificado (como preço a pagar pela globalização do terceiro mundo, dentro da lógica do capitalismo, cada vez mais exigente), o alto índice de violência e desmembramentos, frequentemente ligados a economia do crime, a divisão binário do gênero e usos predatórios do corpo, tudo isso

através da violência mais explícita como ferramenta do necroempoderamento (VALENCIA, 2013, p. 109, tradução nossa).

Por sua vez, entende-se por necroempoderamento

os processos que transformam contextos e/ou situações de vulnerabilidade e/ou subalternidade em possibilidade de ação e de alto poder, que se configura como prática distópica e de autoafirmação perversa através de práticas violentas rentáveis na lógica da economia capitalista (VALENCIA, 2010, p. 84, tradução nossa).

De acordo com Valencia (2012), as contradições entre o projeto neoliberal e os aspectos negativos da globalização imposta para países de terceiro mundo, são denominadas de comércio necropolítico, que produzem as práticas *gore*. Essa autora cunha essa noção de capitalismo *gore* devido ao atual estágio peculiar do capitalismo em cidades fronteiriças, em que cadáveres, corpos mutilados e derramamento de sangue são ferramentas de reprodução do capital, tendo uma forte relação entre machismo, sexismo, hiperconsumo, violência e narcotráfico (VALENCIA, 2010).

Portanto, a partir dessa leitura, que se articula à nossa realidade brasileira, o mercado da violência é entendido como extremamente rentável para a economia neoliberal (VALOIS, 2017). Dessa maneira, além de outros efeitos do necroempoderamento, entendemos que os corpos não aptos para o trabalho se tornam rentáveis por sua descartabilidade (VALENCIA, 2012). É nesse tipo de sociedade em que a necropolítica opera e que o governo deixa de ser o único a deter o poder sobre a morte (VALENCIA, 2010).

As novas dinâmicas da violência urbana no Ceará aparecem como uma consequência desse capitalismo *gore*, pois, nessa lógica, os corpos são concebidos como mercadorias por meio de práticas de violência extrema (necroempoderamento), tornando-se rentável por intermédio de práticas de violência espetacular (VALENCIA, 2012), além do próprio mercado de segurança privatizado, já bem consolidado. Dessa maneira, o uso do conceito de “capitalismo *gore*” nos ajuda a problematizar esse novo acionar bélico, visto que as práticas *gorem* engendram novas possibilidades necropolíticas exercidas pelo Estado e por essas organizações criminosas. A necropolítica possibilitada pelo necroempoderamento e expressa pelo capitalismo *gore* pode acontecer pela presença do militarismo, de grupos criminosos e pelo baixo investimento em políticas garantidoras de direitos sociais para os mais vulneráveis (VALENCIA, 2010).

A respeito dessa força necropolítica das facções nas periferias cearenses, é comum ver pichações com mensagens para abaixar os vidros de carro e tirar o capacete nas paredes das periferias, quase sempre acompanhadas de alguma sigla de facção; toques de recolher, dentre outros (BARROS *et al*, 2018). Do outro lado, é comum a polícia exercer suas práticas

militarizadas nesses mesmos espaços. Além da ausência de políticas socioassistenciais, como forma de negligência estatal com os locais mais vulneráveis da cidade, a cada ano é feito pelos governantes um aumento financeiro sistemático ao policiamento ostensivo (CEDECA, 2019). Nesse sentido, as produções de zona de morte se relacionam com uma necroeconomia, que mantém seu lucro a partir da produção e manutenção da violência.

A “necropolítica” está ligada ao conceito de “necroeconomia”. Falamos em necroeconomia no sentido em que uma das funções do capitalismo atual é produzir em grande escala uma população supérflua. Uma população que o capitalismo não mais precisa explorar, mas que tem de gerir de algum modo. Uma maneira de gerir esses excedentes de população é sua exposição a todo tipo de perigos e riscos, frequentemente mortais. Outra técnica consistiria isolá-los e enclausurá-los em zonas de controle. É a prática de ‘zoneamento’. (MBEMBE, 2019, p. 10)

Segundo Barros (2019), a intensificação dos conflitos territoriais acompanhada pelo recrudescimento de práticas militarizadas no campo da segurança pública por parte do Governo do Estado do Ceará, tem colocado o estado e sua capital, Fortaleza, como um emblema do exercício *gore* no Brasil. Nesse contexto, continua o autor, há uma relação entre necroempoderamento e necroempreedimento na economia da violência, a qual constitui-se pelo fortalecimento e pelo empresariamento de facções criminosas que disputam o monopólio do tráfico de drogas alimentado pela antiga política de guerra às drogas.

A imposição do capitalismo *gore* contribui para o aumento das populações em situações precárias e impossibilita sua ascensão da pobreza (quando comparado à riqueza das grandes economias mundiais). Este sistema, pelo contrário, coloca essa população abaixo da categorização de pobre. Esses sobrantes tornam-se rentáveis por meio de sua morte ou por via do seu encarceramento, pois são práticas populares que enriquecem o mercado na mesma proporção que o retroalimenta (VALENCIA, 2012). Portanto, determinados corpos no contemporâneo são concebidos como produtos de trocas (VALENCIA, 2010). Por exemplo, o processo de penalizar tem como objetivo o controle social, sobretudo, a gestão da miséria e de negros/negras pobres (WACQUANT, 2007; DAVIS, 2018a; BORGES, 2018), pois o sistema colonial e escravista são as bases da democracia moderna (MBEMBE, 2017). No entanto, além de seguir essa lógica da gestão da pobreza, essa instituição toma outra proporção, pois se percebe que as prisões são demasiado lucrativas.

Por se tratar de um redimensionamento da violência sem desvencilhar-se de sua base racista, classista e de generismo, que, historicamente, estão presentes em conflitualidades de guerra, para dar conta da complexidade dessa realidade, utilizamo-nos de autores da psicologia social e áreas afins que estudam sobre adolescentes e jovens e sua relação com a violência urbana no Brasil. Também articulamos com a discussão de Mbembe (2017) acerca da

categoria necropolítica, da noção de política de inimizade e de colonialidade tardia, bem como de capitalismo *gore*, visto que este engendra novas necropolíticas.

Na lógica mbembeana, as vidas rotuladas de “não semelhantes” são desqualificadas pelas tecnologias necrobiopolíticas que operam nas comunidades periferizadas e sustentam os processos de criminalização e estigmatização dos “suspeitos a priori” (BARROS, 2019). Sabemos que esses sujeitos, que recebem a pecha de envolvidos, são aqueles que estão sendo assassinados e encarcerados cotidianamente, portanto, alguns marcadores sociais estão interconectados e marcam esses sujeitos “morríveis” e “matáveis” (BARROS, 2019). Além disso, os autores Costa (2018) e Barros (2019) se utilizam de noções mbembianas para analisar a presença de uma racionalidade necrobiopolítica nos discursos de uma falsa prevenção da insegurança pública e no incremento de aparatos tecnológicos de redução da violência na gestão da prefeitura de Fortaleza. Ao contrário de prevenir a violência, a ostensividade e militarização das Células de Proteção Comunitária (CPC), inseridas em algumas comunidades de Fortaleza, têm produzido zonas de morte por meio da gestão de colônias contemporâneas (favelas) e, por consequência, a produção sujeita sem estatuto político (envolvidos) e naturalização destes como inimigos ficcionalizados (COSTA, 2018). O que, por sua vez, não tem aumentado a sensação de segurança, mas, como destacam Ramos e Musumei (2005), tem dado uma ilusão de “dever cumprido” com pequenas apreensões de drogas ilícitas, armamentos e pessoas com pouco poder nas facções.

As interlocutoras desta pesquisa são adolescentes marcadas por essa racionalidade necrobiopolítica e por políticas de precarização da vida que produzem esse cenário de corpos que parecem nascer para morrer (BARROS; BENÍCIO, 2017). São adolescentes e jovens mulheres que sofrem processos de generificação, racialização, periferização e estão sendo encarceradas e assassinadas (BARROS *et al*, 2019). A noção de interseccionalidade, portanto, permite-nos enxergar que marcações e subjugações que vulnerabilizam e mais vitimizam certas juventudes.

De modo geral, as interlocutoras compartilharam experiências, percepções de si e de mundo, sobretudo acerca das dinâmicas da violência urbana no estado do Ceará e seu atravessamento em suas respectivas trajetórias de vida. Sendo assim, neste capítulo, buscamos discutir a perspectiva de adolescentes privadas de liberdade sobre as transformações da dinâmica da violência e seus efeitos em seus cotidianos.

Os efeitos para as trajetórias de vida das interlocutoras são anunciados por elas, em muitos momentos, ao falarem sobre pessoas que foram assassinadas e como isso há um peso em suas escolhas de se filiarem a uma organização criminosa. Além das ameaças que sofrem

cotidianamente, são prisioneiras à céu aberto ou compõem o perfil que mais têm sido vítimas de assassinatos, sendo mais recentes essas mortes que têm acontecido de formas brutalizadas nas tramas da violência do Ceará. A figura do supermacho guerreiro nas lutas entre as facções afeta a vida das meninas. Esses são alguns vetores que abordamos neste capítulo por meio das cenas-analisadoras que as dez adolescentes compartilharam, que cotidianamente têm suas narrativas e trajetórias distorcidas pelas mídias hegemônicas (BARROS *et al*, 2019). Por isso, apresentamos um outro lado da realidade psicossocial de Fortaleza, sob a ótica das interlocutoras, pois são essas falas carregadas de experiências e de desejo pela vida que contrapõem e desestabilizam falas hegemônicas, apresentando, portanto, novas narrativas acerca do Ceará, da violência e de estratégias de (sobre)vivência.

3.2. “Antes você andar em todo canto, agora não”: agravamento de violações de direitos decorrente dos conflitos territoriais e (in)submissões a regras impostas por facções

Por utilizarmos-nos do método de entrevista narrativa sob manejo cartográfico, em primeiro momento foi solicitado que as interlocutoras falassem um pouco sobre elas e sobre suas histórias de vida. Em geral, iniciavam falando sobre sua inserção em atividades criminais, principalmente por meio do tráfico de drogas e por práticas de roubo, depois, disparavam falas sobre os novos conflitos territoriais ocasionados pelas organizações criminosas. Por isso, nesse tópico, as primeiras cenas-analisadoras que apresentamos se referem às narrativas das interlocutoras sobre as transformações sociais do crime no estado do Ceará e como essa atualização tem afetado suas trajetórias.

O primeiro efeito da violência urbana nas trajetórias de vida que abordamos é o acirramento de disputas territoriais e agravamento de violações de direitos. De forma quase que unânime, nossas interlocutoras trouxeram em suas falas que as mudanças na dinâmica do “crime” alteram não somente suas vidas, mas as comunidades de modo geral, que estão sob o domínio dos coletivos criminais, chamados popularmente de “facções”. Portanto, essas pessoas, sobretudo crianças e adolescentes aliciados por adultos que chefiam o tráfico de drogas nesses locais, estão cotidianamente em uma espécie de fogo cruzado que tem aumentado suas exposições a diversas violações de direitos (paralisação da escola ou impossibilidade de frequentá-la por esta estar inserida em outro território, por exemplo) e à própria violência letal.

A respeito da presença das facções na cidade de Fortaleza, nossa interlocutora Japa comentou que a violência cresceu devido às disputas territoriais entre as facções. Segundo a mesma,

atualmente, três facções (PCC, CV e GDE) comandam as atividades criminais e disputam entre si por territórios de grande relevância para rotas e para o comércio do tráfico de drogas, produzindo, dessa forma, uma relação de inimizade entre integrantes de facções distintas, mas que em algum momento podem fazer alianças como estratégia de manutenção dos seus mercados e contra a polícia. Em suas palavras:

Tá mais ainda a violência, porque na minha visão eu tando num grupo numa facção, mas ao mesmo tempo eu falo e digo pros outros... Nenhum dos dois é certo, todos dois é errado. Porque tem o PCC, tem a GDE e tem o CV. Tem três facção. Ai lá pra fora tem mais, a ADA e a FDN [...] Quem fundou ele, quis se retirar daqui de Fortaleza. Tão no Norte, eu acho. Lá em Natal. (Japa, 2019)

Corroborando com essa narrativa de Japa, utilizamos os apontamentos de Paiva (2019): inicialmente havia três facções atuando no Ceará (PCC, CV e FDN), compostas por presidiários(as) e pessoas que “fazem o crime” no Ceará, mas cada organização possui suas regras internas. Todavia, apresentam algumas semelhanças, tais como a existência de conselhos, batismo e sua semelhança com complexos empresariais. Anteriormente, as gangues de bairro era o que tínhamos por “grupos criminosos” que comandavam e disputavam os mercados ilícitos de tráfico de drogas e armamentos, portanto, algumas pessoas não ficaram satisfeitas com a postura “colonialista” que essas facções impuseram e por isso se uniram na constituição de um novo coletivo criminoso regional (PAIVA, 2018, 2019; SOUSA, 2019).

A Guardiões do Estado - GDE, também conhecida como 7.4.5, surge, então, em 2016 como resposta das pessoas que “fazem o crime” no Ceará desde o período em que era coordenado por gangues de bairro e que eram contra organizações fundadas fora do Ceará.

Ao contrário do que vivenciaram o CV, PCC e FDN, a facção não emergiu como um grupo capaz de dominar de maneira consistente as dinâmicas criminais do Estado. A facção precisou se ajustar a uma dinâmica de alianças e conflitos envolvendo também o PCC e o CV que transformaram o Estado do Ceará em local de inúmeros conflitos armados, com números significativos de homicídios nos anos de 2017 e 2018. Entre as novidades da GDE, observou-se a participação de adolescentes e um trabalho muito forte nas periferias com agenciamento de meninas e meninos para conflitos armados (DIAS; PAIVA, 2019, p. 11).

Segundo Sá e Aquino (2018), há a disposição “viril” para matar ou morrer de jovens integrantes da GDE, fato esse que valoriza a “sociedade armada”, o extermínio incondicional do inimigo a partir da política de inimizade e as maneiras de agir dentro das periferias, como fiz Lilian “Antes você podia andar em todo canto, agora não porque o Ceará foi invadido por duas facções e aí mudou”.

Como destaca Paiva (2019, p. 170), a consolidação da GDE é um marco para a compreensão do *modus operandi* das facções, “pois, em torno dela, foram instituídas alianças e resistências em um intrincado jogo de rivalidades”. Ela se consagra como uma facção composta somente por residentes naturais ou moradores do Ceará, apesar de sua antipatia para

com as facções de fora (CV, FDN e PCC). Com o início dos conflitos em 2017 e o término da paz, lideranças da GDE “fecharam” com o PCC para ampliar seu arsenal de guerra contra o CV e manter seus negócios ilegais ativos (SÁ; AQUINO, 2018). Ao contrário do que acontece em outras cidades, em que há um monopólio de uma organização criminosa que comanda o “crime”, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, no Ceará, a disputa pelo território e pelos mercados ilegais fez com que fosse “necessária a defesa armada das circunscrições de atuação do tráfico, o que proporcionou o surgimento das dinâmicas internas de vigilância e punição” (PAIVA, 2019, p. 168).

O coletivo [GDE] conseguiu rápida expansão no sistema prisional e nas periferias de todo o Ceará, despertando atenção desde o primeiro momento pela juventude de seus integrantes. Composta por um conselho central, a GDE agenciou grupos locais que faziam o crime em determinados bairros de Fortaleza, integrando-os como “tropas” e garantindo certa autonomia para ações que não poderiam deixar de respeitar o conselho estabelecido entre seus integrantes (PAIVA, 2019, p. 170, grifo do autor).

Em 2018, essa facção ganha notoriedade ao assumir o mando de uma chacina que resultou em 24 mortos em um território chefiado pelo CV em um estabelecimento conhecido por ser frequentado por integrantes dessa referida facção (SÁ; AQUINO, 2018).

Porque nesse mundo do crime ai, sempre tem um que quer ter nome. Que quer ser mais que o outro. Não tem, como se diz... não tem... não tem... não tem.. como se diz... não tem união. É irmão matando irmão, é filho.. é pai matando filho.. Ta isso ai... (PAUL, 2019)

A submissão às regras de conduta imposta pelas facções é outro efeito identificado nas trajetórias de vida das interlocutoras. Chinesa informa que não pode negar sua camisa; durante o ritual de iniciação (popularmente chamado de batismo), são feitos juramentos que vão desde obedecer sempre a seus padrinhos ou madrinhas a nunca negar a “a camisa”.

No nosso lema, nós não pode negar nossa camisa. Jamais negar nossa camisa. A pessoa chegar pra perguntar “ah tu é de qual facção? é batizada?” eu vou dizer que sou, porque não posso negar, mas em compensação eu não vou chegar pra todo mundo dizendo que sou batizada, né (CHINESA, 2019).

Nas palavras da autora Dias (2015, p. 37), a “disciplina do Comando visa regular o comportamento das pessoas, suas palavras, gestos e atitudes, na conformação de uma identidade que, pautada por valores próprios a do crime, é definida por vários presos como o lado certo da vida errada”. Além disso, tatuagens (três lágrimas no rosto representa GDE), corte na sobrancelha, tintura do cabelo (pintar da cor vermelha faz referência ao CV e ter mechas loiras faz referência a GDE), símbolos feitos com a mão (dois quer dizer CV, três quer dizer PCC), números como 7.4.5 da GDE e 1533 do PCC, dentre outras coisas.

Nesse sentido, grupos criminosos/facções pode ser entendido como uma “sociedade paralela” em que esses sujeitos têm seu valor reconhecido dentro de sua lógica

própria, são de fato vistos “nas quebradas” (SOUSA, 2019), enquanto fora da favela, são hipervisibilizados, capturados por tecnologias disciplinares que não visam mais docilizá-los, mas expõem à corporificação da exclusão e do aniquilamento (SCISLESKI, CAETANO, GALEANO, 2015). No Ceará, chefes desses grupos mantêm uma certa ordem, com regras específicas que buscam manter os mercados ilegais funcionando a todo vapor, portanto, podemos entender o crime como um território existencial¹⁷ em que vidas se produzem e reproduzem lógicas e movimentos permanentes por meio de agenciamentos coletivos. “Esse agenciamento faz emergir formas individuais e/ou coletivas como territórios existenciais autorreferenciais, que constituem um corpo individual e/ou coletivo o qual pode ser observado, pode ganhar nome: um sujeito, um grupo, uma cultura” (MACERATA; SOARES; RAMOS, 2014, p. 922).

É uma coisa que dá dor de cabeça e num dá, porque se você der uma mentirazinha, uma caminhada errada, qualquer coisa, aí eles vão cobrar de você da melhor forma. Ter entrado em outra facção, ter roubado em área que não é pra roubar, ter levantado falso de alguém, ter cobiçado a mulher do próximo. Que ainda tem os dez mandamentos. Ai nos dez mandamentos tem não cobiçar a mulher do próximo... Aí é um bocado de coisa, até me esqueci rrsrs (JAPA, 2019)

O domínio das facções nos territórios exerce, como efeito, um poder de vida (regula a conduta) e de morte (define quem deve ou não continuar vivo e como deve ser a sua morte) para com os habitantes do local.

Eu acho assim, se tu tem poder eu também posso ter. Pra mim ter eu vou ter que tomar teu território, aí começa. É briga **de território**. Tu mora aí onde é GDE, eu moro onde é CV, se eu tomar o teu nós que vamo... entendeu? Eu vou mei mundo de GDE meu e tu vai eliminar meio mundo de CV meu. Pra ver quem é que ganha. É tipo um jogo. Quem ganhar ganhou, quem não ganhar perdeu. Mas pra pessoa colar, fechar com a família. porque é uma família, entendeu. Aí você tem que vestir a camisa. (PAUL, 2019)

Uma regra que as facções têm imposto nas favelas para manter seguros seus mercados, fazendo com que as pessoas que vivem nesses locais às vezes se sintam mais seguras com a presença das facções do que da polícia, é a restrição de roubo local. Explica Loirin sobre essa mudança

porque assim quando não tinha facção o povo robava lá dentro da favela. Robava aí num dava em nada e como agora existe facção num pode mais não. Se for pego robando eles apanham ou então matam. Não pode entendeu, roubar os cidadãos, os moradores. Num pode não e também não pode roubar as outras áreas que é faccionada a que nós somos, entendeu? Só se for das áreas assim, da outra facção. Não pode roubar lá ao redor. (LORIN, 2019)

¹⁷ Segundo Macerata, Soares, e Ramos (2014, p. 922) “um território existencial é um ambiente vivo que está sempre sujeito a modificações, desvios e recriações de si mesmo, já que sempre se constitui na relação com outros territórios em movimento”, é também uma localização espaço-temporal, em constante processo de feitura. Nas palavras de Guattari (2000, p. 44) é “uma instância expressiva se funda sobre uma relação matéria-forma, que extrai formas complexas a partir de uma matéria caótica”.

Lorin iniciou sua narrativa falando sobre si e da época em que morava no interior do Ceará. Ele não falou muito sobre seu passado, por não gostar de lembrar que teve que “esconder” por um tempo para a sua mãe sua orientação sexual. Somente após sua primeira “queda¹⁸” o adolescente sentiu “coragem” para contar para sua genitora sobre si, como ele diz “assumir quem eu sou” (LORIN, 2019).

Anteriormente, quando elx ainda residia em sua cidade natal e ainda se sentia “obrigado” a ficar com homens, namorava um rapaz de uma cidade vizinha a sua, o qual foi assassinado em sua frente. Este fato aconteceu, segundo Lorin, logo após as primeiras demarcações territoriais das facções no início de 2015; por isso, para ele, o motivo do assassinato foi por eles morarem em cidades diferentes dominadas por facções antagônicas. As ameaças que Lorin havia sofrido antes do acontecido, “sugerindo” o término do namoro, posteriormente, ameaças por acharem que foi cúmplice, o fez acreditar que a morte do seu namorado foi um exemplo para ser acatado pelas pessoas da cidade de que não é possível relacionamentos com pessoas de locais inimigos. Ele relatou o dia do incidente:

Eu não era de facção. No ano de 2015 ainda nem existia facção, mas já estava começando, parece. Porque né, ele era de outro interior. Aí nesse interior dele já tava a pichação de PCC, na minha já era CV. Aí eu não era envolvido, mas por conta de eu ser das áreas tal e ele ser das áreas tal, o povo já considera envolvido. Aí como ele era das áreas do PCC e foi pra lá por causa de mim, todo mundo pensou que eu que tinha levado ele pro cheiro do queijo. (LORIN, 2019)

Em outro momento de sua narrativa ele retomou o acontecido e comentou sobre como se sentiu na ocasião e sobre as ameaças que sofreu:

Uma noite que nós fomos pro parque (...) mataram ele. Entendeu? Mataram na minha frente. Só que, no momento ali... no momento ali fiquei em choque. Ai no outro dia eu fui para o velório dele, só que eu não fui para o enterro porque os amigos dele ficaram dizendo que eu que tinha levado ele pro cheiro do queijo, essas coisas. Aí pronto, começou a minha vida a mudar. Tive que ir embora da cidade. Sofri algumas ameaças. Pessoas ficavam ligando pra mim dizendo que eu ia morrer, que eu era a culpado. (LORIN, 2019)

Além das ameaças, Lorin sentiu-se culpado pelo assassinato do seu ex-namorado.

Quando o menino que eu namorava eu vi ele morrendo na minha frente. Eu fiquei sem reação... fiquei, meu Deus... sem entender. Sem entender porque tinham matado ele. Ainda mais eu sendo culpado. Tá pior que antes, só piorando. Só piorando. Tá embaçado. (LORIN, 2019).

Duas implicações na trajetória de Lorin foram apresentadas por essa cena, o assassinato do ex-namorado, que conduziu o adolescente a se mudar devido às ameaças que

¹⁸ A palavra “queda” significa ser apreendida pela polícia e/ou ser institucionalizada no Aldaci. As adolescentes consideram que ter sido apreendida pela polícia, ter ido para a Delegacia da Criança e do Adolescentes (DCA) e/ou cumprir alguma medida no Aldaci, como quedas por caírem em “mãos”/“locais” que deveriam conseguir evitar.

sofria dos amigos da vítima e, a segunda foi um eventual pertencimento metafórico a uma facção por residir em um território dominado por uma organização criminosa, mesmo não sendo integrante. A partir desse relato, perguntei o Lorin como era antes dessas demarcações territoriais impostas pelas facções, ela respondeu:

Ave Maria, era um sossego. Existia morte mesmo, era por besteira não. Não era por besteira. Era por conta de... As mortes que existia nas antigas era mais por doença. As pessoas ia ficando velha e ia morrendo. Nem me lembro mais, mas não tinha essas mortes. Hoje as pessoas mata por matar, só por ser de outras áreas. Era um sossego, eu vivia na minha casa eu ia da casa pra escola, da escola pra casa. Ia pra praça com minhas amigas. Enfim, era um sossego. Era de bem com minha mãe, era de bem com todo mundo (LORIN, 2019).

As regras impostas pelos integrantes das facções que comandam os territórios marginalizados no Ceará devem ser seguidas por todas as pessoas que adentram locais dominados por facções, não restringindo-se apenas às pessoas que praticam atos criminosos. São formas encontradas pelos integrantes das facções de se protegerem de possíveis invasões por parte das facções, milícias ou até mesmo de policiais. Dessa forma, a submissão às regras e condutas pode ser entendida como um agravamento de situações de violações de direitos correlativa ao acirramento de conflitos territoriais.

Nossas interlocutoras evitam desobedecer a essas regras ou encontram formas de burlá-las. Algumas adolescentes relatam que roubam em locais distantes do seu bairro e tomam cuidado para não serem “pegas” por “inimigos”. Geralmente, quando carros estranhos aparecem onde elas costumam traficar, as adolescentes saem das ruas e ficam escondidas por um tempo por temerem ser alguém que passará informações para a polícia ou para pessoas faccionadas.

Dois pontos são importantes para serem analisados, o agenciamento territorial da adolescente a partir do medo e a segregação entre envolvido(a) - sujeitos que praticam atividades criminais - e o(a) “cidadão(ã) de bem”. A respeito deste segundo, a partir do que já foi discutido, percebemos que a desumanização dos(as) envolvidos(as) permite que esses corpos sejam vistos como desimportantes e descartáveis para o Estado neoliberal e, conseqüentemente, para as pessoas não envolvidas (cidadãos de bem). Destarte, a ficcionalização de inimigo também opera nas organizações criminosas, criando regimes de visibilidade e sujeitos matáveis, sendo a base normativa das necropolíticas que existem nas guerras informais entre essas facções e entre facções e o Estado. Uma guerra de conquista de posições armadas para garantir o domínio sobre os fluxos dos mercados ilícitos de drogas.

A forma como o governo propõe uma política de segurança pública pautada em uma lógica de guerra, tais como a guerra às drogas, a militarização exercida na violência

institucional e o encarceramento em massa, possibilita problematizarmos o seu papel nas transformações sociais do crime. De acordo com Scisleski *et al* (2014) às atuais formas de enfrentamento da violência urbana por parte do governo, sobretudo na figura da polícia ostensiva e militarizada, tem atuado como produtor de sujeitos descartáveis e matáveis (SCISLESKI *et al*, 2014), assim como também, a partir da política de guerra às drogas e do encarceramento em massa, tem forte influência na constituição das facções no Brasil desde os anos 90 (ALVES; EVANSON, 2013).

Essas produções da figura do inimigo produzem subjetividades punitivo-penais que enquadram esses corpos em “identidades abjetas”, seja no âmbito civil ou nas organizações criminosas, portanto há pouca comoção diante de suas mortes ou encarceramento, inclusive para os(as) próprios integrantes das facções. “A produção desse inimigo ficcionalizado seria uma ferramenta útil para conferir ares de normalidade e ‘civildade’ a bárbaras formas de matar, gerando pouca comoção social”. (BARROS, 2019, p. 225).

Mas foi porque um cara aí tava na paz, né? Aí foi um cara aí, conhecido de lá matou um cara, né que tava na paz, aí ele quebrou a paz. Aí os cara de dentro da cadeia... ele foi preso aí ele caiu na mão dos cara do GDE, aí o GDE tacou fogo nele e matou ele, aí desde o dia que mataram ele gerou essas facção, tudo por causa dele, porque ele foi querer matar o cara. O cara morreu, aí ele caiu dentro da mão da cadeia e os cara tocaram fogo nele e mataram ele só de ferro. [...] Foi, no tempo da paz, aí ele foi querer tirar a vida do irmãozím só pa começar as guerra de novo [...] Novinha: Foi os cara das parte que era GDE, outras parte que era CV e outras parte que era PCC. [...] Eles não tem simpatia nenhum com outro (NOVINHA, 2019)

Essa trégua contribuiu, sobretudo, para o estabelecimento e organização das facções no Ceará e estabelecimento de rotas para o mercado de tráfico de drogas. Nossas interlocutoras contaram diferentes histórias sobre como e quem rompeu a paz (CV, GDE e PCC), cada uma defendendo a sua “camisa”, contudo, deixaram evidente que a quebra desses acordos ocorre por conta do “derramamento de sangue”.

No início de 2019, novas pactuações foram feitas entre as facções, apresentando como as transformações políticas modificam os pactos entre os grupos criminais e, conseqüentemente, como essas mudanças afetam os cotidianos das adolescentes e as colocam, mais uma vez, em um local vulnerabilizado, já que as adolescentes foram “convidadas” por essas organizações criminosas a praticarem atos análogos ao crime contra o patrimônio público. Não é à toa que durante janeiro de 2019 o número de adolescentes privadas de liberdade no Aldaci cresceu exponencialmente.

O diálogo com Japa leva à outra cena-analisadora, à nova configuração das organizações criminosas em 2019 no Ceará devido a algumas mudanças na secretaria responsável pela gestão do sistema carcerário do Governo do Estado do Ceará.

O presidente sei lá o que é, tá querendo acabar com essas coisas dentro do sistema botando faccionado junto com os outros faccionado que não é da mesma facção. Aí pra nós, deram ordem só aqui dentro do sistema não ia mais gerar negócio de facção. Se chegasse um que era meu inimigo dentro da minha cela eu tinha que... que respeitar ele, receber ele. Porque, tá dizendo que agora nós tem que... como é que se diz... nós tem que lutar contra o sistema, não mais entre nós da mesma facção. [...] Dentro do .. Eu creio que dentro do sistema sim, agora fora eu não sei. Porque lá fora, se algum GDE cair lá onde eu moro, nós não pode matar mais ele. Nós tem que, tipo, só da uma pisa e botar ele pra sair fora. (JAPA, 2019)

Essa fala remete ao novo acordo feito entre facções por causa da união involuntária de pessoas faccionadas nos presídios cearenses. Essa situação ocorreu após os primeiros esclarecimentos nas mídias locais, em janeiro de 2019, de Luís Mauro de Albuquerque, secretário da recente Secretaria Penitenciária, que abertamente disse não reconhecer a existência de organizações criminosas nos presídios do Ceará.

O efeito desse pronunciamento foi imediato, ataques em diferentes órgãos e serviços públicos foram notificados em locais distintos no estado, alguns continham pichações com frases pedindo a saída do secretário e/ou frase “tudo junto” e com símbolos das organizações criminosas. Notícias em mídias locais e nacionais que contextualizaram fatos pontuais, alegaram que as facções mobilizaram esses ataques como forma de protesto diante das represálias que estavam sofrendo nas unidades prisionais desde o início da atuação do novo secretário (O POVO, 2019a). Esses eventos trouxeram ainda mais agravantes ao cotidiano da cidade, especialmente, nas periferias. Cartazes e mensagens circulavam exigindo que todos os comércios fossem fechados e, caso não fossem, ocorreriam represálias. Além das paradas de serviços de transportes públicos e a coleta de lixo, principalmente, por terem sido alvos de incêndios (O POVO, 2019a).

Essa estratégia que as organizações criminosas tiveram, de levar as demandas e as lutas contra as opressões nos presídios para as ruas, não foi utilizada pela primeira vez no Ceará. Como destacou Paiva (2019, p. 169), em sua discussão sobre as transformações sociais do crime no Ceará, “a importância de a organização ter essa disposição de levar as lutas internas do sistema para o campo aberto, demonstrando a força das conexões entre presos e egressos do sistema atuando fora da prisão”.

Essa união entre organizações também acabou por vulnerabilizar ainda mais as adolescentes, pois “dívidas” foram cobradas, que, supostamente, seriam pagas com os ataques. Além disso, quando um padrinho “pede” algo para honrar a “camisa” a seus afilhados ele deve ser obedecido, portanto, caso fosse um “pedido” feito por padrinhos e madrinhas para que as adolescentes colocassem explosivos, teria que ser feito. Esses “pedidos” não foram declarados pelas adolescentes, mas ficam em entrelinhas nas narrativas delas. Quando Chinesa descumpriu

sua semiliberdade, ela foi “convidada” a queimar um ônibus em janeiro e depois do incidente, se escondeu em uma casa com medo de ser apreendida novamente pelo novo ato. Ela narrou o dia:

[...] Tinha acontecido esse negócio de queimar ônibus. Aí nós decidimos queimar um ônibus. Aí nós fomos queimar esse ônibus. Aí foi eu, a Joana e essa Cris. Aí no meio do caminho ela achou outro menino, aí foi nós quatro. Nós chegamos e queimamos o ônibus e ficamos uma semana escondido dentro de casa. Ficou aquele clima tenso de que os homi chegar a qualquer momento. (CHINESA, 2019)

Outra adolescente, ao falar que teve que cobrir a tatuagem de palhaço (que representa ser “matador(a)” de polícia) após ser confundida durante os ataques informou que todas as organizações se uniram contra as repressões, violações e violências que estavam acontecendo nos presídios.

Porque as polícia tudo já tava com a foto da minha tatuagem. Por causa que aqui né, teve esse negócio de tacar fogo, aí eles foram dizer que eu tava no mei, mas eu num tava não. Era uma menina que tinha uma tatuagem igual a minha. Aí só quem coisou foi eu. [...] Porque os policial tavam direto invadindo a nossa favela, dos cara, os cara tava perdendo muitas coisas pra eles. [...] Na favela. Na cadeia também que perdia televisão, um bucado de coisa. [...] Todas as facções, era do CV, do GDE, do PCC tudo misturado mas não era tudo junto, cada um tocando fogo nos seus bairro. [...] Se juntar é um inferno que vira. [...] Porque muitas pessoas já morreu de cada lado. (DUDA, 2019)

A ostensividade não acontecia somente nos presídios, mas também nas periferias de Fortaleza sob o comando da polícia militarizada em busca dos explosivos. Enquanto integrante do CMPNMPLEC, recebi no grupo de Whatsapp um vídeo feito dentro do presídio feminino Auri Moura Costa. Nele, as instalações de esgoto estavam entupidas, não tinha água encanada e mais alguns dias e a situação estaria para além de insalubre. Sobre a onda de ataques, no segundo semestre esses ataques ainda continuaram. Segundo O Povo online (2019b), a facção GDE é responsável por eles, ainda segundo o jornal, as demais organizações não apoiaram e, após a transferência de detentos suspeitos de serem os mandantes para Presídios Federais, os ataques iriam diminuir.

Para Barreira (2018, p. 35), essa realidade produz efeitos na ordem social de difícil resolução, pois “a visibilidade e o aumento da violência e criminalidade no Ceará e, especialmente, em Fortaleza, provocam sensação intensiva de insegurança e medo”. Ademais, esses fenômenos têm trazido novas dinâmicas da violência urbana por maiores disputas de poder a partir de uma política de inimizade, pois se tornou comum ouvir falar sobre mortes violentas, a exemplo decapitação, ocasionadas por facções rivais.

Esses fenômenos têm contribuído para uma sensação maior de insegurança social, por consequência, há uma solicitação por políticas ostensivas e punitivas. Essa sensação possibilita o medo como operador político e de produções necropolíticas que possibilitam o

aniquilamento em larga escala. As tecnologias necropolíticas que operam nas comunidades do Ceará por meio do “governo pelo terror” já não têm mais ligação com a ideia de reprimir e disciplinar, já que, na lógica neoliberal, operam-se a partir da serialização de morte, seja “em massa ou em doses mais contidas” (MBEMBE, 2016, p. 61), sendo essas necropolíticas exercidas ou não pelo Estado. O Estado já não é o único detentor da gestão e produções necropolíticas. Essas organizações criminosas exercem um poder paralelo que extrapolou as instituições prisionais, e, dessa forma, encontrou nas periferias do capitalismo territórios férteis para a atuação das facções, seja para o mercado ilegal de drogas e de armas, seja para exercer um poder soberano nessas facções e nos bairros que se instauram.

As falas de Mauro Albuquerque e os recados pichados nos muros que circularam nas cidades em que obtiveram ataques das facções explanam o que Valencia (2010) discute a partir das masculinidades hegemônicas presentes nas práticas *gore*, a guerra entre performances masculinistas em que certas atitudes devem ser sustentadas. Nas palavras de Valencia (2010, p. 92, tradução nossa)

A luta contra o crime organizado empreendida pelo governo parece mais um acerto de contas entre machos poderosos machucados procurando limpar sua honra e recuperar seus territórios, que não levam em conta os efeitos reais e devastadores dessa "limpeza" presente no país, criando um medo endêmico na sociedade civil que pode se manifestar - como já é fazendo em quase todo o território - no recinto de civis em suas casas, presos por um sentimento de vulnerabilidade e um sentimento de culpa, não inteiramente justificado.

Além de contribuir para o uso do medo como operador político de gestão e produção necrobiopolítica, essas performances masculinistas exercidas pelo governo, na figura de agentes da segurança pública e pelos integrantes das organizações criminosas, dentre outros efeitos, produzem “subjektividades *endriagos*”, que exacerbam as práticas *gore*.

Os *endriagos* exercem práticas que não estão relacionadas diretamente com a necropolítica cunhada por Mbembe, “mas vão além, em uma reinterpretação distópica de seu status como sujeitos livres e ao mesmo tempo sujeitos à dinâmica econômica” (VALENCIA, 2012, 98). Os sujeitos “*endriagos*” incorporam o conceito de ingovernabilidade, embora estejam submetidos às demandas do capitalismo por meio do hiperconsumo, “sentem como próprios o discurso heteropatriarcal baseado na posse do poder como fator de legitimação, identidade e pertença social” (VALENCIA, 2012, p. 98, tradução nossa).

Dessa maneira, a necropolítica (arrebatação, conservação e capitalização da morte) exercida pelos sujeitos *endriagos* segue a lógica biopolítica e seus desejos de governamentalidade da população, do território e da segurança. Uma governança, segundo Valencia (2010), exercida por três elementos: 1. exploração dos recursos naturais; 2. venda da

segurança privada para garantir o bem-estar, e; 3. apropriação dos corpos como bens de consumo ou como corpos consumo desses bens oferecidos pelo necromercado. Por isso, para essa autora, o narcotráfico e a economia neoliberal são faces de uma mesma moeda que mantém o funcionamento do capitalismo *gore* e das expressões necropolíticas. O que ela vem a chamar de necroneoliberalismo (VALENCIA, 2018).

Tomamos essa leitura de subjetividade *endriaga*, efeito colateral da imposição agressiva do capitalismo e o desejo do hiperconsumo, para análise das expressões necropolíticas exercidas pelas facções no Ceará. Embora os integrantes dessas organizações criminosas distingam-se dos sistemas governamentais, as facções são estruturadas por um necroempreendimento como organizações empresariais, tendo um modelo de seleção, precarização de sua mão de obra e busca por lucro acima de tudo.

Eles também começam a reivindicar um espaço para si mesmos, a exercer suas possibilidades destrutivas como um motor de criação e enriquecimento de capital, por meio do estabelecimento de uma subjetividade transgressora que não coincide com "a subjetividade dos vencedores" ou dos resignados, mas que ultrapassará os referenciais das teorizações sobre as subjetividades contemporâneas, criando uma subjetividade *endriaga*, que se baseará na busca de modos ilegítimos de ação e auto-afirmação para exorcizar a imagem e a condição de vítima. Ações que geram demandas por ordem e repressão ". (VALENCIA, 2010, p. 91, tradução nossa, grifo meu)

Dessa forma, os *endrigos* faccionados, na tentativa de permanecerem com o reconhecimento - perverso - conseguido por meio da economia da violência dos mercados ilegais, e para manterem esse mercado em funcionamento dentro e fora dos presídios, bem como conseguirem uma garantia mínima de serem tratados adequadamente mesmo que privados de liberdade, buscavam visibilidade e uma certa "obediência" e/ou "respeito" ao imporem o medo a partir dos ataques realizados no começo do ano de 2019 no Ceará.

A inimizade, nesse contexto, foi redirecionada para o sistema político de governo, como assim narram as interlocutoras, o que mostrou novamente o poder das organizações criminosas sob os números de homicídios no estado. Nossas interlocutoras disseram que receberam mensagens para não atacarem integrantes de outras facções, esses são acordos que se iniciaram no interior dos presídios por chefias de organizações criminosas e foram ampliados para as ruas. Durante esse período, observa-se uma contradição quanto à redução da violência letal, pois enquanto houve uma redução no número de homicídios no Ceará por parte dos grupos criminosos, inversamente, houve um crescimento em casos de homicídios ocasionados pelas ações policiais (CRUZ, 2019).

Essa comunicação ocorre no Aldaci de forma singular, pois corriqueiramente novas adolescentes são sentenciadas ao menos para cumprir uma internação provisória, de forma que elas sempre estão atualizadas. Outra forma das mensagens chegarem a elas ocorre a partir das

visitas familiares, é nesse momento que também são informados novos casos de homicídios de familiares e amigos(as). Em conversas com os profissionais da unidade, quase nunca é encontrado na unidade drogas ilegais ou cossocos¹⁹; motins e rebeliões também não são comuns, apesar de baixo número de problemas entre integrantes de facções quando comparado às demais unidades destinadas ao gênero masculino, é possível perceber uma certa territorialidade simbólica colocada entre as adolescentes de facções rivais.

A difusão da trégua leva a dois apontamentos interessantes, o primeiro diz respeito à força que essas organizações têm diante da sensação de insegurança em que, principalmente, a cidade de Fortaleza foi tomada. Todo o cotidiano da cidade e, eventualmente, das pessoas foi alterado. Em segundo, problematizamos a queda do número de assassinatos, mais uma vez, a partir do impedimento de matar ou instauração de uma trégua imposta pelos chefes dessas facções. Não traçamos uma narrativa que respalda os discursos moralistas das mídias que colocam nessas organizações toda a responsabilização pelo número de casos da violência intencional, e nem pretendemos tirar sua responsabilização. Afinal, na lógica *gore*, essas facções sustentam uma guerra informal e o enquadramento do inimigo.

Contudo, o Estado também deve ser reconhecido como co-responsável, pois quando agentes de segurança pública afirmam que “morreu porque era envolvido” ou “eles estão matando entre si” (BARROS, 2019), eles não somente se desresponsabilizam diante dessas mortes, como também eles utilizam-se desse extermínio como resultado efetivo das necropolíticas. O que queremos dizer é que o Estado não impede a existência dessas mortes e podemos até elucidar que ele opera de tal forma que as produz. Então, as facções se unirem e terem o Estado como inimigo de fato reduz o número de homicídios, ao passo que denuncia as expressões necropolíticas. Como diz uma delas, “É, tipo eu tano no meio ou não, onde eles me ver... [para por um tempo e continua] é que aqui é de boa, que aqui tudo ao redor é GDE” (Japa, 2019).

3.3. “Eu ando na rua olhando pro lado e pro outro”: ameaça de morte e a presença do luto constante

Apontaremos outro efeito que se apresenta como um atravessamento em comum nas trajetórias das adolescentes, a experiência de luto devido aos assassinatos de familiares, amigos(as) ou mesmo conhecido(a) no bairro onde moram.

¹⁹ Armas caseiras muito comum nas unidades prisionais, sobretudo durante rebeliões. Geralmente são feitas com pedaços de ferro que conseguem encontrar ao quebrar paredes ou de descartáveis.

Conforme as narrativas das adolescentes, homicídios de entes queridos, ameaças e tentativas de assassinatos são situações comuns para elas. A incerteza do tempo que irão viver, por estarem ameaçadas ou por saberem que, mesmo não estando ameaçadas, são alvos da facções antagônicas aos locais onde residem, quando não da própria polícia que retorna aos mesmo lugares em uma busca constante por drogas e armas, produz indefinição quanto ao futuro, isso é uma pista para entender o estilo de vida aventureiro que falaremos mais adiante. Como Pérola narra sobre o medo que assombra sua vida: “Porque a gente não dorme, a gente não come direito, a gente vai comer assustada, a pessoa fica só dentro de casa. Quando sai, tem risco de ser presa. É muito difícil essa vida” (PÉROLA, 2019).

Pérola não é integrante de nenhuma facção, mas o bairro em que reside é dominado pelo CV; o fato dela traficar e morar nessa área torna-a uma simpatizante do CV. Como estratégia de sobrevivência, quando Pérola sai, mesmo em lugares públicos como o Centro da cidade, ela fica em ligação enquanto anda pelas ruas, pois caso seja vítima de mais um sequestro alguém irá saber aonde ela estava.

Quando ela tinha onze anos, relatou que começou a vender drogas onde morava. Nessa época, residia com sua mãe, da qual cuidava, já que esta tinha problemas com uso de drogas. Assim que descobriu que estava grávida parou com os atos infracionais, voltou ao tráfico para poder comprar o enxoval do bebê e acabou sendo apreendida por um ato que havia cometido um ano atrás e que ainda não havia sido julgado até o momento. Pérola é mais uma adolescente marcada pelo abandono estatal, que não garante de forma igualitária e equânime o ECA, por exemplo. Desde pequena teve acesso ao tráfico de drogas, seu pai era um conselheiro do PCC, seu primeiro namorado era da FDN, ambos foram assassinados. A própria Pérola foi alvo de tentativa de assassinato, recebeu inúmeras ameaças e sobreviveu a muitos “sacos d’água²⁰” de policiais, como ela diz.

Algumas cenas narradas pela adolescente mostram como o cenário do tráfico de drogas, os homicídios e as tentativas de assassinato ocasionadas pelos conflitos territoriais entre facções têm afetado em diferentes momentos a vida de Pérola. A primeira cena trata-se da narração do assassinato de seu ex namorado. Pérola e João estavam em casa, residiam com a mãe de Pérola. Sua genitora havia tido um sonho e sugeriu que ambos não saíssem de casa naquele dia. Segue um trecho:

Eu namorava com o menino, ai a minha mãe.. ele morava comigo também. Ai a minha mãe disse assim, Pérola não vai pra pracinha. Não deixa o João ir pra pracinha, que eu sonhei com ele morrendo. Ai ele pegou e disse assim “ai, ta falando é besteira”. Ai

²⁰ A respeito do que significa saco d’água, Pérola respondeu: “é um saco, eles molha e bota na cara da gente e começa a segurar.”

a minha mãe “pois ta certo”. Eles discutiram. Ai ele foi pra pracinha, ai peguei, tomei banho e fui pra pracinha com ele. Ai quando chegou lá, nós começamos a curtir, eu, minhas amigas e ele. Ai ele pegou e disse assim “amor eu vou tomar o último copo de cerveja”. Ai nesse último copo de cerveja, ele saiu de perto de mim, quando ele saiu de perto de mim, eu só escutei os tiros. Ai fui quando eu olhei por debaixo de uns bancos que tinha lá e vi ele estirado no chão. Ai o cara ainda atirou pra pegar em mim, só que não pegou. Ai foi muito livramento que já levei, muito, muito mesmo! Agradeço a Deus por ta viva até hoje. [...] *Por conta que onde eu moro é CV, onde a gente vendia era GDE e eles tinham tomado. Ai por conta disso... e meu namorado era também FDN que era junto com CV que quebrou a paz. Ai foi quando eles descobriu e mataram ele, no *bairro*. Faz três anos.* (PÉROLA, 2019)

Dessa forma, Pérola e João estavam namorando e passaram a ser integrantes de facções rivais; o término da relação deveria vir junto com a quebra do acordo entre as respectivas organizações. Quando as regras dessas facções não são respeitadas, em geral, surgem represálias. Além disso, eles continuaram vendendo drogas em um território que foi tomado pela GDE e, de acordo com as regras, não podiam mais estar nessa pracinha. Não se sabe ao certo se foi uma outra (terceira ou quarta) facção que buscava controlar o ponto de vendas de drogas e por isso cometeu o atentado ou se foi uma das duas organizações (FDN ou CV) que não estavam mais em “paz”.

A incerteza do tempo de vida aflora Pérola, ela perdeu alguns entes queridos por conta das disputas territoriais

“Perdi meu pai por conta de facção. Perdi um irmão também. Mas eu tô aí, graças a Deus. [...] A do meu pai tá recente. Vai fazer uma ano agora. Quando faz dois meses que estou aqui, faz um ano que faleceu, no dia 20. E meu irmão, vai fazer três anos. Quando eu perdi meu irmão, tava com poucos meses que eu perdi meu namorado. [...] quando eu perdi meu irmão, tava com poucos meses que perdi meu namorado. Acho que tava com um ou era dois meses e meu pai foi recente. [...] foi, porque meu pai era PCC, ele era conselheiro. Ai os caras da FDN se passou por PCC e fez uma ligação pra ele e ele foi. Quando chegou lá na pracinha, mataram ele. Mas eu sei quem foi. Se eu não tivesse bebê eu ia vingar, mas tudo que eu faço eu penso nele. Principalmente a morte do meu irmão. Que hoje em dia os que mataram meu irmão já estão embaixo da terra também. (PÉROLA, 2019).

Duda é outra adolescente que teve um namorado assassinado nas malhas necropolíticas exercidas por integrantes das facções: “Ele participava assim por causa que o meu bairro é, né? Ai tipo que tem esses negócio assim “ah, porque é de um bairro não pode andar no outro”. Foi só por causa disso”. Durante a entrevista e ao adentrar nesse assunto percebi que ela não estava se sentindo confortável, por isso dialogamos sobre outras coisas. Assim como aconteceu com o ex namorado de Lorin, o de Duda também não se encontrava vinculado pelo batismo a uma facção. Ou seja, essa morte à espreita está presente no cotidiano de jovens semelhantes a Pérola, Duda e Lorin, pobres, racializados, generizados e interseccionalmente enquadrados em vidas desimportantes seja para o sistema estatal, seja para o sistema criminal.

De acordo com Pérola “a FDN matou um cara do CV, aí quebrou a paz deles”, o que não só tem produzido uma lógica de inimizade, mas sustentado ela ao longo desses anos. Os motivos de ódio e do rompimento da trégua é incerto, cada facção culpa a outra, além disso, os chefes que comandam as facções possuem muitos olheiros, o que coloca as integrantes desses coletivos criminosas em uma mira constante, afetando seu cotidiano e produzindo uma espécie de enclausuramento na própria residência/bairro. A respeito disso, Marta não entendi como eles tem fotos e sabem informações pessoais das pessoas, ela sendo integrante da GDE e enviando tais informações e documentos somente para os responsáveis por esse sistema organizacional da facção, deveria ser algo sigiloso, contudo, essas informações vazam de alguma maneira, “Eu não sei como é que eles sabem, mas eles sabem que eu entrei na GDE. Ai onde eles me veem... Aí tem que ficar em casa direto”. (Marta, 2019). Enquanto isso, segue a disputa pelo mercado ilegal de drogas e armas no Ceará.

Desse modo, as relações de inimizade produzidas no *modus operandi* das facções é outro efeito que atravessa as trajetórias das adolescentes e influenciam seus processos subjetivos a internalizar medos da morte física e social, por não serem “alguém na vida” ou “não defenderem suas famílias (facções)”. De forma ampla, essa relação de inimizade também sustenta e amplia o punitivismo penal, além de produzirem as mortes em excesso como efeito colateral da manutenção da ordem (RAMOS; MUSUMECI, 2005).

A produção do ódio aos integrantes de facções rivais é outro dispositivo que as organizações criminosas se utilizam como estratégia de manutenção dessa guerra e, respectivamente, dos seus lucros. Afinal, o que os chefes dessas organizações disputam são: os mercados ilegais de drogas e de armas; os territórios para as rotas de suas mercadorias e para a venda destas; jogos de poder através de performances narcisistas, como ser a facção com maior poder de fogo e monetário e/ou domínio territorial; a mão de obra fácil, principalmente de adolescentes do sexo feminino que conseguem despistar os policiais homens, pois estes não são autorizados a revistar mulheres - sobre isso há poucas policiais mulheres que culturalmente ficam responsáveis por revistas femininas por, assim, tentar evitar possíveis constrangimentos ou problemas aos policiais homens revistarem mulheres. Desse modo, as adolescentes também são vistas como corpos territorializados de disputas para essas organizações. O papel do transporte das mercadorias, apesar de ser subalternizado, é um dos mais importantes, pois ele faz a ponte entre ponto de venda e consumidor.

Medo e ódio da facção do território rival, atacar e acabarem sendo vitimadas por ela, medo por serem as próximas vítimas de um homicídio, caso sejam pegas por esses “inimigos” roubando e/ou traficando, ou terem pessoas próximas vitimadas por eles. Medo e

ódio inclusive dos policiais que sabem que essas adolescentes traficam em determinados locais: tanto há o medo de ser levada por eles e ser apreendida, como também em sofrer violência institucional por parte da polícia. São expressões de alguns medos. Portanto, medo e ódio são afetos centrais e estão relacionados nessa necropolítica que se faz a partir do dispositivo da guerra constante.

Além disso, medo e ódio se articulam também com o sentimento de vingança que alimenta o circuito de retaliações e a engrenagem da violência por integrantes de facções.

Porque não pode sair. Poder pode, mas tem que ir pra benção, mas os inimigos vão continuar marcando a gente e onde pegar eles matam. Como já vi vários. [...] eles entregaram a camisa e o GDE matou também quando pegou eles. [...] porque tipo assim, veste camisa, faz o que o comando pede e quando eles não quer mais fazer a família aceita que entregue, mas isso tem que continuar na benção. E o GDE não quer saber se ta na benção ou não, porque eles são inimigos. (PÉROLA, 2019)

Outra face da presença do medo e do ódio, refere-se a sua capacidade de agenciarem a participação das adolescentes as facções, como salienta Lorin “Eu já pensei em me envolver. As vezes me bate uma revolta, eu me lembro da minha ma... [inaudível] que morreu. [...] aí eu fico com vontade de me envolver e ir atrás da pessoa que matou ela. Só que eu penso assim, “não, eu tenho minha família ainda, eu tenho isso e tenho aquilo”. Ao Lorin falar “Ma...”, foi entendido que ela estava a dizer mãe, como em um susto ao ser indagada se havia falado mãe, imediatamente respondeu: “Não, Deus me livre. Eu acho que seria envolvida. A minha mana.” (Lorin, 2019).

Diante disso, a territorialização/o local de moradia tem agenciado publicamente o reconhecimento social das adolescentes como integrantes de uma facção, a partir do “medo de sobrar ou morrer”, frente ao aumento da violência criminal e à histórica segregação socioespacial de Fortaleza. O medo, o ódio e a busca por visibilidade e reconhecimento social. Sobre este último, ser reconhecido e ter “consideração” são condições almejadas pelas pessoas que praticam atos infracionais. “Ser considerado(a)” é se tornar de algum modo visível e reconhecido(a) não somente nas tramas da violência urbana, mas nas quebradas (SÁ, 2011), mesmo por “cidadão(ãs) de bem”. Opera, portanto, como um dispositivo que une os(as) integrantes das organizações criminosas.

Eu era sossegado. Todo mundo era amigo. Hoje em dia meu meu melhor amigo é meu pior inimigo. Acho que piorou, acho não, piorou foi a situação. Antes ninguém matava por besteira não. Hoje em dia, sumiu uma real ou cinqüentava centavos e já querem matar. Acho que fez diferença nenhuma. (PAUL, 2019)

A ideia de inimigo existia entre as gangues, mas a partir das maneiras que as facções se organizam, a faccionalização amplia o acirramento entre um território e outro. Como destacou Loirinha “quando o outro invade rola bala pra todo lado. Tem muita invasão”, seu

cotidiano é atravessado pelos conflitos interpessoais entre os líderes das facções que ordenam atentados aos territórios dominados por organizações criminosas antagônicas, assim como outras linhas que compõem essa aparelhagem maquínica que sustentam a guerra faccional. Para ela, quando essas organizações estarem em acordo de paz implica em sofrer menos ameaças contra a sua vida ou até mesmo contra a vida de terceiros, como familiares e amigos/as e, além disso, passam ter a polícia como principal inimiga novamente. Todavia, quando esse acordo é revogado, sistematicamente as invasões territoriais, ameaças de mortes e o aumento de homicídios onde moram retomam ao seu cotidiano. Portanto, as jovens e as zonas periféricas estão à mercê de acordos e reféns dos desacordos desses coletivos criminais.

As cenas a seguir situam linhas do novelo de atravessamentos nas trajetórias e cotidianos das adolescentes diante dessa atualização da violência urbana no Ceará, sobretudo em Fortaleza.

Ta mais pior agora. Porque agora tem essas guerras de facções, ninguém pode mais andar num canto, ninguém pode andar no outro, por causa dessas coisas. [...] não, porque, eles chegam e já chega metendo a pea nos cara. Chega metendo bala. Sendo que tem gente que apanha, gente inocente. gente que ta... assim só porque ta no meio, certo que não é pra ta no meio, mas fica assim tudo sentado ou vem gente assim em frente de casa, aí vai logo abordando querendo bater, essas coisas. Aí eu acho isso errado, não concordo. [...] é porque é tipo assim, o pessoal do CV que dizem que é o certo, eles que puxou a guerra, entendeu? A guerra que nós tava era com a polícia, com o governo. Aí eles pegaram e puxaram a guerra matando um pai de família e uma criança, lá no Bom Jardim. Pronto, puxou a guerra e taí a guerra até hoje. [...] porque eles são pirangueiros²¹. (LILIAN, 2019)

Os atuais conflitos bélicos e as transformações psicossociais do crime no Ceará têm potencializado tecnologias necropolíticas exercidas pelas organizações criminais. Ambos atuam como suas maquinarias de guerra e com a ficcionalização do inimigo (não semelhante). O não semelhante é esse “Outro” (“outro distante de mim”) que precisa morrer para que uma boa vida seja garantida aos demais (MBEMBE, 2017). A partir de diálogo com Judith Butler (2015), Barros (2019) pontua que esses(as) sujeitos(as) envolvidos(as) com o crime são enquadrados(as) em vidas “não passíveis de luto” por serem indignos(as) de reconhecimento humanitário. Isso se amplia ainda mais quando analisamos o ódio das jovens aos integrantes das facções rivais, sobretudo as que estão ligadas à GDE.

As interlocutoras relataram que anteriormente os mercados ilegais de drogas e os bairros de Fortaleza eram controlados pelas gangues, contudo, a vinda de organizações criminosas de outros locais do Brasil para o Ceará e, conseqüentemente, o surgimento de uma

²¹ De acordo com Cavalcante (2020), pirangueiro um estigma personificado no jovem negro, pobre e morador de bairros perifêrizados que apresenta um modo específico de falar, gesticular, andar, modo se vestir e fazem uso de determinadas marcas de roupa. Ainda na perspectiva da autoras, os pirangueiros encarnam a figura do não semelhante, bandido, envolvido e inimigo a ser exterminado.

facção regional (GDE) culminaram em atualizações e (re)configurações nas dinâmicas da violência urbana local, situação essa discutida por autores como Paiva (2018, 2019), Barros (2019) e Sousa, Nunes e Barros (2020). Para Nascimento (2017) existe uma relação entre “crise” carcerária, sobretudo a partir de 2010, e insurgência das facções no Ceará. Sousa (2019) destaca que no final dos anos 90 já era possível ver pichações do CV em algumas cidades interioranas. Contudo, observa-se não somente o crescimento, mas a popularização do conhecimento sobre as facções controlando também alguns bairros de Fortaleza em 2015, sendo veiculado a partir de pichações em muros pela cidade (BARROS; BENÍCIO, 2017).

A literatura estudada identifica não somente o surgimento dessas organizações no interior dos presídios brasileiros como, também, a relação das políticas punitivas, diminuição de políticas garantidoras de direitos sociais, a incapacidade do país em lidar com o fortalecimento das facções nos presídios (efeito especificamente do encarceramento em massa), nessa atual realidade brasileira (MOURA, 2012; DIAS, 2015; BARROS *et al*, 2018; SOUSA, 2019; GUSMÃO, 2019). As regras internas impostas pelas facções têm intenso diálogo e poder não somente com os integrantes das facções fora dos presídios, a exemplo o pedido de Fernandinho Beira-Mar no Rio de Janeiro, que solicitou que os comerciantes fechassem o comércio como respeito - obediência - ao luto de alguns comparsas seus mortos pela polícia (ALVES; EVANSON, 2013).

Os presídios cariocas foram precursores nesse fenômeno faccional. Entre os anos 70-80, as rivalidades internas e diferenças trazidas “de fora” para dentro da prisão, o ambiente violento, marcado pelo medo, desconfiança, opressão e exploração, tornou-se matéria-prima para o fundador do CV, conhecido por Professor (DIAS, 2017). O lema dessa comenda, até hoje, é justiça, paz e liberdade (DIAS; PAIVA, 2019). Já o PCC surgiu nas prisões de São Paulo em 1993, o qual também se apoia no discurso de proteção dos “irmãos” dentro do sistema penitenciário paulista (DIAS; PAIVA, 2019). O surgimento e fortalecimento do PCC está relacionado com as transformações do sistema carcerário paulista após o “Massacre do Carandiru”, de forma que, inicialmente, essa facção surgiu como forma de sobrevivência - resistência - às violências e violações sofridas no interior dos presídios (MARINHO, 2019).

Portanto, a má, precária e equivocada gestão da política prisional brasileira, a superlotação, a chegada dos telefones celulares e as transferências de presos entre prisões locais e estaduais, ao invés de desmobilizar o poder dos grupos, acabaram ajudando a facção a se fortalecer, a divulgar a sua ideologia e a arregimentar novos ‘irmãos’ (MARINHO, 2019, p. 333).

Segundo Japa, “no presídio grande acontece, agora no centro educacional não” ocorre novas iniciações/batismo de pessoas à facção. De acordo com ela, não acontece por não

ter a presença de celular com internet e WhatsApp. Ao contrário, o processo ocorreria.

Chinesa, após frequentar o presídio para ir visitar seu namorado, na época, ficou conhecida por integrantes de facções rivais a do seu namorado. Esse foi um dos motivos para que ela evadisse da escola, pois além de ser longe e ela precisava acordar de madrugada para pegar dois ônibus até o local da instituição de ensino. O ficar conhecida, tornou ela um alvo para os inimigos” do seu namorado, esse é um efeito da transformação social do crime a partir da vinda das facções e, respectivamente, o seu fortalecimento em diversas territorialidades periferizadas na trajetória de vida e nos cotidianos das adolescentes. Essas organizações impõem regras de convivência e provocam o acirramento de conflitos armados nos territórios em que os integrantes das facções comandam os mercados ilegais de drogas.

Esse acirramento de disputa dos mercados ilegais, pelo território e marcações dos(as) integrantes é uma alteração em suas configurações e no “*modus operandi*” de mortes devido à ficcionalização de inimizade pelas facções. Tomamos essa discussão a partir de Mbembe (2017) sobre as transformações nos modos de matar nas necropolíticas. Por exemplo, o uso de armas de fogo expressa essa atualização e possibilidade de execução em série. Essa lógica de morte serializada, combinada à política de morte e a racialização dos corpos, possibilita expressões necropolíticas que operam por meio de ações diretas e indiretas de fazer morrer exercidas não somente pelo Estado, mas também por essas organizações criminosas, ambas a partir da figura do inimigo.

O *modus operandi* das facções é um vetor das transformações sociais do crime e de identidades forjadas neste, posto que o coletivo de forças que constituem as facções opera como produtoras de subjetividades das adolescentes, sobretudo na idealização de uma identidade específica a ser alcançada dentro de cada coletivo e ligado ao seu código de conduta. O fortalecimento populacional das facções teve início nos presídios, depois estabelece-se fora dessas instituições. Para Japa, os presídios possibilitam o alicerce da facção, algo que não acontece da mesma maneira na unidade em que ela se encontra.

As relações de inimizade junto ao poder necropolítico das facções é mais expressivo do que entre as antigas gangues. Temos percebido que as facções criminosas maximizam, ainda mais, a política de inimizade e a ficcionalização de inimigos, não sendo somente entre policiais e gangues, mas entre policiais e facções e entre facções e facções. Para Mbembe (2017), essas sociedades estão em um estado de exceção permanente, junto a relação de inimizade, situada pela produção de um inimigo ficcional. Como apresentado na narrativa de Lilian, essa produção de inimigo ocorre a partir da faccionalização desses sujeitos em CV: Os “pirangueiros” encarnam a figura de inimigo que fortalecem a engrenagem da política da inimizade e acirram

as disputas territoriais.

Problematizamos, dessa maneira, não somente a ficcionalização do inimigo como já aponta Mbembe (2017) ou de sua ficcionalização personificada na figura do(a) envolvido(a) no contexto cearense (BARROS, 2019), mas da produção faccionalizada de uma envolvida, seja pelos discursos midiáticos que reforçam a narrativa do envolvimento, seja pelas próprias organizações criminosas que marcam seu exército de “peões descartáveis”.

Muito ruim, pra mim é muito ruim. Pessoal me dizer que eu sou envolvido sem eu querer ser. Que tipo assim eu... meu irmão é envolvido, meu irmão é batizado, só que eu nunca tive oportunidade de conversar com ele não e perguntar como é isso, porque ele se batizou lá dentro, pouco tempo, faz nem um ano direito. Aqui em Fortaleza, Itaitinga. Aí tipo assim, eu já sei o caminho dele, o futuro dele né? Eu já sei. Aí quando minha mãe, se minha mãe fica preocupada só em saber que ele tá apanhando lá dentro, imagine, Deus me livre ele morrer. (LORIN, 2019)

Salientamos que essa objetificação enquadra adolescentes que pertençam ou não às facções, posto que o agenciamento entre local em que moram e o cometimento de ato infracional marcam as interlocutoras não somente como envolvidas, mas também como pertencentes a uma facção.

Você sendo faccionado, você só pode sair se for pra benção, que é pra igreja. Voltar pra igreja. Muita das vezes, você ainda sai, ainda é morto. Mas se você sair, sair mesmo de verdade, mostrar que ta querendo mudanças... não tem mais aquelas mesmas amizades que você tinha... não se envolver com mais ninguém do mundo, voltar a ter uma vida normal... Você sai mesmo. Agora se você sair da facção, for pra igreja, passar um tempo né, na igreja e sai da igreja. Aí eles vão saber, que você só quis brincar com eles. E é cobrado. (JAPA, 2019)

Não é somente a faccionalização das disputas entre grupos criminosos que caracteriza as transformações das dinâmicas da violência no Ceará. Essa narrativa também pode ser identificada na guerra entre facção e polícia. Segundo as adolescentes, houve uma passagem dessa figura do inimigo, entre gangues de bairro contra gangues, facções criminosas contra outras facções e estas contra o governo, principalmente na figura da polícia. Portanto, o agenciamento de corpos-territórios, que encarnam a figura de inimigo ficcional e faccional, acontece também pelo Estado, especialmente através de práticas ostensivas de segurança e políticas penais em detrimento de políticas garantidoras de direitos (BORGES, 2018; DAVIS, 2018a).

Tem gente que ainda diz “vou entrar pra bença”, mas quem entra pra benção só Deus mesmo, porque eles num perdoa não, se eles te pegar na porta de uma igreja eles te mata. Já, muitas pessoas e quais toda já morreram. [...] Sim, de outras facções, porque a minha facção pode até me receber, tipo “ei ela não quer mais participar não, quero entrar pra bença” aí eles aceitam numa boa. Aí eu num sou mais obrigada a vender droga, não sou mais obrigada a matar ninguém, não sou mais obrigada a fazer o que eles pede, mas eu também tenho que andar na linha, tenho que tá na igreja mesmo. Aí, se alguma outra facção me pegar na porta de uma igreja eles... eu já tô decretada pra eles, eles me pega e me mata. (LORIN, 2019)

Todos os fenômenos supracitados são expressões da necropolítica produzida, sobretudo pelo Estado penal-punitivo que impera no Ceará, que atravessa as trajetórias de vida das adolescentes, seja pelos aparatos necropolíticos que precarizam suas vidas, criminalizam, encarceram e as exterminam, seja pela ficcionalização como inimigas por meio da narrativa de envolvidas, que vulnerabiliza e impede que nossas interlocutoras pensem e pratiquem um projeto de futuro. Ou pelo Estado penal-punitivo e militarista que contribui com o belicismo das organizações criminosas, colocando-as no fogo cruzado entre as disputas de poder entre facções e estas contra o Estado.

De acordo com Coimbra (2001a), três mitos são constituídos em torno da violência, resquícios ainda do período da ditadura militar: o mito da guerra civil em curso, a incorruptibilidade militar e banalização de práticas de torturas e desaparecimento de pessoas; de forma que fabricam a imagem de um inimigo interno a ser combatido. “Nesse contexto, a política de guerra às drogas foi um dispositivo decisivo para o deslizamento semântico e prático do novo inimigo interno” (BATISTA, 2018, p. 157). Portanto, o fogo cruzado que as interlocutoras vivenciam têm influenciado seus modos de subjetivação, fazendo com que elas busquem formas de sobrevivência; seja ao se aliarem a uma facção e, assim, entenderem que defendem não somente suas vidas, mas também seus locais de moradia, seja por não conseguirem facilmente outras formas de se manterem financeiramente do que o roubo ou o tráfico de drogas, conseqüentemente são alvos da polícia.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS), em 2013, ao todo 4.395 pessoas foram vítimas de crimes violentos, letais e intencionais no estado. Já em 2014, é possível perceber um aumento para 4.439 vítimas, enquanto que 2015 também ultrapassou a marca de quatro mil homicídios (CEARÁ, 2018a). Em 2016, houve uma redução (3.407) de assassinatos, período em que se ouvia que as organizações criminosas estavam em aliança. Sistemáticamente, após a quebra desse acordo no final de 2016, em 2017, foi possível observar o crescimento acelerado de homicídios no estado (5.134) (CEARÁ, 2018b).

Em relação aos meninos e meninas, vítimas, entre 10 a 19 anos: em 2014, foram 1005 adolescentes do sexo feminino e masculino vítimas de homicídio no Ceará; em 2016, 655 adolescentes; em 2017, em média 981 adolescentes, mais de 500 residiam em bairros periféricos de Fortaleza (CEARÁ, 2018b). No ano de 2018, teve uma redução, 829 adolescentes de ambos os sexos foram vítimas da violência letal e intencional (CEARÁ, 2019). Nesta ordem, entre os anos de 2014 e 2018, ao todo 4.287 adolescentes de ambos os sexos foram assassinados no estado do Ceará (CEARÁ, 2019).

A respeito disso, o Ceará e sua capital, Fortaleza, são respectivamente estado e capital que apresentam, nos últimos anos, um aumento significativo no número de mortes de adolescentes do sexo masculino e feminino, adultos de ambos os sexos e também um aumento de homicídios por intervenção policial (MELO; CANO, 2016; CERQUEIRA *et al*, 2018, 2019; CEARÁ, 2019). Em 2016, 27 adolescentes entre 10 a 19 anos foram vítimas de homicídio no estado do Ceará; em 2017, percebemos que esse número (80) quase triplicou (CEARÁ, 2019). Em 2018, fugindo da curva da redução de homicídios no estado, sobretudo em Fortaleza, o número de adolescentes mortas, quando comparado com o ano anterior, aumentou 42,50% (114).

Historicamente, no Ceará, o discurso do crescimento da violência urbana é acompanhado por um recrudescimento e populismo penal-punitivo, tanto pelo fortalecimento de políticas de aprisionamento como também pelo crescimento no número de agentes de segurança pública contratados pelo Governo do Estado do Ceará (CEARÁ, 2019). Destarte, a pandemia da violência não acontece somente no Ceará, pois sete estados entre os dez mais violentos do Brasil encontram-se na região Nordeste. Este efeito levou alguns estudiosos a analisarem esse fenômeno psicossocial²² como uma “nordestinação da violência” (BARROS *et al*, 2018; BENÍCIO *et al*, 2019). Para Barros (2019), o estado do Ceará é um emblema dessa nordestinação da violência por vias maquínicas da necropolítica, principalmente a partir da ficcionalização do(a) envolvido(a).

Esse populismo penal tem ganhado força no Brasil, justificado pela lógica de uma suposta crise de segurança pública. Como destaca o Comitê Invisível (2016, p. 25), a retórica da “crise” foi, e ainda é usada, como uma “entidade” que surge de forma inesperada ou cíclica, “impondo a necessidade de uma decisão [...] que colocaria um fim na insegurança geral da situação crítica”.

Por exemplo, a gestão da política de morte dar-se-á também pela naturalização e perenização de um funcionamento degradante do sistema socioeducativo, ao qual muitas vezes se costuma, retoricamente, qualificar de “crise do socioeducativo”, que, pelo realce dado a

²² Para uma melhor compreensão acerca dos aspectos ou fenômenos psicossociais que buscam enfatizar no trabalho, partimos do seguinte entendimento teórico proposto por Guerra (2019, p. 138), em sua discussão sobre princípios teórico-políticos para intervenções com juventudes no tocante aos efeitos psicossociais da violência: "Sobre os efeitos psicossociais, desenvolvemos uma composição que carece ser entendida em sua lógica interior. Tomamos a subjetividade como estando em continuidade com a política, ainda que pelo seu avesso. Basta imaginarmos uma fita com dois lados: no superior, a subjetividade, no inferior, a cidadania. Não faz diferença qual dimensão se aloca em que banca da fita, pois, ao produzirmos nessa fita uma torção e colarmos suas pontas, o avesso se torna o direito e o direito se torna o avesso, conforme deslizemos os dedos sobre ela. Dessa maneira, podemos entender o "psicossocial" como essa relação lógica de continuidade, na qual aquilo que afeta uma dimensão produz efeitos na outra, mesmo que de maneira não homóloga nem equivalente".

situações de motins e rebeliões de adolescentes, justifica ações violentas nas unidades de internação de adolescentes e justificativas “plausíveis” para a manutenção destas (CEDECA, 2017). Mesmo após a notificação internacional e a implantação de uma superintendência estadual para gerir as medidas de meio fechado, as instituições de privação de liberdade no estado continuam tendo rebeliões e motins nas unidades, inclusive com ações policiais dentro das dependências das instituições para, supostamente, “conter” a situação.

Para explicar essa complexidade, apresentamos três casos que culminaram em assassinatos dentro de unidades de internação, mas não se restringe somente a eles a complexidade que acompanha a execução das medidas, são elas: a. Em novembro de 2017, 4 adolescentes internados no Centro Socioeducativo de Semiliberdade Mártir Francisca foram retirados e assassinados na esquina da unidade, essa situação aconteceu mesmo após os próprios adolescentes informarem que estavam sendo ameaçados por não poderem ficar no bairro em que a instituição é localizada; b. Em 2018, houve algumas rebeliões nas unidades, duas rebeliões em unidades opostas, em uma mesma semana culminaram em duas mortes e um adolescente gravemente ferido dentro das dependências das instituições. c. Em outubro de 2019, um adolescente foi encontrado morto no dormitório após disputa entre jovens institucionalizados no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré. Segundo a SEAS, esse fato foi motivado por facções.

Ainda na perspectiva do Comitê Invisível (2016), para a política neoliberal, um dos discursos que atravessa essa lógica de “crise”, refere-se à crise como método político e estratégico de gestão das populações, bem como, a instauração de um estado de exceção permanente. O “estado de exceção” é um dispositivo provisório usado pelo governo em situações que se julga em perigo iminente, nele a suspensão dos direitos é justificada e substituída pela norma de um “governo pelo terror” (AGAMBEN, 2004). Esse estado de exceção culminado com a produção ficcionalizada do inimigo, proposto por Mbembe (2016), são bases normativas das engrenagens da necropolítica, tendo o racismo como seu motor. Portanto, a retórica da crise na política de segurança pública no Ceará possibilita a atuação do estado de exceção permanente que, dessa forma, atua a partir do militarismo e do recrudescimento penal, sobretudo em favelas na capital.

Eu acho que, tipo assim, depois que veio facção, né? Ficou tudo mais violento, tem bairro que tem umas regras. [...] Tipo quase todo bairro tem, é quando entrar baixar farol, baixar vidro, tirar capacete. [...] não, a maioria dos bairro tem nas paredes, entrada de favela. (NOVINHA, 2019)

Essas adolescentes têm seus cotidianos atravessados pelas dinâmicas necropolíticas das facções e do Estado, sobretudo acerca de seus modos de habitar a cidade e das novas formas

de segregação que sofrem. Acaba que essas regras mantêm a engrenagem bélica ativa, pois a restrição de liberdade e os homicídios são dispositivos que retroalimentam as expressões necropolíticas, principalmente pela narrativa da vingança. Essa realidade bélica a que as interlocutoras estão expostas produz mais um efeito, que é o aumento da sensação de insegurança e do medo vivido por elas, sentindo-se mais expostas à morte, como se ela estivesse sempre à espreita.

3.4. “Minha mãe chegou a me ver morto várias vezes”: morte à espreita e viver em acuamento

Porque muita menina tá se envolvendo. Antigamente era mais menino, agora é mais menina. [...] Eu não consigo pensar muito sobre. Acho que deve ser por causa da raiva também... Tem facção que mata os parentes da pessoa sem ser envolvido, sem ser nada. Aí bate a raiva e a pessoa se envolve pra poder matar também. Sentimento de vingança. (LORIN, 2019)

A fala do Lorin traz duas questões interessantes para pensar a presença da mulher no crime: uma é de que as adolescentes supostamente estariam se envolvendo mais e ocupando cargos submissos e de maior visibilidade por falta de outras oportunidades nessas organizações; a outra é de que o desejo de se envolver viria do sentimento de vingança, quando alguém querido é executado por uma facção, por exemplo. Esses aspectos nos fazem pensar que a internalização do “envolvimento” não somente com organizações criminais, mas com quem faz ele no dia a dia na rua. Além disso, como trazido por Lorin, a morte de pessoas queridas alimenta um desejo de vingança existente nessas organizações.

Essa dinâmica guerra amplia o elo das organizações criminosas com a sociedade, não somente quem passou pelo batismo está sujeito a lógica do crime, mas todos acabam que congregam as teias dessas relações de poder, fica a espreita também de seus jogos de força, imposição das regras e medo das retaliações. Mas claro, parafraseando Foucault “onde há poder, há resistência”, nossas interlocutoras encontram meios de burlar as regras internas dessas organizações, de permanecerem vivas mesmo quando o estado policial (VALOIS, 2017) e o contexto de “guerra informal” produzida pelas facções e a política de guerra às drogas. Elas constroem um caminho contrário, suas existências são provas de resistências.

Tipo assim, querendo ou não, os abestados ficam se matando aqui, vendendo droga e sendo preso, se um tem a sintonia do outro. Porque com certeza o CV tem a sintonia do GDE e o GDE tem a sintonia do CV. Porque quando um da GDE vai o vídeo pra nós, quando morre um do CV vai o vídeo pra eles.? Porque tem uma sintonia aí juntos. (PÉROLA, 2019)

O poder de guerra das facções e do Estado Penal tem ampliado o medo e

insegurança das interlocutoras. Exemplos maiores e coletivo do poder bélico das facções no Ceará foram vistos na pacificação em 2015-2016 e mais recente em 2019, esse nos ateremos mais adiante. De acordo com Paiva e Dias (2019) a quebra do acordo entre CV e PCC, as duas maiores e mais fortes facções do Brasil, foi possível observar sistematicamente em todos os estados brasileiros. Concomitante ao discurso da quebra dessa paz no final do ano de 2016 no Ceará, o número de homicídios alcançou seu ápice em 2017 (BARROS *et al*, 2018). Contudo, esse fenômeno foi ambíguo, pois se de um lado houve uma redução de homicídios, por outro lado, as práticas de torturas e a continuidade dos assassinatos ainda apareciam como forma de controle social dos sujeitos “envolvidos” que faziam o crime (BARROS *et al*, 2018).

Perceptivelmente, as pactuações de paz e conflito entram em vigor e facilmente são invalidadas. “Antigamente o CV era aliado do PCC, só que aí teve uma guerra aí, aí a aliança foi quebrada e agora eles se aliam com o GDE. Mas a aliança está sendo quebrada também” (Japa, 2019). A quebra de aliança entre algumas organizações implica em romper o fortalecimento que uma dá para a outra, o que leva a mais disputas entre esses grupos. Por exemplo se o PCC romper com a GDE: “Eles param de dar fortalecimento, porque quem fornece arma para o GDE é o PCC.” (Japa, 2019). Outras adolescentes também relataram esse acordo entre as organizações criminosas presentes no estado do Ceará e que, após o rompimento desse acordo, alguns efeitos foram percebidos, a saber: o aumento considerável de assassinatos e novos acordos entre organizações criminosas (PAIVA, 2018, 2019).

Nas palavras de Lorin, esse contexto bélico cearense “tá interrompendo muita a vida, dos jovens e dos adolescentes. Muitas” (Lorin, 2019). Por meio das narrativas das interlocutoras, “o crime”, como elas chamam as atividades ilícitas, era protagonizado pelas disputas das gangues pelos mercados ilegais de armas e drogas (PAIVA, 2018). Essas disputas aconteciam de formas diferentes e menos intensa do belicismo atual e, portanto, afetavam menos a vida dessas adolescentes.

Invasões em bairros pela polícia e por integrantes de outras facções, além de ampliar a adesão subjetiva ao viver acuado, mantém ativa o ciclo de vingança das facções, posto que essas invasões, muitas vezes, geram retaliações. Segundo nossas interlocutoras, essas invasões objetivam enfraquecer a organização criminosa que comanda o bairro, disputa o mercado de droga local ou vingança. Assim como foi com as chacinas, segundo Pérola, a chacina do Mártir Francisca levou a Chacina do Forró do Gado na Messejana. Como efeito, o número de homicídios em determinadas localidades na capital cresce sistematicamente, já que as periferias são lugares com maior ausência de políticas socioassistenciais, maior presença do estado-policial e do crime organizado (CEDECA, 2019). Por consequência, pessoas próximas das

adolescentes, inclusive seus familiares, são vitimadas nessa dinâmica belicista e necropolítica.

Só minha mãe, meu irmão e eu. Esse último que mataram. Aí minha mãe lamenta né. Perdeu dois filhos. Só ta com dois anos que ela perdeu uma, que foi com 21 anos. Ai esse agora de 19 anos. Minha mãe tem medo de eu não chegar até lá. [...] O primeiro, ele morava aqui no Vila Velha. Ele foi confundido ... com outro cara. [...] por bandido mesmo. E esse meu outro irmão, ele já tava roubando muito. Roubou um policial aí... aí... ele não tava mais indo pra casa, chegava de madrugada e minha mãe tomava um susto com ele abrindo a porta drogado. A minha mãe pegou, disse que meia noite ele tava vindo pra casa quando os elementos.... meteu bala nele... **é muito difícil essa vida.** (PAUL, 2019)

Além de ser mais uma adolescente que “perdeu um familiar para a violência”, Paul traz em cena a percepção mais comum sobre adolescentes a quem se designa o cometimento de ato infracional, a possibilidade iminente da morte. Sua narrativa remete à espreita da morte e um futuro sem muitas perspectivas, conseqüentemente, incorpora para si a figura do sujeito matável, descartável e supérfluo.

Além de familiares, Paul teve amigos(as) vítimas da violência letal. Após mais um tempo em silêncio ela continua seu relato:

Já vai fazer seis meses que eu tô aqui e durante esse último mês que era para eu ir embora, tá sendo difícil. Acho que eu era uma das melhores daqui participante e tudo. Agora, só... eu tô me sentindo muito revoltado. Nunca passei mais de seis meses. eu tenho três quedas aqui. Só peguei três 45 dias e uma sentenciada, junto com 45 dias. Minha mãe chegou a ver eu morto várias vezes. Eu já fiz minha mãe chorar. É difícil. (PAUL, 2019)

São palavras difíceis de ouvir por denunciar a realidade que essas meninas estão expostas, a morte como uma sina. Ao mesmo tempo, é internalizado a ideia de que “colar” com a facção é também se proteger das outras que enquadram em inimigo àqueles(as) que não são seus subordinados(as). Outro efeito nesse subtópico evidencia o envolvimento com essas facções como uma forma de negociar a vida em meio a esse fogo cruzado a que nossas interlocutoras estão submetidas. Segundo Lorin, o medo é o principal motivo que leva uma jovem a se vincular em uma facção, em suas palavras: “Medo de morrer. Medo de... é isso mesmo, de morrer, tipo assim, eu sei a dor da minha mãe se ela me perder, eu sou a mais nova”.

Dessa maneira, podemos perceber a presença de uma espécie de “viver acuado” como um dos aspectos, ocasionados pelos agravantes da violência urbana que fazem delas alvo das necropolíticas, constitutivos de modos de subjetivação das interlocutoras (PASSOS; CARVALHO, 2015). O efeito psicossocial dessa violência armada, além de mudanças comportamentais, têm produzido modos de viver acuados em decorrência da insegurança e do medo de estarem no momento errado, na hora errada (PASSOS; CARVALHO, 2015; BARROS *et al*, 2018), de sofrerem retaliações - devido ao ciclo de vingança - ou até mesmo suas mortes anunciadas (BARROS *et al*, 2019). Sobre isso, Novinha diz: “Tenho que viver assim. Eu ando

na rua olhando pro lado e pro outro. Eu morro de medo”.

O nosso padrinho do nosso fortalecimento pra nós e nós revende. O que ele repassa pra nós, nós revende. Ai do tanto que ele passou pra nós, nós vai e vende, pega o nosso lucro e da tanto dele. Que é o tanto do dinheiro dele. Aí assim que você dar você já pega outra remessa. (JAPA, 2019)

A ideia de família e irmandade que as facções pregam atraem jovens, sobretudo as interlocutoras que disseram ter seus relacionamentos familiares fragilizados como Japa, que foi convidada a se retirar de casa ainda na adolescência. Ajuda e fortalecimento, sobretudo na figura do padrinho ou madrinha realça essa condição de familiaridade.

A ideia de unir, “defender o irmão”, “ser um por todos e todos por um”, assim como “andar pelo certo” surtiram efeitos simbólicos importantes na geração de sentimentos de pertença às facções. Observou-se que grupos locais foram redimensionados como “tropas” que compõem uma facção que está unida para fazer o crime e, conseqüentemente, fazer a guerra contra seus inimigos. Assim, como “tropas”, vários grupos locais se articularam a um comando comum, não deixando de imprimir uma lógica específica a rede na qual estão inseridos. (PAIVA, 2018, p. 25).

Nem sempre as pessoas que se disponibilizam a serem padrinhos ou madrinhas exercem essa função de cuidado, sobretudo quando há intrigas internas no grupo.

Eu me batizei, essa sapatão me batizou, ai eu ia pedir comida pra ela, porque nós não tinha nem um fogão ou botijão, como nós ia sobreviver? E tipo, não tava saindo, minhas drogas não tava saindo muito. Ai ela pegou e me negou comida pra gente. Minha própria madrinha. Porque madrinha e padrinho da gente que ajudar e apoiar a gente, em tudo que for. Ela disse que não ia botar comida pra gente e se fosse pros meninos [adolescentes homens que atuam no tráfico no bairro] ela dava, mas pra gente ela não ia dar. (CHINESA, 2019)

Algumas facções tem as caixinhas de colaboração mensal, segundo Marta ela serve para comprar armamento e para ajudar familiares de pessoas presas. Os que colaboram desfrutam da ajuda quando precisam, o que também fortalece a ideia de cuidado. Nas palavras de Japa: Esse dinheiro serve para quando... se você for preso, pro seu padrinho dar algum fortalecimento. Quando acontecer alguma coisa com você, a sua família num tá podendo dar, ele vai lá e dar se você tiver pagando a caixinha certamente.

As vezes quando você sem mercadoria ou com dificuldades, integrantes da mesma facção que você ajuda, mesmo quando não há um vínculo forte de amizade entre essas pessoas. Fortalece a ideia de ajuda mútua. “Duas meninas que tinham vindo embora mais eu, eu tava ajudando ela e elas tavam me ajudando”. (CHINESA, 2019)

Apesar de fazer parte de uma organização criminosa, Loirinha se sente triste de sua vida está atrelada às facções e suas disputas. Perguntei para ela como ela se percebe dentro desse contexto de fogo cruzado.

Por mim né, eu não participaria, foi só um erro que fiz e assim... não é com que medo, a dor, mais ou menos assustada... porque né, a gente não pode ver um carro que a gente já pensa que é os pilantras. Aí nós fica assim, na onda [...] Porque tipo assim,

essas facções aí... Certo que vieram só pra estragar Fortaleza. Porque se não fosse a facção ia ser tudo normal. Os pais... Tem pai de família aí que anda com medo, com as coisas. Essas queimação de ônibus, essas coisa aí... que tá rolando na liberdade. A população fica com medo. Certo que ninguém é envolvido, bem assim, os cidadãos. (LOIRINHA, 2019)

Dessa forma, o medo, a insegurança e a culpabilização são efeitos que se interconectam nas trajetórias das adolescentes. Além disso, o estigma de “bandida” que ora criminaliza essas adolescentes, opera como uma auto-culpabilização.

Olha traficante rea vendendo droga!” Mas não tiro a razão deles não, é verdade ... “Oia, vai acabar morrendo, se envolvendo nas drogas”, todo mundo sabe, principalmente quando ta preso. A vizinha da minha mãe diz assim “olha tu não fala com ela ai não, ela tem uma filho dela ta preso”, diz desse jeito. “Se envolve com ela não que ela tem um filho preso”, minha mãe se faz que não escuta. (LOIRINHA, 2019)

O processo de exclusão e o estigma social se estende às pessoas próximas das interlocutoras, esse é outro fio condutor do processo de criminalização e, também, da culpabilização, desenhado, assim, o ciclo envolvimento. Loirinha relatou que foi sendo excluída pelas pessoas onde morava e por familiares, o que contribui cada vez mais, para estreitar sua relação com integrantes das organizações criminosas que a acolheram como uma “irmã”. Além disso, àqueles(as) que não cometem crime são atravessados(as) por ele, posto que as formas de sociabilidade e socioespacial, a qual se relaciona com o crime, faz com que, amigos(as), familiares e companheiros(as) compõem o enredo amplo dos(as) “envolvidos(as)”, não à toa que represálias e a segregação social se estendem a essas pessoas. Dessa forma, a aproximação com pessoas que fazem o crime no Ceará, pode ocorrer de diferentes formas. “Era só gangue mesmo, de bairro. [...] não. Perguntavam só onde era minhas áreas e eu falava, bairro²³. Não tinha antes. [...] Aí eu falo “é bairro” e faço o símbolo da minha facção”. (Japa, 2019)

O enquadramento em uma facção ocorre por residir em um determinado território, ele pode ser interpretado como o envolvimento direto (integrante ativo), possível envolvimento (“das áreas”, simpatizante), ou por uma suspeita de envolvimento (por residir no local) (BARROS *et al*, 2018). Por meio de uma análise interseccional, é possível perceber como essa marcação dos três níveis de envolvimento ocorre. Como já dito, raça, classe, gênero e geração são marcadores sociais presentes nos sujeitos envolvidos, agem interconectados e vulnerabilizam, estigmatizam e criminalizam, o que possibilita o corpo para a narrativa de envolvido. É certo que pode haver outros marcadores sociais e identitários imbricados nesse processo, mas estas quatro grandes categorias (raça - etnia, classe - pobreza, geração - adolescentes e gênero - sexo) são as que chancelam o rótulo de envolvidas. Morar em um

²³ Evitamos colocar o nome do local para resguardar a adolescente.

determinado território dominado por uma facção, mesmo que se trate de um bairro grande e tenha margens faccionadas mais delineadas, coloca a adolescente como virtual envolvida.

Aí é, porque só, agora eu só posso andar em um bairro que é CV. Agora se for outro diferente e alguém me reconhecer assim, ou chegar em mim, me segura, bater uma foto minha e ver que não sou da facção dele, ele me mata. (JAPA, 2019)

Atualmente, Japa é marcada por integrantes das facções rivais a sua após a divulgação das suas fotos em grupos de WhatsApp. Por isso, ela não anda de forma tranquila pela cidade, pois teme ser facilmente reconhecida. Todavia, ressaltamos mais uma vez, mesmo que se ela não fosse batizada, o fato dela praticar atos ilícitos em um local, sobretudo traficar drogas, faz dela uma inimiga das organizações criminosas que não comandam o bairro em que ela pratica seus atos, logo sofreria o mesmo efeito de restrição de liberdade. No entanto, com uma baixa probabilidade de ter uma foto sua espalhada em grupos de WhatsApp.

Essa formação bélica da violência urbana, o incremento das facções e ações do policiamento ostensivo em locais pobres e vulneráveis têm aumentando o estigma de favelas e bairros periféricos, o qual perpassa o cotidiano da população que habitam esses espaços e os acompanham para além desses territórios (RAMOS; MUSUMECI, 2005; ALVES; EVANSON, 2013; COSTA, 2018).

De modo geral, essas organizações criminosas operam no âmbito da descartabilidade desses corpos ao enquadrá-los como inimigos. Lilian também apresentou em sua narrativa a caracterização dos sujeitos que não podem ser alvos das facções, semelhantes (cidadãos de bem) e os que devem ser alvo dessas organizações, não semelhantes (envolvidos(as)).

Porque a minha revolta mais só é com as pessoas inocentes. Eles tem que pagar mais é quem é envolvido. Não gente inocente. Eles já fizeram muita coisa com gente inocente. A maior revolta. E eles que se enfurnar aqui em Fortaleza, aqui na capital. Sendo que eles não são nem daqui. Eles são do Rio de Janeiro, eles é pra ir pra lá. Nem lá mais tá sendo eles, lá tá tudo nosso. Eu quero ver quando tudo tiver dominado pra onde é que eles vão. [...] Eles mata qualquer pessoa que eles vêem, eles não dispensa. Tem muita morte aí que é eles que mata. Sendo gente inocente. Inocente provas e tudo. (LILIAN, 2019)

Apesar dela sentir injustiça pela morte de familiares de “envolvidos” ou de pessoas que não têm nenhuma relação com sujeitos que atuam no crime (“cidadãos inocentes”), o mesmo reconhecimento de vida não acontece com quem se “envolve” com atividades ilícitas e facções criminais, sobretudo do CV. Parece que para ela quem está em uma facção ou pratica atos infracionais perde o *status* de humanidade, logo pode morrer (quando é alguém da mesma facção que a sua) e deve morrer (quando é integrante da facção rival).

Esse “Outro” distante das(os) integrantes da GDE são ficcionalizados envolto de

uma política separacionista e de relação de inimizade, efeito do não reconhecimento do “Outro” como um semelhante (MBEMBE, 2017). Por isso, fazendo a leitura a partir de Butler e sua ideia de vidas não passíveis de luto, ganha novas proporções a partir da análise de Lilian de que “pode matar envolvido(a), mas não pode matar cidadão de bem” ou pode ser mais “cruel” com os integrantes de outras facções que não a dela. O processo psicossocial de fabricação da figura do inimigo naturaliza as mortes de adolescentes atribuídos como envolvidos(as) no contexto da violência armada no cotidiano das comunidades periféricas, seja pela atuação das facções, seja pela ação ou omissão do estado (BARROS, 2019). Observa-se a produção da figura do envolvido como sujeito matável, reproduzindo a constituição de uma comunidade de semelhantes e de não semelhantes. Portanto, a narrativa separacionista entre eles (pirangueiros) - não semelhantes - e os dos irmãos (mesma facção) - semelhantes.

História semelhantes foi dito a Loirinha quando recebia visita de alguns familiares em sua casa, eles dizem a ela: “Menina para com isso, tu vai acabar morrendo.”, “Só tem dois canto, cadeia e cemitério, cadeia e cemitério” Falavam desse jeito. Agora tô aqui.” (LOIRINHA, 2019).

É comum as falas do futuro do crime ser cadeia ou cemitério, sobretudo após essa mesma narrativa declarada pelo secretário de Segurança Pública do Governo do Estado do Ceará, André Costa (BARROS, 2019). A respeito dessa incerteza do futuro, ou de uma certeza fabricada pelo populismo penal, a psicóloga Novaes (2006) aplicou questionários com jovens moradores de uma comunidade periférica e partiu disso elencou os dois principais medos dos/as jovens brasileiros/as, o desemprego e a violência. Todavia, o desemprego reflete no medo do futuro que foi compreendido pela autora como o “medo de sobrar”, este está relacionado à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, reflexo de uma discriminação que indissocia os marcadores sociais apresentados pela autora: classe, raça, gênero e local de moradia. Enquanto a violência reflete no medo da morte, representada pelo “medo de morrer”, efeito do extermínio da juventude brasileira, sobretudo pobre e negra, como destacam as autoras Paiva e Oliveira (2015).

O medo de morrer não advém somente da polícia, mas com os novos conflitos belicistas, pode ser ocasionado pelas organizações criminosas também. Por exemplo, o discurso da vingança é repetitivo na fala das adolescentes, além do medo, a vingança também opera como um dispositivo que agencia as adolescentes a quererem entrar para uma facção. X próprio Lorin relatou que se não tivesse cumprindo medida no Aldaci iria atrás das pessoas que mataram uma pessoa querida sua.

Em um segundo momento de entrevista com Lorin, busquei levar apontamentos

acerca da sua primeira entrevista. Por isso, peço para que ele conte um pouco dos efeitos da violência urbana em sua vida e, novamente, Lorin remete ao sentimento de vingança como gatilho para se “envolver”, ou seja, entrar (se batizar) na facção que comanda seu território.

Nossa, se deixar, é... fico passada, chateada às vezes. Às vezes bate a revolta. Da vontade da gente se vingar porque quando acontece algo com uma pessoa que eu gosto muito aí eu fico pensativa e tal aí chega as menina dizendo, se tu não fizer, vão fazer contigo. Aí eu fico pensando se eu não fizer será que vão fazer comigo mermo? Porque tipo assim, por mim eu não sou nenhum dos dois, entendeu? É o que eu falo, quando as menina perguntam e aí tu é o que? Eu num sou nada, minhas área é dois, mas agora eu num sou nada, aí as menina já me consideram envolvido. Tu é envolvido, tu tá aqui. Se tu tá aqui é porque tu fez alguma coisa e há envolvimento, aí as menina faz assim pra mim [faz dois com a mão] aí eu pego e faço, aí quando eu canto uma música de outras área as menina já falam pra mim e tal. “Ei Lorin, chegar nas área e o pivete saber disso que tu tá cantando essa música aí tu vai levar uma surra e tal”. Aí eu num posso mais cantar, aí eu só canto música do CV, agora não posso mais cantar música do GDE. Aí tipo assim, eu fico naquela, porque eu num quero me envolver nessas coisas, não queria e nem quero”. (LORIN, 2019)

A dinâmica necropolítica produz como efeito o ressentimento, o medo, a culpabilização e as relações de inimizade, que ora também foram expostos como atravessamentos nas próprias trajetórias de vida das adolescentes.

Um dos efeitos nas trajetórias de vidas das interlocutoras, que inclusive retroalimenta os circuitos de violência, é a indução de processos de precarização da vida, sobretudo pelo abandono estatal e produção de zonas de morte.

Antes eu fumava só maconha e vendia droga. Ai, depois eu comecei a roubar. Ai antes disso tudo, eu estudava. Aí minha vó morreu, eu tinha nove anos. Aí minha vó morreu e eu fiquei revoltada. Pronto! Aí eu comecei a se mandar no mundo, começava a usar droga. Se transformei, entendeu? Ai, desde uns dez anos/onzes, eu sou envolvida. Ai agora eu sou faccionada. Esse negócio de facção... [...] Só na droga. Usando, vendendo... (LILIAN, 2019).

A relação de Lilian com as drogas também inicia primeiramente como usuária, logo após ao falecimento de sua avó (sua figura materna), ela contou que sofreu muito, passou a fazer uso de drogas para lidar com sua dor. Denuncia-se a falta de cuidado sócio-assistencial e educacional, Lilian não frequentava mais a escola, ainda enquanto criança fazia uso problemático de drogas, a ausência do cuidado foi suprida pela presença penal do Estado. Cabe aqui ressaltarmos sobre a política proibicionista das drogas, a forma como se consegue essas substâncias para uso pessoal fortalece laços com organizações criminosas, sobretudo das adolescentes que residem nos locais que as bocas se estabelecem, tendo contato diariamente.

Novinha e Duda não sabem falar sobre o que as levou a se inserirem no tráfico de drogas, alegam influência de amigos, nas palavras de Novinha “quando percebi o esquema que era me arrependi”.

Ao narrarem suas trajetórias de vida, a ausência do estado era comum, mesmo

quando foi perguntado sobre o acesso às políticas assistenciais, de saúde ou educacionais, elas não sabiam informar sobre, ou quando precisaram ir não conseguiram ser atendidas. Nem mesmo quando deixaram de ir para a escola nenhum representante da instituição buscou saber o que havia acontecido com elas. Salvo algumas de nossas interlocutoras, que residem em interiores mais distantes da capital, em que o Conselho Tutelar é acionado para que esse órgão organize as visitas das famílias das adolescentes institucionalizadas no Aldaci. Em geral, qualquer outra política pública, que não a ostensiva e militarista exercida pelos policiais, a qual nossas adolescentes tiveram acesso, foi mencionada como presente antes ou depois de terem sido apreendidas e privadas de liberdade.

É comum nas favelas os traficantes fazerem grandes festas, distribuir cestas básicas para os moradores, fazer “segurança” impedindo os roubos (como já mencionado), há uma espécie de amor/ódio, respeito/medo entre os moradores desses locais e integrantes das facções que comandam o tráfico de drogas (SÁ, 2011; FEFFERMANN, 2006; SOUSA, 2019).

Nós mesmo até ajuda. Assim, nós ser de uma facção, não quer dizer que nós sé bandido e nós não ajuda cidadão. Lá onde eu moro, se algum desrespeitar cidadão é cobrado. Se algum tipo assim, um viciado roubar algum cidadão, é cobrado. Quando muita das vezes lá, onde eu moro, viciado que é viciado em crack e pedra, eles roubam.. já chegaram a roubar televisão, essas coisas de cidadão, nós vai lá cobra... já cansemo de dar pisa lá em cara que rouba lâmpada, que é viciado. nós defende a nossa favela que nós cama de favela, que é lá onde nós mora, e também cidadão que cidadão não tem culpa de nada não. (JAPA, 2019)

Essa relação de ausência fica ainda mais perceptível nas vidas das adolescentes que são reincidentes no sistema de justiça e/ou no Aldaci. Essas, especificamente, mencionaram o fato de ter piorado sua condição, já que o estigma de bandida passou a acompanhá-las, impossibilitando retorno à escola (já que essas alegam não ter vagas para elas) ou sendo conhecidas por policiais locais²⁴.

O estado está presente como Estado Penal e ausente ou insuficientemente presente como Estado Social. A necropolítica também opera sobretudo produzindo zonas de morte e produção de existências morríveis (MBEMBE, 2016, 2017). Dessa maneira, o Estado está presente nas técnicas de produção, gestão e de fazer morrer (“zonas de morte”) nas periferias do capitalismo, nos centros socioeducativos, nas prisões, dentre outros. Um subefeito dessa condição de matabilidade é a ratificação dessas existências juvenis como existências supérfluas.

²⁴ A respeito disso, é importante mencionar que nossas interlocutoras alertaram que a polícia local tem funcionando, muitas vezes, criminosamente, já que existe grupos em que são postadas fotos de adolescentes ou adultos apreendidos/as por policiais, além baterem e postarem fotos nesses grupos, colocam, também, informações pessoais que encontram no celular da vítima. A respeito do celular, nos foi dito que obrigaram jovens a desbloquear seus celulares para saber se estavam em algum grupo de facção finalizando, em geral, com a quebra do aparelho de celular. Dentre outros relatos explorados no tópico sobre violência policial.

Essa forma de (des)subjetivação é matéria prima da necropolítica (PELBART, 2019).

Tem coroa, tem senhora, tem é tudo. Tem uma senhora lá que ta de tornozeleira e continua vendendo. ... E tipo assim, o ex presidiário, alguns não tem ... como arranjar emprego porque é ex presidiário, eles não querem. E por isso que muito menor ta aí, ta fazendo besteira por conta que não tem... porque se tivesse mais esporte, mais escola, ao menos os menor não tava envolvido no crime como é. Porque se tivesse isso e um curso de responsabilidade, eles com certeza eles iriam fazer isso. Colégio integral, não tem isso em muitos canto né, tem poucos. E os menor ver o crime ali ai vai e faz, gosta e quer fazer mais ainda. No lugar de se afastar não, vai se afundando mais ainda, mas ainda, mais ainda. E quando a pessoa começa não quer mais parar. Eu fui assim, quando eu comecei, eu vi que o dinheiro era fácil, tudo era fácil pra mim, eu vi que eu conseguia e não queria mais parar. (PÉROLA, 2019)

A partir do exposto, percebemos que a condição de matabilidade ocorre pela intersecção de raça, classe, gênero, geração e território na precarização maximizada da vida de adolescentes ditas “envolvidas”, mais um efeito, na inscrição destas em organizações criminosas ligadas ao tráfico de droga (será detalhado no próximo capítulo) e em habitar territórios marginalizados.

Nossas interlocutoras têm entre 15 e 18 anos, são em sua maioria negras (autodeclaradas pardas ou negras) e moradoras de bairros periféricos da capital ou de regiões interioranas mais distantes dos grandes pólos industriais. Segundo nos contaram, as interlocutoras buscavam nas atividades criminais uma possibilidade de conseguir dinheiro para ajudar financeiramente em casa ou para o sustento próprio, sobretudo para ter acesso a bens de consumo. Raça, classe, gênero e geração são marcadores interconectados que nem sempre são ditos pelas adolescentes, sobretudo o racismo que em nosso país é velado, a questão da raça se sobressai quando pensamos a seletividade racial e de classe da justiça criminal. Portanto, de modo geral, a análise das narrativas das adolescentes apresenta o agenciamento desses marcadores sociais em suas trajetórias de vida articulado a vivência da violência urbana.

A inoperância das políticas educacionais foi a que mais se sobressaiu nas falas das interlocutoras, seguidamente da ineficiência do Estado em garantir oportunidades empregatícias para familiares das adolescentes.

Eu amava a escola. Eu amava por causa da danação, não por causa dos deveres não. Eu amava a escola, só que como eu fui preso é.. eu fui pra escola e fui expulso da escola. Ai eu fui expulso da minha escola preferida, por danação demais. Ai como se danei e fui expulso e a mulher não quis me aceitar mais na escola. Então “não mãe se eu não for estudar ali eu não vou estudar em mais nenhuma escola” Porque pra mim, o EJA.. eu tinha que estudar no EJA já e eu nem gosto do EJA. O EJA é o cara fumando maconha e o professor nem liga. Eu não gosto não. E é a hora que a gente quer, entra a hora que a gente quer. O EJA de lá é assim. [...] Lá fora eu ainda fui atrás de curso, mas só tinha que tá matriculada aí eu fui atrás de me matricular, aí eu tinha que ter meus papéis e eu falei pra mulher, mas eu passei o ano quase todo presa e tal, mas a mulher disse, pois vá buscar suas nota lá no centro onde você estava privado de liberdade aí eu ainda ia vim aqui, mas eu, sei lá eu não vim não aí eu também nem estudei. E a escola que eu podia entrar só tinha coisa pra mim de noite e eu não gosto de estudar de noite porque eu queria porque queria estudar de tarde ou de manhã, é

EJA, CEJA um negócio assim. Aí eu nam, mas eu num quero estudar de noite não. A partir da sua idade só pode estudar de noite e pelas suas nota. (LORIN, 2019)

Nesse trecho, observa-se o processo de exclusão da exclusão, no caso de Lorin, ainda queria estudar, mas não se interessa pelo EJA e como funciona educacionalmente. A condição de precarização é ampliada e o Estado, quem deveria resguardar a vida e garantir os direitos, exclui Lorin novamente ao não ter o bom currículo escolar que seja motivador para a juventude, quando não permite que jovens com idade superior frequentem turno além do noturno, etc. O abandono escolar é, portanto, uma das expressões da condição de cidadania escassa e como elemento que expõe ainda mais à violência e induz mais precarização sistemática da vida.

Loirinha atualmente tem 18 anos. Se inseriu no tráfico de drogas ainda na infância para ajudar sua mãe nas despesas de casa. Também cuidava de sua irmã enquanto sua mãe trabalhava. Na entrevista, ela falou sobre seu cotidiano antes de estar institucionalizada:

Eu fazia nada. Parei de estudar e fui me envolvendo mais ainda. Só se misturando ainda mais. Só se misturando com que não presta. Fazendo nada da vida, só dando trabalho pro povo, aí vim parar aqui. Eu parei a escola ia fazer 14 anos. Nunca fui reprovada não. Devido a isso eu comecei a me envolver, aí depois que me envolvi não quis mais saber se estudo não. Devido meu envolvimento né... aí pronto! Saí da escola. Brigavam comigo, falavam as coisas, me matriculava e eu não ia. Aí pronto, saí, voltei mais pra escola não. Às vezes pensava em voltar a estudar, mas não ia não. (LOIRINHA, 2019)

Essa mesma lógica de indução precarizada é vista nos presídios cearenses e nas favelas, tornando esses locais mais vulneráveis para o estabelecimento do crime organizado. Portanto, os efeitos dos conflitos territoriais nas trajetórias de vida das adolescentes são também ocasionados pelo necrobiopoder. Segundo Bento (2018), necrobiopoder refere-se a um conjunto de técnicas de promoção de vida e de morte para problematizar a participação do Estado na regulação desigual do reconhecimento de humanidade e do direito à vida. Nesse sentido, as favelas e as prisões são zonas de morte produzidas pelo necrobiopoder. Essa ausência, violações e violências produzidas na racionalidade do Estado Penal constitui-se como uma linha que interconecta as trajetórias de vida das adolescentes que vivem nessas zonas de morte e os grupos criminosos, tornando-as mais suscetíveis às facções e conseqüentemente ao tráfico de drogas.

Além disso, nossas interlocutoras relataram que o acesso aos equipamentos sociais também passa a ser restritivo, por exemplo, as adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto ou de semiliberdade, dependendo do local e de sua marcação “faccional”, acabam por descumprir a medida por medo de serem reconhecidas. Ou mesmo quando não estão em cumprimento de medida, há bairros, como na Barra do Ceará, Grande Bom Jardim e Grande Messejana, em que o território é extenso, com maior presença de conflito

interno e com demarcações territoriais frágeis e em constante disputa. Por isso, escolas localizadas no mesmo bairro, mas que está em lugar fronteiro acabam se tornando inviáveis para algumas crianças e adolescentes, sejam ativas no crime ou não.

Durante o período de inserção no campo e anterior a entrevista, Chinesa descumpriu a semiliberdade junto com sua namorada, ambas saíram na sexta de tarde da unidade e no domingo não retornaram. Em entrevista ela explicou que sua genitora não estava tendo como pagar o uber nos finais de semana para ela, por isso, com medo de ser reconhecida nos transportes coletivos por integrantes da GDE, ela decidiu não retornar para a unidade.

Por causa que não posso ficar andando de ônibus. Minha mãe não tinha uma condição boa para pagar um uber para lá e para cá, para me deixar e me buscar. Vim umas vezes de ônibus né, mas disse que não ia vir mais de ônibus porque passa pelo bairro x e essa menina é do bairro x. Como eu ficava no bairro y, ficava no local, passava sempre pelo bairro x. Aí muitas áreas que era de facção diferente da minha. (CHINESA, 2019)

Observa-se prejuízos no próprio cumprimento da medida socioeducativa, não somente com as adolescentes institucionalizadas no Aldaci, na pesquisa do Alencar (2019) essa inviabilidade de cumprimento das medidas em meio aberto também foi assinalada pelos participantes da pesquisa. Essa impossibilidade pode ser entendida como um sub-efeito da restrição territorial e, ainda, apresenta a ineficiência do Estado em garantir o cumprimento das medidas e da segurança dos(as) jovens que deveriam ter sua vida resguardada por ele.

O baixo investimento em políticas socioassistenciais, a omissão do estatal e sua desresponsabilização diante das mortes que acontecem nas favelas possibilitaram o fortalecimento das facções no Ceará e a cooptação das adolescentes por esses grupos. Faremos essa leitura a partir da noção de necrobiopoder de Berenice Bento (2018), que, segundo a autora, significa dizer que o Estado participa da distribuição desigual do direito à vida a partir da dicotomia de humanidade.

3.5. “Minha vida é muito difícil lá fora”: aprisionamentos e micro rebeliões à céu aberto

Andava pra todo canto. Só vivia nos terminais. Ficava lá, namorava com um menino. Das antigas ainda. Ficava lá, só fazendo bagunça. Andando de terminal para terminal. (LILIAN, 2019)

Neste subtópico nos atemos aos efeitos da vivência do aprisionamento a céu aberto, restrição de amizade e circulação e estratégias de re-existências frente a essa realidade. Desse modo, as cenas-analisadoras remetem a seus modos de habitar a cidade em meio ao contexto bélico e estratégias de mobilidades pelos territórios onde moram, sobretudo devido a imposição de regras de restrição de circulação imposta pelo *modus operandi* das facções.

Neste subtópico nos atemos aos efeitos da vivência do aprisionamento a céu aberto, restrição de amizade e circulação e estratégias de re-existências frente a essa realidade. Desse modo, as cenas-analisadoras remetem a seus modos de habitar a cidade em meio ao contexto bélico e estratégias de mobilidades pelos territórios onde moram, sobretudo devido a imposição de regras de restrição de circulação imposta pelo *modus operandi* das facções.

Começamos com os vetores de restrição de amizade e de circulação, as adolescentes adotam devido à restrição de liberdade imposta a elas pelas facções que comandam o território que vivem, imposição de quebra de laços afetivos com pessoas de outras localidades. Isso tem levado nossas interlocutoras a vivenciarem medo e acuamento ligados às restrições de liberdade devido às regras internas impostas pelas facções e perda de amigos e parentes assassinados nas dinâmicas da violência urbana.

Segundo elas relataram, há restrição de amizades, visto que não pode haver nenhum tipo de relação afetiva entre integrantes de territórios e organizações antagônicas. Assim como as demais, Loirinha também percebeu que o cotidiano do seu bairro mudou após o fortalecimento das facções, inclusive amizades foram desfeitas por serem entre pessoas residentes de bairros controlados por facções antagônicas: “Uma pessoa ser de uma facção e a pessoa ser de outra aí não pode. Antigamente não tinha isso não. É negócio de gangue, sei lá. Só brigava. Agora não, povo mata, arranca cabeça. Não era pra ter facção não.” (Loirinha, 2019).

As regras impostas pelas facções quando não são obedecidas empreendem represálias, a exemplo assassinatos visto na fala de Chinesa: “Eu não posso nem ta andando de ônibus [...] que eles podia muito bem me arrastar de dentro do ônibus pra me matar, né”.

Há também uma restrição de liberdade por não poderem transitar livremente por Fortaleza ou por outros municípios do Ceará. Lilian apresentou em sua narrativa algumas cenas pertinentes sobre sua trajetória de vida durante esses oito anos de atos infracionais relacionados ao tráfico, segundo ela com “altos e baixos”. Segue um recorte: “Altos e baixos. Porque agora né, tá mais pior. Tá mais pior agora. Porque agora tem essas guerras de facções, ninguém pode mais andar num canto, ninguém pode andar no outro, por causa dessas coisas”. (Lilian, 2019)

Quando Japa começou a traficar já existia facção comandando o bairro em que morava, então o processo de pertencimento a essa organização foi automático, mesmo antes dela entrar de fato para a organização através do batismo. A história de Japa é envolvente, ela saiu de casa cedo, por “sugestão” de sua genitora, para morar com seu companheiro. Após sofrer algumas violências por parte dele, ela decidiu deixá-lo e não quis retornar para a casa de sua mãe. Japa acabou indo morar com algumas mulheres que durante a noite faziam “programa”

para se sustentar e ela vendia drogas para o mesmo fim. Apesar da adolescente ser mais tímida, por isso essa entrevista acabou por ter mais perguntas do que o de costume, ela respondia prontamente qualquer questionamento.

Ao compartilhar uma parte de sua trajetória, ela trouxe uma cena-analisadora importante para que possamos problematizar as implicações dos conflitos territoriais e das regras impostas pelas organizações criminais e do viver acuado.

Porque, antes... antes nós podia andar em qualquer canto, de cabeça erguida. falava com todo mundo, porque a não tinha chegado aqui ainda. Mas já tinha a existência da facção. Antigamente de chegar a facção lá onde eu moro, eu andava é muito aí no bairro z. Agora o bairro z é GDE, eu não posso mais andar lá. (JAPA, 2019)

A restrição de liberdade foi algo comum nas narrativas das adolescentes, a vivência de uma “prisão à céu aberto” por estarem marcadas como pertencente a um grupo fazem com que as adolescentes vivam em uma espécie de paranoia constante pelo medo de serem assassinadas. Além da limitação de circulação, observa-se amarras impostas pelas facções em suas dinâmicas internas e nas regras de conduta impostas aos moradores. Isso constitui seus modos ser e estar no mundo, de como nossas interlocutoras compreendam a vida e a necessidade de vivê-la intensamente enquanto pode. “Às vezes a gente vê assim, né? Com outros olhos, é com medo de sair certo horário, só... não sei. [...] é difícil, né? Viver assim, que a gente tem medo de sair pra certo canto, complicado” (NOVINHA, 2019).

Ressaltamos que ao falarmos de restrição de liberdade devido aos conflitos territoriais, não se está em questão se as facções conseguem ou não, efetivamente, controlar minuciosamente essas circulações, como dão a entender as narrativas, mas sim pontuar que os atravessamentos da violência na trajetória dessas meninas produzem nelas a sensação de cerceamento e acuoamento como um dos principais efeitos subjetivos dessa política do medo que os conflitos territoriais agenciam.

Chinesa conta que, enquanto não praticava atos infracionais ou não andava em outras áreas de inimigos e apenas namorava um rapaz que traficava no bairro em que residia, ela não era conhecida pelos integrantes de outras organizações criminosas. No entanto, após ele ter sido preso, ela foi visitá-lo na prisão e passou a ser conhecida como popularmente é chamado de “mulher de bandido”: “No presídio eu já fiquei marcada por outras facções. Daí eu eu não podia mais estudar, deixei de estudar daí” (CHINESA, 2019).

O “colar” com alguém de uma facção implica estar envolto de jogos de visibilidade e invisibilidade anteriormente mencionado. Ao passo que deve ser enviado um mini-currículo com foto para os grupos de WhatsApp responsáveis por fazer a seleção de novos integrantes. Essa foto é espelhada em vários grupos de redes sociais, mesmo elas não sabendo informar

como, elas sabem que essas fotos acabam caindo em redes sociais de facções antagônicas. Acaba que essa seleção (batismo²⁵) hipervisibiliza a imagem dessas adolescentes e as vulnerabiliza nos circuitos organizacionais, fazendo delas um alvo. Um ponto peculiar desse ritual administrativo refere-se à semelhança de uma seleção empregatícia, o que faz, ainda mais, o sentimento de estar empregado por parte de adolescentes cresça. Essa hipervisibilização é um subefeito do batismo, o “envolvimento” como uma marca que carimba as interlocutoras.

Quem entra pra facção, bate uma foto e essa foto vai se espalhando pra todos os grupos. Acaba caindo no grupo deles. Aí quando cai no grupo deles, eles pegam e decretam. Aí tipo assim, eu moro num canto, se eu cair nas áreas deles, eles me mata. Independente do que eu não seja. Mas mesmo assim eles mata. E onde a gente mora já não é assim, a pessoa procura saber se é de facção, se for neutro, sai fora. Eles deixam passar. Mas se for batizado, eles matam. (PÉROLA, 2019)

O aprisionamento a uma facção, agenciado pelo território e o cometimento de ato infracional, não necessariamente acontece pelo chefe da facção do bairro de Lorin, mas, sobretudo, pelos integrantes das facções rivais. Ter passado um período em uma unidade de privação de liberdade, torna essas adolescentes mais vulneráveis e “suscetíveis” a essas facções. Lorin não sabe se ao término da medida socioeducativa poderá ter o mesmo cotidiano que anteriormente, afinal, como elx diz, estar no Aldaci é bom e ruim. Bom por ter acesso a cursos ou outras políticas socioassistenciais e de cuidado (saúde, educação e lazer) e a afetos ao fazer amizade com as algumas adolescentes e trabalhadoras da unidade, principalmente, sente-se seguro por saber que não sofrerá uma tentativa de assassinato da unidade. Ruim por estar “presa” e perder uma parte de sua vida na unidade.

Outro fator que volta a aparecer a partir dessa cena é a imposição de uma marcação territorial e faccional de Lorin, esse “corpo-território” não pode praticar atos infracionais ou estar privado de liberdade em um centro socioeducativo e não ser integrante de uma facção. Não estamos apenas nos referindo em estar ou ser envolvido com tráfico de drogas ou com

²⁵ Segundo nossas interlocutoras, o batismo é como uma iniciação nas organizações criminosas em que deve enviar um mini currículo informando nome, apelido, código penal do ato criminoso que comete e uma foto para um grupo específico de WhatsApp, deve também haver um padrinho ou madrinha para indicar a(o) nova(o) integrante e inserir no grupo da referida rede social. Essa pessoa já deve estar dentro da referida facção, pode ser mais de uma pessoa e a indica para o grupo de WhatsApp que recruta novos integrantes. Esse fortalecimento é cobrado posteriormente, pois existe uma relação de subordinação em que as(os) afilhadas(os) devem fazer tudo o que o padrinho solicite. Tendo esse “fortalecimento”, o conselho faz uma análise para saber se essa pessoa fez algum caminho “errado” (se associou de alguma maneira a um coletivo criminal antagônico, mesmo que indiretamente); caso seja aceita(o), a pessoa é inserida(o) em outro grupo de WhatsApp e às vezes ainda em outro grupo antes de realmente ser “batizado”. Em geral, a última etapa deste processo “seletivo” é o juramento que defenderá a camisa e nunca a negará. Em algumas organizações deve-se provar que merece “a camisa”, então algumas vezes é solicitado uma invasão em território inimigo ou um homicídio como uma prova de merecimento. Nem sempre esse batismo é feito por rede social, embora seja mais comum, as vezes ele é feito pessoalmente e com a presença dos(as) conselheiros(as) que faz a análise durante o processo de batismo. Caso seja visto que a pessoa teve alguma caminhada errada, há uma probabilidade de além de não ser aceito na facção, sofrer alguma represália imediatamente.

facções, mas da imposição sistemática a essa adolescente ao enquadramento de envolvidx. Um corpo que habita determinados locais é preso por uma facção e marcado como inimigo pelas outras.

Esse é o reconhecimento de Lorin dentro do Aldaci, fora da unidade, ele também é considerado envolvido. Pergunto, então, como se dá esse reconhecimento:

Mesmo eu não sendo envolvido com tal facção... agora tipo a facção é rival das minhas áreas é GDE né. GDE/PCC. Eu sempre fui das áreas do CV. Aí se lá tem um amigo meu eu fico revoltado. Eu fico com vontade de ligar, mas como não sou envolvido eu nem faço não. Mas eu fico revoltado, fico naquela “aí meu Deus, quando isso vai parar e tal”. Acho que existe muito isso. Não, porque mesmo que eu não possa andar nas outras áreas eu teimo. Os meninos diz é muito “ei má num vai não porque se tu for tu pode não voltar mais”, mas eu teimo. Eu sou uma menina muito teimosa, “olha aí, eu não sou nem envolvida” aí eu pego e vou. Tô nem vendo pra nada, eu pego e vou. (LORIN, 2019)

Em uma segunda entrevista, Lorin apresenta uma outra cena a respeito dessa demarcação corpo-território. Ao falar sobre sua adolescência diante dos conflitos territoriais, elx diz:

Até o momento [enquanto mais novx] eu ainda... Eu andava normal, todos os cantos, só que agora eu acho que não posso, porque agora como eu já sou bem dizer um envolvido, né? Por ser das “área 2²⁶” e por ter... Porque dizem que quem roba... Eu fui das “área 2” e se eu roba nas “área 3” eu já passo a ser um envolvido, na minha visão pra mim não, né? Mas lá fora tão pensando nisso. Aí eu não sei, vou saber lá fora como é que vai ser. Mas se tiver assim eu não vou poder andar nos cantos onde é outras área. (LORIN, 2019)

“As facções criminosas atualizaram ódios de uns contra outros, criando novos arranjos e referências para todos aqueles que, em qualquer região do Estado, tornaram aliados ou inimigos, dependendo da facção a qual estão integrados” (PAIVA, 2018, p. 25). Dessa forma, a instauração do não semelhante nesse outro produzido como inimigo se relaciona com a fabricação do ódio ao “Outro”, do medo de ser vitimada por eles e pelo sentimento de vingança também presente nas narrativas das adolescentes como um fator que impulsiona elas a entrarem para as organizações criminosas e vingar alguma morte de um ente querido.

O agenciamento territorial da adolescente a partir do medo, ódio e sentimento de vingança com uma política inimizade entre envolvido(a) e não envolvido(a) e inimigo e irmão, se articulam como produtor de sujeitos matáveis. Dessa maneira, há um paradoxo envolto na construção da figura da envolvida em meio ao fogo cruzado na “guerra” entre facções e destas com a polícia: em alguns casos a performatização de “envolvimento” é uma forma de negociar a vida por vias de viabilizar a circulação no próprio bairro e se proteger dos coletivos criminosas

²⁶ Existem muitos simbolismos envoltos das facções, seguem alguns exemplos: o Comando Vermelho pode ser representado por “tudo 2”, “td 2” ou “2”, enquanto o Primeiro Comando da Capital (PCC) seria “tudo 3”, “td 3” ou “3”. A Guardiões do Estado (GDE), é visto como 745, que corresponde a posição de cada letra no alfabeto.

rivais; noutra é ser constituída como matável perante a sociedade, estado e, até mesmo, pelas próprias facções.

Esta produção de sujeito matável é um atravessamento psicossocial da violência nas trajetórias de vida das adolescentes, a ponto de entre elas pairar a incerteza de quanto tempo irá viver. Segundo suas narrativas, por elas residirem em uma área que é comandada por uma organização criminosa estão assujeitadas às facções, mesmo que não sejam integrantes delas, são vistas como "simpatizantes", logo associadas à facção, poderiam ser alvos de ataques dos integrantes das facções rivais.

Tomamos o conceito de “agenciamento coletivo de enunciação” de Guattari (1977, 1985) para formular a ideia de “corpo-território” como objetificação e sujeição dessas adolescentes às organizações criminosas.

O agenciamento entre marcação do território, ficcionalização de inimigas e o enquadramento em vidas abjetas são tecnologias necro-biopolíticas que produzem essas adolescentes como um “corpo-território” marcado pela violência. Campo de disputa entre as facções ao mesmo tempo em que são inimigas destas e do estado.

Os agenciamentos coletivos de enunciação produzem seus próprios meios de expressão - podendo tratar-se de uma língua especial, de uma gíria, da volta de uma língua antiga. Para eles trabalharem os fluxos semióticos, os fluxos materiais ou os fluxos sociais são uma só coisa. Não mais se tem face a face um sujeito e um objeto e, em terceira posição, um meio de expressão; não mais se tem a tripartição entre o campo da realidade, o campo da representação da representatividade e aquele da subjetividade. O que se tem é um agenciamento coletivo que é, ao mesmo tempo, sujeito, objeto e expressão: indivíduo não mais e aquele que responde universalmente pelas significações dominantes. Aqui, tudo pode participar da enunciação - tantos indivíduos quanto zonas do corpo, trajetórias semióticas ou máquinas ligadas em outras direções. o agenciamento coletivo de enunciação une os fluxos semióticos, os fluxos materiais e os fluxos sociais, muito aquém da retomada que pode fazer dele um *corpus* linguístico ou uma metalinguística teórica (GUATTARI, 1985, p. 178).

O que caracteriza essa noção de corpo-território são os agenciamentos que objetificam essas adolescentes como pertencentes a uma organização sejam pelo local de moradia ou por práticas comportamentais. Há também um certo tipo de marcação simbólica destas, seja por simbologias linguísticas (jargões), estéticas (marcas no corpo) e as geográficas. Outra característica é serem descartáveis para essas organizações por facilmente serem substituídas. São vulnerabilizadas, desumanizadas e enquadradas na narrativa da inimiga de que devem ser aniquiladas. Ainda que não façam de fato parte de uma organização criminosa, mas por cometerem atos infracionais e residirem em um local que seja visto como dominado, sua humanidade é descaracterizada e não ininteligível. Portanto, tornam-se objetos e territórios de disputas entre essas organizações e/ou descartáveis pelo seu excesso.

As histórias de Lorin, Pérola, Japa e Paul estão atravessadas pelas maquinarias

necropolíticas produzidas pelas organizações criminosas, a saber: a restrição de liberdade e do acesso socioespacial, a submissão e a objetificação de seus corpos nessas organizações, o enquadramento sistemático em envolvidas, o sentimento de vingança e medo como dispositivo que agencia a entrada dessas adolescentes e as performances estéticas que nossas interlocutoras expressam e marcam em seus corpos.

Contudo, apesar dessa fixação em inimiga e, muitas delas, a partir dessa condição de batizada passarem a serem decretadas, a pecha de envolvida como inimiga marca não somente essas adolescentes que passaram pelo batismo, pois, conforme as interlocutoras narraram, estar “envolvida” com atos infracionais ou “envolvida” com pessoas que praticam ilicitudes fazem delas alvos nessa guerra. Conforme destaca Paiva (2019), as mulheres são peças importantes, percebemos que elas tanto são instrumentos, como alvos de disputas entre essas organizações criminosas.

Em suma, percebemos que a presença das facções alterou o cotidiano das adolescentes de modo a torná-las uma espécie de “prisioneiras a céu aberto”, dentro de suas casas, em seus bairros ou dentro dos dormitórios no Aldaci e dentro das malhas da própria facção, a ponto de considerarem difícil se libertar disso. Mesmo antes do período em que as gangues comandavam as atividades criminais no Ceará, a subordinação e a submissão da mulher no crime já existiam. Contudo, algumas interlocutoras relataram que as mulheres ocupavam “cargos” de maior poder com mais facilidade nas gangues e até as chefiavam, agora, o “fortalecimento” quase sempre está entrelaçado a presença masculina para que essas mulheres cheguem ao poder. Outras interlocutoras disseram que não encontram diferenças entre o tratamento de homens ou mulheres nas facções, isso depende mais do comportamento de cada um e do seu potencial demonstrado em comportamentos de defesa do coletivo. Essas diferenças citadas podem ser devido às regras de cada facção, ou até mesmo de cada chefia do bairro, mas o que não modifica é a subordinação colonial da mulher, a qual continua presente nas relações de poder, sobretudo quando interconecta as categorias raça, classe e gênero (GOMES, 2018).

As mutabilidades em larga escala e a violência extrema como algumas mortes acontecem, expressam uma masculinidade hegemônica que o *modus operandi* legítima, como expressão soberana necropolítica. Dessa forma, retaliações de mortes levaram à chacina e desencadeou mais um rompimento de trégua em 2019. Apresentamos uma cena em que Pérola “escapou” de uma chacina.

Não foi no socioeducativo não, foi no forró do gado. E também foi por causa das meninas que o CV matou. [...] umas meninas que morreram, elas eram da GDE, eram batizadas. [...], mas hoje em dia o crime ta mais mulher do que homem, mais mulher do que homem envolvida. [...] de mulheres? Sim. [...] aquelas meninas do forró, todo sábado estavam no forró. Todo sábado eu tava no forró, toda sexta e todo sábado. Eu

sempre ia. Na sexta fui presa e vim pra cá. Eu pensava que ia pegar uma L.A., mas peguei 45 dias. Ai no outro dia minha vó veio me visitar e me contou que tinha acontecido a chacina no forró do Gado. [...] é que até um cara que caiu na prisão, ai caiu na cela da GDE ai fez um vídeo, não sei se vocês viram. Ai ele dizendo que era pra receber bem. Ai a GDE mandou dois salve pro CV querendo apaziguar, mas o CV não apaziguou. Não quis. Porque eles mataram muito inocente né? Aquele anjinho, Gabriel, não sei se você viram, Gabriel Menezes. Ele era da GDE e morreu por eles mesmo. [...] esquartejaram ele, arrancaram o coração dele. E antes disso ele tinha feito um vídeo pedindo desculpa a GDE, que foi sem intenção. [...] Ele matou um inocente. (PÉROLA, 2019)

Essas diferenças possibilitam-nos observar e refletir sobre a existência de uma certa masculinidade hegemônica e regionalmente reforçada no crime o que pode ou não estar ligada a imagem cultural do homem como perpetuador natural da violência (GUSMÃO, 2019) imbricada ao “cabra macho” nordestino (SOUSA, 2019). Essa naturalização pode ocorrer de duas maneiras: a relação violência e masculinidade parece produzir ou exigir que os homens exerçam atitudes cada vez mais agressivas na tentativa de impor um “respeito” pelo medo, visto inclusive nos vídeos divulgados nas redes sociais esquartejando ou torturando vítimas que não respeitam suas regras (RIBEIRO, 2019). Em segundo, parece tornar a mulher coadjuvante nas atividades criminais, mesmo que ela não seja, mas recebe esse reconhecimento (SOUZA, 2015). Problematicamos o lugar da mulher no crime, sobretudo no tráfico de drogas no capítulo seguinte.

Não podemos cair no erro de que somente agora essa segregação sócio-espacial existe, antes da presença das facções, estudiosos da área da psicologia social e áreas afins estabeleceram análises da presença da repressão policial como forma de cercamento social e marginalização dos habitantes das favelas. Já era comum a distorção de margens urbanas como perigosos e berço de “bandidos” por meio de mídias hegemônicas e classistas, ignorando a ausência do Estado nesses locais durante muito tempo, o que possibilitou o fortalecimento dos coletivos criminais nesses locais, e seu histórico de resistência como local de autogestão e tem seu próprio *modus operandi* (COIMBRA, 2001a; ALVES; EVANSON, 2013; BATISTA, 2018). Essas transformações das violências agravam processos de segregação socioespacial que historicamente são uma das marcas da desigualdade em Fortaleza.

Ressaltamos que mesmo antes de existir essas regras simbólicas impostas pelos grupos criminosos, o confinamento socioespacial já existia na cidade de Fortaleza (PAIVA, 2019), afinal, o espaço é um instrumento de poder historicamente utilizado para o fechamento e controle social de contenção, administração e controle de território problemáticos (WACQUANT, 1999, 2007, 2012, 2015). Essa imposição tanto ocorria pelas disputas políticas, pelas torcidas organizadas, pelas gangues e, sobretudo, pelo estado sob a forma de pressão policial ou por sua ausência (SOUSA, 2019; MOREIRA, 2015; COSTA,

2018).

Para melhor compreensão, utilizamo-nos da ideia de confinamento socioespacial de Wacquant (2015), por este servir para mapear formas de encurralamentos ocasionadas por de mecanismos espaciais históricos: “O confinamento socioespacial é o processo pelo qual categorias e atividades sociais particulares estão encurraladas, limitadas e isoladas em uma quadrante reservado e restrito do espaço físico e social” (WACQUANT, 2015, p. 21). A noção de território é, então, um importante fio condutor que agencia corpos racializados (imbricado nesse processo raça e classe²⁷) ao confinamento. Nesse sentido, a noção de periferia é rotativa, materializada no emaranhado processo de faccionalização. O confinamento socioespacial cerca populações, instituições e atividades, sendo estabelecido em cada cenário uma forma de confinamento que pode ser hierárquica social, a exemplo do estigma classista, racista e pelo local geográfico; a segundo dimensão diz respeito ao confinamento eletivo, resultante da coação de limitar e restringir pessoas a determinados lugares. “No primeiro caso, o confinamento socioespacial é compelido e consolidado por afinidades que vêm de dentro, ao passo que, no segundo caso, isso se dá por hostilidades procedentes de fora” (WACQUANT, 2015, p. 21).

Os territórios marginalizados em que as interlocutoras residem podem ser entendidos como guetos, no sentido proposto por Wacquant (2015, p. 23), “um dispositivo socioespacial que permitia a exploração econômica juntamente com a ostracização social dessa categoria pária”. O gueto, ou abrisleirando, a favela, é um espaço de instrumento de dominação já que segrega sujeitos que residem nesses espaços, outrora, também são de resistências, mesmo as investidas policiais ostensivas e a falta de políticas socioassistenciais marcam esse espaço, os coletivos juvenis marcam presença de valores culturais e sociais como estratégia de existência e novos modos de habitar a cidade, por exemplo os rolezinhos.

Podemos refletir que anteriormente as regras internas sobre restrição de acesso livre impostas por essas organizações criminosas, o estado já mantinha uma certa restrição generalizada em espaços engendrados por uma exclusão e marginalização desses não lugares (AGIER, 2015), as favelas em que as adolescentes residem. São espaços visibilizados como territórios vulneráveis com populações em situação de risco e que, por isso, deve ser segregado e invisibilizado diante de ações afirmativas estatais que empurram seus moradores cada vez mais para as margens sociais.

Sob a perspectiva de Agier (2015) a respeito desses guetos (heterotopia), ocorrem

²⁷ Entendemos que raça e classe são noções inseparáveis em análises sobre a manutenção da desigualdade social, inclusive a desigualdade de gênero quando esse marcador também está presente ou não (LUGONES, 2014; GOMES, 2018).

três traços que podem ser vistos nas comunidades periferizadas do Ceará: 1. A extraterritorialidade, por estarem à margem da ordem social caracterizado por uma espécie de confinamento a céu aberto; 2. a exclusão, são constituídos como pedaços de espaços que indicam uma segregação espacial; 3. regime de exceção, associado à extraterritorialidade. “Os espaços assim colocados em heterotopia têm por característica comum separar, retardar ou suspender todo o reconhecimento de uma igualdade política entre seus ocupantes e cidadãos comuns” (AGIER, 2015, p. 46). Ainda na perspectiva do autor, as dinâmicas atuais da violência recrudescem a condição de espaços heterotópicos que marca a periferia: espaços de exclusão em que impera lógicas da exceção.

O próprio termo favela, segundo Alves e Evanson (2013), tem sua gênese a partir da resistência dos negros foragidos ou ex-escravos e a história da Revolução de Canudos na Bahia. Contudo, ignoram que o avanço da economia imbricado a concentração de renda possibilitou a riqueza de poucos e a miserabilidade de muitos, conseqüentemente, também, o aumento da violência cresce em consonância da redução do acesso à equipamentos de saúde, educação e lazer. Essa coletividade, de certa forma, foi colocada pelas adolescentes como cuidado e irmandade na lógica de família que as facções propõem.

Os vizinhos se ajudam e, ao mesmo tempo, fortalecem e os laços que os unem e formam o espírito dessas comunidades. Isso preenche o vazio deixado em um contexto de guerra contra os traficantes, quando o Estado torna-se presente na forma de uma agente de repressão violenta (ALVES; EVANSON, 2013, p. 36).

A “favela” periferizada é, desse modo, um espaço ambíguo, capaz de ser um instrumento de proteção, unificação e coesão (WACQUANT, 2015). Mesmo com a presença das facções que tem como mote a espetacularização da violência, posto que se utilizam de práticas de crueldade nas práticas de homicídios como forma de provar força para a facção rival (SOUSA, 2019), a noção de irmandade presente nessas organizações possibilita laços afetivos e existenciais (SÁ, 2011) tornando um espaço interessante para as interlocutoras que almejam fugir da invisibilidade social. “Uma inclusão e irmandade perversa” (MARINHO, 2019, p. 330).

Apesar algumas falas das adolescentes remeter a ideia de passagem nesses grupos como famílias e se ajudarem, como Chinesa, Japa, Lilian e Marta, em outros momentos, quando pensavam nos grandes chefias que elas desconheciam, viam-se como laranjas e descartáveis, peões para que “chefes” tenham uma “boa vida”, como pode ser visto na fala a seguir.

É tipo assim, bem dizer nós todos somos umas laranjas né. Porque os patrão fica tudo em casa deitado, enquanto nós estamos roubando, vai presa, baleado, morre no assalto. essas coisas. Eu acho laranja isso assim, só que nós acha o erro e não sai do erro. (LILIAN, 2019)

Observa-se, portanto, a incorporação da condição de existência supérflua, descartável e matável. Tem-se, então, como desafio desconstruir essa forma de (des)subjetivação²⁸ por meio de novos territórios existenciais.

Diante desse cercamento, elas constroem formas de resistir ao próprio confinamento produzido pelas facções. Nossas interlocutoras costumam não evitar andar em lugares “proibidos”, sobretudo as simpatizantes, tentam apenas não chamar a atenção no local. Dialogamos com Vicentin (2011), segundo a autora os corpos em rebelião forjam um modo peculiar de existência denominado de hiper-realista. Segundo ela, a paradoxal combinação entre vida e morte, utopia e limite, de projeto e finitude é um modo de subjetivação que sujeitos que habitam fronteiras entre legal e ilegal, insubmissão e captura institucional, constitui suas dobras subjetiva em meio a opressão, estigma e à violência. “Ou seja, trata-se de uma situação-limite ou extrema, quando a necessidade de estabelecer um novo sistema de valores, de atitudes e de forma de vida é vital, e dessa capacidade resultará o êxito em salvar a própria vida e a de outros” (VICENTIM, 2011, p. 102). É, desse modo, a reversão da tanatopolítica ao construir modos de resistência-sobrevivência.

Marta não deixa de ir visitar sua avó que mora no mesmo bairro que ela, porém em uma parte que é dominada pelo CV e, ela como integrante da GDE, em tese, não poderia frequentar. Quando vai visitá-la, ela usa capacete para não ser reconhecida, entra rapidamente na casa e não anda pelo bairro, além disso, tenta não ter problemas com integrantes de facções da área que sua avó mora.

Na última entrevista, ela informou que está jogando em uma escolinha de futebol profissional que tem parceria com a SEAS. Todos os sábados ela vai para o treino na escolinha. Ao término da medida ela espera continuar participando desse time e conseguir algum auxílio financeiro, dessa maneira, além de fazer o que gosta, jogar futebol, ela não terá mais motivo para traficar (conseguir dinheiro). No entanto, Marta diz que só poderá continuar frequentando o local por estar localizado em um território de sua mesma facção, mesmo assim, terá que ir de carro (uber/táxi) até o local para não correr risco de vida caso algum integrante de uma facção rival a sua a reconheça e faça alguma coisa com ela. Andar de ônibus para essas jovens é uma

²⁸ Segundo Pelbart (2019), fazendo uma releitura de Deleuze e Guattari, a resistência à necropolítica tropical é perpassada pela desterritorialização nos modos de subjetivação, ou seja, uma dobra entre subjetivação e dessubjetivação. O autor exemplifica a partir do assassinato de Marielle Franco os modos de subjetivação em contexto marcados pela violência e formas de resistência diante dessa problemática, as juventudes periferizadas são atravessadas por uma dupla dessubjetivação, uma ligada às formas capitalísticas de sujeição e correlata à guerra, a outra de cunho nômade concernente de agenciamentos coletivos minoritários, os quais são capazes de criar linhas de fuga e máquinas de guerra contra às forças dominantes. Nesse caso, buscamos potencializar essas linhas de fugas por novos agenciamentos. Nas palavras do autor, “nem sujeito, nem subjetivação, nem assujeitamento, mas um novo agenciamento” (PELBART, 2019, p. 154).

exposição que elas costumam evitar a fim de resguardar suas próprias vidas, pois a restrição não ocorre somente dos espaços em “pode” circular, mas dos modos de circular, quase sempre usam aplicativos de carros (Uber e 99Pop). Andar de ônibus ou a pé implica mais riscos. Ou seja, isso prejudica a própria relação com o espaço público.

Por temerem represálias, são poucas as adolescentes que “burlam” a regra de não frequentar locais dominados por facções antagônicas a do seu território. Marta, Lorin e Paul, das dez, são as únicas que ainda fazem isso, porém elas andam em locais que já frequentavam mesmo antes do controle territorial das facções e, nem por isso, elas não são alvos de uma punição mais branda.

Paul, por exemplo, mesmo não sendo “faccionada” (simpatizante), por ter feito o símbolo da facção que domina o local em que mora no bairro do seu pai, o qual tem outro domínio, sofreu agressão física. Segue um trecho da entrevista:

Também, porque meu pai olhou pra mim. Meu pai mora onde é GDE, eu já sou CV. Ai ele olha pra mim e diz assim “ Se tu se batizar no CV quem te mata é eu”. [...] Meu pai é trabalhador. Mas... ele não quer que eu me envolva. Mas de vez em quando, ele... [...] Eu ando assim... eu me confio. Eu ando nas áreas da minha mãe que é GDE. Só levei uma pisa mesmo, lá no bairro da minha mãe. Porque eu tava drogado e eu fiz tudo dois²⁹. (PAUL, 2019)

De modo geral, as regras impostas pelas organizações trouxeram o efeito de restrição de liberdade para as adolescentes, elas não podem mais andar tranquilamente sem temer serem reconhecidas por integrantes de facções rivais à organização que domina o bairro onde residem. São microrebeliões aos aprisionamentos à céu aberto. Camuflagens e apagamentos das marcações no corpo-território.

Além do aprisionamento a céu aberto em sua própria moradia, a adolescente compartilhou sua inquietação devido às invasões em seu bairro por parte de integrantes de facções rivais na tentativa de diminuir o exército rival, em suas palavras: “Lá é um campo só, lá todo o bairro é uma só [CV]. O problema é só quando o outro invade. Rola bala lá, todo mundo sai correndo do meio da rua. Tem muita invasão. Direto” (Loirinha, 2019).

Após o assassinato de um ex-namorado que traficava e não permitia que ela vendesse drogas, Loirinha passou a traficar. Mais recente, depois da prisão de seu namorado, o qual também não gostava que ela traficasse, acabou se “envolvendo” mais (ter uma atuação mais ativa no mercado de drogas do que anteriormente), como ela diz, por necessitar de dinheiro para ir visitá-lo e levar os “malotes³⁰”. Em meio a esse período, ela participou de um homicídio,

²⁹ Ao fazer isso, Paul fez menção ao CV no território dominado por integrantes da GDE.

³⁰ Malotes são “sacolas” com alguns materiais de higiene básicos e alimentos que podem ser levados para pessoas presas nos presídios no Ceará. Geralmente, há uma lista em cada presídio informando o que pode e como deve ir. No caso das mulheres, é comum a falta de absorventes, dentre outras coisas básicas. Há relatos das mulheres

ato que a levou à medida de internação no Aldaci. Já antes do acontecido, ela recebia pequenas ameaças de integrantes de facções rivais a sua (CV) nas redes sociais. Após o homicídio que cometeu, as ameaças aumentaram e, atualmente, até mesmo dentro do Aldaci recebe recados das adolescentes da facção rival, informando que, quando ela finalizar a medida e retornar para sua casa, terá que se cuidar para não morrer. O próprio homicídio que comentou tem relação direta com as disputas de poder entre as facções, voltaremos a esse caso no próximo tópico.

Segundo a narrativa de Lilian, percebemos que seu cotidiano foi alterado a partir das regras impostas de não poder mais frequentar alguns lugares, sobretudo devido à possibilidade de sofrerem uma retaliação se forem pegos por integrantes de facções antagônicas. Atualmente, segundo ela, Lilian não pode mais andar livremente e ficar tranquila nos terminais de ônibus com seus amigos como fazia antigamente.

As relações de “envolvimento” com facções marcam as adolescentes por outras facções, por isso, a presença das facções em bairros periféricos coloca a vida das adolescentes em maior situação de vulnerabilização, já que elas são colocadas como pertencente a uma facção sendo integrante dela ou não.

A circulação pela cidade é feita de forma rápida e cuidadosa, o encontro nas praças e/ou calçadas ainda ocorrem, mas com olhares ao redor com medo de que inimigos apareçam, as interlocutoras já tiveram namorados e amigos assassinados em locais abertos. Dessa forma, o medo opera não somente como dispositivo que une os integrantes das organizações, mas também como o modo de viver, como já apresentamos o viver acuado, atenta aos ataques dos inimigos (facções e policiais).

É assim, quando vou pro centro, vou pro centro e eu ando com minha vó e meu irmão direto comigo. É não saiu sem ta... não falo com ninguém. Eu saiu né ai eu tô sempre com fone de ouvido com alguém na ligação, porque se eu for pega eu já digo pra minha família e elas dizem pros homens. Igual uma prima minha, ela saia e ficava com o telefone direto né, ai ela foi sequestrada ai ela pegou o celular dela pra ligar, ai perguntarem quem é, ai mataram ela. (PÉROLA, 2019)

Outro fato interessante diz respeito que mesmo locais dominados continuam sendo perigosos para elas, apesar de menos, não somente pelas invasões, mas por sequestros e tentativas de homicídios. Pérola, por exemplo, sofreu tentativas de sequestros, teve amigas e amigos assassinados(as) nesse jogo bélico, por isso, como estratégia de sobrevivência ela busca formas de sobrevivência ou até mesmo de prevenção de novos sequestros, desde a não andar sozinha em qualquer bairro de Fortaleza sem que saiba que é tranquilo para ela. Algumas

usarem “miolos” de pão como absorvente. Essa era uma das preocupações de Pérola para garantir o mínimo de dignidade para sua mãe. Nos presídios masculinos, a preocupação maior é outra, a visita íntima, o que, muitas vezes, os presos exigem de suas companheiras menores de 18 anos pedir a emancipação aos 16 para poder visitá-los. Além disso, as companheiras também levam malotes com suprimentos básicos para os presos.

adolescentes não deixam de visitar seus familiares residentes em locais “proibidos”. Nossas interlocutoras apresentam pequenos motins nessa prisão aberta.

A polarização do estigma das favelas em uma sociedade burguesa ampliou ainda mais com a presença das facções, fazendo com que a invisibilidade perversa seja mais aviltante com moradores desses lugares. Como já discutido, o estado não é mais o único detentor de um certo poder biopolítico, tão pouco necropolítico. As facções ocuparam os espaços vazios deixado de lado pelo Estado nas periferias, locais em que o Produto Interno Bruto (PIB) se torna rentável apenas por práticas *gores*. Dessa forma, nossas interlocutoras estão duplamente presas, por estarem no Aldaci (regra estatal) e por residirem nas favelas (regras das facções e do cercamento social).

3.6. “Tá decretado, é onde eu for pegue é pra matar”: morte de mulheres nos conflitos territoriais em Fortaleza

Como vimos até aqui, no Ceará, o projeto necropolítico tem afetado as mulheres tanto pelo aumento do número de mortes desses segmentos nas tramas da violência urbana, quanto pelo aumento de privação de liberdade, seja na justiça juvenil ou, sobretudo, no que se refere a mulheres adultas. Dito isso, enfocaremos mais nas questões trazidas sobre o aumento sistemático e espetacularizado de homicídio de mulheres, posto que essa realidade parece ser aviltante nas tramas da violência, já que nossas interlocutoras frisaram mais essa condição de matabilidade do que a própria privação. Portanto, este subtópico trabalha com cenas-analisadoras que possibilitam discutirmos os atravessamentos dessa problemática nas trajetórias e cotidianos das interlocutoras, especialmente, a relação entre facções, redes sociais e a espetacularização da violência envolta desses homicídios.

Como vimos até aqui, no Ceará, o projeto necropolítico tem afetado as mulheres tanto pelo aumento do número de mortes desses segmentos nas tramas da violência urbana, quanto pelo aumento de privação de liberdade, seja na justiça juvenil ou, sobretudo, no que se refere a mulheres adultas. Dito isso, enfocaremos mais nas questões trazidas sobre o aumento sistemático e espetacularizado de homicídio de mulheres, posto que essa realidade parece ser aviltante nas tramas da violência, já que nossas interlocutoras frisaram mais essa condição de matabilidade do que a própria privação. Portanto, este subtópico trabalha com cenas-analisadoras que possibilitam discutirmos os atravessamentos dessa problemática nas trajetórias e cotidianos das interlocutoras, especialmente, a relação entre facções, redes sociais e a

espetacularização da violência envolta desses homicídios.

Nos atemos, então, aos efeitos das dinâmicas da matabilidade de mulheres nas tramas da violência urbana no Ceará às quais as adolescentes estão sujeitas, os efeitos que abordamos acontecem concomitantemente e estão divididos para fins didáticos: 1. a hipervisibilização das adolescentes ocasionada pelo *modus operandi* das facções que sequestraram e assassinaram integrantes de facções rivais; 2. objetificação da mulher, que coloca a violência com as adolescentes como uma expressão de poder; 3. exposição das adolescentes pelo decreto em redes sociais (Facebook e WhatsApp³¹), que as interlocutoras estão submetidas nas dinâmicas masculinistas nos jogos de poder das facções. Para tanto, elegemos o “decreto” como um dispositivo de análise que enuncia a matabilidade de mulheres “envolvidas” nas dinâmicas da violência urbana.

As adolescentes, batizadas ou não, estão aprisionadas às malhas de grupos criminosos que comandam o território em que residem, como já apresentamos, tornando-se inimigas dos integrantes de facções rivais apenas por residirem em espaços em que grupos criminosos montam seus “quartéis”. O primeiro efeito abordado é a hipervisibilização das adolescentes ocasionada pelo *modus operandi* das facções, que sequestraram e assassinaram integrantes de facções rivais, dito isso, referimo-nos às tentativas de sequestros e assassinatos que as interlocutoras sofrem.

Paul não se encontra mais em cumprimento de medida socioeducativa, mas é conhecido por retornar sempre ao Aldaci por conta de um novo ato infracional, como disse a psicóloga da unidade. Em geral, Paul reincide no sistema pelos mesmos atos análogos ao crime de tráfico de drogas ou roubo. Na entrevista, ele relatou uma tentativa de assassinato que sofreu, em suas palavras, foi levado para o “cheiro do queijo³²”.

Cheguei a ser levado para o cheiro do queijo. Cheguei a ir... ser levado... assim, eu tava andando né? Me parou um carro e disse assim “ei vetin tu que é a Paul e tal?” e eu disse “é”. Eu nem conhecia, mas acho que ele já sabia da minha caminhada todinha. Aí pegou e disse assim “ei vetin tu vai ali buscar uma droga pra mim e tal”, aí eu peguei e fui. Confiei. Cheguei em casa, tomei banho, fiquei falando com o cara no facebook né. Aí fui. Quando cheguei lá, era dois elementos pra me matar. Aí só pegou um tiro que quebrou meu braço. Aí cheguei... cheguei a ficar internado durante um mês. Aí depois eu me recuperei, fui pro Maranguape. Aí depois de uns dias lá, comecei tudo de novo. Comecei a roubar, aí fui... (PAUL, 2019)

Nesse momento ela fica em silêncio, diante disso peço para que ela me conte como “se deu essa tentativa de assassinato?”

³¹ Os grupos de WhatsApp são mecanismos utilizados pelos integrantes das facções para facilitar a comunicação, estreitar relações afetivas e de inimizades, tornou-se comum grupos com inúmeros integrantes de facções (SOUSA, 2019).

³² Essa expressão quer dizer um caminho perigoso ou uma “cilada”.

Foi assim... eu até falei assim no telefone... o cara tava demorando, aí eu vi dois elementos passando direto. “Ei má diabo é isso, quer matar o nêgo é?”. “olha aí, agora é? É não e tal...” Aí eu fui pro ponto certo, eu vi dois elementos já vindo de frente. “Vixe vete eu vou morrer é agora.” Aí os elementos... Aí eu cheguei bem pertinho dos elementos pra mim pegar droga, eu confiei, quando os elementos já puxou na minha cara e eu taquei o braço e braço caiu logo. Aí eu saí logo. (PAUL, 2019)

Essa cena-analisadora é uma das tantas vezes que Paul passou por tentativa de assassinato e que quis compartilhar conosco. Nela podemos perceber que a incerteza do tempo de vida dessas adolescentes é uma constante, não à toa que as narrativas delas, em geral, remetem à falta de perspectiva de futuro por não saberem se estarão vivas, ao mesmo tempo que expressam um desejo de continuarem a viver em uma condição diferente e menos perigosa.

Apesar de não saber ainda hoje o motivo pelo qual tentaram matá-la, Paul não descarta a possibilidade de ter sido por causa de alguma facção por ter roubado em alguma área que não “podia” devido às regras internas das facções, ou por frequentar bairros dominados por facção diferente a das “suas áreas”. A imposição de marcação territorial, faccional e ficcional enquadra a vida das adolescentes no corpo-território visível nesses jogos de disputa e poder masculinista das facções.

Pérola nos dá uma pista para compreendermos o porquê desses sequestros e tentativas de assassinato.

Porque eu sou a mulher dele e eles querem afetar pra ele ficar revoltado e se entregar. Como já aconteceu isso comigo. Eu já fui sequestrada e por conta do meu pai eles não me mataram. Meu pai ligou, e eu falei, falei pra eles que eu era filha do J. E meu pai ligou, disse que se eles fizessem alguma coisa, se eu tivesse meno um arranhão, ia matar eles. E eles não fizeram nada comigo. (PÉROLA, 2019)

Nessa cena trazida por Pérola, fica evidente alguns aspectos para melhor compreensão desse fenômeno: 1. tenta-se afetar uma facção ao “pegar” uma adolescente em “atividade”, tanto por ser mulher e querer afetar o masculino na figura do companheiro ou pai (objetificação da mulher), como também, para afetar o mercado concorrente; 2. a hipervisibilização que essas interlocutoras recebem devido seu “envolvimento” com as facções, sobretudo por ocuparem cargos vulnerabilizados e mais visíveis. Esses dois pontos elucidam a transversalidade outros dois efeitos: a objetificação da mulher que coloca a violência com as adolescentes como uma expressão de poder masculinista e a hipervisibilização das adolescentes ocasionada pelo *modus operandi* das facções que sequestraram e assassinaram integrantes de facções rivais, mas nessa situação, por ser filha de alguém que chefiava e que devia manter a honra e o cuidado da filha. Segue a continuação:

Eu tava indo pra pracinha, aí foi quando parou um carro e pegou eu e a outra menina. Aí levaram nós pra dentro de um casão, começaram a ligar pra um bocado de cara e ... eu falei assim “eu sou filha do Mário, ligue aí pra ele”, dei o numero pra ele dele. Aí ligaram. Aí eles não tavam acreditando. E meu pai disse “não é porque ela mora

num canto que vocês vão fazer isso, vocês têm que pegar o envolvido, não os inocentes”, aí me soltou e meu pai foi me buscar. [...] morreu dois, meu pai matou dois. [...] porque disse que ia me matar e meu pai escutou, os áudios tudim pro conselheiro. [...] aí bateram uma foto e foi quando meu pai viu. Foi quando meu pai disse que não era pra fazer nada comigo. (PÉROLA, 2019)

A cena do sequestro é algo ainda vivo para Pérola, seu corpo reage ao reviver essas memórias. “Nós tava andando, eles passaram com o carro e me viu. Eles não sabia que eu era filha dele [...] sabiam que eu traficava para o CV”. OS “inimigos” como ela diz, “pegam” as meninas “na atividade”. Atividade essa mais vulnerabilizada no tráfico, a de estar em esquinas ou praças e de fazer pequenos “corres” (pegar e levar algum objeto para outro local). Essas atividades que deixam a mulher em condição mais vulnerável serão abordadas mais adiante.

Como já dito, os integrantes das facções rivais recebem fotos das adolescentes que foram batizadas para conhecer quem está em aliança com “inimigo” ou olham nas redes sociais quem socializa com os meninos de facções ou vão em determinados pontos de venda de drogas e batem foto para divulgar para os demais quem trafica. Outrora essas adolescentes podem ter sido vítimas do “decreto” (abordaremos adiante) em redes sociais que também as vulnerabiliza e hipervisibiliza. Portanto, a circulação de imagens das adolescentes expõe elas aos sequestros, às possíveis retaliações ou tentativas de assassinatos que elas podem sofrer. Essas retaliações têm como objetivo enfraquecer a organização criminosa ou vingar alguma morte, de forma que a brutalidade como é feita expressa a virilidade masculina. Segundo Chinesa, “Eles fazem isso porque eles querem muito atingir nossa facção”.

A divulgação da forma violenta como essas mortes são visibilizadas e dizibilizadas, como um espetáculo, uma linguagem que está relacionada com o que apresentamos anteriormente por Valencia, o *gore*. Neste caso, agenciado pelas facções junto a seus integrantes. Retomamos, então, para as discussões da autora, segundo segundo Valencia (2018), entender a violência a partir do capitalismo *gore* não acontece de forma idêntica em todos os contextos, mas alguns traços podem ser encontrados em comum devido a produção de uma masculinidade hegemônica remodelada.

A masculinidade é um status condicionado a sua obtenção - que deve ser reafirmado com uma certa regularidade ao longo da vida - mediante um processo de prova ou conquista e, sobretudo, sujeito à exação de tributos de um outro que, por sua posição naturalizada nessa ordem de status, é percebido como o provedor do repertório de gestos que alimentam a virilidade. Este outro, no mesmo ato em que faz a entrega do tributo instaurador, produz sua própria exclusão de casta que consagra. (SEGATO, 2005, p. 272).

A mulher é, então, colocada como objeto do masculino, seja este o companheiro ou a facção. Aqui podemos ter outra pista para entender a feminização da tortura e espetacularização do homicídio da mulher, dicotomias colonialistas da mulher como mais

frágil e fácil de ser enganada e mercadoria do homem de um homem, seja companheiro ou pai (LUGONES, 2014; DAVIS, 2018b).

Quando, tipo... Se eu cair nas áreas de GDE, né? E eles me pegar, eles vão fazer... talvez eles façam um vídeo e me corta pra se mostrar, pra eles ganhar mais fama. Se mostrar que tão conseguindo o que eles querem. Entendeu? Eu acho que eles postam vídeo por causa disso. Pra se mostrar. Se mostrar pra outra facção! Na verdade, facção tão no mundo por causa que querem território, querem ocupar o mundo todo só com isso pra poder fazendo sigla e essas coisas. Mas... porque eles fazem esse vídeo, eu não sei explicar não. Só sei que eles querem se amostrar né, uns aos outros. Querem mostrar que é mais forte que as outras facções. Faz com meninos também, mas a gente ver mais com meninas. Eu não sei. Eu não sei não por que é com mais meninas. (LORIN, 2019)

Podemos assim problematizar que há uma generificação das retaliações e, como já apontamos, as “faccionadas” acabam por serem mais vulnerabilizadas diante das malhas que compõem os jogos de disputa masculinistas que essas facções exercem. Isso é interessante se observarmos que a cultura machista está presente em todos os âmbitos sociais, inclusive nas organizações criminais. A expressão da violência realizada de forma tão brutal contra os corpos femininos aponta para uma nova dinamização no contexto da violência urbana no Ceará e uma certa performatividade de gênero que insufla a violência e subalternização num contexto de colonialidade tardia.

Para uma melhor compreensão do uso de ataques às mulheres como forma de atingir a facção rival, utilizamos a discussão de Segato (2014) sobre o novo acionar bélico ou nova lógica das guerras e reformulação de ataques aos corpos feminizados. Segundo a autora, em tempos de guerra o corpo feminizado sempre foi um dano colateral, mas atualmente, este tem sido um alvo central nas dinâmicas bélicas. Em suas palavras: “A impressão que emerge desse novo ‘acionar’ bélico é que a agressão, a dominação e a violação sexual já não são, como foram anteriormente, complementos da guerra, danos colaterais, mas que tem adquirido centralidade na estratégia bélica” (SEGATO, 2014, p. 343, tradução nossa).

Uma experiência que demonstra essa percepção é a resposta da Marta quando perguntada sobre a problemática de morte de adolescentes e de jovens mulheres na cidade, e esta falou das mortes em geral:

acontece não só por causa de facção, porque tipo... fica “caboetando” pras policiais, sempre tem os cidadãos que não gostam aí “caboetam” pra polícia. Aí os meninos ficam indignado né, que vai preso. Aí eles querem cobrar de qualquer forma. Também, fingem que tá colando com a GDE, mas tá com “passação” e tá com a outra facção, entendeu? Essas coisas assim. Às vezes por besteira. Tipo, devendo mixaria. Também, fica com mulher do outro (MARTA, 2019).

O que nossas interlocutoras elucidaram a partir de suas experiências é que mulheres estão na linha de frente (trincheiras) dessa guerra, tornando-as um duplo alvo. Em primeiro, porque matar uma adolescente que trabalha para uma facção rival é como matar uma

concorrente e, por conseguinte, diminui o exército dessa organização para uma possível invasão ou disputa pelo território e pelo mercado de drogas.

Eu tráfico né, eu vendo droga aí se outras pessoas de outras facção souber eu fico tipo manchada pra eles, é sinal que eu fui envolvida também aí eu fico assim. Quem vende droga, se eu vendo droga pro CV, o GDE me pegar eu fui envolvido. (LORIN, 2019)

Em segundo caso, a uma vulnerabilização da mulher ocorre pela objetificação dos seus corpos, transformando-as em iscas para atrair integrantes de facções antagônicas para “emboscadas”, outrora são alvos do mesmo tipo de “cilada”, conhecem um rapaz no facebook, marcando um encontro e acabam sendo assassinadas. Essa situação ocorre devido à relação das facções e a hipermasculinidade, sobretudo imbricado a uma masculinidade hegemônica que encontra no crime uma possibilidade de expressão (GUSMÃO, 2019). Dessa forma, traços colonialistas continuam ativos nas relações de poder entre homem e mulher nesse território existencial que compõe o crime no Ceará.

Paiva (2018, 2019) discute sobre a percepção do papel feminino nos esquemas dos grupos criminais, em geral são usadas como transporte (“mulas”) de drogas e outros itens para dentro dos presídios, além de serem alvos de acertos de contas nas dinâmicas bélicas das facções. A perpetuação da subalternização e do sexismo é reproduzido nas facções, vulnerabilizando-as de diferentes maneiras, ainda mais agora com a ampla conexão que a internet possibilita. Sobre esse último fato, a forma como as facções mudaram as relações criminosas no Ceará têm trazido efeitos cibernéticos para essas adolescentes: além de andarem temendo pela própria vida, elas precisam ter mais cuidado com suas informações pessoais compartilhadas em redes sociais e desconfiar de qualquer um que tente se relacionar com elas nesses espaços. O “viver acuado” transpassa para as conexões da rede virtual e visibiliza o generismo nas práticas violentar dessas facções.

Uma interlocutora integrante da GDE, Lilian, informou que sua facção evita colocar mulheres em situação de risco iminente como invasões em territórios, utilizando-as para fins do mercado de drogas, como levar ou buscar mercadorias ou vender. “Fazer progresso”, em suas palavras. Contudo, a problemática da morte de adolescentes e jovens mulheres apresenta nuances diferentes em relação ao envolvimento dos meninos, são algumas: envolvimento afetivo com integrantes de facções, mulheres sendo usadas pelas facções como objeto de vingança e cooptação das meninas pelo mercado do tráfico de drogas. Portanto, as adolescentes acabam sendo “mais visadas” por esses coletivos criminais por chamarem menos atenção dos policiais, em contrapartida, também ocupam uma posição de hipervisibilidade como alvos das facções, pois como destacou Lorin, essas organizações querem mão de obra e clientela, quem

ousar “roubar” isso deles são vistos como inimigos.

Outro caso se refere à vivência da Lilian em que viu adolescentes serem violentadas, não necessariamente mortas, por darem em cima de pessoas comprometidas ou por, segundo ela, não serem “tranquilas”: “Já vi com várias meninas, comigo não porque sou sossegada. Se virem fazer as coisas comigo eu não vou ficar parada, jamais” (LILIAN, 2019). Ou seja, há uma regularização do que se entende e deve ser praticado como feminino para conseguir respeito. Algo que é visto para além da hipermasculinidade nos grupos criminosos, mas reflexo do machismo estrutural.

Na leitura de Valencia (2014), as regulações de gênero estão ligadas diretamente ao conceito de Estado baseado no projeto modernidade/colonialidade. Esse projeto refere-se a manutenção colonialista (racismo e sexismo imbricados) dos países de primeiro mundo por meio da imposição do capitalismo que lucra com as vulnerabilidades sociais e com a violência. Desse modo, a agressividade imposta pelo capitalismo *gore* em países de terceiro mundo e o exercício do necroempoderamento diz respeito às práticas masculinistas em uma tentativa mecânica de tornar países grande potências mundiais capitalistas.

Nesse sentido, no capitalismo *gore*, a dinâmica da destruição do corpo é convertida em mercadoria. Essa violência passa a ser hiperconsumida nas sociedades neoliberais, além de ser matéria de manutenção dessa lógica capitalista (VALENCIA, 2010). Assim, têm virado por si só mercado e produto. Articulamos no contexto brasileiro duas formas, mas que pode ser semelhante a de países economicamente parecidos com o Brasil, que não se esgotam nelas.

A primeira, a partir de diálogos das feministas negras que denunciam a extensão da escravidão no sistema carcerário e da rentabilidade que este proporciona (ALEXANDER, 2017; DAVIS, 2018a). Em seu livro, Juliana Borges (2018) faz uma retrospectiva histórica da perpetuação da exploração do corpo negro e sua sacraficialidade no desenvolvimento do capitalismo, portanto, sustentamos que a partir do Complexo Industrial-Penal proposto por Davis (2018a), e na lógica sacrificial do que chamaremos de neocolonialismo; os corpos negros continuam sendo mão-de-obra mercantilista na economia, sobretudo pelo ciclo encarceramento-reincidência. Em segundo, o corpo também vira mercado-consumo por meio da espetacularização da violência e por seu extermínio. Essa espetacularização ocorre nas mídias televisivas que revezam horários para programas policiais, em telenovelas e filmes como o Tropa de Elite, dentre outros (COIMBRA, 2001b; RAMOS; MUSUMECI, 2005; COIMBRA; SCHEINVAR, 2012; ALVES; EVANSON, 2013). O seu extermínio tem garantido a rentabilidade do mercado de armas e da segurança privada, além de ser *slogan* de campanhas políticas.

Nesse último, as adolescentes estão em condição mais vulnerável, posto que corpos feminizados, além de serem consumidos pela indústria do encarceramento e do extermínio, estão no fogo cruzado das disputas masculinistas faccionalizadas no Ceará. Dessa forma, a hipermasculinidade estimulada nas organizações criminosas encontram um espaço para colocar em ação sua misoginia em torturas e assassinatos em corpos feminizados e generizados.

Ao passo que a violência está sendo, cada vez mais, colocada como uma ferramenta de enriquecimento em todo o globo é, também, uma forma de análise de subjetividades agenciadas pela produção capitalista que, além de outros comportamentos, internalizam os machismos colonialistas (VALENCIA, 2013). Isso pode ser visto nas mortes de mulheres virilizadas em que facções assumem o mandato e ainda se utilizam desse momento para mandar recados para “inimigos”. As subjetividades *endriagas*, então, produzidas pela rentabilidade da violência e dos mercados ilegais (necroempoderamento + necroempreendimento) se relaciona com a exacerbação da violência masculinista (BARROS, 2019), a qual podemos observar nos vídeos postados de torturas de adolescentes ou a partir dos relatos que as interlocutoras trouxeram.

um modo de produção falocrático de subjetividade - modo de produção que possui o único princípio de organização na acumulação de capital' (Guattari e Rolnik, Ibid.) e no qual o capitalismo de Gore e seus súditos enfurecidos estão ancorados; entendidos como aqueles homens que buscam satisfazer indiretamente os requisitos de masculinidade hegemônica que exigem que (em troca de legitimidade e privilégios de gênero concedidos pelo complexo heteropatriarcal e macho) se estabeleçam como provedores masculinos em um sistema econômico que reconfigurou o conceito de trabalho e emprego precário diário, tornando quase impossível atender a essa demanda de masculinidade, por meios legais e colocando no horizonte de possibilidade as práticas de extrema violência como forma de trabalho, ao mesmo tempo como meio de auto-afirmação viril (VALENCIA, 2013, p. 111-112, tradução nossa).

A respeito disso, Chinesa comentou sobre os riscos que mulheres tem e como prevenir estes:

Muitas delas não se preservam. Muitas delas não quer ir ver... muitas delas ficam com meninos.. quer ir ficar com elementos de outras áreas, não conhece. Porque hoje em dia esse negócio de rede sociais tá muito perigoso, você tem que ter só as pessoas de confiança. Aí muitas delas “ah, esse menino é bonito”, “ah, num sei o que, ele é nós” Só porque hoje em dia, a facção diferente bate muita foto fazendo três pra tipo.. demonstrar que é três, e chegar lá e matar³³. Muitas fotos assim pra dizer que é três pra quando chegar lá matar as meninas. E às vezes nem bate foto fazendo gesto de facção não, às vezes é só foto normal. Diz que não é de facção, que é normal mesmo e as meninas acabam acreditando, né? Atrai muitas meninas e muitas meninas vai. Mais é com menina, porque sabem que menina é mente fraca. Diz “olha, ele vai pagar uber”, porque sabe né, quando o menino tem dinheiro, tem muita menina interesseirinha e vai porque tem dinheiro. Hoje em dia tem muita menina assim. Só porque acaba pagando o uber, acabam indo e é cilada (CHINESA, 2019).

³³ Novamente fazendo menção das simbologias das facções.

Perguntei para a adolescente como seria esse cuidado que ela mencionou que às adolescentes não tem, ela disse:

Porque a pessoa quando é de facção tem que se preservar mais. Tem muita menina que fica “ah, eu sou de facção” A pessoa que é de facção não precisa dizer pra todo mundo que é faccionada. A pessoa que é faccionada, tem que ficar na sua. Se certo que.. No nosso lema, nós não pode negar nossa camisa. Jamais negar nossa camisa. A pessoa chegar pra perguntar “ah, tu é de qual facção? É batizada?” eu vou dizer que sou, porque não posso negar, mas em compensação eu não vou chegar pra todo mundo dizendo que sou batizada, né? (CHINESA, 2019)

Podemos problematizar que existe uma tática para escolher as vítimas e que nossas interlocutoras consideram a exposição de si nas redes sociais como ponto chave para sua escolha. Ainda podemos problematizar que há uma percepção generalizada da adolescente como alguém influenciável, interesseira e descuidada que pode estar relacionada às ideologias machistas sobre o feminino. Uma certa infantilização e irracionalidade que culturalmente é dada a mulher (MAYORGA, 2019). Outro fato que podemos discutir a respeito é sobre o uso da internet e a exposição de si, posto que nesse meio interconectado informações são coletadas, surgem ameaças e vulnerabilizam as adolescentes. Inclusive a iniciação nos coletivos criminais às vezes é feita somente em grupos de WhatsApp.

Fazemos a análise de que nesse contexto *gore* as mortes das adolescentes são usadas para “atingir” a facção rival e, também, seus corpos são usados para atrair novas vítimas, Lorin:

É porque eu acho que as meninas enganam mais. Tipo assim, como eu posso dizer: Uma menina bonitinha atrai, uma menina bonitinha chega no elemento pra levar ele pro cheiro do queijo e se o elemento for fraco ele vai. Aí pronto, começa a atrair. Eu acho que eles tão colocando mais meninas no comando porque as meninas são mais inteligentes. As meninas conseguem enganar. Conseguem atrair também. Atrair de outra facção rival, aí vai tudo preparado já. (LORIN, 2019)

Os coletivos criminais acabam agenciando adolescentes mulheres de forma subalternizada, colocando-as estrategicamente em condições mais vulneráveis com a polícia e com outras facções, sobretudo no negócio da droga. Nessa dinâmica mercadológica, objetiva-se diminuir a concorrência, contudo, não se observa somente isso quando falamos de assassinatos de mulheres “envolvidas”. As torturas e suas mortes tem traços específicos de cunho misógino, além disso decretar é expor ainda mais a vida da adolescente, trata-se de um acontecimento entendido para análise como um dispositivo que enuncia a dinâmica matável das adolescentes na violência urbana no Ceará. O que temos nas periferias cearenses é a transformação do corpo feminino em um território de disputa, de posse e palco de exercícios performativos de uma hipermasculindade, que busca nesses atos expressar poder e reconhecimento (SEGATO, 2014).

A estratégia é uma falsa disputa por essas meninas, ambas facções querem Lorin,

mas se ela for apreendida ou morrer, logo é esquecida e outro peão ocupa seu posto. Segue a continuação a entrevista.

É, eles pega e me decreta. Tá decretado é onde eu for pegue é pra matar. Decretado é isso. [...] É, de preferência eles quer que eu trafique pra eles, agora pra outra não. Assim como a GDE me quer a CV também me quer, entendeu? Eles pega mais adolescente pra vender droga. (LORIN, 2019)

Outro efeito refere-se à exposição das adolescentes pelo decreto em redes sociais (Facebook e WhatsApp³⁴), o qual se articula com os dois efeitos anteriores, posto que essas postagens seguem caráter misóginos, hipervisibiliza e objetifica mulheres, além de serem tidos como expressão máxima do poder e violência hipermasculinista. Lembro que no começo da entrevista de Loirinha, falou que foi intimidada por uma adolescente na unidade, perguntei a ela “como foi essa ameaça?”. Respondeu Loirinha: “Uma menina aqui me disse. Ela não me ameaçou, só falou que falaram. Eu já tava, agora tô mais. É estranho, a pessoa saber que a qualquer hora pode morrer”.

Portanto, observamos a morte como uma sina nas trajetórias de vida das interlocutoras e a incorporação da condição de supérfluo nessa lógica belicista. Esses dois fenômenos são condições que causam sofrimento e incertezas às adolescentes.

Mais adiante Loirinha falou novamente sobre seu desejo em “mudar de vida” e que não sabe como será ao retornar para casa.

Não quero sair daqui só para morrer não. Tenho que mudar! Mas a questão não é só me mudar não, é não me envolver mais. Não adianta me mudar e me envolver de novo. Aí vai adiantar de que? Vai adiantar de nada. [...] por mim mermo, num era nem pra existir facção, estragou foi lá fora. Primeiro eu andava em todo canto agora num posso andar ali que é GDE, num posso andar ali que é PCC, é ruim mulher. Porque eu tenho família em lugar assim, entendeu? Meu vô mora numas áreas que é GDE hoje, aí eu num posso andar lá. Minhas primas também, tem umas que moram nas áreas GDE, num posso andar lá. Aí fica mei ruim porque nem eu posso andar lá nem elas podem andar onde eu moro. E eu nem posso ter contato assim com elas. Aí é ruim. [...] não são envolvidas não, mas só que independente de elas ser envolvida ou não, não pode por que elas moram ali, entendeu? É ruim por causa disso, porque eu tenho familiar em um monte de canto. (LOIRINHA, 2019).

Uma cena de sua narrativa ao falar sobre mudar seu comportamento ao término da medida socioeducativa mostra as dificuldades ao sair do “crime” e do risco de vida devido às ameaças que tem sofrido.

Eu quero mudar. Quero mais voltar pra essa vida não. Quero mudar, mas não sei se vou conseguir mudar quando eu chegar lá fora. Não sei nem como tá lá. Pois é, eu não vou mais voltar pra essa vida porque... Quando eu sair daqui eu tenho um plano de vida mais na frente. [...] não é fácil não. Proibir, não proíbe não. Não é fácil sair não, pra quem já entrou né não. Não é nem por causa de facção não... como é que eu posso te explicar... tipo, eu sou de uma facção, aí né, tem outra, aí já sou reconhecida pela

³⁴ Os grupos de WhatsApp são mecanismos utilizados pelos integrantes das facções para facilitar a comunicação, estreitar relações afetivas e de inimizades, tornou-se comum grupos com inúmeros integrantes de facções (SOUSA, 2019).

a outra. Entendeu? Aí corre risco, risco de morte. Tipo, sou Comando Vermelho, aí a minha não se bate com GDE e PCC, aí corre risco. [...] já disseram que iam me matar. Já disseram que quando eu sair daqui vão me matar. Disseram que eu ia sair pra morrer “coitado eu vou sair pra viver rs”. Me ameaçaram. [...] por áudio, por mensagem, por internet. É mais por facebook. Usa o fake³⁵ e faz. (LOIRINHA, 2019)

Na segunda entrevista, Loirinha retomou sobre a incerteza de sua vida pós-Aldaci por ser marcada pelas outras facções. Observa-se uma espécie de aprisionamento nas malhas da facção, sair da sua (rasgar a camisa) não impossibilita a política de inimizade cultivada com outras facções. A incerteza ou ausência de perspectiva de futuro é um dos efeitos de ter a morte à espreita, mesmo assim, o fôlego pela vida ainda prevalece o que a faz pensar em estratégias para evitar as ameaças que tem recebido ao término da medida.

Ela foi “decretada”, ou seja, segundo Pérola ao explicar sobre decreto, é ter sua morte anunciada nas redes sociais, o principal fator que leva o decreto acontecer é ser faccionada e ser apreendida por um coletivo criminal antagônico ao da interlocutora. Após a adolescente ser decretada, inicia o compartilhamento da decretação, seja por vídeo, imagem ou “boca-a-boca”. Sobre isso, fala Loirinha: “Eles não mandam, eles postam. E chegam umas pessoas também, né? Falando. [...] as outras facções compartilham, tendeu? Aí vai pro face de uma ruma de gente” (Loirinha, 2019)

No ato do “decreto” - assassinato -, integrantes de facções que receberam as mensagens de decretamento “caçam” as adolescentes e as levam para algum lugar escondido ou abandonado para gravarem o vídeo torturando e matando adolescentes, para depois, divulgarem em massa de forma a “cair” nas “mãos” da facção que a menina pertencia. Ou seja, Loirinha teve sua foto compartilhada solicitando/anunciando sua morte no Facebook por integrantes de facções rivais ao CV, no caso GDE.

O decreto, então, é um analisador no cotidiano de adolescentes e jovens, posto que a forma como as mulheres são tratadas nas redes sociais radicaliza mecanismos machistas e misóginos presente na sociedade brasileira, ainda acrescentamos raciais, mesmo que de forma mais velada, quando analisamos o perfil étnico-racial das vítimas. Esses decretos têm como principal alvo adolescentes e jovens mulheres quando comparado aos homens, além disso, outra diferença é perceptível, a forma como “pede” e “incita” (decreta) a morte de mulheres, com xingamentos que não se aplicam aos homens, tais como marmitinha, pirangureira, safada e vagabunda. A tortura e o decepamento com mulheres também ocorrem de forma diferentes, determinadas partes que “representam” a feminilidade são retirados. Portanto, essas mortes não são apenas um efeito colateral das dinâmicas belicistas atuais, a violência contra à mulher,

³⁵ Perfil de um rede social falso, como fotos de pessoas aleatórias.

sobretudo de mulheres negras, pardas e indígenas, é também, um reflexo sócio-histórico, cultural e político de base colonialista que ao longo da história objetifica o corpo da mulher (CARNEIRO, 2011; RIBEIRO, 2018; BORGES, 2018; DAVIS, 2018b).

As meninas se tornam vítimas, também, quando o conselho de uma facção desconfia que a adolescente pode ser uma infiltrada ou possui algum tipo de relacionamento com alguém de uma facção rival. Outras experiências já associam encruzilhadas que integrantes de facções rivais fazem para as adolescentes, algumas delas são: cortejam as adolescentes em redes sociais principalmente, fingem não ser de uma facção ou, de certa forma, “envolvido” com práticas ilícitas, ou até mesmo fingem ser da mesma facção que a adolescente para conquistar a confiança e atrair elas para uma emboscada.

Com o avanço tecnológico os modos de subjetivação ganham novos contornos com a relação entre subjetividade, visibilidade e tecnologia, posto que essas tecnologias participam das transformações identitárias em que os jovens constituem a si mesmo, sobretudo a partir do olhar do outro (BRUNO, 2004). O uso da internet e suas redes sociais possibilita uma exposição de si que pode ser ambígua (vigilância e visibilidade), sendo mais um dispositivo disciplinar e de controle social massificante (BRUNO, 2004). No caso das interlocutoras, essa visibilidade tem vulnerabilizado elas, posto que segundo as mesmas, as ameaças vêm principalmente de redes sociais com mensagens e áudios enviados pelo Facebook e WhatsApp. Além disso, existem grupos no Facebook e WhatsApp em que essas adolescentes são “decretadas” ao terem suas fotos compartilhadas em redes sociais: “Pegar alguma foto minha no facebook, alguma rede social. Botar lá me xingando e dizendo onde pegar eu é pra matar. Aí nós fala que é decreto” (JAPA, 2019).

Em geral, as práticas de torturas e assassinatos são filmadas e divulgadas em redes sociais de forma que possa chegar à seus inimigos e mostrar um certo poder diante do outro por meio da espetacularização da violência ao corpo feminino entendido como “pertencente” à facção. Não há declaração dessas organizações do motivo de fazerem determinadas atitudes mais com mulheres do que homens, mas uma de nossas interlocutoras tem uma opinião sobre isso “pra mim eu digo que eles vai atrás das meninas faccionada porque não tem coragem de ir atrás dos elementos. Eles ameaçam muito meninas também, faccionada” (JAPA, 2019). Além disso, ao atacar uma mulher - supostamente de alguém, homem ou facção -, querem mandar um recado de poder para a facção rival.

O assassinato de adolescentes e jovens mulheres têm circunstâncias específicas que revelam a radicalidade do machismo nos atos performáticos nos crimes, posto que envolvem traços de violência de gênero e retiradas de símbolos da feminilidade. Os processos de

feminização e generização não ocorrem só em mulheres cis, mas em corpos dissidentes que podem ser englobados em gays afeminados, lésbicas mais masculinas, travestis, transexuais dentre outros *queer* (VALENCIA, 2018). O caso Dandara³⁶ é um exemplo - infelizmente - disso.

Apresentamos mais um recorte de outra entrevista para elucidar a presença masculinista, inclusive *gore*, que acompanham as retaliações das facções com traços misógenos:

Porque uma vez, né? Os cara sequestrou eu e minha irmã aí raspou nosso cabelo todim, no zero. [...] Por causa de facção, tia. Aí eles pegaram o revólver e deram bem uns dez papoco, mas assim, num pegou nenhum bicho, tava só engasgando, eles apertando, apertando e o pente chei de bala, num saía nenhuma bala aí eles ia cortar meu dedo, aí na hora que eles ia cortar a tesoura quebrou aí eu saí correndo das mãos deles e eles meteu bala, aí pegou uma furada aqui e bem aqui de raspão. [...] eles faz um bucado de coisa. Eles falam assim “agora se tu vim pra cá eu vou arrancar tua cabeça”, pelos áudio, né? Eles manda no grupo. [...] Aí eles falam “se fura os olhos vamo arrancar a cabeça dela”. [...] Mata, esquarteja, rebola nas praia. (DUDA, 2019)

Além da generificação, o sexismo também está presente nas emboscadas e ataques feitos contra as mulheres, visto que são ações com requinte de crueldade contra traços estéticos e corporais femininos, como: tortura, cortar o cabelo, raspar a sobrancelha, arrancar um pedaço dos seios, dentre outras coisas de traços misóginos, o próprio assassinato.

Tomando como mote a reportagem da Folha de São Paulo, que trata da morte de meninas no Ceará, decretadas por facções criminosas em redes sociais, Djamila Ribeiro, em sua coluna neste mesmo Jornal, endossa que a violência contra mulheres evidencia a dimensão de gênero que atravessa o genocídio observado no Brasil, o qual se relaciona com a política de guerra às drogas e com o encarceramento em massa, e que interliga pauperização, racismo, machismo e patriarcado numa dinâmica neocolonial que amplia desigualdades históricas e expõe, sobretudo mulheres jovens, a uma sobrevida subalternizada e precária e/ou à morte (RIBEIRO, 2020).

Outra reportagem também faz alguns apontamentos pertinentes, Renato Roseno, relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), assinala que a produção de masculinidades violentas, aliada às estruturas machistas no Brasil, sobretudo no Nordeste, radicalizam as mortes das adolescentes nas tramas da violência. Contudo, articula o deputado estadual, a precária rede de apoio que deveria garantir proteção a essas meninas

³⁶ A travesti Dandara foi brutalmente assassinada por adolescentes e jovens homens em Fortaleza em 2017. O vídeo do assassinato foi gravado e colocada em redes sociais, o que fez o homicídio ganhar repercussão nacional (G1, 2017). Antes dessa visibilidade, agentes de segurança pública se pronunciaram informando que a investigação estava em processo, a velha cultura de saber se a vítima tem antecedente criminal ou alguma relação com o tráfico de drogas. Alguns participantes foram pegos e se encontram presos por homicídio com as qualificadores de homofobia e outros dois estão foragidos até o presente momento (MARTINELLI, 2019).

acaba sendo insuficiente o que corrobora ao aumento de feminicídios no Ceará (ROSENO, 2019).

Dessa forma, as mulheres e todos os sujeitos dissidentes e não normativos ditadas pelo cis-hetero-patriarcal, vivenciam práticas *gore* ao longo da história (física, psicológica e, mais recentemente, a espetacularização dessas violências nas mídias sociais) (VALENCIA, 2018). Portanto, as consequências físicas, psicológicas e midiáticas trazidas pela crescente globalização e da violência *gore* tem maior efeito sobre a questão do gênero, por estabelecer e naturalizar artificialmente uma estratégia narrativa em todos os campos discursivos de saber e poder (VALENCIA, 2013).

Diante da divulgação em massa dos vídeos e torturas e assassinatos de mulheres e da reafirmação masculinista diante desses atos, tomamos a análise de Segato sobre situação semelhante na Ciudad de Juárez, a qual

a vítima é produto secundário do processo, uma peça descartável, e de que condicionamentos e exigências extremas para atravessar o umbral de pertencimento ao grupo de pares encontram-se por detrás do enigma de Ciudad Juárez. Quem domina a cena são outros homens e não a vítima, cujo o papel é ser consumida para satisfazer a demanda do grupo de pares (SEGATO, 2005, p. 273).

Ou seja, o corpo feminino constituído como território em que a violência exacerbada expressa novos traços de exibicionismo de jogos de poder masculinistas espetacularizados. O poder do macho exercido hierarquicamente sobre a mulher é da ordem patriarcal, outrora as feministas denunciavam sua concretização no campo doméstico; mas, com novas formulações bélicas, ganha novas dimensões de exibição no espaço público que deve ser reeditada com regularidade com certos traços ritualísticos a fim de renovar a virilidade dos agressores (SEGATO, 2005). Na pesquisa de Zaluar (2004) o *modus operandi* do crime seduz jovens a partir de uma imagem de masculinidade. Para a autora, essa masculinidade está associada ao uso de armas de fogo, disposição de matar, uso do dinheiro de forma ostentativa, se exibir para mulher. Esse “*ethos da hipermasculinidade*” viril retroalimenta os machismos estruturante nas facções. Portanto, salienta a autora, para os meninos, a inserção no crime não está somente ligada à pobreza e as desigualdades, mas também a essa possibilidade de exercer e afirmar a própria masculinidade atravessada pela ótica masculinista. Desse modo, talvez, a problemática de morte de mulheres no Ceará e como ela ocorre de forma brutal, não seja somente efeito dessa hipermasculinidade em grupos criminosas, mas tem sido uma estratégia de afirmação de gênero, poder e virilidade.

Nossas interlocutoras foram vítimas de tentativas de sequestros enquanto estavam traficando ou andando pelas ruas, já foram torturadas) e participaram de assassinatos de outras

mulheres. Os grupos criminais, como já apontamos, reforça certos estereótipos, comportamentos e características. Portanto, para inserirem nesse contexto, faz-se necessário, muitas vezes, reproduzir a mesma lógica. Na segunda entrevista Loirinha compartilhou o caso que a levou a estar privada de liberdade desde seus 16 anos, em suas palavras: “Foi por causa disso, foi por causa de uma ameaça. As vezes eu acho é bom ta aqui dentro, eu poderia ter morrido já.” (LOIRINHA, 2019).

O ato que a Loirinha comentou teve grande repercussão e foi um dos primeiros vídeos compartilhados a ganhar visibilidade na mídia. Até então eu tinha ouvido apenas relatos dos profissionais do Aldaci que havia uma adolescente cumprindo medida por ter participado do assassinato e gravação do vídeo da morte de uma adolescente, não sabia que se tratava da Loirinha. As próprias adolescentes quando comentavam sobre mortes de mulheres, algumas, traziam a tona esse caso, mas também não dizia quem era. Exatamente por isso perguntei a ela se autorizava compartilhar parte da entrevista em que ela conta sobre o acontecido e a mesma informou não haver problema. Ela inicia:

Quando eu cometi eu num pensava não nisso não. Tava nem aí não. Mas agora eu penso mais assim, né? Nos familiares dela assim. Na mãe dela e na minha mãe também, né? Porque minha mãe não acredita que eu tava também. Ela sabe que eu tava, mas só que pra ela eu não participei, entendeu? Eu acho que é o jeito dela defender a fia. Toda mãe defende seu filho né? E ela não acredita não que eu pratiquei assim também não. E é, me arrependo, né? Porque querendo ou não, apesar de ela ser de outra facção... mas ela tinha vida né? Era um ser vivo. E quando isso aconteceu eu tinha dezesseis anos, né? E ela tinha quinze anos, então ela perdeu a adolescência dela também. E a mãe dela, num sei né? Num deve ser igual era antes. [...] eu num pensava assim não, eu fui pensar quando eu fui apreendida que eu comecei a pensar assim no que eu tinha feito, entendeu? No que eu causei lá fora? [...] Foi porque ela tava ameaçando. Ela postou um vídeo nas redes sociais, entendeu? Aí pegaram ela. Aí mataram ela. Porque ela tava aí postando vídeos nas redes sociais e pronto. [...] Era que ia matar os CV de cú, não sei o que. Que o Estado ia ser da GDE. Falando as coisas e ela tava armada. Ela estava falando que ia invadir as favela, que ia dominar tudo. Aí ela pegou “caiu na mão³⁷”. Os menino num deixa passar não. Mataram mesmo. [...] Foi eu que consegui pegar ela. Foi pelas redes sociais. Aí pronto, aí ela morreu, aí o corpo foi achado. Aí faltando dois dias pra completar um mês da morte dela a civil me apreendeu, que foi denúncia. Tendeu? Denunciaram, aí a civil me apreendeu. (LOIRINHA, 2019)

Há uma exposição de si nas redes sociais, novas formas de sociabilização ocorrem virtualmente, assim como também pode ser utilizado como estratégia de “emboscada” como Chinesa havia apontado e como Loirinha fez.

Foi pelas redes sociais, eu entrei em contato com ela e eu falei um monte de coisa lá. [...] não, botei minha foto não, mas hoje em dia eles sabem que foi, tendeu? Sabe que foi eu. [...] por causa que tem umas menina aqui dentro, entendeu? Porque o povo lá de fora descobriu, tendeu? E trouxe pra cá pra dentro, tendeu? Aí aqui dentro todo mundo sabe e lá fora também. [...] foi, aí descobriram. Aí as pessoas que sabiam lá fora, tipo as meninas que sabiam lá fora quando chegou aqui falou. [...] já. Já sabiam meu nome. Tanto que quando as meninas chegavam lá embaixo, as meninas diziam

³⁷ Essa gíria se refere a cair na emboscada/toca. É uma espera às veladas do inimigo para fazer algo como ele.

assim, aquela menina tá aí? Aí as meninas diziam: Tá por quê? Aí as meninas começaram a falar e é porque também foi caso de repercussão, repercutiu entendeu? [...] Mulher foi porque foi assim, foi tudo pensado, né? Essas coisas assim, aí foi crime hodiônico aí repercutiu muito quando acharam o corpo dela, repercutiu muito. Passou em todos os jornais da televisão. [...] acharam no outro dia mas mermo assim, ela tava toda roxa, porque foi nos mato. Aí tava fêi. Já tava sei lá, tipo se estragando. [...] É. Tava fêi. [...] É. Mas na hora num tava nem aí não. Na hora num tava nem aí não porque... na hora eu também pensei né, porque eu tava ameaçada e pensei não. Ligava não. Vim pensar aqui dentro mermo. [...] não, foi livre espontânea vontade mermo. Sei nem porque eu fiz isso. Ai meu Deus, é coisa do cão viu? [...] até eu num sei porque eu fiz isso não. Porque uma coisa é a pessoa ser induzida e outra coisa é a pessoa é fazer porque quer, né? [...] Era, tipo assim, ela era da nossa facção, entendeu? E passou pra eles, tendeu? [...] aí ela começou a ameaçar. Aí pronto matemo ela. [...] não, tipo assim, né? Se ela fosse da facção dele e nenhum momento assim ela tivesse ameaçado acho que não teria dado em nada não, até porque eu nem eu conhecia ela. Só por causa disso mermo, do vídeo que ela postou. (LOIRINHA, 2019)

As adolescentes no meio desse fogo cruzado, sendo alvo das dinâmicas belicistas e masculinistas, acabam sofrendo por antecipação com a possibilidade de serem vítimas, o que cada vez mais, tem levado elas a agirem de forma mais impulsivas na tentativa de se manterem vivas.

A espetacularização da violência letal e a circulação de vídeos nas redes sociais com torturas de mulheres no Ceará denuncia a subordinação e subalternidade que corpos femininos historicamente estão sujeitos, especificamente com a violência de gênero enraizada na cultura nordestina do “cabra macho” (conforme pode ser visto na atitude do pai de Pérola ao “devolver” a honra de sua filha assassinando os rapazes que a sequestraram). Conforme surgem pesquisas, análises são feitas sobre uma repaginação da violência contra à mulher (ligada ao domínio doméstico) que agora transpassa para o domínio público e é difundida pelos grupos criminosos (PASINATO, 2011; BARROS *et al*, 2019; RIBEIRO, 2019). Além disso, o silenciamento estatal diante das mortes ou dos vídeos apresentam uma condição de matabilidade naturalizada para alguns segmentos sociais e locais (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020).

Pérola traz uma outra face, a de saber, ver e nada poder fazer diante dessa política mortífera e generizada, a cena é narrada:

É porque, tipo assim, como eu já vi né. Esquartejando uma menina. Isso me dói muito. Eu saí pra mim não ver, o que eles tava fazendo. [...] Porque, foi assim, ela, ela roubou. E lá onde é a favela aqui, não pode entrar quem rouba, não pode levar a polícia lá pra dentro, porque é um território muito grande e tem muito traficante no meio da rua. Ai ela pegou correu e o cara que ela namorava, a menina e o irmão dela, eles três fugiu e ela ficou. Quando ela ficou, ai os elementos segurou ela.. e ela disse que morava na bairro-w e a bairro-w não se bate onde a gente mora. Ai ele [elemento] pegou disse que ia fazer isso e aquilo com ela e ela chorando. Inchou de polícia lá, eles amarraram ela, deixaram ela dois dias amarrada com fome e com sede. Ela só bebia água se eu fosse lá. Ela com fome e com sede, quando chegou uma noite o cara chegou e disse que ia matar ela. Que no celular dela tinha conversa e ela também não queria tirar a senha do celular dela. Até eu falei com ela conversei com ela, não tirou a senha. Ai eu disse a ela, que se ela me desse a senha, eu ia apagar tudo pra não eles matar ela e ela

não me ouviu. Porque se ela tivesse me ouvido, ela não tinha morrido. Ela tinha ficado só careca e tinha levado uma pisa e tinha ido simhora. Eles ainda queriam tacar fogo no corpo dela e eu não deixei. Ai foi quando começaram, eles atiraram nela, depois arrancaram o pescoço dela. É tanto que eles tacaram o facão no pescoço dela, o sangue espirrou. Não sei se era a veia do coração, não sei o que era aquilo não. E arrancaram a cabeça dela e botaram assim do lado dela. E eu conhecia ela já faz é tempo. Aí queria que nós segurasse o pescoço dele, eu lá vou segurar o pescoço de ninguém. Peguei e saí pra mim não ver. [...] Era. Porque foi no meio da... porque onde e agente trafica, lá é muito grande, muito beco, muita casa e muito aviciado. E quando eu entrei eu vi aquilo, ele fazendo, quando eu virei “valha, segura aqui o pescoço dela”, “eu lá vou segurar pescoço de ninguém,” peguei e sai. E quando eu cheguei, tava lá o corpo dela e cara do lado. [...] não acharam ela. porque lá é muito grande e teve confronto e tudo. Os cara lá em cima do morro atirando pra eles lá em baixo e eles lá embaixo atirando pra eles lá em cima [...] lá no oitão preto. Aí ela morreu. Mataram ela e queria tacar fogo, “não má, taca fogo não, deixa que o IML vem buscar mesmo”. Ai os elementos “é má, deixa o corpo aí”, ai o outro “não má, vou tacar fogo no corpo dela”. Ai foi quando eles tocaram a gasolina, começaram a queimar, encheu meio mundo de policial e meio mundo de... um bocado de gente lá e o IML e o corpo de bombeiro. Foi quando apagaram o fogo e botaram o corpo lá. Ai levaram o corpo dela. mas já vi muitas mortes lá dentro. [...] A pessoa não pode se meter. A pessoa não pode falar nada. Porque se a gente falar a gente vai ta apoiando o errado. É tanto que eu vejo, escuto e não falo. Eu já vi muitas coisas, já ouvi muitas coisas, mas eu num falo. Eu já vi muitas, muitas, muitas morrer pela a boca. Porque escuta, vê e fala. (PÉROLA, 2019)

Estar presente e ver outra mulher morrer colocou Pérola em um dilema, mas ela não podia fazer mais do que fez ou então ela seria a vítima. As meninas são descartáveis para essas organizações, não somente elas, mas os meninos menores de 18 anos também. São peças usadas como laranjas e mulas, quase nunca ocupam um cargo de chefia e ficam reféns do *modus operandi* masculinista da facção que reforça a subalternização de mulheres. Continuando o relato da entrevista, perguntei como as meninas se comportam nessa relação?

Elas são muito afoita, as meninas. Aqui tem várias que caiu por homicídio. [...] ela deu 19 tiros na meninas e um homem esquartejou e arrancou o pescoço dela. Ela que matou e assumiu tudo pro juiz. [...] ela fez isso por conta que as que tão la embaixo, fizeram isso também, por conta que ela matou duas meninas que a gente mora que é CV também e ela é GDE e ela matou essas duas meninas e por conta disso, a que ta no meu dormitório, matou uma pra atingir elas. Pra vingar a morte delas duas e matou ela. Ela fez uma ligação e a menina caiu na mão dela e matou ela. Aí foi, matou ela e o homem esquartejou ela. Arrancou o olho dela e colocou na boca dela, ela tava sem dente. Essa foi a morte dela. Porque tipo assim, essa menina que matou a nossa, a que é das nossas áreas, foi por conta que um cara mandou ela fazer isso. Ela pegou e fez. E essa que era do meu dormitório fez isso com a outra pra poder vingar elas duas. E, ela não foi porque ninguém mandou, foi porque ela quis mesmo. Ela pediu a arma emprestada do menino e emprestou... e foi 19 tiros que ela deu nela. Em todo canto tinha tiro nela. E ela disse que não se lembra do primeiro tiro dela. Porque foi 19 tiro né? Não tem como se lembrar. E as meninas que moravam perto da nossa casa, uma era mãe a a outra não era. O uber se passou como uber e ia levar ela pro “cheiro”. Aí quando levou ela pro “cheiro”, ela desceu do carro, foi umas facadas e três tiros na cara de cada uma. Tanto que todas favelas assim que era CV, que é, ficou de luto por elas duas... Porque elas eram consideradas. E foi uma burrice delas, porque era pra elas irem pra casa, e ela não escutou a gente e nós disse que era pra ir pra casa e elas também não chegou na sintonia dos irmãos pra perguntar pra onde elas iram era GDE ou CV, ela desligou o roteador delas e não teve resposta mais e foi. Ai nisso foi... Foi igual outra que caiu na mão das meninas também. Não esperou a resposta e foi. (PÉROLA, 2019)

Apesar da espetacularização da morte ou tortura de mulheres ser algo mais recente nas dinâmicas das ditas “guerras de facções” no Ceará, a violência contra mulheres é algo histórico e que movimentos feministas têm denunciado (RIBEIRO, 2018). As interlocutoras são vítimas da brutalidade e a ultraviolência machista presentes, também, nas organizações criminosas. Em meio a isso, elas buscam estratégias de se protegerem, uma dessas formas cabe ao padrinho ou madrinha, são responsáveis pela “segurança” dos(as) afilhados(as). Como essas pessoas têm acesso a algumas informações mais específicas, acabam tendo condições de informarem quem são ou não filiados a facções. Continuamos o relato de Pérola.

É. Porque tem muitas meninas que caiu na mão que não sabe o que é lá. Que é área do CV e vai pra GDE e se for irmão morre. GDE se for irmão, cai na área do CV, morre. [...] Ele tipo assim, ela é irmã da GDE, ai pede ao padrinho dela pra saber se as áreas é 2 ou 3, se ela não esperar a resposta do padrinho dela e ela for pras áreas do 2 ela com certeza vai morrer. [...] Tipo assim, vão ficar com os caras, vão com azamiga. E, não espera resposta. Foi igual essas duas, não espera resposta e foi ficar com os cara. Os cara sendo 3 e elas 2. E, essa também era 3 e a menina se passou por um cara, dizendo que ia ficar com ela e ia pagar o uber dela e caiu nas áreas do 2, lá no Genibaú. Ai passou uns dias sem encontrar o corpo delas. (PÉROLA, 2019)

Apesar da dimensão misógina que caracterizaria as mortes das adolescentes como feminicídios e não como um homicídio, as particularidades envoltas desses crimes complexifica a análise, afinal não falamos de crimes “passionais” ou da violência exercida somente no campo doméstico, mas de um verdadeiro genocídio de mulheres que historicamente tem atualizado mecanismos de matabilidade. Nos embasamos, então, na categoria de necropolítica de gênero de Margaret Sagot como conceito chave para compreender a gestão e produção de uma morte generificada que as mulheres, de forma geral, sofrem nas tramas da violência no contexto cearense. Segundo Sagot (2013), a necropolítica de gênero remete-se a um sistema de discursos e práticas que produzem uma política letal dos corpos mais vulneráveis à marginalidade, bem como, à construção de um regime de terror que decreta pena de morte para algumas mulheres. Esse regime de terror atravessa diferentes níveis sociais e históricos das mulheres na sociedade patriarcalista, em que durante muito tempo o homem (pai ou marido) foi o responsável pela educação e punição de mulheres (DAVIS, 2016). Contudo, atualmente, determinadas mulheres têm condições de vida induzidamente mais precárias do que outras, tornando-as mais vulneráveis a diferentes violências masculinistas.

Essas “algumas mulheres” e “mais vulnerabilizadas” são aquelas marcadas interseccionalmente por diferentes opressões sociais que existem no Ceará, instrumentalizado na morte e na privação de liberdade de adolescentes e jovens mulheres (BARROS *et al*, 2019). São, respectivamente, as “envolvidas”. Não falamos nesse ponto apenas da produção serializada da morte, mas de maquinarias necropolíticas generificadas exercidas pelos discursos

masculinistas desses coletivos criminais.

É uma violência atravessada pela masculinidade hegemônica reiterada nas facções no Ceará, o qual a mulher é colocada como um território de disputa de poder entre homens nesse novo acionar bélico, seja por vias de submissão ao ocuparem cargos mais vulneráveis no mercado ilegal de drogas, seja por vias de objetificação, compreendendo seu corpo como veículo de retaliação dentro da lógica masculinista cisheteropatriarcal (VALENCIA, 2010; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; SEGATO, 2014).

Seria simplista e, de certa forma, estigmatizante, atribuir o aumento de homicídios e do aprisionamento de adolescentes e jovens mulheres no Ceará somente às novas dinâmicas da violência urbana apresentadas a partir do reordenamento da violência pelas facções, quando na verdade a violência começa no abandono estatal nas periferias do capitalismo e pela política de precarização de vidas vistas como indignas. Por isso, tentaremos um diálogo entre essas racionalidades necropolíticas.

Uma pesquisa coordenada pelo Cedeca Ceará apresentada na Assembleia Geral da ONU observou que o baixo investimento em políticas públicas garantidoras de direitos de crianças e adolescentes afeta principalmente meninas e mulheres, contribuindo para a ampliação da desigualdade de gênero no país (VIEIRA, 2020). Os dados da pesquisa mostram que desde 2016 o investimento municipal e federal em políticas preventivas de abuso e exploração sexual infantil, evasão escolar, homicídios, dentre outras tem sofrido drástica redução. Historicamente, por conta do machismo embutido na sociedade patriarcal, o trabalho relacionado ao cuidado é destinado ao público feminino, sendo que nem sempre é remunerado o que, conseqüentemente, dificulta que meninas e mulheres tenham projetos de futuro diferente ao doméstico (VIEIRA, 2020).

Quase todas interlocutoras da pesquisa relataram que cuidavam da casa e dos irmãos e irmãs mais novos enquanto a genitora trabalhava, em grande maioria com serviços domésticos, serviços gerais ou com costura. Além disso, uma boa parte dessas famílias eram monoparentais, a ausência paterna era comum, algumas não chegaram a conhecer seu pai. Os estudos de Sueli Carneiro (2011) já nos apontavam que a feminização da pobreza era uma realidade na América Latina, tendo isso relação direta com a desigualdades de gênero, raça e com o patriarcalismo produzido pelo colonialismo.

Alguns estudos articulam o processo de feminização da pobreza com o avanço feminino no mercado do tráfico de drogas, posto que se trata de um comércio que possibilita o cuidado familiar, sustento da casa e trabalho ao mesmo tempo (MEDEIROS; COSTA, 2008; PANCIERE, 2014; SOUZA, 2015; BARCINSKI; CÚNICO, 2016; BORGES, 2018; BARROS

et al, 2019). Na análise de Boiteux (2016), na América Latina há uma certa seletividade penal com determinadas mulheres, em grande maioria as detentas são chefes de família, solteiras, responsáveis pelos filhos, com baixa escolaridade por terem evadido da escola, negras e pobres. A autora ainda completa que o movimento negro brasileiro, sobretudo sob a perspectiva interseccional, denuncia o projeto genocida do Estado, sobretudo respaldado pela Guerra às Drogas. A estruturas sociais neoliberais e globalizadas tem acentuado o processo de feminização da pobreza de mulheres negras e, por consequência, elas ficam a mercê de subempregos ou do mercado informal, ainda, historicamente, são alvos de políticas de extermínios devido ao aumento populacional de negros e negras, sujeitos estes descartáveis para supremacia branca e burguesa (CARNEIRO, 2011).

Dessa maneira, o projeto necropolítico brasileiro ocorre também por via de exploração neoliberal, controle sexual dos corpos femininos, precarização dessas vidas e produção de zonas de mortes dos locais que habitam, além do extermínio propriamente dito dos corpos feminizados e desimportantes para o sistema. Além disso, esse genocídio é perpetuado quando seus filhos e filhas são mortos nas tramas da violência perpetuada pelo estado, sobretudo na figura da polícia, mas não só por ele (MARINHO, 2019).

Nas palavras de Borges (2018, p. 22)

o genocídio que acometia as mulheres negras passa mais por outros âmbitos do sistema como negação de acesso à saúde, saneamento, políticas de autonomia dos direitos sexuais e reprodutivos, a violência sexual e doméstica, super exploração do trabalho, notadamente doméstico, estas violências vão, também, se sofisticando e tomando contornos cada vez mais complexos, modificando-se do controle para o extermínio necropolítico.

Segundo o “Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil”, o assassinato de mulheres tem crescido desde os anos 2000 em território nacional, no entanto, após a judicialização da violência contra a mulher, sobretudo a partir das leis Maria da Penha (11.340/2006) e feminicídio (13.104/2015), o Ceará não reduziu em números absolutos os casos de assassinatos de adolescentes e jovens mulheres (WAISELFISZ, 2015). No Mapa, em 2003, o Ceará apresentou 103 casos de assassinatos de mulheres, já em 2013, 278 mulheres foram vítimas da violência letal (WAISELFISZ, 2015). Destaca-se que a taxa de assassinato de mulheres negras é 71% superior à de mulheres não negras, consequentemente, “as categorias de gênero e raça são fundamentais para entender a violência letal contra a mulher” (CERQUEIRA *et al*, 2018, p. 51). Portanto, não podemos fazer uma leitura de que esse aumento se trata de algo recente e que as organizações criminosas são responsáveis por esta realidade, mas entender que isso se deve a uma política de invisibilidade e por uma desresponsabilização estatal dessas mortes desimportantes (NEGREIROS; QUIXADÁ; BARROS, 2018).

Especificamente no caso de adolescentes, mesmo com a diminuição de meninas assassinadas em Fortaleza entre 2017 para 2018 (CEARÁ, 2019), observa-se que pouco foi feito diante a problemática de morte de mulheres pelo Governo do Estado do Ceará, o que podemos pensar é que, mais uma vez, as tréguas das facções reduziram o número de homicídios de modo geral.

Diante da repercussão midiática acerca das mortes violentas de meninas e mulheres, mais uma vez, as atitudes tomadas por agentes de segurança pública voltam-se para a culpabilização e criminalização das vítimas (BARROS *et al*, 2019; SOUSA; NUNES; BARROS, 2020). É notório que alguns assassinatos de adolescentes ocorrem pelas facções, pois há vídeos em mídias sociais que mostram isso e como nossas interlocutoras também disseram; mas resumir esse aumento apenas aos ataques de organizações criminosas é no mínimo simplista e contribui para a desresponsabilização do estado do Ceará diante dessas mortes, que a partir do abandono estatal contribui para o fortalecimento das desigualdades, da precarização que vulnerabilizam essas vidas, das expressões necropolítica (BARROS *et al*, 2019) e, também, do próprio fortalecimento das facções.

Podemos também fazer uma análise de que as mortes das adolescentes ou os ataques (tortura, espetacularização do homicídio, etc.) que elas sofrem não são tratadas com a severidade que merecem, de ambos os lados. Tal como os meninos, que ainda continuam sendo mais vitimados pela violência letal, são mortes sem comoção pública por serem vidas abjetas - vidas não passíveis de luto (BUTLER, 2015), exatamente por serem sujeitos matáveis (SCISLESKI, CAETANO, GALEANO, 2015).

Os relatórios nacionais, regionais e a literatura estudados apontam a existência de um perfil que tem ocupado as vagas em presídios e unidades socioeducativas, bem como, tem sido alvo de políticas de extermínios do Estado ou não (WAISELFISZ, 2015; BRASIL, 2018a; CEARÁ, 2019; CERQUEIRA *et al*, 2019). Portanto, as expressões necropolíticas apontam que mulheres negras ou pardas, moradoras de comunidades marginalizadas, de classe baixa e pobres são vítimas das malhas necrobiopolíticas (BARROS *et al*, 2019) e necro-neoliberais (VALENCIA, 2018). A precarização, maximizada ou induzida (BUTLER, 2015), constituída de forma interseccional, tem colocado determinados corpos femininos consumidos pela estética da crueldade das organizações criminosas e pelo Estado Penal.

A noção de “precariedade interseccional” possibilita problematizarmos o Estado, por meio de uma precarização induzida a determinados corpos, como agenciador das vulnerabilidades e enquadramentos de vidas ininteligíveis (BARROS *et al*, 2019). Dessa forma, o Estado é um dos atores fundamentais para essa distribuição desigual do reconhecimento da

humanidade, visto que as desigualdades sociais também são efeitos da ausência e da inoperância dele.

O grande produtor da marginalidade urbana, por omissão ou delegação, é o Estado. O Estado é a agência que estabelece os parâmetros de acordo com os quais a distribuição das pessoas, recursos e atividades é efetuada através do espaço dois por dois, descrito pelo diagrama do confinamento socioespacial. Por intermédio de seus vários programas, do planejamento urbano, (des)regulação econômica, política fiscal e investimento em infraestruturas à provisão espacialmente diferenciada de bens públicos essenciais, tais como moradia, educação, saúde, bem-estar e segurança, o Estado determina a extensão da distância entre o topo e a base da ordem urbana; os veículos, os caminhos e a facilidade com que essa distância pode ser trilhada; e que formas de confinamento socioespacial fincam raízes e se desenvolvem (se as categorias desprovidas e caluniada estão cercadas num gueto, num agrupamento étnico ou numa favela; qual o tamanho do sistema prisional; qual a medida do fechamento e do isolamento dos bairros das classes abastadas etc.). (WACQUANT, 2015, p. 36-37)

As maquinarias necropolíticas imbricada à precariedade interseccional que vulnerabiliza as adolescentes e jovens mulheres, têm possibilitado a problemática de mortes de mulheres e seu crescimento nos últimos dois anos no Ceará. Para uma compreensão dessa sistematização de assassinatos de corpos feminizados, generificados e periferizados, tomamos o conceito de femi-geno-cídio de Segato (2014).

Segundo a autora o femi-geno-cídio, refere-se a um tipo de morte à mulher que não se encaixa no crime de feminicídio, mas que também não são mortes comuns para serem categorizadas como homicídio. Portanto, são agressões direcionadas ao feminino em sua letalidade máxima e em contextos impessoais, em geral, os agressores atuam em conjunto dentro de uma organização ou corporação e as vítimas pertencem a uma categoria social ampla, neste caso o gênero feminino (SEGATO, 2014). Dessa maneira, as problemáticas das mortes das meninas, tanto pelas facções, como pelo Estado pelo abandono, encarceramento ou pelas políticas punitivas penais que possibilitam o aumento de mortes por intervenção policial, são regulações do femi-geno-cídio, expressão sobretudo da necropolítica de gênero.

Dessa forma, como apontam as(o) autoras(or) Sousa, Nunes e Barros (2020), a problemática da morte de adolescentes e jovens mulheres nas tramas da violência no Ceará é uma expressão de um femi-geno-cídio, o qual na lógica da necropolítica de gênero tem possibilitado e justificado o extermínio dos corpos feminizados, periferizados e enegrecidos. Continuam, a pauperização induzida pela precariedade interseccional denúncia o processo de em rigor de aniquilamento das vidas mulheres (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020).

Para concluir, para não correremos o risco de generalizar a privação de liberdade e a morte de meninas e relacionando as análises da literatura com as narrativas das interlocutoras: ao falarmos desse femi-geno-cídio nas tramas da necropolítica de gênero, nos referimos à

adolescente envolvida como produção sistemática de uma inimiga ficcional com algumas marcações específicas: meninas (generificadas), em sua maioria pardas (racializadas); moradoras das periferias de Fortaleza e de regiões metropolitanas (periferizadas); pobres e com expressões da periferia como roupa curta e tatuadas (faveladas); muitas delas são lésbicas, até mesmo a que performatiza dentro do que socialmente é reconhecido como masculino, passam pelo processo de feminização na tentativa de restaurar a suposta submissão e passividade natural do feminino; abandono escolar e que em seus cotidianos, a morte e o tráfico são naturalizados onde moram e, muitas vezes, a entendem o crime como única oportunidade de garantir uma subsistência.

Contudo, também não podemos correr o risco de desresponsabilizar as organizações criminosas pelo aumento de mortes das mulheres. Como já apresentado, de fato, o acirramento dessas facções tem contribuído para a redução ou ampliação dos homicídios. De fato, a inscrição das meninas nas facções tornam-as passíveis de serem vítimas dos conflitos e acertos de contas entre as facções, posto que a crueldade no *modus operandi* das facções é caracterizado pela decretação nas redes sociais, exposição delas ao compartilharem suas fotos com xingamentos misóginos nas decretações, como marmitinhas e pirangueiras, torturas em determinadas partes do corpo, etc. Essa realidade tem produzido uma espetacularização e crescimento no número de homicídio de adolescentes jovens mulheres, enquanto ocorreu uma diminuição de assassinatos da população geral (CEARÁ, 2019; VIEIRA, 2020).

Diante desses processos, a hipervisibilização da violência é utilizada como estratégia de controle e intimidação sobre a população, sobretudo com mulheres pobres, negras e moradoras de periferias que cada vez mais têm seus corpos regulados pelo Estado (SEGATO, 2005; VALENCIA, 2014) e, ainda, por grupos criminosos. Ao passo que, a permissividade estatal diante das mortes das mulheres e de sua espetacularização, repactua com traços coloniais da violência contra à mulher e com imputabilidade diante dos crimes cometidos contra elas; legítima, também, os exercícios da violência como forma de retificar uma masculinidade hegemônica (VALENCIA, 2014). Entendemos, portanto, que o necroempoderamento, a espetacularização da violência, a hipermasculinidade e misoginia, são aspectos da necropolítica de gênero no contexto do capitalismo *gore* que coloca os corpos das adolescentes e jovens negras, pardas e de gênero dissidentes como as mais consumidas por essa estética da crueldade masculinista e neocolonialista.

4. ‘QUANTO MAIS EU IA SE ENVOLVER, MAS EU ME ENVOLVIA’: CARTOGRAFIAS DA INSCRIÇÃO DE MENINAS EM FACÇÕES CRIMINOSAS

Eles combinaram de nos matar. E a gente combinamos de não morrer (Conceição Evaristo, Olhos D’água)

Até aqui, cartografamos, a partir das narrativas das interlocutoras, efeitos da violência urbana no Ceará, sobretudo em Fortaleza, destacando como essa violência atravessa as trajetórias de vida destas e impulsiona seus modos de subjetivação. Nos atemos neste capítulo ao campo coletivo de forças que marcam as adolescentes como envolvidas. Dessa forma, apresentamos, a partir de fragmentos e cenas acerca das trajetórias das interlocutoras, as linhas desse “envolvimento”, assim como as condições que favorecem a entrada em grupos criminosos conhecidos popularmente como facções, sobretudo, suas relações com o tráfico de drogas. O tráfico de drogas parece ser central na análise discursiva que produz os aparatos criminalizantes da “envolvida”, assim, os relatos apresentados a seguir evidenciam à composição e inscrição das jovens a esse mercado e aos sentidos que dão a isso.

A ideia de envolvimento, portanto, aparece nessa cartografia como principal analisador dos atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de vida das interlocutoras, fora e, especialmente, dentro de instituições de privação de liberdade. Nas entrevistas, por exemplo, era comum as adolescentes dizerem “eu sou envolvida” ou “vim parar aqui por ser envolvida”, por isso tal noção de envolvimento desenha, maquinicamente, um “devir” subjetivo do “envolvimento”, uma interpelação que as interlocutoras internalizam e da qual, também, tentam escapar. Essa pecha de “envolvida” ou “envolvido” engloba sujeitos periféricos a quem se atribui a inscrição em mercados ilegais de drogas nessas territorialidades. Ainda que não estejam efetivamente inseridas(os) nesses mercados, essa categorização não enquadra qualquer “bandido(a)” ou adolescente a quem se atribui o cometimento de ato infracional, mas remete a uma expressão local “dos sujeitos (potencialmente) perigosos, a quem são atribuídas características inerentes de monstruosidade e objeção” (BARROS, 2019, p. 210).

Acerca disso, os autores Barros e Benício (2017) consideram os processos de criminalização presentes na narrativa de “envolvimento” um emblema das atuais dinâmicas da violência urbana no Ceará, visto que ela tem sido usada como justificativa para o aumento de homicídios e a desresponsabilização do Estado perante o encarceramento em massa. Essa pecha do envolvimento, surge, então, como categoria nativa que re-enquadra perversamente, sobretudo, adolescentes e jovens como responsáveis pelo seu próprio aprisionamento ou assassinato por, supostamente, serem integrantes de organizações criminosas e/ou atuarem no mercado de tráfico de drogas (ALENCAR, 2019). Os relatos sobre aprisionamentos, assaltos,

homicídios, tráfico de drogas, dentre outros, passaram a ser associados a essa nova imagem criminalizante do sujeito perigoso, anteriormente o pirangueiro das gangues de bairro, atualmente o envolvido com facção (BARROS; BENÍCIO, 2017; PAIVA, 2019).

Em suma, entendemos que há uma atualização do dispositivo da periculosidade, posto que a figura do periculoso, na ditadura destinada ao terrorista ou comunista, posteriormente ao pobre, delinquente e menor; atualmente remete “a(o) envolvida(o)” desde o incremento da criminalização de algumas drogas, imbricando-se à narrativa da(o) traficante de drogas (COIMBRA, 2001a). Dessa maneira, entendemos “o “envolvido” ou "a envolvida" como "aquela identidade a ser exterminada, têm cor, classe, gênero, idade e territórios bem delineados” (BARROS, 2019, p. 214). Portanto, nossas interlocutoras sofrem processos de culpabilização e de criminalização, modernos aparatos do que Foucault chamou de dispositivo da periculosidade, uma das bases da noção do mito da classe perigosa proposta por Cecília Coimbra (2001a).

Segundo Coimbra (2001a), no Brasil, a noção de classe perigosa nasce no século XIX, sobretudo a partir das teorias racistas, fortalecidas durante a ditadura civil e militar. É também nesse período da ditadura que a criminalização da pobreza se constitui como um mecanismo de controle das virtualidades, contudo, desde o final do século XIX é possível identificar nas elites do país subjetividades que constituem o dispositivo da periculosidade indissociável à pobreza, negritude e a outras marcas identitárias contrárias à normatividade hegemônica mercantilista, burguesa e branca (COIMBRA, 2006). Todavia, o dispositivo da periculosidade atualiza-se e amplia-se, inclusive, para territórios onde habitam esses corpos dissidentes, que são estigmatizados e chamados de territórios perigosos e negligenciados pelo poder estatal (COIMBRA, 2006). Portanto, cada vez mais estreitava-se a indissociação entre pobre e perigoso ou pobreza e criminalidade, pois para o dispositivo da periculosidade, tão mais importante que aquilo o sujeito fez, é aquilo que ele pode fazer (COIMBRA, NASCIMENTO, 2003, 2005).

A ideia do dispositivo da periculosidade é fundamental para a manutenção da sociedade moderna, pois de acordo com Coimbra (2001a), esse dispositivo sustenta o capitalismo, visto que para manter a engrenagem do capital ativa, a miséria é o vapor que a sustenta. Para evitar uma ebulição social ocasionada pela mudança estrutural econômica e política, bem como manter as desigualdades, a biopolítica cria mecanismos de descartabilidade para os que não se encaixam ou rejeitam a modernização capitalista. Sobre esse fato, a segurança pública é uma importante tecnologia de controle e abjeção, posto que a produção do medo e da insegurança produzem subjetividades que desejam leis mais severas (COIMBRA,

NASCIMENTO, 2005).

O processo de criminalização a partir da noção da periculosidade é uma estratégia das classes dominantes em dar continuidade à submissão dos flagelos da sociedade moderna. Dessa maneira, é por meio de instituições, como por exemplo a prisão, que os processos disciplinadores se exercem sobre diferentes corpos, ou seja, re-moldam os corpos dos indivíduos para torná-los aptos à absorção do capitalismo (FOUCAULT, 1975). Salientamos que corpo, nessa perspectiva foucaultiana, trata-se da superfície externa constituída socialmente, “na qual se circunscreve e se manifesta a materialidade do viver e sentir. É uma estrutura, portanto, que pode ser moldada e passível de técnicas disciplinares pelo controle” (BORGES, 2018, p. 41).

Dessa forma, segundo Coimbra (2001a), tornar perigosos determinados segmentos através da judicialização, sobretudo pelo biopoder, permite - exige - leis mais duras e retroalimenta o populismo penal, porventura, abre espaços para as necropolíticas, já que somente a gestão da miséria se torna insuficiente no neoliberalismo. É necessário, então, determinar em larga escala e, para manter essa racionalidade, a necropolítica produz um desejo de aniquilação e uma “adesão subjetiva à barbárie³⁸” (BATISTA, 2012). A partir da virada da estrutura geopolítica do neoliberalismo, que a base normativa da biopolítica transmuta para a necropolítica e sua possibilidade de gerir em larga escala os dejetos sociais (HILÁRIO, 2016).

Nesse sentido, as mídias têm importante papel na produção e perpetuação da figura do perigoso, visto que perpetuam a ideia de que para garantir a segurança de alguns é preciso que os perigosos sejam eliminados (COIMBRA, 2001a). A mídia como produtora de esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo e do sujeito, ou seja, produz modos de existência e de vidas, “funciona organizando diversos e diferentes fluxos de acontecimentos; pela via do espetáculo, das formas dramáticas e sensacionalistas produz identidades, simpatias, prós e contras” (COIMBRA, 2001b, p. 3). O desejo pela vingança, a busca pela segurança e a maior incidência em práticas penais-punitivas passam a estar articulados aos discursos da justiça, dessa forma, a população passa a gozar com os atos violentos destinados aos perigosos (BATISTA, 2012).

Coimbra (2001b, p. 1) aponta “algumas formas de pensar e agir presentes nos

³⁸ Segundo a autora, conectando estudos da criminologia crítica como os de Wacquant à realidade brasileira, “a articulação das políticas econômicas e assistenciais do projeto neoliberal com o que chamamos de adesão subjetiva à barbárie, associando ao que ele chama de “expansão e reorganização da prisão e seus tentáculos institucionais”, que reforma a “paisagem sócio-simbólica, reconstruindo e reconfigurando o próprio Estado que se converteu em Estado penal como “potente motor cultural”, com seus próprios direitos, categorias, classificações e imagens.” (BATISTA, 2012), tornando possível o desejo à políticas penais mais severas, quicá de extermínio.

centros urbanos como os aplausos e apoios aos grupos de extermínios e chacinas, aos linchamentos, à pena de morte e as mais diferentes violações de direitos humanos como construções competentes e eficazes” advindos dos meios de comunicação de massa que contribuem para homogeneização dessa adesão subjetiva à barbárie.

Na cidade de Fortaleza, a ideia do jovem perigoso se propagou, sobretudo, por meio das mídias impressas e televisivas que hierarquizam temas relacionados à violência urbana e jovens como principais perpetuadores dessa violência. Estas produziam discursos do que seria o(a) envolvido(a): jovens, de pele negra, moradores de alguns bairros de Fortaleza e que praticam crimes (BARROS, 2019). Não se sabe ao certo o que veio primeiro, se a mídia e os agentes de segurança pública e da justiça criminal no Ceará formularam a pecha de envolvidos(as), ou se esses próprios sujeitos assim se reconheceram. De qualquer maneira, acreditamos que não seja nosso interesse identificar sua raíz, mas, particularmente, interessamos problematizar como essa narrativa tem posto trajetórias em suspensão.

Na análise de Borges (2018), como já apontado, a criminalização da mulher negra no Brasil tem sido operacionalizada massivamente pela política de guerra às drogas, a seletividade penal por parte do judiciário, o circuito da reincidência no sistema carcerário por conta da morte social (estigma de bandida que impede uma “reinserção social”), feminização da pobreza, dentre outros que colocam a mulher, seja jovem ou adulta, em suspensão, vítima da sujeição criminal.

A verdade é que, mulheres negras historicamente sofrem assujeitamentos que impossibilitam sua ascensão, fazendo com que, para algumas, o tráfico de drogas seja, ao menos, uma forma de garantir a subsistência e ser reconhecida socialmente (SOUZA, 2015; FRAGA; SILVA, 2017). Além dos laços “familiares” feitos ao compor o crime, a via afetiva mantém essas mulheres no crime mesmo em situações subalternizadas (PANCIERI, 2015). Contudo, como temos percebido com os resultados da pesquisa, sua descartabilidade mostra que são substituíveis como pedões dessa “família”.

De acordo com Sousa (2019), no Ceará, há um complexo empresarial-político-bélico-midiático que alimenta e retroalimenta o coletivo de forças que politicamente tem produzido coletivos juvenis como envolvidos e envolvidas, soma-se mais de dez horas de programas televisivos regionalmente que banalizam e naturalizam a violência diariamente, fortalecendo a presença de governantes na popularmente conhecida “bancada da bala” e militarizando a política de seguranças públicas ao mantém esse “complexo industrial-prisional” a todo vapor. Ressaltamos que o Estado tem sua composição nesse processo, primeiramente ele negou a existência de tais organizações no Ceará, mesmo sendo datada sua presença nas terras

cearenses desde os anos 90 e especialmente a partir dos anos 2000 com CV e PCC (SOUSA, 2019). No ápice da violência intencional, com número de mortes que se assemelhava aos países em situação de guerra, sobretudo logo após o período da pacificação, o Governo do Estado do Ceará declara a culpa dessa situação à presença das facções criminosas dentro e fora dos presídios. Isso foi sendo entrelaçado ao enquadramento do envolvimento como justificativa da condição de matabilidade, espetacularização dos homicídios e maior policiamento ostensivo nas periferias (suposto lugar que as facções habitam). “Saindo pela tangente”, essa narrativa perigosa desresponsabiliza o Governo do Estado do Ceará (BARROS; BENÍCIO, 2017).

Desenha-se, então, a figura da “envolvida” como “identidade abjeta” (BUTLER, 2017) que marca corpos juvenis residentes de lugares “cuja morfologia social oscila em torno das categorizações da favela, comunidade ou bairro popular (SÁ, 2011, p. 340). O mito das classes perigosas atualiza uma “nova” etiqueta, que não carimba indiscriminadamente, visto que somente alguns corpos recebem essa prancheta. Os(as) ex ou atuais socioeducandos(as), por exemplo, não tem a chance de negar esse pseudônimo, são vistos(as) envolvidos(as) até que sua morte se concretize e/ou a justifique.

Contudo, longe de homogeneizar, apesar de essa ser a estratégia da política criminalizante, não nos esgotamos às identidades e ignoramos as singularidades de cada processo subjetivo. Apesar de dividirem formas semelhantes de precariedade no sentido que Butler (2017) aponta, todas as vidas são precárias, mas algumas estão em condição de maior precariedade que outras; a subjetividade é da ordem dos efeitos e da exterioridade, ela se produz nas relações das forças que atravessam as adolescentes, nas relações de saber/poder que constituem seus processos intersubjetivos. Apontamos aqui, então, suas dobras subjetivas (PRADO FILHO; MARTINS, 2007) e não meramente o rótulo de “envolvida”.

Massificar um segmento juvenil como envolvidos(as) possibilita construir a imagem de inimigo, que molda vidas tidas como “inteligíveis” e “não passíveis de luto” (BUTLER, 2015, 2017), desse modo, acaba por engessar a cultura do medo e constitui a demanda por maior punição (BATISTA, 2012). Para as organizações criminosas, o enquadramento de envolvimento, como já discutimos, acaba por hipervisibilizar as adolescentes por meio do batismo em uma organização criminosa ou pelo local de moradia dominado por uma facção. O ponto é, para ambos (Estado e facção), a formulação da pecha “envolvida” torna-se uma marcação beneficentemente peculiar ao enquadrar essas adolescentes como sujeitos abjetos e morríveis, fazendo com que sua mão de obra seja substituível no mercado informal ou que, como destaca agentes da segurança pública do Ceará sobre os caminhos que o crime possibilita: cadeia ou cemitério. Sabendo disso, algumas interlocutoras rejeitam essa marcação, mas

acabam sendo capturadas pela pecha de simpatizantes. Desse modo, é interessante pontuarmos que ao falarem o que é envolvida, falam de seus próprios processos subjetivos diante dessa chancela e sobre sua travessia nas respectivas trajetórias.

Dessa forma, propomos destrinchar essa narrativa, sua centralidade em suas respectivas trajetórias de vida e quais linhas compõem esse novelo ficcional e faccional. Para isso, durante as entrevistas, o caminho percorrido voltou-se para o tráfico de drogas colocadas como ilícitas, já que, como apresentado, há uma forte relação da política de guerra às drogas e o encarceramento em massa de mulheres (BORGES, 2018). Pesquisas têm apresentado o crescente número de mulheres presas nos últimos anos no Brasil, inclusive, sua taxa de aprisionamento tem superado a masculina³⁹ (BRASIL, 2018b). Dentre os crimes que levam mulheres ao cárcere, o tráfico de drogas é a infração que mais se destaca, ao todo há 62% de mulheres privadas de liberdade no Brasil por esse motivo (BRASIL, 2017). Contudo, nas unidades socioeducativas, o ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas não é a infração que mais tem levado adolescentes à privação de liberdade, todavia apresenta um número considerável diante das demais infrações (BRASIL, 2018a) Neste caso, é importante salientar que a Lei de Execução Penal dirigida para adultos é diferente da forma como se executam as medidas socioeducativas apresentadas no ECA, posteriormente no SINASE.

No Código Penal, o tráfico de drogas é reconhecido como um crime de alta periculosidade, enquanto que de acordo com o ECA a mesma infração não deveria levar à internação por não ser vista como um ato de grave ameaça à vida (BRASIL, 1990; BORGES, 2018). No âmbito da justiça criminal juvenil, o que leva (ou somente deveria levar) à privação de liberdade de adolescentes seria a reincidência (apesar de ser vago esse motivo) e os atos infracionais contra à vida, como homicídio e estupro, todavia, não é isso que acontece na prática (VERNOSE; LIMA, 2015; SCISLESKI *et al.*, 2017). Na grande maioria, os atos não violentos como furto, roubo, tráfico de drogas e dano ao patrimônio são as principais infrações que adolescentes de ambos os gêneros a quem se atribui o cometimento de ato infracional acabam sentenciados à privação de liberdade (BRASIL, 2018a). Por exemplo, na última visita em que a autora teve acesso à contagem geral de adolescentes privadas de liberdade no Aldaci, a unidade possuía 55 adolescentes, destas 11 estavam pelo ato de tráfico de drogas, mais da metade estava por infrações análogos aos crimes de furto e roubo. Homicídio, ou até mesmo

³⁹ Entre os anos 2000 a 2016 estima-se um aumento de 656% de mulheres presas, tornando o Brasil um dos países que mais encarceram mulheres do globo (BRASIL, 2018). Estudiosos(as) têm apontado a política de guerra às drogas precursora desse encarceramento em massa, sobretudo de mulheres negras, advindas de comunidades marcadas pela condição de pobreza (BORGES, 2018).

latrocínio (que é visto como infração patrimonial) são os tipos de infrações minoritárias que as adolescentes haviam cometido⁴⁰.

A criminalização, dessa forma, é um dispositivo necropolítico e a lógica neocolonial, sendo as mulheres negras, pobres, moradores de bairros periféricos e jovens principais alvos da lógica punitiva, sobretudo por vias do encarceramento e extermínio (BARROS *et al*, 2019).

4.1. “Não dava pra sobreviver”: desigualdade social, precarização da vida e desamparo institucional

Em março de 2019, nós da equipe do Histórias Desmedidas combinamos com as profissionais do CREAS uma visita à instituição para conversarmos sobre o acompanhamento dos jovens que participaram do grupo. O objetivo era que compartilhássemos impressões e alguns dados mais técnicos (como idade, data de nascimento e o ingresso na medida socioeducativa), uma ponte com a equipe técnica que, no decorrer do grupo, acabou defasada.

Loirinha desenha a cena do seu “envolvimento” antes e durante sua institucionalização, segue a cena narrada:

Eu sou envolvida [...] eu já num estudava, tava envolvida. Eu fazia parte daquilo, eu sabia de tudo que acontecia, eu sabia de tudo que ia acontecer só não podia falar, né? Mas lá fora eu sabia de tudo. Aqui dentro é que eu não sei mais. Deus me livre! Ainda bem, acho até bom mermo, porque eu acho que eu ficar sabendo das coisas aqui dentro, eu ia ficar atribulada... mas as vezes eu fico assim, pensando porque eu fui presa e tô aqui faz tempinho já e eu não sei o que tá acontecendo lá fora, entendeu? Ai eu num pergunto nada a minha mãe, porque ela não sabe de nada e mermo que ela soubesse ela num ia me dizer não. Mas as vezes eu fico pensando o que é que tá acontecendo lá fora, se tá acontecendo alguma coisa com meu nome entendeu? Se falarem de mim alguma coisa, entendeu? Porque quando eu tava lá fora eu via muita coisa, assim, da pessoa presa e gerava alguma coisa, se soltava era só pra morrer. [...] envolvida com as drogas. Envolvida demais. Não gosto de usar, tava vendendo droga e se envolvendo com a facção, Comando Vermelho. (LOIRINHA, 2019)

Em toda a dissertação estamos nos referindo à essa noção nativa de envolvimento, muito usada entre as adolescentes e também nos dispositivos midiáticos locais, que marca não somente as trajetórias. De forma geral, essa noção atravessa trajetórias de jovens em contextos periféricos (BARROS; BENÍCIO, 2017), visto que o reordenamento da violência urbana imbricado às políticas punitivo-penais trouxe uma remodelação ficcional do inimigo para o

⁴⁰ Algumas PECs tramitam no Congresso, como a redução da maioria penal e o maior tempo de internação em centros socioeducativos, que se baseiam erroneamente na premissa de que a justiça juvenil não responsabiliza os(as) socioeducandos(as), e que por isso são os(as) principais perpetuadores(as) de “crimes” violentos, outrora, atos que nem deveria levá-los(as) à condição de privação de liberdade e, por sua vez, aos relatos de torturas, insalubridades e até assassinatos que ocorrem nessas unidades (NUNES, 2018).

Estado: “envolvida” (SOUSA; NUNES, BARROS, 2020). Apresentaremos a partir de linhas que atravessam as trajetórias das adolescentes. Essas linhas se entrelaçam ao mesmo tempo que operam de forma heterogênea, constituindo, assim, um novelo de envolvimento. Cartografar tais processos implica mapear essa rede de forças e de formas de envolvimento, identificando e pondo em análise as linhas que a constituem, a partir das narrativas das “envolvidas” sobre suas trajetórias.

Continuemos o relato de Loirinha.

Me envolver mais? Mulher, como eu posso te dizer [...] porque tipo, eu num tinha que traficar mais, mas não era muito envolvida assim, né? Com os meninos, com os traficantes assim aí depois quando o meu companheiro foi preso, aí eu fui de zero à baixo, me envolvi mais. Aí me envolvi tanto que vim parar aqui. [...] é também, ir buscar droga, ir buscar arma, essas coisas. Não dava pra sobreviver.

A cena protagonizada por Loirinha, dentre outras coisas, remete a seus afazeres no tráfico, funções dentro desse negócio internacional em que são subalternizadas. Contudo, isso é visto como uma estratégia para driblar a condição de pobreza ou ao menos garantir a subsistência da casa junto com sua mãe. Além da mãe de Loirinha, outras adolescentes disseram que suas mães trabalham em casa enquanto seus companheiros trabalham fora ou de modo informal fazendo bicos de costuras, de empregadas domésticas, dentre outros trabalhos subalternos na economia formal. A mãe de Loirinha, por exemplo, é retalhista em pequenas costuras e ganha algumas moedas por cada peça entregue à fábrica. Mensalmente, o “bico” não garante o básico para ela e suas duas filhas, muito menos para Loirinha ter acesso a determinadas coisas como gostaria.

Minha mãe só trabalha de tarde. Cada peça é 0,15 centavos, tipo no máximo, numa tarde dar para fazer trinta peça só. Ai de manhã minha mãe fica em casa com ela, de tarde ela vai pra escola. Aí ela vai pra escola e minha mãe vai trabalhar. Não tem onde deixar ela, aí minha mãe só trabalha de tarde. Por isso que minha mãe morre de brigar, porque quem era pra cuidar dela era eu, né? Minha mãe tava procurando trabalho, mas aí fui presa. Aí teve que continuar nesse. (LOIRINHA, 2019)

A busca pelo dinheiro em um contexto sócio economicamente desigual é a primeira linha que apresentamos do novelo do envolvimento das adolescentes com o tráfico de drogas.

Além de Paul, Japa, Lilian, Pérola é outra interlocutora que sua trajetória entrelaça pobreza, gênero feminino, uso de drogas (mesmo que não de sua parte) e violência urbana.

Eu comecei a se envolver eu tinha onze anos. Comecei a vender droga, vender droga, vender droga. E quando eu comecei a vender droga, conheci muitas amizades assim, que me influenciou muito esse caminho ruim, que dizia assim “a Pérola, vamos pra isso e vamos fazer aquilo”, aí eu pegava e ia com elas. Aí teve um tempo que eu comecei a roubar, e depois que eu roubei a primeira vez, roubei a segunda, roubei a terceira e nunca fui presa. E quando eu me quietei, parei de roubar.... ai depois eu fui roubar de novo e fui presa. Mas mesmo assim, eu continuava no tráfico. Quando eu engravidei, eu parei de vender droga, porque eu tinha medo de ser presa e quando

eu fui presa agora com 157⁴¹ eu não tava mais traficando, eu tava quieta. Foi só uma má influência mesmo. Porque se eu não tivesse ido, uma hora dessas eu tava com minha filha, cuidando dela. (PÉROLA, 2019)

Sua narrativa denuncia que crescer exposta a essa violência e sofrer violação de direitos foram os principais fatores que a levaram ao tráfico de drogas, tanto que preferiu que o genitor de seu irmão o levasse para morar longe e não tivesse a mesma vivência que ela. Segundo ela “por conta que eu morei com a minha mãe, eu cresci vendo aquilo, por isso eu me envolvi. Porque se eu tivesse crescido e não tivesse visto o que os pessoal fazia, o que ela fazia, eu não tinha feito” (PÉROLA, 2019). Continua sua narrativa com certo ressentimento, por morar com sua mãe e não com sua avó: “Mas a minha vó não queria eu morando com ela, porque minha avó disse que se eu tivesse continuado a morar com ela eu não taria aqui, igual meus irmãos. Nenhum é errado, só eu.” (PÉROLA, 2019). Ela indaga se teria um futuro diferente se sua trajetória tivesse sido semelhante à de seus irmãos, longe da desigualdade, da violência e não marcada pelo abandono estatal.

Esses relatos apresentam o que anteriormente problematizamos: a vivência de adolescências produzidas na precarização maximizada, violação de direitos e violências constituem trajetórias juvenis desiguais, em que o medo e o acuamento interpelam essas juventudes a aderirem subjetivamente à política de inimizade.

Em três momentos, Pérola recorreu ao tráfico de drogas: 1ª enquanto ela sustentava a casa, desde os onze anos, já que sua mãe não tinha condições devido ao vício; 2ª quando o pai de sua filha foi preso e ela não tinha nada para a bebê; 3ª após a prisão de sua mãe por tráfico de drogas. Sobre esse último, ela conta:

Ela passou um ano presa e durante um ano, eu meu irmão sempre visitou ela. Nós ia visitar ela. E, tipo assim... minha avó sempre dava o dinheiro da passagem pra visitar ela e eu ia pra outra favela vender droga pra poder comprar o malote dela porque a gente não tinha o dinheiro. E, eu vendia escondido da minha avó, sem minha avó saber. Ai eu chegava, ia fazer as compras da minha mãe que dava cento e pouco... Ai a minha avó dizia de onde eu tava tirando dinheiro, aí eu falei “Vó eu não vou mentir pra senhora porque uma dia a senhora vai saber, é melhor a senhora saber da minha boca do que saber da boca deles. Porque eu não vou deixar minha mãe passar fome lá” Porque minha mãe mal comia lá dentro. Ela ligava dizendo que não tinha merendado, não tinha almoçado, isso me doía muito... [...] E, foi logo quando eu tava gestante, minha mãe foi presa, no começo da minha gestação. Ai eu fiz uma ultrassom falso pra poder visitar ela, porque lá no Auri só entra até o sétimo/oito mês. Eu paguei 500,00R\$ e fiz uma ultrason e fui visitar ela como se eu tivesse seis meses, mas eu fui visitar ela até os nove mês. Aí quando eu completei nove meses, porque eu passei nove meses e cinco dias, quando tava com nove meses e três dias minha mãe se soltou. Nós pagamos advogado e graças a Deus ela se soltou. (PÉROLA, 2019)

⁴¹ Essa numeração pode ter dois significados: fazer referência entre ao ato ilícito e seu referido número no Código Penal brasileiro para falar do próprio comportamento que levou a jovem ao cumprimento da medida socioeducativa e, em segundo, como uma gíria, fazer menção a esse número ao sujeito que pratica o ato de roubar. Nesse caso específico, refere-se a primeira opção.

Sua mãe nunca havia sido presa, ou seja, era réu primária, ficou aproximadamente um ano na prisão na condição de presa provisória. Pérola contratou advogado para tentar apressar seu caso. De acordo com ela, sua mãe recebeu progressão de medida para prisão domiciliar. Contudo, na última vez que fui à unidade, a interlocutora contou que sua mãe corria risco de voltar para a prisão, não por ela ter voltado a traficar, mas porque ela (sua mãe) saía do perímetro permitido pela “justiça” ao levar a filha de Pérola nos dias de visitas ao Aldaci. Pérola estava muito triste e se perguntava quem ajudaria sua avó, uma senhora idosa, a cuidar de sua filha se sua mãe voltasse para a prisão e mais, como ela iria garantir a subsistência de sua mãe no presídio, se ela também está “presa”. Ela comentou que se ao sair sua mãe estivesse presa novamente, ela não irá abandoná-la e não sabe o que é capaz de fazer para garantir seu bem-estar.

Diante da precarização do trabalho formal e informal legal, elas não encontram perspectivas de que, aderindo a essa lógica, poderão prosperar. Na pesquisa de Barcinski (2012), nos casos em que mulheres que saíram do tráfico de drogas e conseguiram voltar para o mercado de trabalho “formal”, os empregos eram precarizados, com baixos salários, outras não tinham carteira de trabalho assinada, sendo a maioria na esfera doméstica (trabalhos ou por cuidarem dos filhos). São realidades assim que também contribuem para permanência das adolescentes em facções.

Nesse sentido, essa relação entre estilo de vida “trabalhador” se antagoniza nas trajetórias das adolescentes ao modo de vida “aventureiro” (moral do aventureiro), postulado por Sousa (2019). A ética do aventureiro norteia a vida e as ações, aparenta ser mais vantajosa que o trabalho precarizado e com baixos salários, o que faz do crime uma “oportunidade” para fugir da condição de pobreza (SOUSA, 2019). Em contrapartida, continua o autor, para estar no crime é necessário ser corajoso, “coisa de gente sangue ruim” (SOUSA, 2019), ou como Chinesa falou “o crime é coisa séria”, dessa forma, incorpora “identidade-próteses”, em que “os indivíduos-clones que então se produzem, com seus falsos-self estereotipados, são vulneráveis a qualquer ventania de forças um pouco mais intensa” (ROLNIK, 1997, p. 3).

Como já colocamos, mulheres negras, advindas de bairros marginalizados e pobres, são as principais vítimas do encarceramento em massa, do femi-geno-cídio, expressões da necropolítica de gênero (SOUSA; NUNES; BARROS, 2019). Portanto, nota-se as opressões de gênero, raça e classe interconectadas, maquinicamente, operando juntas nas impossibilidades de sucesso dessas mulheres na sociedade. Devorante, falamos do que Butler (2017) chama de precariedade manufaturada, socialmente induzida, sobretudo pelo Estado, que deveria resguardar suas condições de vida.

Essa precariedade induzida refere-se a uma condição politicamente induzida em que certas populações sofrem com a ineficiência do Estado em garantir condições dignas de vida, já que as redes sociais e econômicas são ineficientes (BUTLER, 2017). São exatamente essas pessoas que não têm garantia de direitos sociais dignos que mais são vitimadas por violências e violações; falamos, portanto, de uma maximização da precariedade induzida. Além disso, essas mesmas populações que compartilham a condição de precariedade induzida são vistas como vidas ininteligíveis, por isso são corpos que não estão dentro do enquadramento de enlutados (BUTLER, 2016). Nas palavras de Butler (2016, p. 53), a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”. Portanto, sustentamos que a desigualdades em todos os âmbitos e a precarização induzida da vida delas são decorrentes dessas linhas.

Na segunda entrevista, Loirinha se sentiu mais confortável para falar sobre assuntos “mais delicados”, como o homicídio que cometeu e os “motivos” que a levaram a recorrer ao tráfico de drogas, sobretudo após a prisão do seu namorado: “Ele só vendia droga. Aí só que ele não gostava de eu vender, né? Mas eu vendia. aí quando ele foi preso aí que eu comecei a vender mesmo [...] Mulher, a gente não escuta conselho de mãe, não. Aí pronto. Eu vendi escondido dela, ela não sabiam, não. Tá doida, ela não deixava não.” (Loirinha, 2019).

Finaliza em voz trêmula e triste “era necessidade”, no sentido de ajudar a mãe a sustentar o básico em casa, para comprar coisas básicas para si e para deixar produtos em malote para seu namorado preso. A respeito disso ela fala: “Eu tinha que deixar as coisas dele e era tudo caro. Passagem essas coisas que é lá na Itaitinga né? Aí eu num tinha dinheiro não. Ia fazer o que? Eu não ia robar, que eu não gosto de robar. Preferia traficar. Aí eu ficava traficando”. (Loirinha, 2019).

4.2. “Eu levava uma pisa”: envolvimento afetivo e subalternizante com integrantes de facções

Envolvida é “colar” com a facção, é tipo... eu já ouvi falar muito das meninas que eu já perguntei como é ser batizado. Elas me responderam que batizado é sim você ter fama, dinheiro e toda missão que eles mandar, tipo assim, sempre tem uma ordem entendeu, aí meu patrão é tal pessoa, aí ele me batiza, aí pronto tudo que ele me pedir eu tenho que fazer. Se ele disser assim: vai robar pra mim, eu tenho que robar pra ele. Mas aí é dividido pra mim e pra ele. (LORIN, 2019)

Essa cena apresenta a linha de envolvimento afetivo com integrantes de facções que

detalharemos neste tópico, ainda com algumas outras cenas que constituem as linhas que dialogam entre si no envolvimento das adolescentes com organizações criminosas.

Chinesa é uma das interlocutoras que se encontra fora dos muros do Aldaci. Por isso somente uma entrevista foi feita com ela. Contudo, foi uma das mais longas. Em sua trajetória, assim como a de Loirinha, é possível perceber de forma mais afluída o assujeitamento a homens faccionados.

Eu comecei essa vida assim agora, essa vida errada. Mas pelo motivo de um relacionamento, assim né, do tempo que eu comecei. Quando eu nasci para cá. Até meus 15 anos quem me ajudava assim, era minha mãe e meu pai. Eu estudei até meus 15 anos [...] Passei do nono aí minha mãe ganhou um apartamento né, no bairro X. Aí fomo morar lá... [...] quem começou mais assim, foi eu e minha mãe. [...] aí conheci um homem também. Esse homem, ele me ajudou muito [...] eu comecei a trabalhar com ele, ele me dava um dinheiro né. Ai tudo bem, ele ajudava. Aí conheci um outro homem lá onde eu morava, ele era... ele era errado, vamos dizer assim. Aí eu comecei a trair ele com esse homem. Aí eu acabei deixando esse homem que me ajudava, me dava de tudo, para ficar com esse homem. Júnior⁴² o nome dele. [...] antes dele ser preso, porque ele foi preso também. Ele me maltratou muito. [...] quando comecei a se relacionar com ele, comecei a usar maconha, parei de estudar, comecei a dar trabalho a minha mãe. Ai minha mãe, como minha mãe tem duas casas e mais dois irmãos, ai meu pai mora no Y e ela ia pra lá. Aí eu ficava sozinha, eu se virava sozinha. (Chinesa, 2019)

Júnior foi preso, Chinesa contou que o procurou em várias delegacias e que, até no dia do Natal foi deixar comida para ele, pois ele não estava bem e tinha apanhado muito antes de chegar à delegacia. Até antes da apreensão de Júnior, a adolescente não comentou que cometia atos infracionais, contudo, quando ele foi transferido para o presídio, ela passou a visitá-lo e foi “marcada” pelas facções. “No presídio, já fiquei marcada por outras facções [...] Daí eu comecei a se envolver daí, porque eu não era conhecida por nenhum traficante que era rival da nossa facção.” (CHINESA, 2019).

A partir disso, ela conta como sua vida foi mudando, modificando seu cotidiano para ajudar seu namorado dentro da prisão e, por isso, inseriu-se no esquema do tráfico onde morava, agora como traficante e não somente como usuária. Portanto, estar envolvida afetivamente com homens faccionados é outra linha de envolvimento. Sobretudo, pela ligação afetiva em torno do que se entende por “parceria” e “companheirismo” com o companheiro ou companheira que integram facções.

Eu comecei, eu não sabia nem como era que traficava [...] não sabia nem como era que desmanchava droga. Então falei com o primo dele e disse né “olha eu vou precisar de ajuda né, porque você sabe que eu tava com seu primo aqui fora, então você sabe que vou tá com ele na melhor e pior também. Você sabe, “não tá bom, num sei o que”, me deu cinco gramas de pó e eu reparti. Não sei como eu reparti isso. Aí eu comecei a vender, vendi fiado, fiquei no prejuízo muitas vezes. Muitas vezes não porque eu peguei só uma vez né. Meu lucro todinho foi só pra pagar uber pra saber aonde ele tava. [...] deixei umas coisas lá pra ele do meu lucro. Tinha acabado o dinheiro, umas

⁴² Nome fictício

peças que já tava me ajudando. Aí quando foi final de janeiro, ele ligou para mim, ele até pensou que eu a abandonar ele e não abandonei ele. [...] aí depois disso, eu parei de traficar, aí de vez em quando ele mandava um dinheirinho né. (CHINESA, 2019)

A objetificação da mulher é perceptível nas relações afetivas das adolescentes, mesmo quando essa relação acontece entre duas mulheres, afinal, a ideia do masculino como hegemônico e o feminino subalternizado é constitutivo da sociedade patriarcal e não impossibilita que casais homossexuais reproduzam tal padrão. Além do mais, os integrantes das organizações criminosas se constituem subjetivamente a partir das relações históricas, sociais e culturais em que estão inseridos, por isso as facções também são perpassadas pelas relações de poder do sistema cisheteropatriarcal.

Eu, não tava nem aguentando mais, eu tava muito magra de sair no [bairro] atrás dele pros homens não pegar ele. Já aconteceu muitas das vezes ele querer invadir os outros cantos, e tipo... Eu eu que segurava o tombo sozinha, porque a mãe dele... assim num era que era uma senhora de idade, mas ela tinha os outros filhos dele e aí ela tinha que cuidar deles. (CHINESA, 2019)

Cabe, também, ampliar essa relação para a racialização das mulheres, posto que mulheres não brancas são culturalmente hiperssexualizadas e mercantilizadas, por isso, como destaca Davis (2016), as raízes da violência contra a mulher são perpassadas pela questão da racialização, sendo esta de cunho colonialista. As relações amorosas que as adolescentes vivenciaram podem ser vistas como reprodutoras de violências históricas.

Quando foi depois do natal, eu fui atrás dele. Passei por muitas delegacias, Lá pelo 30, pelo sexto, pelo Timbó, ali na Pajuçara, não conheço, foram muitas delegacias, a Dececa a Decap, num sei o que mais aí... Aí consegui achar ele, tava no 30. Deixei umas coisas lá pra ele do meu lucro. Tinha acabado o dinheiro, umas pessoas que já tava me ajudando. Aí quando foi final de janeiro, ele ligou para mim, ele até pensou que eu a abandonar ele e não abandonei ele. (CHINESA, 2019)

Outro fato que Chinesa brevemente comenta e que Loirinha também vivenciou, mas não quis adentrar sobre o assunto, são as mudanças de rotina que as mulheres acabam fazendo em nome de seus companheiros presos, algo comum do papel hegemônico imposto ao feminino como cuidadora. Principalmente no que se refere a ter que fazer visitas e levar os malotes para seus companheiros. Cabe aqui citar mães, irmãs e avós, ou seja, quem exerce o papel materno para o jovem preso.

Depois de um tempo né, na pernoite das mães, que tinha sido adiantado né, foi em março. Eu descobri que ele tava com outra mulher, que essa mulher é uma bonde que botava droga pra dentro. Que além dela se bonde, ela era prostituta e ainda tava grávida de outro macho. Fiquei super indignada. (CHINESA, 2019)

Como no caso de ambas, outras mulheres se inserem ou estreitam relações com o mercado de drogas para garantir uma melhor qualidade de vida para seus companheiros dentro do presídio. É comum as filas de visitas nos presídios masculinos serem marcadas pelo gênero

feminino, seja por companheiras ou familiares mulheres, enquanto o contrário não ocorre nos presídios destinados às mulheres (BORGES, 2018). Essa punitividade ao feminino pode estar relacionada à dupla exclusão que elas sofrem por negarem o que se entende por feminino inserido no campo doméstico/cuidado do lar, vistas como incapazes de cometer uma ilicitude por serem “passivas” (MOURA, 2012).

Além disso, Chinesa se referiu ao mercado ilícito latente de drogas e celulares dentro dos presídios, esquemas que, mais uma vez, vulnerabilizam as mulheres ao colocarem elas na posição de “mulas” (MOURA, 2012; PANCIERE, 2014; PAIVA, 2018). O tráfico reproduz o sistema hierárquico de gênero, pois os valores patriarcais presentes nesse mercado são aviltantes (BARCINSKI, 2012). Este mercado fortalece o poder das organizações criminosas que surgiram nas instituições de privação de liberdade (FEFFERMANN, 2006). É preciso, portanto, salientar que o Estado foi propulsor das facções e este continua tendo papel fundamental em sua manutenção ao investir em políticas de aprisionamento (BARREIRA, 2018) e nos centros socioeducativos. Portanto, ele tem sido um alicerce para que essas estruturas de poder faccional se disseminem.

Após terminar com Júnior, Chinesa passou um tempo fora das atividades criminais, mas segundo ela, já estava conhecida demais para voltar atrás. Ela foi se envolvendo cada vez mais ao entrar na “vida babilônica”, começou a roubar, usar indiscriminadamente substâncias psicoativas e voltou ao tráfico após sua inserção no Comando Vermelho por via de uma ex namorada que “fortaleceu” sua conduta certa no bairro em que vivia.

Comecei a traficar [de novo]. Fui parar no Z [...] aí vim morar aqui. Fui curtir, só por coincidência, vim curtir... que eu cheguei na casa desse elemento, que era um amigo meu... amigo meu não, era amigo dessa minha amiga que tinha me trazido... que veio eu, uma amiga e uma travesti, aí nós muito doida né. Nós passamos a noite curtindo e cheirando, aí eu disse assim “égua era pra eu ter roubado hoje”. Aí ele disse assim, “tu rouba bichinha, tu rouba?” Aí pronto, começou a minha vida mais “babilônia” ainda. [...] eu conheci os elementos e ele disse assim “ah vem morar aqui, num sei o que. Tu trafica pra mim num sei o que. Eu dô uma casa pra tu, num sei o que.” Aí pronto eles deram uma casa pra mim, eu trouxe minha amiga [...] aí tive uma namorada aqui no Z, que ela foi super gente boa. Aí pronto né, comecei a traficar, de uma hora pra outra comecei a ganhar dinheiro. Ganhei bem muito dinheiro roubando e traficando. (CHINESA, 2019)

Essa “babilônia” se refere ao “mundão”, entendido como o universo envolto de droga, prostituição, assaltos, tráfico e diversão, nomeado de babilônia (SÁ; AQUINO, 2018).

É extremamente incerto excluir desse universo sociocultural criminal ou que margeia o criminal o propósito do divertimento, da festa, da “curtição”, a festa precisa ser pensada como algo intrinsecamente ligado à experiência do crime, à socialidade criminal das gangues, dos comandos, das facções e também dos empreendedores criminais avulsos, que são ainda muitos, como alerta Feltran (2018). Seria impossível compreender as facções sem as festas do crime. Sem a ideia de que a vida perigosa, violenta, brutal, que prevalece no mundo do crime é também uma festa. Uma festa muitas vezes elaborada nos interstícios da guerra. Uma festa na própria socialidade da

guerra. Comemora-se a morte do inimigo (SÁ; AQUINO, 2018, não paginado).

Temos então uma pista que leva ao envolvimento de meninas, a adesão à vida do mundão, aventureira e cheia de histórias babilônicas, em detrimento da vida pacata, pobre e “careta”, como chama Pérola, do trabalhador formal que os pais não inscritos em facções das adolescentes seguem. Processos de subjetivação que produzem a adesão a um modelo de vida curta, em detrimento do trabalhador/longevidade (SOUSA, 2019).

Continuando o percurso narrativo de Chinesa, ela residiu em diferentes bairros e casas, todas cedidas por integrantes de facções que chefiavam o mercado ilícito no bairro. Ela era, dessa maneira, convidada a trabalhar para essas pessoas e encaminhada a lugares que ainda estavam menos “cobertos”. A respeito disso, ela comentou sobre como a facção consegue casa ou apartamento em diferentes lugares e tornam esses espaços pontos-de-venda.

É porque assim. Muitos apartamentos né, são de família que é CV e tem medo de ir pra lá. Ai muitas das vezes não vai né, abandona o local. Tem gente que é muito besta, não quer morar em favela porque armaria, favela é isso, favela é aquilo. Que, como fala né... pronto ai, ai pronto aí, sei que eu comecei a morar nesses lugares, nesses apartamentos. (CHINESA, 2019)

Outro ponto a destacar refere-se à presença do campo doméstico como alicerce para inserção de mulheres no negócio do tráfico de drogas. O doméstico é, historicamente, colocado para o feminino devido aos clássicos padrões de gênero; de certa forma, há uma divisão sexual no mercado ilícito (MOURA, 2012). Essa diferenciação irá variar de acordo com as regras internas das organizações, por exemplo, de acordo com Lilian, a GDE sugere que as mulheres não se exponham no crime, contudo, ela também falou que as adolescentes são usadas como laranjas para assumir “crime” dos “de maior”. Pensamento semelhante ao de Japa “Que eu sendo mulher e sendo de menor, é menos... eles acham que na visão deles é menos ... desconsiderado”

A sexualização, “menorização” e vulnerabilização das funções exercidas pelas mulheres no tráfico, outras interconexões que compõem o envolvimento das adolescentes, são condições que demarcam as funções que a pessoa irá exercer no tráfico de drogas. As análises devem ser feitas interconectadas, pois a sobreposição delas denuncia quem são os sujeitos mais vulnerabilizados no tráfico.

Ao perguntar para Marta se foi difícil conseguir entrar no esquema, inclusive por ser mulher, ela respondeu: “Não! Muito fácil. Teve dificuldade não. Aí que eles quer mesmo menina, que não chama muita atenção. Homem não, homem já é mais fácil... aí o policial ver e já pode abordar. Né sempre que tem perfem⁴³ na viatura pra abordar menina, entendeu?”

⁴³ Policial mulher.

(MARTA, 2019). Chinesa também comenta sobre a relação do gênero feminino e uma certa quebra na submissão da mulher nas facções: “Pra mim hoje em dia o crime é comum. [chefiar] é um cargo muito pesado, é um cargo muito pesado. Mas hoje em dia, a mulher tem mais cabeça que o homem. Tem muita mulher que pensa mais do que o homem. [...] é reconhecida como qualquer outra pessoa” (CHINESA, 2019).

A submissão da mulher fica aparente sobretudo quando elas ficam em locais que foram descobertos pela polícia, quando há uma abordagem policial são elas que assumem armas ou drogas que encontram, às vezes coagidas para evitarem serem mortas, às vezes por uma questão afetiva.

O meu namorado tava traficando, num era dele as droga era dum cara aí nós tava la na parada, nós já ia simbora, aí as polícia chegou aí ele disse assim “se entrega porque eu sou de maior e tu diz que as droga é tua” aí eu tive que falar porque se nós num falasse nós ia morrer. Aí nós foi preso [...] Foi lá no mercantil, nós ia se encontrar, aí foi bem na hora que o cara falou “eu segura aí” Aí eu deixei, né? Aí a polícia já vinha no faro. Aí foi logo pegando as coisa e disse que era nossa, aí nós tinha que dizer que era nossa, porque nós num ia dizer do cara, porque o cara já era acaraiado e se nós dissesse que aquela droga era dele ele ia matar nós. (DUDA, 2019)

Tem menina que só cai aqui porque come o B.O. do parceiro que tá envolvida, do parceiro. A come B.O. e vem pra cá de laranjas. Tem outras que cai mesmo por cair, porque infelizmente não deu certo e a polícia pegou. Mas, tipo assim, eu acho que as facções não tão nem ai, quando cai aqui tanto faz. Que sempre vai ter... morreu um nasce outro, cai um, tem outro lá fora pra ocupar o lugar. Enfim, eu acho que pra ele tanto faz, cair aqui ou morreu. (LORIN, 2019)

Mais adiante, ela faz uma relação maior com o trabalho no tráfico de drogas e o gênero feminino. Da mesma forma que as adolescentes não chamam tanta atenção dos agentes de segurança pública ou sofrem maior preconceito deles por participarem de grupos criminosos, os compradores de drogas podem ter as mesmas atitudes. Afinal, o patriarcalismo e machismo são estruturantes da sociedade brasileira.

Num sei, eles [policiais] passaram direto, aí pararam o outro cara que tava lá na frente. Sei não, eu tava de boas assim, eu tava mexendo no meu celular, porque eu fico assim, só mexendo no celular, aí quando eles chega eu tiro a droga do bolso e vendo. (LORIN, 2019)

Nesses relatos, fica mais evidente a relação do gênero feminino à cooptação das facções e o porquê de mais meninas estarem se inserindo no tráfico de drogas. As facções reconhecem o potencial feminino para manutenção do mercado; muitas adolescentes relataram que era pedido a elas que pegassem materiais ou ficassem com eles quando saíam junto com os demais garotos. Assim, fica evidente o papel de “laranjas” e “mulas”, posto que, aparentemente, os policiais têm uma sina maior com os homens do que com as mulheres.

Segundo Lorin, o papel da mulher é: “no lugar de ficar trazendo e levando a droga.

tem a menina lá no meu bairro e eu também né. Eu vendia droga na rua, eles vinham até mim e eu vendia. Tinha vezes também que eu ia, deixar droga em tal canto” (LORIN, 2019).

Percebe-se, então, uma alocação da mão de obra generificada e jovem como figuras descartáveis e acionistas do nada (ZACONNE, 2007), sendo o abandono estatal com famílias monoparentais, sobretudo residentes em favelas, culminado no aumento da feminização da pobreza, alicerces para a cooptação das adolescentes para o tráfico de drogas. Isso corrobora para que essas jovens façam alusão ao tráfico como um trabalho e não, necessariamente, como um crime. Portanto, as mulheres jovens estão na base da pirâmide, seja no mercado formal, informal e/ou ilícito. Podemos deduzir que são essas mulheres jovens e negras que estão ainda mais em situação precária, já que quase todas as interlocutoras se autodeclaram pardas ou negras e não exercem funções de poder no tráfico.

Dessa forma, outra linha do envolvimento é apresentada, a subalternização de mulheres pobres e negras a essa lógica capitalista no tráfico de drogas, que conversa com a linha de envolvimento afetivos com integrantes de facções e com a sexualização, “menorização” e vulnerabilização das funções exercidas por mulheres no tráfico de drogas.

Na trajetória de Marta, durante um período, ela saiu de casa para morar com uma namorada que exercia uma relação de poder no bairro. Durante esse período, Marta não exercia nenhuma função no tráfico, mas era conhecida pelos meninos, como as demais interlocutoras, como mulher de bandida. Como dito anteriormente, assim como nas relações heterossexuais, as integrantes de facções não querem que suas namoradas participem do esquema: “Porque quando eu morava com ela, ela não deixava eu me envolver com nada disso. Ai quando eu me separei dela, eu cheguei nela “vai deixa eu entrar no movimento?”. E ela pegou e deixou” (Marta, 2019). A própria Marta, adiante, repetiu esse discurso ao dizer que atualmente não fica com meninas envolvidas.

Tipo, eu namoro... que eu fico... eu não gosto de ficar com essas menina assim que é envolvida também. Eu pego mais as menina que sabe... que não é envolvida, aí as mãe dela “soltam essa menina réa, envolvida e tal, já foi presa”. Tá dizendo nada, elas gostam mermo assim (risos) [...] Nam, porque não. Eu vou pegar igual eu é? Tem que pegar umas diferentes. (Risos). Porque eu tenho as minhas amiga num é envolvida não, é tudo patricinha, filha de papaizinho, eu saio com elas aí pronto, conheço outras amigas e elas não, assim que elas me vê elas não pensam que eu já fui presa, que num sei o que. Aí depois sabem, mas querem mermo assim. [...] num vende droga, não é faccionada. Que lá no bairro a maioria é. Num tem muita facção não, tipo, simpatizante é a mesma coisa. (MARTA, 2019)

Essa atitude deve-se por ela não querer ficar com uma menina que pode sofrer ou morrer a qualquer momento assim como ela, em suas palavras: “É, pra mim é. Porque já basta eu de faccionada, aí eu vou ficar com uma menina que é também. Aí tipo, eu acabo gostando dela, aí nós vai namorar, pronto, se vier, morre as duas. Quero isso não.” (MARTA, 2019). Na

análise de Barcinski (2012), também foi identificada a ascensão de mulheres e a reprodução do machismo por parte delas, oprimindo outras mulheres.

Na segunda entrevista, retomo para essa narrativa em que Marta diz que a partir de um relacionamento “se envolveu”:

Fiquei com raiva dela, aí eu peguei e fui traficar. [...] Nã, porque eu tava indignada da vida, eu tava... porque eu gostava dela, aí fiquei tipo, sem... sei lá. Eu peguei e fui vender droga, fui fazer um monte de coisa que eu não fazia quando tava com ela, porque ela não gostava. Aí eu comecei a usar maconha, comecei até a cheirar pó assim que eu terminei com ela. [...] ela não gostava, aí eu ia tá com ela fazendo as coisas que ela num gosta é? Porque ela também não fazia as coisas que eu não gostava. [...] Uhum, foi. Mas aí eu fui presa a primeira vez, né? [...] é bom, é dinheiro. (MARTA, 2019)

Ela conta como era a rotina “lá onde a minha mãe mora né, lá o tráfico é demais. Dá muito dinheiro. [...] aí eu ficava olhando, quer saber eu vou é vender também. Aí eu comecei. [...] Vendia perto de casa. [...] assim, num bequinho de casa. Chegavam e falava só quantas era, eu dava” (Marta, 2019).

Segundo Souza (2015), a construção de gênero, que subalterniza as mulheres, além de estar presente na dinâmica do tráfico, está, também, na criminalização destas. Esse processo de criminalização ocorre de forma micro e macroestrutural. Estudos na vertente da criminologia crítica feminista apontam que o homem, sobretudo com suas parceiras afetivas, tem papel central na inserção das mulheres no crime (BORGES, 2018). “Nesse sentido, as mulheres criminosas enfatizam seus papéis de cuidadoras e seu envolvimento são justificados através da proteção das suas relações afetivas (românticas) e familiares” (BARCINSKI, 2012, p. 54). Além disso, a condição de pobreza e a discriminação social, quiçá a de gênero, têm forte relação com a inserção do feminino ao crime, sobretudo ao tráfico de drogas, onde podem desempenhar suas funções maternas, já que o horário e a forma de trabalho ocorrem em um tempo diferente do mercado formal (PANCIERE, 2014; SOUZA, 2015).

Essa subjugação da mulher à supremacia masculinista presente no crime atravessa as trajetórias das adolescentes e as tem colocado nas dinâmicas faccionais. Quando seus companheiros são presos, elas continuam ocupando o papel de cuidadoras, mas quando o contrário acontece é possível perceber as ausências nas filas em dia de visitas nos presídios femininos (BORGES, 2018), o que reitera a ficção da “mulher de bandido” (BARCINSKI, 2012).

Em torno das sociabilidades do crime e dos que o fazem, o machismo se entrelaça em sua constituição.

A “macheza” do cearense parece adequada para a dureza que o estilo de vida do crime impõe, é insumo fundamental para a economia simbólica deste. Os ritos de comando obediência que perpassam as dinâmicas criminais no cenário de facções são

compreendidos e representados por jovens adeptos da forma de viver, do crime, a partir de símbolos e significados que remetem a representações da sua masculinidade e da importância desta como elemento de autoafirmação e identidade (SOUSA, 2019, p. 45).

A figura do “bichão da favela” é emblemática nisso, pois os meninos almejam tornar-se um ou “pagar de patrão” para ter, assim, seus “benefícios”, tais como consideração por parte dos demais, ostentação, mulheres, dinheiro, armas e carros (SÁ, 2011). Além dessas relações supracitadas, a ideia de bichão da favela nos ajuda a problematizar se, no território do crime em que performatiza-se uma masculinidade hegemônica que visibiliza a mulher como objeto de desejo e de exposição, territorializa-las é um efeito colateral dos mimos, curtições e outras regalias que “mulheres de bandido ganham” (SOUSA, 2019).

Ao passo que as mulheres que vivem “nas quebradas” e se envolvem com integrantes de facções estão sob constante “olhar”; por exemplo, seus celulares são confiscados pelos integrantes das facções para saber se elas estão se relacionando ou passando informações para sujeitos inimigos (SÁ; AQUINO, 2018). Quando são consideradas culpadas, são decapitadas e vídeos dessa ação são viralizados em redes sociais a fim de mostrar poder e maior virilidade diante de outras facções. Trabalharemos com esses fatos mais adiante.

Constitui-se, então, a condição subalterna e hipersexualizada da mulher no crime, os interlocutores, que de certa forma performatizam seu gênero a partir dessa construção masculinista que gira em torno do crime, possuem narrativas semelhantes aos jovens da pesquisa do SOUSA (2019). As relações socioambientais presentes nas dinâmicas do crime, ora objetificam as mulheres representadas em jargões como “mulher de bandido”, “mulher de facção x” ou “sem dono”, como as colocam em uma posição frágil, não permitindo exercer certas atividades que as podem colocar em maior perigo, como invasões por exemplo. Além disso, algumas interlocutoras falaram que não há muitas mulheres chefiando o tráfico de drogas por esse ser um cargo que exige uma certa “caminhada” e uma condição de “cabeça” que não seria qualquer mulher que conseguiria ter.

Contudo, o machismo presente em relações criminais permeia os modos de subjetivação das adolescentes, tornando-as reprodutoras da supremacia masculina ou de uma certa performatização masculinista, posto que além de internalizar esse machismo, externalizam em suas relações cotidianamente.

Pérola, quando tinha que penalizar pessoas quando sua droga sumia, escolhia a primeira vítima que aparecia em sua frente e “se transformava”, segue a cena:

Quando sumia minhas drogas, eu pegava ripa, mandava os avaciados botar as mãos, dava umas ripadas nas mãos deles e botava pra sair fora. Porque eu ficava no prejuízo e ficava indignada, e eu só parava quando eu via sangue nas mãos deles. Muito difícil

isso. E, foi quando eu vi que eu dependia deles, pra mim pode comer, se vestir, porque através deles que a gente tem dinheiro. Porque se não fosse eles a gente não teria dinheiro não. [...] Tipo assim a gente depende deles. Pra poder sustentar, quem veve no tráfico. Porque se não for os aviciados nós não tem condições não, porque eles que dão dinheiro a nós, através das drogas né. Eu sei que isso destrói muitas famílias, como isso destruiu a minha, é tanto que tinha aviciado que dizia “a Pérola me vende isso e aquilo, quando for mais tarde te dou”, ai eu dizia “oh passar de cinco horas já sabe né?”. Ai eles iam atrás de fazer dinheiro, chegava na hora e não conseguia, eu ficava indignada. “Ah num vai me dar meu dinheiro não”, ai passava um, dois dias, dava um semana, quando não me pagava e tal, eu via que tava usando droga, tirava onda, eu pegava as ripa e mandava eles botar a mão. É tanto que eu tava conversando hoje lá no dormitório que eu botei dez grama no buraco ai o aviciado foi e levou e ficou dois aviciado lá, uma mulher e um homem. Ai eu fui atrás e não tava, ai eu disse assim: “Fulano tu mexeu aqui no buraco na hora que eu mandei tu vir buscar meu pote?”, “Não, quem tava ai era o Sicrano”, aí eu disse “aí era?”, “era”. Ai eu disse assim “pois sumiu dez gramas minha”. Ai eu fiquei indignada, fiquei logo, peguei logo uma ripa com meio mundo de prego, ai eu disse assim: “bota a mão”. Ai num sei o que aconteceu que arrancou isso aqui dela [mostra uma parte da mão], aí eu parei porque eu vi o sangue da mão dela, aí parei. Ai do outro, ele não quis botar a mão, peguei dei uma paulada nas costas dele, no braço dele. Aí quando foi... aê eu não vou bater em mais ninguém não porque eu não sei quem foi que tirou minhas coisas, isso vai aparecer e eu vou descobrir quem foi e quando eu descobrir eu vou arrancar é as mãos. Ai no outro dia o cara aparece com a minha droga, ai a minha mãe não deixou eu fazer isso. Não deixou. Tivesse deixado eu tinha tacado, tinha cortado era a mão dele. (PÉROLA, 2019)

Pesquisadora: Pelo o que estou entendendo, a partir do que está me dizendo é que se você não se colocar numa posição de força, se não colocar essa violência, as pessoas não vão te respeitar.

É tipo assim, a gente diz que não é pra mexer e eles continuam fazendo a mesma coisa que eles faziam. E, tem uns que desafia a gente. Teve um que, eu tava grávida ainda e não tava mais vendendo droga, veio pra cima de mim. E meu irmão mais velho, que ele é direito, ele viu e ele... o homem quebrou um magote de garrafa pra tacar em mim, esse viciado, aí meu irmão viu e quando meu irmão viu, meu irmão pegou ele, deu uma pisa nele e quebrou todos os dentes dele. (PÉROLA, 2019)

Para a mulher, exercer cargo de chefia tem que passar por uma análise, talvez até mais rígida, e fazer como Pérola, reforçar estereótipos masculinos para ser respeitada e manter sua boca funcionando sem prejuízos.

Elas ficam em qualquer canto, hoje em dia. É comum hoje em dia. Pra mim hoje em dia o crime é comum. [chefiar] é um cargo muito pesado, é um cargo muito pesado. Mas hoje em dia, a mulher tem mais cabeça que o homem. Tem muita mulher que pensa mais do que o homem. Pensa mais que o homem, tem mais cabeça que o homem. é reconhecida como qualquer outra pessoa. (LILIAN, 2019)

Observa-se que as relações de gênero presentes no tráfico continuam sendo atravessadas pela hegemonia masculina e a subalternização feminina. São discussões que atravessam a constituição de territórios, regionalmente com suas singularidades; por exemplo, a figura do “cabra macho” que pode ocupar no imaginário social ideias de “masculinidade hegemônica”, sobretudo no Nordeste (SOUSA, 2019). Para Connell e Messerschmidt (2005), a masculinidade hegemônica é entendida como um padrão de práticas normativas que incorpora

a forma mais “honrada” de ser homem diante das demais formas de masculinidades; ela exige que os outros homens se posicionem em relação a ela e legitimar, ideologicamente, a subordinação global feminina. Os autores destacam que essa masculinidade hegemônica não é fixa, mas regional, por isso é mais coerente a existência de masculinidades hegemônicas. Ainda acrescentam que “há uma circulação de modelos de conduta masculina admirável, que são exaltados pelas igrejas, narrados pela mídia de massa ou celebrado pelo Estado” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, p. 252), acrescento, a partir da pesquisa, por coletivos criminais também.

Ao falarmos de masculinidade em contextos criminais, retomamos a ideia de matar, sociabilidade armada ou de “ser crânio” ou “ter cabeça”, como apontaram Lilian e Marta. A dimensão guerreira e a disposição envolvem a produção subjetiva em coletivos forjados na lógica bélica (SÁ; AQUINO, 2018).

Segundo Gusmão (2019), existe uma hegemonia masculina nos contextos criminosos, sendo essa hegemonia uma extensão do que é entendido pelo papel dominante do homem na sociedade de modo geral. Então, exercer esse papel de dominância no crime, requerendo ter comportamentos que se assemelham à ideia de uma masculinidade hegemônica, poder ser uma alternativa de reconhecimento negada em outras instâncias sociais para essas adolescentes. Nas palavras do autor (2019, p. 135) “o sujeito não pode apresentar como fraco, inseguro, imaturo e irresponsável”.

Tem mulher chefiando também. É comum. Tem mulher que é conselheira, que ela que organiza esse negócio do batismo. Ma ela tem que ser uma mulher... mulher mesmo! Da a voz e ... e ta certa da voz que ta dando e nunca vacilar. Porque se ela vacilar vai ser cobrada. Porque mulher né, nem muitas são capacitadas pra ta num cargos deles. [...] pra saber se ela é crânio, como se... ela fosse comandar uma favela, ela tem capacidade de ta né... ta num cargo mais acima deles. [...] porque já tem as mulher que ... é mais avançado do que os outros, vamos dizer o chefe, ai tem a chefa rs [...] A maioria deles que é assim cabeça de alguma coisa, eles não envolvem as mulher deles. Tem uns que não gosta de envolver a mulher deles. Que se ele for sofrer alguma coisa, ele não quer que ela esteja presente. (JAPA, 2019)

A respeito disso, em sua pesquisa, Barcinski (2012) apontou aspectos subjetivos de mulheres que praticam atos infracionais, que sucessivamente constituem as narrativas de “mulher de bandido” e “mulher diferente”. Ser vista como uma mulher diferente está ligado a exercer um papel “masculino” no tráfico, como ser responsável por uma boca, e por isso ela alcança um determinado poder e prestígio, mas para isso ela deve performatizar determinados comportamentos que Pérola aderiu a si, como o de corajosa, sangue quente, ser “mulher mesmo” (outras adolescentes também falaram isso). Essa performance é mais visível em Marta, Paul e Lorin, todas na fronteira do gênero binarista e que transitam entre as funções reconhecidas como masculinas e femininas.

Como visto pelas narrativas apresentadas, no Ceará, podemos encontrar uma certa inserção da mulher em alguns cargos com maior poder. A respeito disso o fortalecimento, ou seja, a via afetiva é que prevalece na hora da inserção da adolescente para dentro do esquema e determina que papel ela vai desempenhar. Quase todas são pequenas vendedoras.

Importante comentar que no Nordeste, outro contexto sociocultural em relação ao Sudeste, as facções foram sendo remodeladas, por isso é comum haver madrinhas e conselheiras, mas, em geral, essas mulheres estão acompanhadas de uma figura masculina, a saber, pais, maridos ou uma “mulher masculina” (lésbica que se assemelha ao imaginário masculino). O “crime organizado”, como destaca Chinesa, é muito organizado e mantém ativas estruturas já existentes nas malhas de poder dentro e fora da legalidade. Contudo, a subjugação da mulher ao homem ainda é presente; o patrão é quem disponibiliza a droga para as bocas, articulando aqui a literatura estudada com as trajetórias das adolescentes. Assim, a mulher acaba sempre ocupando um papel subalterno, sendo reconhecida como propriedade do homem, já que é ele quem tem exercido o poder na sociedade patriarcal (BARCINSKI, 2012).

Ninguém pode mais assim vender droga pra si, tem que vender pra facção, entendeu? Se não vender pra facção, não pode vender. Agora a facção domina tudo aí fora [...] tipo assim, lá onde moro é, CV, né? Ai eu não posso pegar droga da mão de outra pessoa assim, eu tenho que pegar da mão da pessoa que domina o meu bairro. (LOIRINHA, 2019)

Pergunto para a Loirinha que papéis ela exerce no tráfico e ela respondeu:

Quando tava em falta aí eu ia buscar em um canto aí eu levava pra onde eu moro aí como tava em falta né? Aí eu dava pros outros vender e eu ficava com minha pra eu vender, tendeu? [...] aí eu pegava lá mermo. [...] Tipo assim ó, eles não tinha, aí eles ligava pra outra pessoa e aí eu ia buscar. [...] Claro, a maioria, tava sem droga. Como é que eu ia vender? [...] só tinha eu e outra lá. [...] porque os meninos de lá é tudo de maior, né? Só quem ia mais era os de menor. Que de maior é meio embaçado. (LOIRINHA, 2019)

Na tentativa de retomar sobre a impossibilidade de cometer atos ilícitos e de namorar, pergunto se antes de seu namorado ser preso, se ela estava traficando também, de forma muito assustada a mesma respondeu: Não! Deus me livre, **eu levava era uma pisa.** (LOIRINHA, 2019)

Nas cenas apresentadas, alguns aspectos sobressaem, aspectos esses que também, são percebidos em outras falas: 1. a presença de um companheiro que impossibilita o acesso direto ao tráfico e, posteriormente, a ausência deste passando a ser um elo ao negócio das drogas ilícitas; 2. a subordinação ao chefe do tráfico local para poder revender as drogas, fazendo com que ela seja vista como integrante da organização e, muitas vezes, culminando em seu batismo.

A objetificação da mulher como pertencente ao homem ou como aquela que ocupa essa função dentro da normatividade dicotômica que estrutura a sociedade brasileira,

consequentemente, os mercados ilegais, torna as adolescentes peças ainda mais interessantes e descartáveis para o negócio da droga. Essa *dual* relação de importância e descartabilidade é atravessada pelas necessidades peculiares do tráfico de drogas e pelo seu próprio funcionamento mercadológico. Nossas interlocutoras informaram que não tiveram dificuldades de entrar no tráfico e algumas mencionaram terem sido convidadas. Essa facilidade mascara a subalternização, já que as adolescentes são cooptadas para serem laranjas (assumirem a culpa pela mercadoria quando apreendidas) ou mulas (fazerem o transporte das drogas e outras mercadorias ilegais), ou seja, são bodes expiatórios para os homens adultos que comandam os mercados ilegais.

Nessa lógica, elas são objeto de interesse, mas também descartáveis quando necessário. Vale ressaltar, que algumas adolescentes não se vêem dentro dessa lógica, pois informam que seus comandos não colocam as mulheres em operações mais perigosas como invasões em territórios inimigos, sendo assim uma “proteção” ao “sexo frágil”.

Apesar das semelhanças, cada organização criminosa em que as adolescentes estão vinculadas têm suas formas particulares de trabalhar com mulheres. Por exemplo, as adolescentes ligadas ao CV (Pérola, Loirinha e Lorin) informaram que existem mulheres ocupando cargo de conselheira e de chefias de bairro, enquanto as adolescentes ligadas ao GDE (Japa, Marta, Lilian) disseram que os meninos não querem elas exercendo atividades que possam colocá-las em risco, apesar de dizerem que não sofrem represálias se elas fizerem. Nenhuma adolescente disse ser do PCC ou simpatizante a ele. Essas costumam não chamar a atenção no Aldaci e não têm interesse em participar de atividades que podem expô-las.

Importante ressaltar que as estruturas hierárquicas e coloniais mantêm-se ativas no tráfico internacional de droga. Países do norte global têm relativamente estável o mercado de certas drogas de alto poder aquisitivo e não sofrem com o belicismo imposto pela política de guerra às drogas como os países do Sul, sobretudo na América Latina, que estabelecem, cada vez mais, a penalização do Estado sob a égide da guerra às drogas (BARROS, 2019). Esses grupos organizados produzem e reproduzem a lógica do capitalismo, por isso existem regras internas que garantem sua estrutura de funcionamento como qualquer outra instituição inserida no mercado transacional, inclusive na manutenção da miséria, visto que os pequenos varejistas continuam na base da pirâmide e são o elo mais precarizado, enquanto os grandes empresários do tráfico usufruem dessa mão-de-obra precarizada e, em geral, não residem nas favelas (VALOIS, 2017).

Podemos também problematizar as estruturas territoriais e regionais em que essas organizações se encontram. Entendemos que apesar das facções virem da região Sudeste do

Brasil, ao se relacionarem com as estruturas territoriais, históricas, culturais e políticas presentes no Nordeste, é possível perceber que elas se adaptam e se transformam. Há uma certa peculiaridade nas maneiras de fazer o crime e a violência no Ceará “sob a ótica de uma economia simbólica e social que não é a mesma registrada em relação ao crime em geral” (SOUSA, 2019, p. 78). Por exemplo, o CV no Rio de Janeiro exerce uma função de garantias de direitos nas comunidades que o Estado não o faz, relação essa que não se estabelece da mesma forma no Ceará. O PCC é conhecido por não permitir afiliação de menores de idade, contudo, com sua parceria com a GDE, conhecida pela maior inserção de adolescentes e jovens, o PCC teve que se adaptar a essa condição (SÁ; AQUINO, 2018; SOUSA, 2019). A respeito disso, algo comum entre as facções, apesar de acontecer de formas intensamente diferentes, os jovens são cada vez mais cooptados e subalternizados pelas facções criminosas, ficam nas trincheiras.

Como apresentado no capítulo anterior, o assassinato das meninas e a forma que com que isso ocorre, foi colocado pelas interlocutoras como uma maneira estratégica que visa “atingir a facção inimiga”. As facções, em geral, são representadas socialmente por uma figura masculina. Se adolescentes são cooptados para o tráfico ainda na infância, sob a justificativa de serem regidos juridicamente por uma lei mais “branda”, as adolescentes, por estarem dentro do que se entende por universo feminino e, por ainda, não serem marcadas por agentes de segurança pública como os homens são (a sujeição criminal ocorre mais com homens, elas acabam sendo “peças” interessantes para a manutenção do mercado de drogas e, por isso, são duplamente vulnerabilizadas pelo fato de serem mulheres. Reiteramos, o tráfico - grupos criminosos- reproduz o modo patriarcal de controle social e regulação dos corpos feminizados.

As funções que as mulheres ocupam no tráfico são mais precarizadas e de menor relevância. Muitas vezes, elas acabam ganhando menos (BARCINSKI; CÚNICO, 2016). Por isso, é notória a demarcação da desigualdade de gênero no tráfico de drogas. Por exemplo, os trabalhos manuais e de maior delicadeza acabam sendo destinados às mulheres, e aos homens que se respeite a máquina (MOURA, 2012; SOUZA, 2015). “Eu percebo, é desse jeito, quando pra tipo eles vê que é mulher, né? Aí tipo pra eles é mais fácil, de deixar uma coisa em algum canto, fazer alguma entrega” (NOVINHA, 2019). A figura da “mula” é um dos grandes símbolos dessa subalternização na dinâmica do negócio da droga ilícita (PAIVA, 2018).

O papel do vendedor é o mais visibilizado e vulnerabilizado, ao mesmo tempo que é de grande relevância, pois é a ponte entre ponto-de-venda e clientes (FEFFERMANN, 2006). Todas as nossas interlocutoras ocupam esse papel. Quase todas foram convidadas a integrar o tráfico para revender, especificamente por “levantarem” menos suspeitas policiais do que

homens estereotipados como bandidos (BARROS; BENÍCIO, 2017), e a saberem buscar e deixar drogas e armas em diferentes lugares.

Paul e Japa são adolescentes que recorreram ao tráfico, além das questões estruturais que já foram citadas, por fragilidades de vínculos com familiares, além do esgarçamento de redes de apoio social, como políticas públicas garantidoras de direitos, e laços comunitários. Sem cair no discurso de culpabilização da família ou da família “desestruturada”, suas famílias vivenciam o processo de feminização da pobreza que tem maximizado a condição precária de famílias monoparentais. As interlocutoras haviam saído de casa por motivos diferentes e encontravam-se desempregadas e, assim, o mercado do tráfico de drogas absorveu suas mãos de obra. Mais uma vez, nos atemos a essa relação das adolescentes com o tráfico como “trabalho”, o estigma que elas carregam em seu corpo (MISSE, 2010), entrelaçado à precarização dos trabalhos informais legalizados que aparecem para elas, como doméstica, babá e vendedora, não são suficientes para subsistência. Além disso, muitas vezes, elas são vítimas de humilhações e discriminações nesses trabalhos e o tráfico de droga aparece como uma “saída pela tangente” para a sobrevivência. A ausência de oportunidades e redes de apoio priorizam determinadas vidas e empurram juventudes supérfluas para o tráfico de drogas.

4.3. “Tráfico é de lei, lá onde eu moro dá muito dinheiro”: modos de subjetivação sob o signo da intensidade-aventureira

Na liberdade eu tô só fumando maconha, divulgo meu trabalho. Sou vendedor ambulante, divulgar meu trabalho. Eu vendo jujuba, amendoim. Quer que eu divulgue? Bom pessoal, primeiramente, desculpa está invadindo o silêncio da viagem de vocês. Mas eu gostaria de estar desejando um ótimo boa tarde. Bom pessoal, como vocês estão vendo, eu sou mais um vendedor ambulante e eu vou passar na mãozinha de vocês aqui, sem nenhum compromisso. Lembrando, não obrigado você segurar, muito menos comprar. Então, tô passando na mãozinha de vocês esses deliciosos amendoim da crokíssimo, sabor levemente salgado. Abençoado, custa apenas um real. Se você ver que essa pequena moeda de um real, não vai estar te fazendo falta, não tirar da boquinha das suas crianças, eu vou estar agradecendo de coração ta. Pois o pouco com Deus é muito e o muito sem Deus não se torna nada. Muito obrigada pela atenção. Desculpe o incomodo e tenham uma ótima tarde e uma ótima viagem. (PAUL, 2019)

Iniciamos este tópico com a divulgação do trabalho de Paul; desde os 10 anos ele trabalha fazendo bicos “trabalhava vendendo polpa na feira, mas só quando tinha maracujá” (Recorte da entrevista de Paul). Depois de ser demitido ele passou a “trabalhar” para o tráfico local, quatro meses antes de ser apreendido também estava trabalhando vendendo jujuba, amendoim, dentre outras guloseimas. A vida de Paul está entrelaçada ao trabalho infantil, seja fora ou dentro do tráfico de drogas. Além delx, outras adolescentes já trabalharam fazendo

“bico” desfiando peças, como diarista, etc. Algumas delas preferiam trabalhar para ajudar em casa ou para ter dinheiro e não depender mais financeiramente dos pais do que estudar, portanto, o ingresso no mercado de trabalho infantil, além de ser um vetor da evasão escolar, é uma linha de envolvimento.

O bairro dela era... era um negócio que... **eu via que era fácil, o que eu ganho...** porque... eu que me envolvi por má influência mesmo. Porque eu ficava esperando ela lá nas esquinas. Ai eu via os elementos, puxava assunto com os elementos. Ai pra babar os elementos eu vi que... né.. eu tinha dinheiro, que eu trabalhava. Eu já cheguei a trabalhar vendendo fruta. Eu era trabalhador, mas... Ai eu fui me envolvendo e aos pouco eu já não tava indo pro trabalho. Vendia fruta na feira. Ai meu patrão me despediu, ai pronto. (PAUL, 2019)

Ao fazer análise da trajetória de Paul, os rapazes que comandam o tráfico onde ela morava com sua namorada viam sua responsabilidade e dedicação no trabalho, desse modo, eles quiseram sua mão-de-obra “responsável”. O valor que se ganha em um dia de “trabalho” no tráfico de drogas, mesmo arriscando a vida para isso, chega a ser muito mais que o triplo do que Paul ganharia na feira ou vendendo jujubas, de modo que o alicerce do mercado do tráfico é a possível ascensão social e “vida de ostentação”.

Essa linha de envolvimento dialoga diretamente com mais duas outras: a precarização no trabalho formal e sua incapacidade de abarcar a todos(as), a qual dialoga diretamente com outra linha de envolvimento, que são os modos de subjetivação pautados na adesão ao *ethos* da aventura/intensidade em detrimento do par “moralizador trabalho-longevidade⁴⁴”.

A respeito disso, algumas interlocutoras comentaram sobre as vidas precarizadas que suas mães levam e que não queriam o mesmo futuro para elas, sendo assim, acabam por ser capturadas pela lógica da ostentação e ilusória da ascensão social que o crime supostamente proporciona, mesmo que o preço para isso seja uma “vida curta”. Podemos também problematizar essa noção de vida curta, já que elas, mesmo em pouco tempo e com um certo “prazo de validade”, “vangloriava” as diversas experiências boas (festas, viagens, diversão, etc.) e negativas (consumo abusivo de drogas, tentativas de sequestros e até mesmo de homicídio, privação de liberdade, etc.) que seus pais nunca tiveram mesmo tendo o triplo de idade que elas. Como é apresentado por Marta e Novinha a seguir. “Eu quando eu comecei eu não sabia se eu queria aquilo mesmo, eu ia tentar sair mas não deu tempo, quando foi depois de

⁴⁴ Neste caso, a noção de desejo sai de um parâmetro moral, em que devem entrar no trabalho formal precarizado. Com essa discussão, pretendemos mostrar justamente que as produções desejantes são complexas e não necessariamente passam por essa moral que impõe o trabalho formal precarizado como algo a ser seguido por todo e qualquer jovem periférico. Com essa discussão, indicamos também a necessidade de se ter cautela com a ideia de que a ética se adequa ao que é moralmente aceito.

um tempo eu vi que não era aquilo que eu queria, tendeu” (NOVINHA, 2019)

Fui em festa demais. [...] foi diferente porque... foi assim, que chegar lá tinha tudo, tinha bebida, tinha tudo que queria beber, por causa que tráfico é de lei, lá onde eu moro dá muito dinheiro. Eu tava até com uma moto, comprei até uma moto. É porque quando eu fui presa, a moto foi apreendida também porque eu era de menor, tava sem capacete, aí a moto ficou. Mas eu tinha moto. (MARTA, 2019)

A precarização sistêmica a que as jovens estão submetidas as torna alvos de ludibriamento das facções e seus *modus operandi*, os quais prometem em troca de sua fidedignidade e pertencimento uma vida curta, mas intensa e “babilônica”. Desse modo, para jovens em contextos perifерizados, o tráfico de drogas é visto como um mercado disposto a absorver qualquer um e sem exigir nenhuma” qualificação”, somente a lealdade ao patrão que figura a facção. Portanto, o tráfico vai se tornando um nicho para sujeitos supérfluos na dinâmica desigual do neoliberalismo.

A mãe de Pérola, da qual falamos anteriormente, não conseguia emprego devido à sua “baixa qualificação” e por não ter o ensino médio completo, recorreu ao tráfico para poder sustentar-se. Pérola recorreu ao tráfico, mesmo quando havia parado quando descobriu-se grávida, para poder comprar o enxoval de sua bebê. Ao término da medida, ela diz que não quer ter o mesmo futuro que sua mãe, voltar a traficar por não conseguir trabalho. No último dia que fui ao Aldaci, no encontro com Pérola, ela disse que algumas pessoas da SEAS prometeram ajudá-la a conseguir ser jovem aprendiz na própria SEAS. Segundo a adolescente, essa oportunidade é decorrente de sua perseverança em querer “mudar” de vida e pela sua filha.

É importante ressaltarmos que a maternidade, junto ao desemprego e abandono paterno, são fatores que têm levado mulheres a entrarem para o mercado de drogas, já que os horários de “trabalho” e a forma como ele pode ser exercido permite uma certa flexibilidade para manter as duas funções: provedora e cuidadora da criança. No âmbito do sistema prisional, Borges (2018) aponta que mães solteiras, negras ou pardas (como no caso de Pérola e sua mãe, de Paul e seu filho), moradoras de favelas, com baixa escolaridade e desempregadas são as principais vítimas do genocídio de mulheres negras pela política de guerra às drogas. São usadas como bodes expiatórios pelo sistema de justiça, altamente seletivo em suas condenações, e ficam submissas às dinâmicas do tráfico de drogas e seu *modus operandi* feminizado. Outro fato a ser destacado é que no Centro Socioeducativo não é comum ver adolescentes cumprindo medida socioeducativa de meio fechado grávidas ou com bebês recém-nascidos. A partir dos diários de campo, a informação dada é que o sistema de justiça compreende a maternidade como uma nova “etapa” da vida da adolescente que pode contribuir para ela não transgredir mais. Contudo, não são levadas em consideração as condições socioeconômicas da mãe antes e

principalmente após a gravidez. Além disso, a maternidade surge como uma função reguladora e de controle social do feminino. Como se a maternidade junto das paredes⁴⁵ rosas da instituição pudessem contribuir para o retorno ao feminino negado ao “escolher” uma vida transgressora.

Segundo nossas interlocutoras, residir em um determinado local, conhecer pessoas envolvidas, ter uma determinada estética e fazer uso de drogas tidas como lícitas ou ilícitas, aumenta as chances de ser identificada como envolvida, tanto para os integrantes das facções antagônicas ou não, como também, para o Estado. Como foi possível perceber no tópico em que apresentamos as interlocutoras, elas residem em bairros periféricos, pobres e algumas em favelas conhecidas por sua condição de vulnerabilidade e precarização de moradia e de bem-estar social. O mercado do tráfico também está presente nesses mesmos locais, assim como a presença ostensiva e militarizada do Estado. Geralmente, as bocas ficam em travessas ou em becos por facilitarem uma certa camuflagem do mercado para a polícia, por isso, as favelas são lugares preferenciais para o traficante de varejo (SOUSA, 2019). Não porque o traficante varejista esteja presente somente em lugares pobres, ao contrário, esse mercado atinge toda as camadas sociais e funciona de diferentes formas de acordo com o poder aquisitivo do espaço em que ele se encontra. Mas é exatamente em territórios marginalizados que há uma mão-de-obra sobrando e estigmatizada pelo mercado formal e legal, assim como também esquecida pelos direitos sociais, tornando sujeitos que residem nesses locais negligenciados pelo Estado mais suscetíveis de entrarem no mercado precário da droga (VALOIS, 2017; BORGES, 2018; SOUSA, 2019).

O sistema social, político e econômico vigente, alicerçado na acumulação do capital, cria e reproduz uma reserva de força de trabalho desempregada ou parcialmente desempregada, e uma grande parcela desta população passa a desenvolver estratégias de sobrevivência, sendo que alguns transpassam o limite da legalidade (FEFFERMANN, 2006, p. 209).

Nas palavras de Foucault (2012, p. 35) sobre o tráfico de drogas, este “se estende sobre uma espécie de tabuleiro de xadrez, com casas controladas e casas livres, casas proibidas e casas toleradas, permitidas e alguns, proibidas a outros. Apenas os pequenos peões são colocados e mantidos nas casas perigosas. Para os grandes lucros, a via está livre”. As interlocutoras ocupam o perfil de mais vulnerabilizadas na engrenagem que mantém ativo esse mercado ilegal, são os peões no xadrez do tráfico. Ocorre que compõem o processo de liquidação desses corpos descartáveis para o mercado formal, bem como também para o mercado ilegal e informal (FEFFERMANN, 2006).

Os comportamentos marginais, apesar de neles haver discriminação e de estarem sujeitos à punição social e/ou legal, acabam se afirmando e se ampliando, criando

⁴⁵ Como já dito, o Aldaci tem muitas paredes rosas e com cursos voltado para profissões feminizadas.

estratégias de sobrevivência, que instauram novos códigos simbólicos que admitem outra ordem” (FEFFERMANN, 2006, p. 273).

Pesquisadores(as) buscam refletir sobre hipóteses que levariam jovens ao tráfico de drogas: a substituição dos adultos assassinados ou presos têm contribuído para a coação de jovens no negócio da droga ilícita, sobretudo iludidos pela falsa ideia de enriquecimento, acesso ao mercado e garantias do consumo; outro fator se refere à vulnerabilização dos jovens inseridos no mercado “formal” e ilegal, já que vivenciam o trabalho infantil não legalizado e acabam sendo mais percebidos por gerentes (chefes) do mercado local, fazendo com que a rotina trabalhista no tráfico seja associada a esse “trabalho formal” precarizado, mas que irão ganhar mais dinheiro e serão menos humilhados; as oportunidades desiguais atravessam transgeracionalmente a família desses jovens, alguns têm familiares que vivenciaram o cárcere, o desemprego ou possuem empregos mal remunerados e precarizados; a convivência com o tráfico desde a infância, tornando a dinâmica violenta imbricada ao seu sistema banal; necessidade de sentirem-se pertencentes a um grupo; acesso a bens de consumo, pois são subjetivados por forças capitalísticas assim como os outros adolescentes; sentimento de desafiar o Estado, adrenalina e dívidas de drogas por conta de algum uso abusivo; por fim, mesmo que os jovens ocupem funções subordinadas, sejam explorados e obtenham ganhos pouco significativos quando comparados com os adultos, o acesso rápido ao dinheiro (não precisar esperar um mês, que nem sempre garante um salário), a consideração e aceitação dos outros envolvidos no mercado do tráfico de drogas, são ganhos que o trabalho infantil garantem de forma mais precarizada e menos significativa (FEFFERMANN, 2006; VARGAS, 2011; SOUZA, 2015; VALOIS, 2017; BORGES, 2018; SOUSA, 2019).

Dessa maneira, as razões que levam pessoas ao ingresso no mercado do tráfico de drogas são diversas, por isso devem ser levadas em consideração ao mesmo tempo as periculosidades das histórias de vida e o plano coletivo das forças que produzem subjetividades nas margens urbanas e atravessam as vidas de juventudes ali inseridas.

Para ilustrar, apontamos os resultados da pesquisa de Sousa (2019), em que os jovens interlocutores buscavam ascensão financeira e afetiva através do mercado do tráfico. Buscavam, sobretudo, não seguir o mesmo caminho que seus familiares no mercado legal que mói diariamente a vida dos trabalhadores e que não possibilita o acesso a uma vida intensa. A mudança da condição de “trabalhador” (mercado formal ou informal, mas não ilegal) para “bandido” (dentro da ilegalidade) é uma mudança da perspectiva de “longevidade” (que supostamente o mercado legalizado potencializaria) para “intensidade” (mesmo com o risco, o acesso ao consumo atingido pelo ilegalismo) foi identificado por Sousa (2019) como um dos

principais elementos que compõem as relações de poder nas maneiras de fazer o crime no Ceará e, por conseguinte, influencia os modos de subjetivação dos jovens.

O trabalho duro, desinteressante e mal remunerado, e a vida perigosa, aventureira e curta de bandido, optando pela segunda. Seriam os mais destemidos e muitas vezes os mais talentosos - vendo frustradas as suas possibilidades de sair da vida opressiva e da condição de pobreza - os candidatos mais prováveis a fazerem a passagem, ganhando fama, poder, dinheiro fácil e morte quase certa (SOUSA, 2019, p. 93).

Ainda na perspectiva do autor, em sua grande maioria, os jovens almejavam carreiras meteóricas no tráfico e imaginavam que quando conseguissem uma certa quantidade de dinheiro e fama, saíram do mercado, todavia, inserido no capitalismo, o tráfico de drogas funciona da mesma maneira que os demais mercados; mantém na base da pirâmide a utopia que a partir da ideia ilusória que o esforço braçal permitirá chegar ao “topo”, quando na verdade, muitos viveram em condições de exploração e opressão (SOUSA, 2019).

Em uma pesquisa no Instituto Penal Auri Moura Costa, único presídio feminino do Ceará, especificamente com mulheres presas por tráfico, elas também fizeram referência ao tráfico de drogas como uma oportunidade de “ganha pão” em meio ao desemprego e às suas obrigações como chefes de famílias: “antes de ser apenas infração penal, é percebida pelas reclusas como forma de oportunidade de trabalho, capaz de possibilitar, de alguma forma, a superação da difícil situação financeira que afeta não só as próprias vidas, mas também o grupo familiar” (MOURA, 2012, p. 63).

4.4. “Ficar bem considerada na quebrada”: modos de subjetivação pelo hiperconsumo e a busca por visibilidade/reconhecimento

Envolvida pra mim é aquela pessoa que vende droga faz tempo, que tem muitas amizades, assim, que vai deixar uma coisa no canto, vai buscar uma coisa em outro canto, assim, muitas pessoas que é envolvida elas não são batizada, a maioria são. (Novinha, 2019)

Neste tópico trabalharemos as duas últimas linhas, que também podem ser vistas como analisadores que atravessam as trajetórias das adolescentes, costurando o envolvimento delas com as facções, sobretudo pelo tráfico de drogas, são elas: processos de subjetivação pelo hiperconsumo e a busca por visibilidade/reconhecimento e a segregação/exclusão produzida pelo Estado e pela sociedade.

O que eu já escutei dos meus colegas é que eles se envolvem por causa do dinheiro, por causa da fama, por causa do respeito. Porque... tem uma menina que puxa dormitório comigo que ela diz que se envolveu sem pensar. Que chamaram ela, que disseram que ela ia ter dinheiro, do bom, que ela ia ter tudo do bom e do melhor. E que ia ter fama, respeito, essas coisas. (Lorin, 2019)

Para uma melhor compreensão sobre os processos de sujeição, utilizamos Judith

Butler para entender de que forma as relações de poder que assujeitam as interlocutoras como “envolvidas” também as constituem; seja o poder exercido pelo Estado, que interpela essas adolescentes e as constituem como envolvidas abjetas, seja pelas organizações criminosas, que, paradoxalmente, também integram as trajetórias das adolescentes como mão de obra substituíveis. “Tá envolvida, tá participando das coisas, do crime. Uma coisa é a pessoa não se envolver. Uma pessoa que não se envolve, num vende droga, num tá no mei de traficante, num tá no mei de organização criminosa”. (Loirinha, 2019)

Em seu livro “Teorias da sujeição”, Butler (2017), além de outros fenômenos, analisa os processos de sujeição. Para ela, a sujeição diz respeito tanto ao processo de subordinação do sujeito quanto ao processo de constituição do sujeito. Nesse caso, envolvida seria, então, uma identidade psíquica formulada a partir: 1. dos discursos midiáticos e sociais sobre estar envolvida e, por isso, justificando a morte ou a privação de liberdade; 2. do enquadramento em vida desimportante, portanto, não passível de luto, em que o Estado reitera para manter suas desresponsabilização; 3. a subordinação das adolescentes nas atividades criminais, sobretudo, nas facções criminosas por serem conhecidas a partir de seu ato no Código Penal; 4. no encadeamento de marcadores sociais interseccionados, e; 5. na reprodução subjetiva dessas adolescentes em se reconhecerem a partir desse assujeitamento.

Em suas palavras, sujeição é

tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto, também, o processo de se tornar um sujeito. Seja pela interpelação, no sentido de Althusser, seja pela produtividade discursiva, no sentido de Foucault, o sujeito é iniciado através de uma submissão primária ao poder (BUTLER, 2017, p. 10).

Ou seja, há subordinação e formação simultânea do sujeito, sendo a submissão a condição da sujeição. Essa subordinação ocorre por meio da linguagem, como a autora demonstra a partir da cena de Althusser em que o policial convoca o sujeito e este aceita essa convocação. “A interpelação - a produção discursiva do sujeito social - acontece nessa troca pela qual o reconhecimento é oferecido e aceito” (BUTLER, 2017, p. 14). Tal interpelação do envolvimento desenha, repetidamente, uma subjetividade da envolvida. Portanto, nossas interlocutoras aceitam essa pecha e se constituem como envolvidas também.

Dialogamos com Guattari e Rolnik (1986) a respeito das subjetividades capitalísticas, em que há uma relação entre processos de subjetivação, sujeição e funcionamento do sistema capitalista. Destacamos, então, a dimensão hegemônica do capitalismo contemporâneo na forma como conduz e produz (duplo efeito) a economia mundial e, principalmente, na forma que lapida as subjetividades humanas para assegurar a manutenção desse sistema. Em suas palavras: “A ordem capitalística produz os modos das relações humanas

até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 42).

Dessa forma, as regulações necrobiopolíticas que produzem subjetividades capitalísticas, materializam essas regulações - típicas do neoliberalismo ou neocolonialismo - nos corpos e operam a partir de uma distribuição desigual e hierárquica do reconhecimento da humanidade, tornando os corpos mais precarizados “menos humanos”. Tomamos a noção de interseccionalidade para desenhar como ocorre essa distribuição desigual por parte do Estado, afinal, os marcadores sociais de privilégios e de opressões produzem avenidas identitárias que maximizam vidas ou vulnerabilizam corpos.

Aí se ele [padrinho] mandar eu matar alguém pra poder ganhar assim mais respeito aí eu tenho que matar essa pessoa. Porque se eu não matar, ele me mata. O que é, eu entrei pra esse batismo e tipo assim eu tenho que cumprir se eu não cumprir vai ser pra mim, tendeu? Se tiver um GDE aqui na minha frente e ele disser, mata esse GDE aí, se eu não matar quem morre é eu. É tipo uma moral que eles tem que ter com nós e nós tem que ter obediência. Já diz uma música do CV que “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. (LORIN, 2019)

Mas então, como explicar a aceitabilidade das interlocutoras em relação a essa subordinação faccionada que as põem como submissas, substituíveis e em evidência na guerra entre facções e estas contra o Estado? Esse assujeitamento as coloca em posição de fazer qualquer coisa: “se eles mandarem eu fazer alguma coisa, eu tenho que fazer. Num posso dizer não.” (Marta, 2019)

Butler (2017, p. 16) também explorou as condições de subordinação na sujeição que utilizamos para pensar esse assujeitamento:

Como condição de vir a ser do sujeito, a subordinação implica uma submissão obrigatória. Além disso, o desejo de sobrevivência, o desejo de “ser”, é um desejo amplamente explorável. Aquele que mantém a promessa de existência contínua, explora o desejo da sobrevivência. ‘Eu prefiro existir na subordinação do que não existir’ é uma das fórmulas dessa situação (em que o risco de ‘morte’ também é possível).

A autora destrincha a noção de apego e coloca como central para compreender a manutenção da subordinação para a existência. Lorin, por sua vez, dá-nos pistas das condições de aceitabilidade - e do desejo de “ser” - por parte das adolescentes:

Ai ela disse que se envolveu só pra se envolver. Eu acho que essas facções ai, a maioria dos adolescentes se envolvem mesmo só por causa disso mesmo. **Tipo assim, ficar bem considerado na quebrada: onde a gente passa todo mundo fala com a gente.** Tipo chegar num canto e num tiver dinheiro pra comprar, o cara consegue já comprar sem dinheiro mesmo. Ganha respeito, essas coisas. A mulherada cai em cima. (LORIN, 2019)

Ter fama, respeito e ser amado, considerado e ser desejado, ou seja, existir (visibilidade) e ter essa existência reconhecida (ser visível), são algumas pistas que Lorin nos

apresenta.

As interações sociais são dadas em micro espaços cercados por situações, circunstâncias, que cobram dos sujeitos avaliações ponderações, fazendo-os criarem sentidos sobre si mesmos, sobre os outros e sobre a realidade que os cercam. Situações de estigma, abandono, risco, exclusão, isolamento, são partes das tramas sociais dos suspeitos da pesquisa e são centrais para a interpretação que o suspeito faz da sua realidade, uma vez que é construída nas interações com pessoas, instituições e circunstâncias, de modo que possam construir os sentidos de obediência, confiança, reconhecimento, ou não, em relação a estas pessoas, instituições e circunstâncias (GUSMÃO, 2019, p. 130).

Essa maquinaria necropolítica das organizações criminosas, que produz essa lógica de inimigo como estratégia de conquista de territórios por meio de uma guerra informal, serve para a conquista e a manutenção dos mercados ilegais de drogas, de armas e de performances narcísicas. O lucro e o poder, gerenciados pela economia do desejo (GUATTARI, 1977), no sentido desse desejo como motor de potência e de produção dessas organizações criminosas, são os principais objetivos de quem se faccionaliza, como relataram nossas interlocutoras.

Esse processo conecta-se com a noção de “cidadania escassa”, não se é alguém pelo estatuto político de cidadão, mas pelo estatuto de consumidor: aspecto dos modos de subjetivação capitalísticos imanentes ao neoliberalismo, entendida como dimensão residual da cidadania que sujeitos periféricos vivenciam nas margens urbanas (SALES, 2005). Segundo Sales (2005), o acesso à cidadania plena ocorre por meio da propriedade que o sujeito possui, características das sociedades de produção capitalista; isso faz com que jovens desprivilegiados não se encaixem aos padrões hegemônicos da posse, por isso, são indignos a condição de cidadania. De acordo com Feffermann (2006), os valores sociais democráticos não podem ser vividos plenamente, pois o clientelismo e o autoritarismo são práticas políticas ainda presentes, que por sua vez, tornam a ideia de cidadania destituída de valor social. Para a autora, para além de uma exclusão social, determinados jovens vivenciam uma inclusão perversa no sistema social. Muitos deles encontram em mercados ilícitos estratégias de se inserirem na sociedade, já que esses mercados incorporam a mesma estrutura capitalista. Contudo, a cólera de uma sociedade homogeneizante deposita seu ódio aos sujeitos dissidentes ou que manifestam desordem social.

Entrar na facção é também perspectiva de aspiração de ser considerada. Essa consideração, que não somente Lorin apontou, como também outras interlocutoras, efetiva-se como pista motriz do que leva ao envolvimento das adolescentes com o crime, especialmente ao mercado de tráfico de drogas, central para a sua permanência. As interlocutoras não se sentem consideradas pelo Estado, mídia e sociedade, fruto desses processamentos de racialização e do classismo.

Esse envolvimento “traduz a situação dos laços, das situações de obediência e relações de poder que esse tipo de sociabilidade engendra” (GUSMÃO, 2019, p. 132). Portanto, ser considerada, mesmo que implique no enquadramento de envolvida, é uma linha central na constituição de envolvimento.

Busca-se por consideração e reconhecimento numa sociedade que as coloca como ninguéns, inimigas, abjetas, não sujeitos, não cidadãs, morríveis e matáveis, invisíveis. Violência e faccionalização tornam-se dispositivos de visibilização, dizibilização e agrupamento de jovens invisibilizados, silenciados e desamparados por instituições formais. Portanto, articulando com essas discussões, entendemos que as interlocutoras, e de forma geral, jovens periféricos, buscam dessa forma, burlar a invisibilidade perversa, ou de certa maneira, reutilizá-la para desenhar uma outra elegibilidade cidadã/humana considerada nas “quebradas”.

Estar na lógica do crime é produzir-se dentro de um certo estilo de vida imediatista presente em contextos periféricos muito antes das facções. Todavia, conforme Sousa (2019, p. 42), “trata-se de um sofisticado sistema com raízes históricas, econômicas e culturais profundas que se projeta com suporte do crime para alcançar outras dimensões da vida social de muitos cearenses, alterando o modo de viver e de pensar sobre a existência do outro e a sua própria⁴⁶”. Contexto esse que, inclusive, possibilitou a inserção de uma rota do tráfico de drogas internacional e a chegada das facções.

O contato com “mundo” se inicia na infância, diante da proximidade com os amigos do bairro; no trajeto da escola; a proximidade da residência com as “biqueiras” etc., traduzindo, assim, as circulações deles entre as fronteiras. Por vezes, acabam incorporando para si que não há alternativas, sendo esse o processo a ser seguido. Assumem esta identificação face às adversidades que encontram nas trajetórias deles: questões financeiras; de identidade com um grupo; necessidade de segurança e proteção (GUSMÃO, 2019, p. 125).

Na perspectiva de Sousa (2019), o crime é um estilo de vida que forja mais que soldados para as organizações criminosas, mas um novo *modus operandi* de vida aventureira, cujo a supremacia masculinista forja em uma masculinidade regionalmente hegemônica e formas transgressoras para alcançá-la. Ressaltamos que as adolescentes fazem parte desse processo, suas trajetórias são atravessadas por essa lógica hedonista que também influenciam seus modos de subjetivação. Fato este visto na fala de Marta. “Eu ia ficar no tráfico pra continuar ali, na mesma coisa não, né? Pra tirar onda, pessoa é mais respeitada também pela

⁴⁶ Na história do Ceará, existem inúmeros exemplos que demonstra como culturalmente a violência e o crime estão presente nas disputas de poder, sejam políticas partidárias e por grupos indígenas, ou mais recente, por gangues e torcidas organizadas (DIÓGENES, 1998). As figuras “sujeito homem” e “caba macho”, por exemplo, têm constituído disputas masculinistas muitos antes do crime organizado, afinal a sexualidade é um fator importante nas disputas de poder (SOUSA, 2019).

população em si. [...] tirar onda é tipo sair pra onde quer, na hora que quer. [...] cadê o dinheiro?” [risos] (Marta, 2019).

Estar dentro dessa lógica intensa e de ostentação produz uma relação de consumo diferente da relação com o trabalho formal. Em muitos momentos as interlocutoras diziam que era um dinheiro amaldiçoado e que não durava tanto quanto um salário mínimo. Materializa-se a ideia de poder morrer cedo, por isso, não se teme na mesma intensidade que jovens não inseridos no crime a espera da morte, até porque essas jovens têm a ideia de que aproveitam a vida a cada dia como se fosse o último (SOUSA, 2019). Portanto, há um certo modo identitário de subjetivação nas facções, aparentemente comum nos processos históricos da violência no Ceará e da busca de pertencimento na própria cultura juvenil, que os jovens internalizam em troca de uma vida aventureira (SOUSA, 2019).

No contexto de privações e de opressões, entrar nas facções é uma forma que não se trata somente do apelo de consumo e falta de perspectiva de reconhecimento social e de visibilidade social, mas de ser “considerado”. Não é só consumo e grana, há também a possibilidade de encontrar uma relação de filiação e de “ser considerada nas quebradas”, inclusive pelo “bichão da favela” (SÁ, 2011). A busca por consideração é outra linha; nesse sentido, articulam-se o medo e o ódio, afetos que mobilizam a potência de ação para o envolvimento, e a proteção e a rápida ascensão que esses grupos prometem às adolescentes. São componentes que engendram o retalho do envolvimento pela busca da consideração.

Ostentando. Porque o tráfico é o que ta mais aí. Fora o roubo porque..., mas nem o roubo dá. Porque você pode roubar muito, você gastar um pouco, você já gastou o que roubou de muito. Porque dinheiro fácil, vai fácil. Esse é o ditado mais certo. Tráfico não, tráfico você faz um bucado de coisa com o dinheiro. (Paul, 2019)

Segundo Marta, o “trabalho” no tráfico lhe possibilitou ter acesso a bens materiais e ter dinheiro para ir a eventos sem precisar pedir à sua genitora. Mais recentemente, durante as visitas, Marta estava feliz por estar participando de uma escolinha de futebol, apesar de não ganhar dinheiro; ela quer continuar jogando e conseguir algum tipo de bolsa para assim não precisar mais traficar, contou. Portanto, o acesso ao consumo é também um fio condutor das adolescentes ao tráfico devido à propagação da ideia de poder ganhar muito dinheiro e *status*, o que promove a adesão subjetiva aos signos do consumo e ao espetáculo-ostentação.

Segundo Glória Diógenes (2011, p. 56) “especificações relativas ao que vestem, ao que carregam como adereços, ao estilo e à imagem que projetam são indícios mais eficazes, difundidos entre os jovens de reconhecimento e identificação social”. São adolescentes que se vestem de uma determinada forma, consomem produtos específicos e se encontram em seus gostos, sendo atravessados pela ideia de consumo como ponte para o reconhecimento como

cidadão.

É sobretudo utilizando-se do mecanismo capitalista do consumo que o poder hegemônico, atualmente, almeja a produção serializada de indivíduos idênticos, padronizados e massificados para fins de controle social e de manutenção do modelo capitalista. Observamos, portanto, uma desterritorialização da economia do desejo e uma reterritorialização a partir desta por meio da produção de uma subjetividade capitalística⁴⁷ (GUATTARI; ROLNIK, 1996) ou na percepção de Maria Rita Kehl (2015) reforçando uma “pseudo-indivduação⁴⁸”.

Articulamos as noções de sujeito como sintoma da cultura de Kehl (2015) com a propagação de “kits perfis-padrão” de Suely Rolnik (1997) para discutirmos sobre processos de subjetivação e consumo⁴⁹. Segundo a autora, os efeitos da globalização e invenção de novas tecnologias, sobretudo eletrônicas e suas teias midiáticas, influenciam as múltiplas experiências subjetivas; por exemplo, quando falamos de sujeito moderno estamos apontando um certo tipo de subjetividade. Os diferentes modos de regimes capitalistas e da cultura contemporânea afetam, abalam e perturbam (*afectos*) experiências subjetivas e intensificam as misturas e a pulverização de identidades, desse modo, identidades locais e fixas desaparecem em detrimento das identidades globais e flexíveis (ROLNIK, 1997).

Isso quer dizer que produz-se um modo hegemônico em torno de uma representação de si dada a priori, fazendo com que as pessoas busquem uma imagem perfeita homogeneizada e massificada subjetiva. O perigo disso é a obstrução de si em detrimento dessa representação. Nesse sentido, o não alcance disso ocasiona um sentimento de fracasso e um vazio de sentidos que se tornam insuportáveis, que, por sua vez, contribuem para lucros industriais com a toxicomonização generalizadas de identidade, em que o uso de substâncias e consumismo desenfreado “supostamente” permitem o alcance da plenitude e finitude.

A juventude, embora esmagada nas relações econômicas dominantes que lhe conferem um lugar cada vez mais precário, e mentalmente manipulada pela produção de subjetividade coletiva da mídia, nem por isso deixa de desenvolver suas próprias distâncias de singularização com relação à subjetividade normalizada. (GUATTARI, 2001, p. 14).

⁴⁷ Por meio desse conceito é possível destacar que a hegemonia capitalista produz uma economia mundial e subjetividades para fins de manutenção dessa lógica. Os três procedimentos principais são a culpabilização, segregação e a infantilização como apresentadas anteriormente (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

⁴⁸ Entendemos por pseudo-indivduação o processo em curso de formação do sujeito nas sociedades contemporâneas que mantém aspectos do capitalismo tardio, o qual pauta uma suposta diferenciação entre indivíduo previamente estandardizados e articulados pela lógica do mercado, sobretudo, da lógica do desejo e promover uma identificação idealizada com seus objetos (BATISTA, 2008).

⁴⁹ Na dissertação, não desconsideramos o fato de que há certa distinção do conceito de desejo entre elas. Para Rolnik, a partir da esquizoanálise, o desejo não está no âmbito da falta. Apesar de fazermos essa tentativa de aproximação, consideramos importante fazer a ressalva de que as duas partem de planos epistemológicos diferentes.

Como destaca Novaes (2006, p. 109), no mundo globalizado, “os jovens são convidados a reinventar maneiras e sentidos de inserção produtiva”. São jovens constituídos na mesma lógica capitalista e atravessados e homogeneizados pela produção de subjetividades capitalísticas (ROLNIK, 1997). Isso quer dizer que esses jovens continuam inseridos e respondem às expectativas da sociedade atual, posto que entendem que a relação de consumo materializa o poder.

A respeito da relação entre cultura e modos de subjetivação de adolescentes no contemporâneo, é uma “imagem do adolescente consumidor, difundida pela publicidade e pela televisão, oferece-se à identificação de todas as classes sociais” (KEHL, 2004, 90). Ao mesmo tempo que são transformados em “fatias privilegiadas” do mercado consumidor, uma “identidade juvenil” é largamente difundida como melhor momento etário de uma trajetória de vida (NASCIMENTO; COIMBRA, 2015), outrora consumidores em potencial. Portanto, entrelaçada à lógica do mercado violenta e competitiva e à espetacularização da vida marginalizada, a ideia de consumo como estratégia de felicidade e a cultura hedonista e da identidade juvenil como algo almejado por todos tornam-se condições que se entrelaçam aos modos de subjetivação. Contudo, nem todos os sujeitos serão capazes de consumir tudo o que é oferecido - produzido - a essa classe no contemporâneo, mas se identificam com o ideal publicitário (KEHL, 2004). Esses “kits perfis-padrão” são dispositivos de subjetivação serializada que fabricam a imagem do periculoso e ativam o dispositivo da criminalização.

Se há uma cultura que serializa esses sujeitos e nossas interlocutoras compõem a grande parcela que não será capaz - formalmente - de inserir-se nesse campo, o crime não só permite esse consumismo, como produz subjetividades que almejam essa representação. No caso das adolescentes, marcas de batom, roupas e bolsas, cortes de cabelos diferentes, modos de se vestir, se comportar e de se relacionar atravessam as forças que produzem os modos de subjetivação das interlocutoras.

Eu ia comprar um short da Fio Sete que era a mulher lá perto de casa que vendia, e um short era duzentos, duzentos e pouco. E todo sábado eu tinha que ter 50,00 R\$ pra dar pra essa mulher, e quando ela [mãe] me dava derrame nas minhas coisas eu tinha que ir pra outro canto vender droga pra mim poder botar no dinheiro que ela tinha feito isso. Porque se não fosse, eu acho que já não tava mais nem viva, mas eu nunca fui morredora não. (PÉROLA, 2019)

A ideia de que você é aquilo que tem atravessa os processos de subjetivação das interlocutoras. O consumo de roupas, drogas e comida, para além da subsistência, são determinantes para optar pelo tráfico de drogas.

A cidadania escassa leva à exposição da violência por serem encaradas como morríveis e matáveis, tanto pelo Estado como por integrantes de facções rivais. Isso faz com

que as adolescentes busquem meios de subverter a lógica da invisibilidade e construam uma identidade reconhecida, mesmo que perversamente, no crime. O mercado da droga é, desse modo, uma porta constantemente aberta, ele passa a ser, então, uma forma de burlar o desemprego, garantir a inserção no “mundo do trabalho” e uma forma de acúmulo de capital e de consumo de bens materiais (FEFFERMANN, 2006).

São atraídos pelos mesmos ícones: competição, poder, astúcia, mulheres, dinheiro, arma, carro, entre outros e que lhe dão legitimidade. Forma-se, assim, uma sociabilidade na qual a busca pelo poder ocorre por meio de elementos de legitimidade semelhantes aos dos jovens que não atuam no tráfico e que ressignificam os modelos do discurso dominante. O jovem no tráfico, ao não encontrar reconhecimento nas instituições legítimas da sociedade, procura outra forma de ser reconhecido. A falta de perspectiva quanto ao futuro desta sociedade que o tornou marginal e uma das razões que o motiva a ter lugar, no qual pode ser respeitado e obter dinheiro; nas relações do tráfico, o jovem busca a aquisição de bens reconhecidos e socialmente valorizados (FEFFERMANN, 2006, p. 336).

A inserção no crime “para as atuais gerações, uma das maiores novidades, em termos de aventura, desvio e desobediência, em se tratando do Ceará, é a participação nas facções criminosas modernas” (SÁ, 2011, p. 52).

Na sociedade brasileira, por causa da desigualdade social, a violência assume diferentes feições: crime organizado, guerra do tráfico e arrastões. Essa violência sistêmica subverte os valores da cidadania e o domínio da lei. As sociedades marcadas pelo capitalismo tardio prometem o que não podem cumprir. Mais que isso: impedem a reflexão sobre a frustração do desejo (FEFFERMANN, 2006, p. 176).

Como destaca Sousa (2019), as facções possuem seus regimes de poder e modos de ser, por isso, incitam uma certa imagem social que os jovens almejam alcançar, a exemplo do uso de determinadas marcas de roupas, chinelos e de bebidas alcoólicas, relógios e cordões de ouro, cortes de cabelo parecidos, moto e/ou carro, etc.

É na interação com jovens e com a sociedade capitalista que valores são internalizados, significados são construídos e “identidades” são forjadas, portanto, no crime, modos de subjetivação também são formados, “por isso que, quando jovens seguem a ‘vida do crime’, é porque construíram sentidos em torno desse espaço de interações” (GUSMÃO, 2019, p. 130). Para tanto, é necessário compor os jogos de forças que tecem o crime, é necessário “fechar” com ele e “agir pelo certo”, ambos são entendidos como aceitabilidade das regras internas e das consequências imbricadas no crime em fronteira com as instituições estatais (GUSMÃO, 2019). “O contexto do ‘mundo do crime’ se compõe por interações sociais, sendo que a representação que o jovem constrói de si diante dos outros pode garantir, ou não, reconhecimento” (GUSMÃO, 2019, p. 137).

“Os seres humanos estão sempre a buscar o sentido daquilo que eles são. Não podemos dizer quem somos, sem dizer que são nossos amigos, familiares, colegas, concidadãos,

parceiros, aliados e, também, inimigos ou adversários” (SÁ, 2011, p. 111). A cultura juvenil, portanto, é atravessada por singularidades e “necessidades” de pertencimento. Apresentar uma marcação, uma produção estética, uma representação está imbricada ao ser jovem, por isso, seus corpos carregam em si “um território ambulante de signos do bairro e da cidade” (DIÓGENES, 2011, p. 59).

Tipo assim, a parte boa era o dinheiro que ajudava, comprava minhas coisinha aí dava lá em casa também e a parte ruim era que a qualquer momento eu podia ser pegue pelo tráfico e a gente faz tudo em choque, tipo assim, eu ficava, te juro eu ficava sentada num beco assim de frente assim que vai pra rua e os homi chegava e pronto e me parar aí eu ficava com as droga no bolso, porque enterrar, ficar desenterrando é muito noeira, entendeu? [faço com a cabeça que não]. [...] Noeira é aqueles que compra pedra aí tem que ficar enterrando debaixo da areia aí eu nam, ficar desenterrando, enterrando não. Vou botar é dentro do bolso, aí eu peguei e botei dentro do bolso. Ficava direto... teve até uma vez que os homi entraram lá só que eles não me pararam, a sorte foi essa porque se tivesse me parado talvez eu já tivesse aqui por causa do tráfico, que eu tava chei de droga no bolso. (LORIN, 2019)

Se as juventudes são produzidas de forma desigual e há interseccionalmente uma marcação identitária e imagética de uma determinada adolescência como “metáforas da violência” (SALES, 2004), a exposição que elas representam também o são. Esses corpos, portanto, tornam-se “vitrines das tensões sociais” por refletirem um estilo de vida ligado ao consumo, à ostentação, à espetacularização, à visibilidade, ao ser jovem como estilo de vida aspirado por todos e todas, ao empreendedorismo de si, e ao mesmo tempo uma lógica desigual, que invisibiliza, segrega, exclui e desumaniza, torna supérfluo, estigmatiza (DIOGENES, 2011). A autora aponta que as relações do tráfico de drogas e o consumo, corporificam as juventudes periféricas em vitrines das tensões sociais, por denunciarem uma lógica desigual, que inviabiliza, segrega, exclui e desumaniza suas vidas, tornando-as em supérfluas, estigmatizadas como matáveis (BARROS, 2019).

Loirinha, por exemplo, relatou o que fazia com o dinheiro que recebia pelo trabalho no tráfico de drogas.

Comia, comprava roupa, só essas coisas. Eu num tenho nenhum objeto assim mermo que... tenho nada não com o dinheiro do tráfico não. Parece nam, o dinheiro do tráfico parece que faz é voar da nossa mão, nem gosto de trabalhar [no tráfico] não. [...] não é igual ao de trabalhar. Dinheiro suado, essas coisas assim. [...] porque é dinheiro fácil entendeu? [...] é fácil sim porque nós tamo traficando, né? E nós passa o dia na esquina. É muita... sei lá. (LOIRINHA, 2019)

Existe um mecanismo de generalização “pela qual uma pessoa estigmatiza outra como sendo a encarnação da violência na sociedade” (SÁ, 2011, p. 114). Portanto, ao mesmo tempo em que o consumo, a estética e a socialização contribuem para uma identidade a seguir, ir a festas específicas, usar determinadas roupas, tatuagens e cantar certas músicas, neste caso ligadas às facções, fazendo com que conecte coletivos juvenis; acaba que esses signos

socioculturais específicos também são usados para reproduzir uma ficcionalização de inimizade, seja para o Estado, sobretudo na figura da polícia, seja para outras organizações criminosas. Apontamos mais uma linha de envolvimento: a segregação/exclusão produzida pelo Estado e pela sociedade, em que as adolescentes são vistas como anormais, o que gera sentimentos de vingança correlativos à incorporação do signo da descartabilidade.

A expansão do ‘mundo do crime’ acaba por marcar territórios e pessoas, fazendo circular ideias que naturalizam determinados locais como violentos, pois tornam-se locais marcados equivocadamente como de criminosos potenciais, e sobretudo alguns jovens incorporam para si essa identidade deteriorada, assumindo isso como se fosse natural (GUSMÃO, 2019, p. 125).

No caso das adolescentes, constituem-se não somente em vitrines das tensões existentes na política de guerra às drogas e das relações de poder existentes no mercado ilegal do tráfico de drogas, mas também em “bodes expiatórios” da penalização da pobreza, criminalizando-as e culpabilizando-as por suas “escolhas”.

O que está em jogo para a compreensão do problema que versa sobre juventude, criminalização e violência, são as interações sociais nas quais os jovens se inserem, uma vez que possuem marcas sociais: são moradoras das periferias das cidades, possuem poucos anos nos bancos escolares, sofrem diferentes tipos de estigmas, e, diante das segmentações urbanas, sobre com o isolamento social, não mantendo o acesso à cidade, à diversidade dos espaços públicos culturais etc. Frente a isso o ‘mundo do crime’ torna-se algo atrativo para alguns jovens, visto como uma esfera de pertencimento, de identidade, fonte de renda e de independência (GUSMÃO, 2019, p. 139).

A precarização sistemática, desigual e induzida são fatores preponderantes para o consumo e “envolvimento” com o tráfico de drogas. Dessa maneira, “a exposição constante à violência ameaça não só a sobrevivência dos jovens, como prejudica seu bem-estar e perspectivas futuras, deixando sérias cicatrizes físicas, emocionais e psicológicas” (PAIVA; OLIVEIRA, 2015, p. 42). O prisma interseccional, vem como olhar diferenciado para poder analisar essas desigualdades existentes na produção juvenil e de seus processos de subjetivação.

Há um certo modo de subjetivação e produção de juventudes no contemporâneo que fornece elementos agenciados pelas facções e pelo Estado que expõem as adolescentes ao crime, a saber: a condição de gênero ao produzi-las como subalternas; a identidade entrelaçada à cultura do consumo, pela glamourização do estilo de vida do crime e a ideia do *carpe diem* no sentido de uma vida mais intensa, posto que são parte de segmentos juvenis que mais são vitimizados pela violência. A respeito disso, coletivos juvenis historicamente marginalizados, hiper visibilizados pelas expressões necropolíticas, acabam por serem subjetivados por uma conduta de vida “com base num sentimento hedonista e numa ética do gozo pela vida, que requer um tempo o mais reduzido possível e com o menor esforço que se possa fazer” (SOUSA, 2019, p. 60).

Sousa (2019) ainda salienta para a presença de traços psicossociais, sobretudo regionais com a cultura do sertão (honra, valentia, vingança e lealdade), e um conjunto de tradições, reincidências, atualizações e ressignificações do *modus operandi* da violência, desvio de conduta e do crime que

traça um fluxo contínuo que se move de modo intrínseco ao desenvolvimento da própria sociedade, denotando a complexidade dos fenômenos estudados, que se encontram rizomáticamente e socialmente reificados, e revelando uma sociedade constituída por ações violentas e perpassadas por uma multiplicidade de conflitos. Tas violências marcam a sociedade e podem revelar certos traços de sentimento de revolta, indignação, ódio e vingança, de determinados grupos contra os outros (SOUSA, 2019, p. 80).

Um tipo de identidade que encontra no crime e sua sociabilidade um campo fértil para exercer a “ética do aventureiro” e intensidade em consonância da longevidade, que certas compensações, como visibilidade, consideração, respeito, prazer, dentre outros, fazem com que compensem a vida no crime em detrimento da miserabilidade e impossibilidade de ascensão social que o mercado de trabalho formalizado não seria capaz de proporcionar, já que são jovens estigmatizados e com baixa escolaridade (SOUSA, 2019).

O consumismo dos adeptos do jeito criminal de viver parece carregado de raiva, engajado numa luta para ‘virar o jogo’, tem um quê de vingança, certa rebeldia que corresponde a ter conseguido dinheiro e bens de consumo à revelia das regras instituídas pela sociedade. É como de, apesar das interdições, social e historicamente erguidas, esses jovens tenham conseguido alcançar o mesmo padrão de consumo dos mais favorecidos, despertando, portanto, uma sensação de vitória contra a injustiça social, quase uma percepção de luta de classes (SOUSA, 2019, p. 90-91).

Como já discutido aqui, aproximações aos grupos do tráfico e relações afetivas são fios condutores desse tecido, mas não podemos cair na simplicidade que somente essas condições atravessaram suas trajetórias, quando também fazem parte do emaranhado da desigualdade social, racial e de gênero que constituem as relações de sociabilidade. A cultura do hiperconsumo atrelada à ideia de identidade juvenil e à exposição precoce à violência urbana também são fios que entrelaçam as relações do envolvimento.

Sobre a condição de respeito e reconhecimento social imbricado ao “ser considerado(as)”, como Leonardo Sá (2011) salienta que esses jovens são constituídos no processo da indiferença social, por serem destituídos de reconhecimento de direitos e enredos. Lorin, foi rechaçado pelas pessoas de sua cidade natal, saiu foragido como quem carregava a culpa por um homicídio do qual ele também foi vítima. Sua trajetória é atravessada pela violência tanto como vítima, quanto como perpetradora. Após participar do tráfico e ser visto como empregado de um “bichão da favela”, as pessoas o cumprimentavam no dia-a-dia e até deixavam-nx comprar fiado em seus mercantis.

Nas sociedades atuais, como assinalado, a violência permeia o tecido social, invade

os diferentes espaços e instituições e afeta subjetividades. Assim, pode-se conceber a violência como uma forma de relação social, vínculo à forma como os indivíduos produzem e reproduzem suas condições sociais de existência (FEFFERMANN, 2006, p. 190).

Na segunda entrevista, retornei a essa fala e indaguei se não seria uma resposta por medo em que as pessoas fariam isso, elx disse que o medo também está em jogo junto ao respeito nas tramas da violência.

Para aqueles jovens negros constantemente seguidos pela polícia e envergonhados por professores, parentes e desconhecidos, abraçar o estigma da criminalidade é um ato de revolta - uma tentativa de esculpir uma identidade positiva em uma sociedade que lhes oferece pouco mais do que desprezo e vigilância constante (ALEXANDER, 2017, p. 250).

Segundo Alexander (2017), jovens que tiveram familiares vitimados na guerra às drogas, muitas vezes, encontram no estigma um subterfúgio e um meio de sobrevivência à lógica da subcasta. Diante disso, nas tramas necropolíticas da violência urbana no Ceará, ser envolvida é se sentir pertencente a um grupo, a uma rede de irmandade e à expectativa de estar protegida.

Na pesquisa de Sá (2011), o autor constatou que ser o “bichão da favela” pode ser uma tentativa de subverter os processos de marginalização e estigma social que vivenciam e torná-los(as) visíveis (SÁ, 2011).

Estigmas lançados contra jovens de periferias, por exemplo, levam a uma criminalização da juventude, e permitem-nos vislumbrar quão simplificadores são os pânicos e os medos advindos com o acúmulo e crescimento de casos de violência cotidiana e difusa. Se todos os jovens das periferias são representados simbolicamente como “vagabundos”, a sociedade ao permitir esse estigma cria uma situação de encurralamento e confinamento dessas jovens, o que alimenta o circuito social da violência (SÁ, 2011, p. 106).

Em suma, o medo de sobrar, medo de morrer, desejo por visibilidade, reconhecimento e consideração, ressentimento frente à invisibilidade, a condição de pobreza entrelaçada à desigualdade social, de gênero e racial contribuem para a inserção das adolescentes ao tráfico de drogas e conseqüentemente às facções. Poder, *status* e, sobretudo, ser considerada nas quebradas são fatores preponderantes para a inscrição e permanência destas no negócio da droga, mesmo sendo arriscado e com suas vidas ontologicamente em suspensão.

Durante as visitas institucionais, principalmente nos dias que aconteceriam as entrevistas, foi possível perceber que os visitantes ajudam com essa comunicação. O fato também de haver adolescentes cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade, sanção disciplinar e internação provisória, as quais contêm uma dinâmica mais conectada com “a liberdade”, há atualização das dinâmicas entre adolescentes de acordo com as regras impostas dentro dos presídios para as ruas e das ruas para o Aldaci. Isso é notório nas falas sobre não

poder brigar com adolescente de facção rival dentro do Aldaci enquanto estão unidos contra o novo gestor do sistema penitenciário do Estado do Ceará, como já discutimos. O signo do envolvimento, portanto, se faz presente nessas relações dentro e fora do Aldaci, ora reforçando.

4.5. “Somos apenas uma praga que seu sistema criou”: a institucionalização como pontencializadora do envolvimento

A última linha que apontamos como constituinte do envolvimento das interlocutoras em facções é a própria institucionalização como marca desse processo. Quando novas adolescentes chegam na unidade, principalmente quando não conhecidas pelas demais, busca-se saber de qual local de moradia elas advêm, ou seja, a qual facção elas “pertencem”.

O território é uma das linhas que compõem os jogos de forças que interpelam nossas interlocutoras, isso quer dizer que o Ceará está dominado por coletivos criminais e que, automaticamente, exercer determinado estilo de vida (vender drogas, roubar e furto) levaria a uma “simpatia” por esses grupos. A ideia de simpatizante está presente nos discursos de adolescentes que, de alguma forma, tentam escapar dessa lógica faccional, afinal, quanto mais infiltrado nas facções mais difícil de sair, por isso, as adolescentes que dizem almejar sustento nas atividades ilícitas buscam não entrar em “encrenca” com integrantes de facções rivais e acabam não se batizando.

Porque tipo assim, por mim eu não sou nenhum dos dois, entendeu? É o que eu falo, quando as menina perguntam e aí tu é o que? Eu num sou nada, minhas área é dois, mas agora eu num sou nada, aí as menina já me consideram envolvido. “Tu é envolvido, tu tá aqui. Se tu tá aqui é porque tu fez alguma coisa e há envolvimento”, aí as menina faz assim pra mim [faz dois com a mão] aí eu pego e faço, aí quando eu canto uma música de outras área as menina já falam pra mim e tal. Ei Lorin, chegar nas área e o pivete saber disso que tu tá cantando essa música aí tu vai levar uma [inaudível] e tal. Aí eu num posso mais cantar, aí eu só canto música do CV, agora não posso mais cantar música do GDE. Aí tipo assim, eu fico naquela, porque eu num quero me envolver nessas coisas, não queria e nem quero. (LORIN, 2019)

Nossas interlocutoras, enquanto privadas de liberdade, acabam sendo atravessadas por uma hipersocialização com a instituição “facção”, posto que esta tem seu marco de início e maior visibilidade a partir dos presídios na região Sudeste dialogando com o crime fora dos presídios (FEFFERMANN, 2006; MOURA, 2012; SOUSA, 2019). No contexto cearense, após o exposto no capítulo anterior sobre as novas dinâmicas da violência urbana, vimos que os centros socioeducativos também estão faccionados, portanto, estar privado de liberdade consiste em uma linha do novelo em torno da sustentação da narrativa do envolvimento. Os próprios profissionais da instituição reforçam a presença da narrativa do envolvimento como

elo, ao mesmo tempo em que é um campo de disputas entre adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional.

Sendo assim, as adolescentes no Aldaci são modeladas como envolvidas, o que, por sua vez, influencia seus modos de subjetivação, fazendo com que lados sejam escolhidos para garantir a própria sobrevivência. A privação de liberdade afeta subjetividades, posto que “o sistema repressivo desestrutura identidades, destrói força e diminui a capacidade de reação e ação como sujeito social” (MOURA, 2012, p. 42). Algumas adolescentes comentaram que amigos e familiares se batizaram dentro das prisões, mas que isso tem ocorrido muito mais fora dos “muros” das instituições (MOURA, 2012).

Até o momento eu ainda, eu andava normal, todos os cantos, só que agora eu acho que não posso, porque agora como eu já sou bem dizer um envolvido, né? Por ser das área dois e por ter, porque dizem que quem roba, eu fui das áreas 2 e se eu roba nas área três eu já passo a ser um envolvido, na minha visão pra mim não né? Mas lá fora tão pensando nisso. Aí eu não sei, vou saber lá fora como é que vai ser. Mas se tiver assim eu não vou poder andar nos cantos onde é outras área. (LORIN, 2019)

Essa condição permite-nos problematizar também a ideia de ressocialização. O Centro Socioeducativo está dentro dos parâmetros de instituições que servem para preencher estatísticas do que cumprir no que concerne ao papel de ressocialização, ou seja, de adequar os/as adolescentes alocados como vulneráveis e/ou em risco para a inserção escolar e ao mercado de trabalho dentro da lógica do capital humano (COSTA, 2009).

Contudo, as instituições socioeducativas não têm possibilidades de concretizar seu ideal ressocializador. Elas inclinam um enquadramento, uma etiqueta. Pois, a “intervenção com base em leis “protetivas” não altera a condição de vida dos “perigosos”, dirige-se com ênfase a coibi-los na expectativa de comportamentos “aceitáveis” (COIMBRA; SCHEINVAR, 2012, p. 61). Dessa forma, corpos são marcados pela necropolítica dentro das instituições de privação de liberdade e para além dela, um carimbo para o açoite de corpos interseccionalmente identificados: enegrecidos(as), mas, sobretudo, com peles mais retintas, feminizados, generificados, empobrecidos em uma noção de classe materialista.

Juliana Borges (2018) analisa a criminalização da pobreza, a superlotação, a violação de direitos, a incapacidade do Estado em dar novos repertórios e oportunidades empregatícias com a saída da prisão; tudo isso fortalece a reincidência e coloca em xeque a falácia da ressocialização (BORGES, 2018).

O território perpassa rizomaticamente as linhas de envolvimento. Segundo Sousa (2019), a guerra entre as facções deflagrada no Ceará pelo mercado de drogas tem contribuído para o alicerce de jovens nas facções, posto que a exposição de poder também ocorre por quantidade (integrantes) e não somente por acesso a arma ou número de territórios comandados.

O discurso de combate às drogas tem sido utilizado como justificativa das atividades truculentas dos policiais em favelas, assim como respalda processos de criminalização entre a interseção de jovens, pobreza e local de moradia. Sobre isso, essas adolescentes que encarnam a figura da envolvida são marcadas por uma política de precarização (BUTLER, 2015), isso quer dizer que não falamos de qualquer adolescente do gênero feminino, mas de adolescentes que são atingidas por avenidas identitárias que se entrecruzam e as vulnerabilizam, sobretudo pela “precariedade interseccional induzida” (BARROS *et al*, 2019). Essa categorização também não enquadra qualquer bandido, neste caso bandida, remetendo a uma expressão local “dos sujeitos (potencialmente) perigosos, a quem são atribuídas características inerentes de monstruosidade e objeção” (BARROS, 2019, p. 210).

A distribuição desigual ontológica de certos corpos os tornam ininteligíveis e desprovidos de existência legítima, portanto não conseguem se materializar em vidas, paradoxalmente, são produzidos como corpos abjetos que não gozam da mesma condição ontológica de inteligibilidade (PRINS; MEIJER, 2002, p. 159). Em entrevista, Butler discute sobre a subordinação dos corpos em matérias, segundo a autora: “A abjetificação de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política, e viver com um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 157).

A abjeção, nesse sentido, é a corporificação da não vida, cuja a materialidade é entendida como não importante. São discursos que “produzem efeitos ontológicos ou operam através da circulação de movimentos ontológicos” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 159). Por exemplo, o aumento de morte de mulheres ou seu hiperencarceramento repercute nas mídias e em respostas de agentes da segurança pública do Ceará como efeito colateral do “envolvimento”, discurso que as culpabiliza e as criminaliza, vetores estes que naturalizam a condição de violência e banalizam o homicídio e a privação de liberdade (BARROS *et al*, 2017).

A política de guerra às drogas não tem só aumentado o encarceramento em massa, tem violentado pessoas, interrompido vidas e, por sua vez, denunciado a repulsa da elite branca brasileira a negros(as) e pobres. O conformismo político midiático vende a ideia de crise da segurança pública, produz, dessa maneira, um imaginário social que não tem outra saída se não a política de guerra, tornando-a natural (VALOIS, 2017). A idealização de guerra contribuiu para o maior orçamento para instituições de segurança pública, todavia para permanecerem recebendo esse orçamento era necessário mostrar serviço, fazer apreensões (VALOIS, 2017). Em pouco tempo desse belicismo, o encarceramento alcançou números alarmantes com a nova política de drogas (BORGES, 2018). Trata-se de um sistema que ao invés de prevenir, criou

crimes (ALEXANDER, 2017).

Nesse sentido, o medo como solução política é largamente difundido em situações de problemas sociais, herança do regime militar; o que ele representa, em muito, refere-se à colonização política e militar do Estados Unidos. Segundo Barreira (2011, p. 92), o medo é um sentimento compartilhado socialmente e “baseia-se na distância entre o sentimento de desproteção do cidadão urbano e a crença na eficácia das instituições de controle social. Trata-se de um sentimento que remete à busca de soluções particularizadas, cujo maior exemplo é o uso da segurança privada”.

Somos compelidas a acreditar que o sistema de justiça criminal surge para garantir normas e leis que assegurarão segurança para as sociedades. Mas, na verdade, se trata de um sistema que surge já como uma repressão que cria o alvo que intenta reprimir. a realidade do sistema de justiça criminal é absolutamente diversa de garantir segurança, mas um mecanismo que retroalimenta insegurança, aprofunda vigilância e repressão (BORGES, 2018, p. 81-82).

Dessa forma, nem sempre se combate o medo, mas o motivo de sua existência, no que lhe concerne, tem gerado uma indústria demasiado lucrativa. A indústria do medo aliena as pessoas e mantém ativa a política de guerra às drogas, que, por sua vez, retroalimenta a indústria do medo. Atualmente, o tráfico de drogas é a narrativa central dessa engrenagem. Vale ressaltar que o endurecimento de política de segurança sempre foi uma estratégia política (ALEXANDER, 2017), não à toa que pessoas se elegem com o discurso “bandido bom é bandido morto” e “direitos humanos para humanos direitos”.

A política da guerra às drogas faliu no seu objetivo de trazer segurança, criando diferentes mercados rentáveis para o neoliberalismo. Ela se utiliza da falácia do combate às drogas perigosas, criminalizadas, sendo que tal política tem matado mais do que o uso abusivo dessas substâncias (ALEXANDER, 2017). De acordo com Borges (2018, p. 104) a guerra às drogas “abre uma era de criminalização, militarização e punitivismo sem precedentes”. Portanto, a autora considera imprescindível desmistificar o mercado ilegal das drogas e problematizar sua existência clandestina e como “ele vulnerabiliza vidas, estabelece uma dinâmica policial e de maior insegurança nas comunidades afetadas e, inclusive, ameaça instituições e a própria democracia, já que para funcionar demandam um amplo nível de corrupção”.

A criminalização de determinadas drogas como estratégia política importada do Estados Unidos favorece a escolha do suspeito, colocando jovens pobres e não brancos como bodes expiatórios dessa guerra (VALOIS, 2017; BORGES, 2018). “No seio da proibição de determinadas drogas está implícito o preconceito e ambição de controlar pessoas tidas como inferiores, humana e moralmente falando” (VALOIS, 2017, p. 349). Há uma disparidade e

seletividade com algumas drogas que são associadas aos negros e à pobreza (ALEXANDER, 2017). Por exemplo, o crack foi difundida como uma droga de alto poder destrutivo e associada à camada mais pobre da sociedade, embora pesquisas já tenham derrubado esse discurso; a cocaína pura, da qual o crack é derivado, comercialmente vendido para pessoas com maior poder aquisitivo, não recebe o mesmo compromisso e nem é utilizado como justificativa para invasão de propriedades particulares ou violências (VALOIS, 2017).

A figura da polícia militarizada, racista e sexista representa o Estado Penal que diariamente lembra às interlocutoras o lugar que elas ocupam no sistema. A respeito disso, Japa tem uma tatuagem no seu braço escrito: “Somos apenas uma praga que o seu sistema criou”. Por temer a própria vida “tenho medo é dos policiais vir me matar, porque sabe que eu tô ali traficando”. (MARTA, 2019)

O Estado de Direito se constitui em uma irracionalidade, posto que esse Estado privilegia a propriedade, o consumo, as relações de consumo e o livre comércio, precursores de desigualdades sociais e privilégios. “Em uma sociedade de classes, a função da polícia há de cair obviamente sobre uma delas” (VALOIS, 2017, p. 329). Existe, portanto, uma arbitrariedade seletiva que torna pequenos traficantes, usuários problemáticos e territórios marginalizados holofotes da guerra às drogas.

De acordo com Campos e Carvalho (2011), o punitivismo penal é uma tendência da política-criminal consolidada desde a Ditadura Civil e Militar no Brasil. Esse recrudescimento penal compõe o cenário de políticas sociais negligenciadas na qual o Estado faz uso da lógica repressiva, pautada na política de criminalização e hiper-encarceramento, como solução “emergencial” para “crises” de segurança pública. Moralmente, o racismo não se sustenta, portanto ele se torna mais velado e se interconecta a outros marcadores sociais, a criminalização vai se atualizando e agregando outras características, muitas vezes como tentativa de velar o racismo, a exemplo da criminalização da pobreza (BORGES, 2018).

Segundo Alexander (2017), as práticas racistas são remodeladas historicamente; se anteriormente o racismo não era reprimido, outrora, quando passou a ser moralmente prejudicial ter atitudes racistas abertamente, estas passaram a ser mais veladas, escondidas em tecnologias coercitivas e segregacionistas. Portanto, para a autora, a racionalidade do ódio aos negros foi atualizada para pobres, bandidos e, posteriormente, traficantes. Segundo Borges (2018), essa ideia que criminaliza uma população pobre e de pele escura sustenta, hoje, a política de guerra às drogas.

A figura do criminoso é emblemática quando falamos de questões raciais, posto que o criminoso compõe um grupo social em que é permitido odiar, quiçá desejar seu extermínio

(ALEXANDER, 2017). Regionalmente, por trás da figura do criminoso/a há o discurso do destino, estar preso ou estar morto, como Lorin comentou sobre seu irmão que foi preso “O caminho dele é a morte. Ou é a morte ou é a cadeia. Porque quando se batiza é um caminho sem volta” (Lorin, 2019). Trata-se de um labirinto de racionalizações que operam como fios condutores na aparelhagem da guerra às drogas, esta é o motor do encarceramento e tem na raça um alicerce estrutural, “bem como a principal causa de disparidades raciais no sistema de justiça criminal e na população de ex-infratores” (ALEXANDER, 2017, p. 270).

A economia brasileira está entrelaçada historicamente com a subordinação dos povos afrodescendentes, essa relação perdura no sistema prisional, uma espécie de continuação das antigas colônias da escravidão (BORGES, 2018). Afinal, as pessoas negras são os braços do sistema financeiro brasileiro, uma base para sua manutenção e ascensão, anteriormente com a escravidão, atualmente nas prisões (BORGES, 2018). Para Angela Davis (2018a), o sistema carcerário tem garantido lucros, assim como a escravidão garantiu no período colonial. Segundo Alexander (2017), a prisão tem sido o moderno aparato escravagista que continua a segregar a população negra. Como denúncia atual, o tráfico de drogas tem uma “relação comercial como atividade encarceradora no direito penal brasileiro” (VALOIS, 2017, p. 325), mantendo o contingente de pessoas necessárias para a lucratividade.

Segundo Alexander (2017), a ideia de raça surge no período escravocrata e, a partir dessa ficção, sustenta a economia durante a escravidão e na pós-escravidão. Apesar de estar na base da formulação, a questão racial não está atualmente no cerne do aprisionamento. No mundo globalizado e regido pelo neoliberalismo, a guerra às drogas ampliou seu alvo, evidentemente que não deixando de lado sua racionalidade racial, mas aglomerou, também, sujeitos despossuídos de valores para o sistema político e econômico. Mesmo assim, na guerra às drogas o inimigo é definido, sobretudo, racialmente (ALEXANDER, 2017).

A guerra às drogas tornou negros em criminosos, afinal, odiar um criminoso é permitido dentro da suposta era da neutralidade racial, dessa forma, além da questão racial, é possível identificar a ampliação desse estigma com pessoas que residem em locais conhecidos por serem habitados por sujeitos “bandidos” - leia-se negros -, os guetos no contexto estadunidense e favelas ou periferias no Brasil (ALEXANDER, 2017; VALOIS, 2017; BORGES, 2018). Portanto, os modernos dispositivos da periculosidade se atualizam. Dessa forma, o estigma da raça tornou-se o estigma do criminoso, sendo este ampliado pelo enegrecimento de populações periferizadas dentro do que Mbembe (2018) chama de devir negro no mundo.

Chernicharo (2014) ressalta que a guerra às drogas no Brasil é, na verdade, uma

guerra contra à mulher negra, visto que essa política afeta de forma distinta às mulheres por meio de uma seletividade penal (mulher negra) e que têm seus filhos e filhas mortos pelas necropolíticas. Os corpos das mulheres negras são historicamente perpassados pelo controle e punição, anteriormente por via da negação de direitos, cuidados e acessos à saúde e estupro; atualmente essas violências vão se sofisticando, modificando, assim, o controle para o extermínio necropolítico (BORGES, 2018).

Dessa maneira, a justiça criminal brasileira tem utilizado o tráfico de drogas de forma seletiva para perpetuar e manter a hierarquização racial no país, posto que enquanto crescia o número de mulheres presas ou de adolescentes e jovens pobres vítimas de homicídios, concomitantemente diminuía o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, além de avanços em políticas públicas afirmativas e de distribuição de renda (BORGES, 2018). As pessoas que vivenciam o cárcere, ao saírem, percebem que estão em uma subcasta e estão banidas da sociedade e economia, colaborando para seu retorno para a prisão (ALEXANDER, 2017). A respeito disso, Borges (2018) aponta que as instituições de privação de liberdade, sobretudo os presídios, são tecnologias de morte que estigmatizam e assujeitam vidas, pois essas pessoas que carregam em suas trajetórias o cárcere serão sempre vistas como presidiários(as) ou ex-presidiários(as), vivenciando o que a autora chama de “morte-social”.

O rótulo de delinquente é um emblema de inferioridade que permanece com a pessoa para o resto da vida. Uma vez rotulada como delinquente, a pessoa é introduzida em um universo paralelo no qual a discriminação, o estigma e a exclusão são perfeitamente legais, e privilégios de cidadania “[...] estão fora de alcance. [...]: sua cidadania de segunda classe começa no momento em que você é rotulado como delinquente” (ALEXANDER, 2017, p. 151). Portanto, o encarceramento em massa é um reflexo de políticas desiguais e da hierarquização racial⁵⁰, manutenção da população negra na base da pirâmide das opressões, ligada ao projeto necropolítico de gestão da vida e da morte de corpos descartáveis (BORGES, 2018).

Em suma, a institucionalização em centros socioeducativos, presídios, e até mesmo em unidades de atendimento para medidas socioeducativas de meio aberto, figura-se como uma marcação simbólica, uma espécie de “carimbo” que vulnerabiliza ainda mais a vida das adolescentes ao saírem dessas instituições. Além disso, o investimento massivo em

⁵⁰ A hierarquização racial refere-se às diferentes formas de manutenção da supremacia branca e subalternização de minorias étnico-raciais (CARNEIRO, 2011; SANTOS; SILVA, 2018; BORGES, 2018), sendo a justiça criminal uma das formas de manter essa hierarquização. Pois, no Brasil, o racismo está imbricado ao funcionamento do sistema penal brasileiro (ANDRADE; ANDRADE, 2014; BORGES, 2018). A questão da raça, desde sua ficcionalização, está “presente sobre o pensamento das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros - ou dominá-los” (MBEMBE, 2016, p. 128).

encarceramento e políticas militarizadas tem contribuído para o fortalecimento das facções e, conseqüentemente, para a cooptação de meninas e mulheres para grupos criminosos, retroalimentando o próprio sistema.

Para concluir, problematizamos as linhas que constituem o envolvimento das interlocutoras com grupos criminosos, especialmente no mercado do tráfico de drogas. São elas: A busca pelo dinheiro em um contexto sócio e economicamente desigual é a primeira linha que apresentamos do novo do envolvimento das adolescentes com o tráfico de drogas; desigualdades em todos os âmbitos e a precarização induzida da vida; os modos de subjetivação pautados na adesão ao *ethos* da aventura/intensidade em detrimento do par trabalho-longevidade; envolvimento afetivos com integrantes de facções; sexualização, “menorização” e vulnerabilização das funções exercidas para mulheres no tráfico; a subalternização de mulheres pobres e negras a essa lógica capitalista no tráfico de drogas; precarização no trabalho formal e sua incapacidade de absorver a todos(as); processos de subjetivação pelo hiperconsumo e a busca por visibilidade/reconhecimento; segregação/exclusão produzida pelo Estado e pela sociedade são vistos como anormais, o que gera sentimentos de vingança correlativos à incorporação do signo da descartabilidade; por fim, a institucionalização como marca do envolvimento.

Durante as entrevistas ou momentos de diálogos diversos que tive com as próprias interlocutoras ou demais adolescentes institucionalizadas, a ideia de envolvida aparecia como um território existencial emergindo de forma cada vez mais latente no Aldaci, assim como outrora aconteceu nas unidades socioeducativas destinadas aos adolescentes e jovens homens e, atualmente, essas unidades são redesenhadas em alas compostas por integrantes da mesma facção. Essa instância corporifica o crime faccionalizado nos sujeitos institucionalizados, composto por signos e sentidos que agenciam coletivamente jovens ficcionalmente e faccionalmente, separando-os ou unindo-os. Desse modo, as remodelações da violência nas ruas adentram as dinâmicas institucionais também, expandindo essa relação, nessa perspectiva, aos corpos das interlocutoras⁵¹. Ressaltamos que essa dinâmica dos grupos criminosos com a privação de liberdade já existia nas prisões, afinal, os marcos iniciais dessas organizações no Sudeste acontecem dentro dos presídios, ou seja, o diálogo das facções com o “extra-muros” não é novidade (FEFFERMANN, 2006; SOUSA, 2019).

A subalternização de mulheres pobres e negras a essa lógica cis-hetero-patriarcal, misógina e colonial no tráfico de drogas; estar envolvida afetivamente com homens

⁵¹ Esses diálogos são frutos dos diários de campo.

faccionados é outra linha de envolvimento; sexualização, “menorização” e exploração da mulher é também mais uma linha de envolvimento, já que os integrantes das facções as usam para manter ativos seus mercados; a adesão subjetiva aos signos do consumo, espetáculo-ostentação; incorporação do *ethos* da intensidade-aventura em detrimento da longevidade e imagem do “cidadão trabalhador”; busca por consideração e reconhecimento, mesmo que esse reconhecimento seja perverso; o abandono estatal e maximização politicamente induzida das trajetórias de vida das adolescentes e, por fim, a institucionalização em unidades de privação de liberdade, a qual foi possível ser percebida de diferentes maneiras como uma marcação/“carimbo” que vulnerabiliza a vida das adolescentes ao saírem desses locais.

4.6. “Vou presa, mas não vou morrer”: relatos de violências institucionais nas trajetórias de adolescentes ditas “envolvidas”

Minha mãe vem nas visitas sempre diz. Meu irmão... o mais velho que não é envolvido nessas coisas, a mãe diz que o pobi morre de levar pea da polícia só porque é cheio de tatuagem. Ele fez essas tatuagens faz é tempo. Agora ele é evangélico né, mas mesmo assim. policial considera? Considera é porra. Diz que pegou ele no meio da rua, ele tava vendendo garrafa parece. Aí olharam as tatuagens dele, que é muita tatuagem, aí pararam e perguntaram se ele tinha passagem pela polícia. Ai ele não sabia que ele tinha um processo da Maria da Penha, aí ele disse que não tinha processo. Ai quando eles ficaram lá, aí viram, “ta mentindo caba safado”. Aí meteram a chibata nele. (LORIN, 2019)

Apesar de não ser um objetivo dessa pesquisa, os relatos que as interlocutoras trouxeram vivências destas, de amigos(as) e familiares acerca de situações de violência policial. Dessa forma, optamos colocar elas no texto por entendermos que elas são pertinentes para analisar a racionalidade presente no coletivo de forças que produzem visibilidade e dizibilidade à determinados corpos marcados em envolvidas(os) e em inimigas(os) a serem aniquilados pelo Estado ou por facções antagônicas. Por isso, nesse tópico, nos atemos aos relatos que denunciam o cotidiano da violência policial que atravessam as trajetórias das adolescentes e compõe seus modos de subjetivação. Além disso, discutimos a noção de envolvida como uma atualização do elemento suspeito já anunciado nessa dissertação: jovem do gênero masculino, negro e pardo (RAMOS; MUSUMECI, 2005; BARROS, 2019).

Como já trabalhamos em tópicos anteriores a questão racial, fundamente do sistema de justiça criminal (BORGES, 2018), articula estereótipos que possibilita a “suspeição” dos sujeitos colocados como perigosos para a segurança social. Segundo nossas interlocutoras, algumas características comportamentais e estéticas é idealizada pela polícia como

“envolvido”, posto que “os policiais que não podem ver um menino mafioso que já para logo” (Lilian, 2019). Surge, nas falas das interlocutoras a personificação da figura do pirangueiro, o relato da Lilian remete “Uma tatuagem assim no braço [aponta para o próprio braço], uma roupa toda assim. Mas basta só ter uma tatuagem aqui, uma na perna. Uma tatuagem, que já pensa que é envolvido. [...] De luzes, quando tá de luzes”. Novinha, em sua entrevista, também trouxe tal percepção Novinha: “é homi, quando é chei de tatuagem, essas coisas assim, polícia para ou então quando tá em bairro que tem facção que a pessoa não é conhecida, que a pessoa entra eles param pra saber de onde é”.

Diante disso, as interlocutoras compartilharam relatos de abuso de autoridade e até de violência policial com determinados sujeitos que reiteram o que os autores Ramos e Musumeci (2005) chamam de elemento suspeito. Características semelhantes, afinal falamos da lógica necropolítica (racista e classista) brasileira, do “jovem para raio” analisado por Costa (2018).

A partir do que nos foi colocado por nossas interlocutoras, a questão racial e social na abordagem policial e no âmbito da justiça criminal não aparece escrachada, mais na estrutura destas. Diante disso, ouvimos o não dito, os sujeitos que sofrem maiores violência da polícia compartilhado por elas são pessoas semelhantes a elas. Ora, estamos falando então de pessoas pardas ou negras, pobres e jovens que vivem nas favelas, portanto, falamos de raça, classe e território como analisadores desses processos.

Segundo Silva e Musumeci (2005), o *modu perandi* da polícia brasileira se utiliza de filtros sociais e raciais na definição dos “elementos suspeitos”, nesse sentido, a discriminação racial, formas diferentes de tratar pessoas pertencentes a grupos étnico-raciais, vigora nas atitudes policiais. Para uma melhor compreensão, utilizamos Almeida (2018) para problematizar o racismo como elemento estruturante da sociedade. Segundo o autor, o racismo é individual, institucional e estrutural, sendo eles interconectados. Ainda na perspectiva do autor, o racismo estrutural, especificamente, ligada ao racismo institucional, faz parte de um processo histórico e político que cria dispositivos para que pessoas racializadas sejam discriminadas de forma sistemática. Destarte, o racismo é um elemento fundador da estrutura social, especialmente quando se trata de países que têm em suas bases fundantes o racismo (MBEMBE, 2017).

Na análise de Borges (2018), o sistema punitivo no Brasil, mesmo em constante atualização, mantém em sua base aspectos raciais. Portanto, o racismo como estruturante está na constituição das instituições punitivas, no entanto, no sistema criminal, essa ligação é mais profunda pois: o sistema criminal é construído, reconfigurado e ressignificado historicamente a

partir do racismo.

Segundo Mbembe (2018), a raça é uma ficção utilizada para orquestrar relações de poder que humaniza sujeitos brancos e animaliza sujeitos racializados (mito da superioridade da raça), pois não existe como um fato natural, físico, genético ou antropológico. Afirma Lugones (2014), a colonialidade desde seus primórdios tornou-se não só uma ferramenta normativa específica de uma modernidade ocidental, mas máquina de produção de diferenças entre humanos/não humanos, macho/fêmea e normal/patológico, pois toda estrutura de controle se expressa com a colonialidade. Os sujeitos racializados são o Outro, os sem lugar, os dessemelhantes (MBEMBE, 2017). São essas forças, colonialismo imbricado ao neoliberalismo (neocolonialismo), que tem perpetuado a criminalização e demonização das ditas “envolvidas”.

O perfil do homem nessa lógica do inimigo para a polícia está bem definido pela intersecção de marcadores identitários e categóricos, a saber ser negros ou pardo, pobre e residir em favelas, mas ainda não há muitas discussões sobre quem características corporais e estéticas enquadram a envolvida. A literatura estudada e os relatórios nacionais apontam alguns marcadores sociais, semelhantes ao dos homens: negra e parda, pobre e moradora de periferias. Contudo, há também características como roupas de marcas ou cortes de cabelos existente no enquadramento da envolvida que foram apresentados a partir das interlocutoras. Alguns já foram discutidos ao longo dessa pesquisa, outros serão demarcados aqui, são alguns: perfil mais “convidado” pelas facções para entrar no tráfico de drogas para serem usadas como mulas, acabam ficando mais expostas à polícia e por isso elas buscam estratégias para chamar menos atenção possível e certos padrões estéticos e comportamentais.

Nossa ideia, então, não é contribuir com a lógica criminalizante, mas denunciar que ela é seletiva e que, da mesma maneira que com os meninos, determinadas jovens sofrem mais violência e estão mais vulneráveis para as artimanhas dos coletivos criminais. São jogos de poder que produzem discursos que enquadram essas jovens em abjetas, matáveis e morríveis.

Iniciamos então com o recorte de Japa, no qual ela dizia sobre suas estratégias para evitar abordagem policial, ao passo que, é o mesmo motivo dos integrantes das facções “solicitasse” que ela fizesse determinados “corres”.

Assim, de fazer qualquer corre vai uma mulher, passar assim numa rua pra ir pra outro, ou uma arma, quem vai é uma mulher. Que é menos, mais... assim, algumas é menos “palosa” pra poder... Aí vai, o serviço é dela... De deixar alguma encomenda. [...] assim, menos vista assim que nem eu, menos... cheia de tatuagem. [...] Palosa? É... assim que a polícia para é assim que nem eu. Quando a polícia me ver a polícia para... Também os vestidos das roupas, também. (JAPA, 2019)

Nas palavras de Japa podemos identificar questões de classe, local de moradia e de gênero presente na figura da adolescente suspeita, além disso, pode ser percebido traços

misóginos nessa relação também já que a figura que materializa suspeição da mulher “bandida” é aquela que se distancia da mulher feminina, recatada e do lar. Desse modo, estar com roupa curta, no lugar errado e com a pessoa errada parece uma remodelação da culpabilização da mulher pela violência que pode vir a sofrer, mesmo que a policial.

Assim, mais pro lado de piriguete. É, vendo de short curto, essas coisas, os homi... ve com tatuagem logo num bairro que já não é muito visto na visão deles, eles já param. Agora, pelo menos quando eu vou fazer alguma coisa, eu meto logo um vestido longo (risos) [...] já cansei de passar assim e os homis não me parar quando eu tô bem vestida. Mas quando eu já tô malvestida, assim, com roupa curta eles já me para. (JAPA, 2019)

Temos aqui, as características do que enquadram meninas ditas pirangueiras e piriguetes, as mesmas que são produzidas também como envolvidas. O recorte a seguir também apresenta o machismo como um analisador do que constitui a suspeição da vida das jovens e seus enquadramentos ficcionais de pirangueira.

Novinha nos apresenta algumas características físicas e estéticas que inflamam o ideal ficcional e faccional do suspeito a priori e que leva a “parada” policial, o qual interrogo se a lógica é semelhantes com mulheres. “quando uma pessoa usa uma chinela kenner, um boné, [...] quando a menina também tem muita tatuagem, quando não tá com a roupa adequada. [...] Roupa pequena, mei nua”. (NOVINHA, 2019)

De acordo com esse recortes de falas da Novinha e Japa, essas características também se relaciona com a maior violência que a adolescente pode sofrer, já que a revista nem sempre acontece a céu aberto, em muitos casos são abordadas pelos policiais e levadas para outros espaços menos movimentados e escuros.

Porque tipo assim, né? Eles já chegam na favela, ele vai atrás de uma pessoa, se a pessoa num der de conta daquela pessoa ele quer desovar o corpo da pessoa em qualquer canto. Num é assim não. E eles já vão óia drogado, sei lá de que eles vão. [...] se ele tiver uma pessoa assim que ele tá atrás, a gente tem que dar de conta dessa pessoa, se nós num dá eles quer tirar nossa vida ou então rebolar nós numas áreas que nós num pode andar. [...] eu apanhei bem muito [...] eles bate e não deixa marca [...] Toda vida é assim, pode perguntar qualquer pessoa que vai presa, eles bate tanto, bate tanto mas num fica nenhum tipo de marca. [...] E dá de tarraca. (DUDA, 2019)

O discurso perpetuado em casos semelhantes é que a vítima é criminalizada enquanto o agressor, nas palavras de Segato (2005, p. 272), “adquire um aspecto moralizador, de campeão da moral social porque, nesse imaginário compartilhado, o destino da mulher é ser contida, censurada, disciplinada, reduzida, pelo gesto violento de quem reencarna, por meio desse ato, a função de ‘soberania’”.

Segundo Duda, uma prática rotineira dos policiais cearenses é chegar em locais onde há o mercado de drogas ativo e fazer apreensão de drogas e armamento, como consequência, eles costumam pegar as pessoas que estão nesses locais e levarem para bairros

onde tem comando de uma facção rival. Esse exercício necrobiopolítico, em que se não aperta o gatilho, mas produz condições de matabilidade é cotidiano nas trajetórias de vida das interlocutoras.

Outras adolescentes informaram que essa prática é comum em seus bairros também, além disso, segundo elas, a polícia fica impune de seu crime e culpabiliza a guerra entre as facções.

Em alguns casos, mesmo quando são apreendidas em flagrantes, elas são liberadas após sofrerem violências físicas e tem suas mercadorias levadas pela polícia. Em outros casos, são levadas para a DCA, quando apresentam marcas de “pea” são levadas pelos próprios policiais que bateram nelas para fazerem o exame de corpo e delito no Instituto Médico Legal (IML). Os policiais costumam agir por regra própria, quase sempre, ultrapassam os limites da legalidade, práticas de tortura e execuções ocorrem cotidianamente e não são levados a julgamento por ser entendido como ações necessárias do exercício policial (MINGARDI, 2015).

Apanhei várias vezes. Eu fui pro saco d’água, que saia sangue era pelo meu nariz. Essa última... foi quando fui presa agora por 157. Eu sofri muito nas mão dos policiais. Eles levavam nós pro matagal, eu e o outro menino e ele só botava o sac d’água em mim. Ai quando foi que o menino que foi preso comigo disse que eu não tinha nada a ver. E quanto mais ele dizia que eu não tinha nada a ver, ma eu panhava. Ele dizia assim “bate em mim”, quando ele dizia bate em mim, eu apanhava mais. Aí foi quando os policiais pararam de bater em mim e começaram a bater nele. É tanto que cortou isso aqui dele. Ele sofreu muita agressão também. E quando chegamos no IML pra fazer o exame de corpo e delito, eles ficaram na sala com nós. Aí eu pedi pra poder falar sozinha com o homem e eles não deixaram. Porque se eu tivesse contado na frente deles, quando eu tivesse saído do IML eles queriam soltar a gente numa área que não era nós. Eu disse, eu não quero sair daqui da viatura “vou presa mas não vou morrer porque tenho uma filha pra criar, um dia a minha liberdade canta”. Eu tô perdendo a melhor fase da minha filha... difícil... (PÉROLA, 2019)

Pergunto o que seria esse saco d’água, o que eles buscam com a tortura e se existe alguma diferença entre essa brutalidade por parte de policiais em suas abordagens entre homens e mulheres.

É um saco, eles molha e boa na cara da gente e começa a segurar. [...] Era, pra mim entregar o ponto. [...] eu acho que era isso, porque eu disse que não ia entregar o outro menino. Do que adianta eu entregar o outro menino, ser presa e quando me soltar eu morrer. Eu não entreguei. [...] alguns com mulher e outros com meninos. Mas esse que fui presa agora foi só comigo mesmo, quem apanhou mais foi eu. [...] Tipo assim, lá onde eu moro, que eu ia atrás da minha mãe nessas bocada, os aviciados, eles apanhavam muito pra entregar onde era as bocadas por conta de serem aviciados queriam que eles entregassem os traficantes. Tinham muitos, muitos, que apanhavam demais pra entregar e eles não entregavam. E toda vida que eles via na rua, ela pea. Já vi muita coisa ruim na minha vida. (PÉROLA, 2019)

Essa cultura policial mantém uma certa autonomia em relação às normas institucionais, além de ser alimentada por mecanismos próprios da atividade policial (SILVA;

MUSUMECI, 2005). Na análise de Alexander (2017), a discricionariedade policial ampliou-se ainda mais com a repressão policial militarizado pela política de guerra às drogas. “A discricionariedade policial, no campo da proibição das drogas, tem sim suas regras e parâmetros, mas estes estão mais na cabeça o policial do quem em qualquer artigo de lei” (VALOIS, 2017, p. 327).

Essa soberania policial é “justificada” pela relação de inimizade e busca pelo inimigo interno (menor, bandido(a), criminoso(a), traficante), feições essas de políticas de guerra da polícia brasileira, sobretudo fortalecida pela política de guerra às drogas. A violência exercida pelo policial na abordagem é atravessada pelo machismo, racismo e classismo (SILVA; MUSUMECI, 2005).

O machismo e a cultura da violência permeia a corporação da polícia, os reflexos são percebidos em relatos das interlocutoras, maior repressão/violência policial, abuso de autoridade fazendo as interlocutoras parecem por vivências de humilhação e violência de gênero e por serem vistas como “sexo frágil” os policiais costumam ser mais severos com elas na tentativa de forçarem-nas a entregar o ponto da venda no bairro.

os homi [policiais] invadiu e nós tava muito drogado de maconha, dentro de casa. Ai os homi invadiu lá em casa, meteram a peia nos meninos. Aí teve polícia que trouxe a gente lá pra sala... pra cozinha, que era a cozinha misturado com a sala, e disse assim “bora vocês têm droga aí né no peito de vocês?” e eu “não moço tem droga não moço, tem droga não. Peguei aqui no Bairro-z, num sei o que”. Eu disse que tinha pegado em qualquer canto pra não dizer que era minha. Aí ele pegou e disse assim “pois alevanta o sutiã, num sei o que!”. Aí cheguei a mostrar meus peitos pra ele, eu e minha amiga. Ai como minha amiga ainda ficava com homem, ela tinha ficado com o elemento que tinha deixado chupada assim nela e ele perguntou também e eu disse que tinha sido eu. [risos] aí num sei que, muitas das vezes que os homi invadia eu dizia que ela era minha mulher, que nós tínhamos relação. Sem ter né, só pra disfarçar. (CHINESA, 2019)

Uma vez Chinesa foi acordada no meio da noite em seu quarto por um policial que buscava drogas no outro apartamento que estava residindo com amigos(as), em outro momento ela foi induzida a mostrar seus seios para “provar” que não tinha drogas guardadas no sutiã aos policiais e, também, teve que fingir que namorava sua amiga para despistá-los. Parece que se ela tivesse namorando com um dos rapazes que estava lá, não teria conseguido despistar os policiais. Podemos problematizar, dessa maneira, que há uma relação forte entre sexualidade, polícia e objetificação do corpo feminino.

Aí ele levou, nesse dia eu tava dormindo e tinha deixado quatro bagulho e quatro brita na minha bolsa. Aí ele levou os homi lá pra casa. No dia que os homi invadiram lá em casa, a primeira vez, eles levaram a chave. Eu dormia com a porta aberta. Passei um bocado de tempo dormindo com a porta aberta, em tempo de a pessoa entrar, sei lá e fazer o mal com a gente. Ai eu dormindo, me acordei três horas da manhã, um policial olhando pra mim todo de preto. Tomo um susto logo e ele na cozinha, já tinha apanhado muito. Aí ele pegou e tinha levado os homi pra lá, aí os homi pegou e achou essas duas balinhas e brita, eu tive que dizer que era usuária. Da onde eu vou usar

pedra? Pelo amor de Deus. Aí disse que era usuário para não ser presa com duas balinhas. (CHINESA, 2019)

Dentre muitos relatos de invasão policial na residência de Chinesa, um evidenciou traços misóginos (chamarem de raparigas, por exemplo) e de *fetichização* com lésbicas, mostrando o quanto a mulher está risco em nossa sociedade. Além disso, a intersecção de marcadores dissidentes, como serem lésbicas, vulnerabiliza-as ainda mais diante de abordagens policiais.

Tipo, porque num podiam me ver que me paravam. [...] porque eu já fui presa já três vezes por causa de tráfico. Aí quando eles me viam, eles já queriam tá em busca de arma, sempre eles me paravam, aí quando eu via eu já evitava logo eles me ver. Não, antes já paravam porque eu namorava com a Mina⁵² e era ela uma das que fornecia lá onde eu moro, aí eles me parava só, tipo, pensavam que eu sempre tava com ela, pensavam que iam achar alguma coisa, mas nunca achou não. (MARTA, 2019)

Ao que parece, essa violência é maior quando a imagem estética da adolescente não remete ao feminino. Lorin e Paul, xs quais tem cabelos curtos, relataram haver essa diferenciação na violência, sendo mais truculentos com sujeitos que não seguem um padrão de gênero.

Eu já ando igual um zé droguinha, boné todo na cabeça, aí e pronto: para a polícia. [...] parece que... sei lá, eles batem com mais força. As vezes nem tanto, mas tem menina que eles pega... Tipo uma vez, uma menina nas minhas áreas, cai ela e o elemento. O elemento levou bem pouquinho pea, a menina levou uma pea pra um. Levou foi chute e murro de dois policiais. O elemento levou só um murro e um chute. [...] uma vez eu fui pra praça, aí eu sabia que eles ia parar, mas mesmo assim que eles não iam parar. Mas alguma coisa me disseram que ia parar. Ele passaram assim olhando, aí eu só de cabeça baixa aí na hora que dobrei eles pararam o carro: “bora para aí, mão na cabeça”, eles pensavam que eu um menino, aí eu “não policial, eu sou uma menina”. Aí eles só perguntaram se eu tinha passagem, eu disse que tinha, e quanto anos eu tinha. Aí me liberaram. [...] aquelas meninas cheia de tatuagem. Eles mete a chibata mesmo e com força. (LORIN, 2019)

A respeito disso, Davis (2018a) destaca que a violência institucional e de gênero acontece concomitantemente, posto que o corpo da mulher que exerce o crime “viola” de duas maneiras: o normal do sexo feminino e a moral. Isso pode ser uma pista para a maior violência física que muitas adolescentes sofrerem quando são apreendidas, muitas delas, mais severas do que outras por apresentarem estéticas dissidentes. Sendo essa violência, ainda pior, quando a adolescente é reconhecida esteticamente como dentro do campo masculino. Há, portanto, uma violência de gênero interconectada com a sexualidade.

Retomamos a ideia de que há em percurso um genocídio da mulher brasileira, que se relaciona com o encarceramento em massa e interliga a pauperização, o machismo e o racismo em uma dinâmica neocolonial em países da América Latina. Essa relação tem

⁵² nome fictício

atravessado diversos âmbitos sociais, inclusive na corporação policial e suas atitudes em exercício. Diante disso, as situações que nossas interlocutoras vivenciaram evidenciam que a ação policial é constituída pelo signo da misoginia, presente em nossa formação histórico-social brasileira.

Em suma, o generismo da cultura policial coloca a mulher em menor suspeição, ao passo que, como agente moralizador racista e misógino, violenta de diferentes maneiras as mulheres, sendo ampliada à medida que a adolescente tenha aparências mais distantes do que se é colocado ao feminino. A violência de gênero que as mulheres têm sofrido conota da ininteligibilidade de crimes violentos contra a mulher ao longo da história em que o Estado tem sido condizente e outrora perpetuador deste (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020). Essa violência, segundo Segato (2005) tem como finalidade a expressão do controle absoluto e colonização do corpo feminino.

No dia que fui presa. Que levei um tiro deles. Meteu bala em mim e nos amigos que eu tava. Fui baleada eu e outro menino. Fui baleada numa perna. Ele mandou nós parar e nós não paremo. (LILIAN, 2019)

Isso nos ajuda, inclusive, a entender que as mortes dessas vidas abjetas, mesmo quando não ocorrem nos bairros mais pobres ou em instituições de privação de liberdade não geram processos de enlutamento, posto que a noção da periferia não é fixa, mas acompanha as adolescentes. Além disso, os crimes contra ao feminino espetacularizado são “expressões de estrutura simbólica profunda que organiza nossos atos e nossas fantasias e confere-lhes ininteligibilidade” (SEGATO, 2005, p. 270).

Diante da espetacularização da violência e o dos grandes lucros da indústria da segurança, Feffermann (2006, p. 159) faz a análise sobre o monopólio da violência em que a sociedade brasileira aceita, legítima e lucra com a violência exercida pelo Estado ou até mesmo pelas facções. Nesse sentido, atitudes punitivas por parte do legislativo, judiciário e executivo não são apenas aceitas como solicitadas pela massa social. Situações como superlotação e rebeliões que acabam culminando em mortes nos presídios não recebem comoção social e de certa forma, podem ser interpretadas como “punições” merecidas já que se estavam presos.

Um fator que corrobora com essa realidade é a construção de uma cultura da violência, em que as notícias sobre violência tornam-se mercadorias. O sensacionalismo e o que é espetacular tornam-se ingredientes imprescindíveis para a efetivação dessa cultura. [...] cria-se, dessa forma, uma sensação de insegurança, em que a desigualdade social, a ausência do direito ao trabalho e ao salário justo, a falta de responsabilidade do Estado perante os direitos dos cidadãos, a impunidade e o fracasso dos mecanismos de controle social, entre outros fatores, são encobertos pelo espetáculo da violência (FEFFERMANN, 2006, p. 160).

A cultura da violência, a indústria do medo e da insegurança pública são fios

condutores desse monopólio.

A violência é o veículo de poder dos negócios ilícitos, de vendas de drogas e das instituições responsáveis pelo cercamento desses. Cria-se, assim, um círculo vicioso, em que a violência é o motor, os traficantes e alguns policiais, atores em um espetáculo de crueldade, reforçando o sistema invisível cenário (FEFFERMANN, 2006, p. 123).

Ademais, há uma certa seletividade, um jovem branco de classe média vendendo medicamentos irregulares não são reconhecidos como traficantes⁵³, mas um adolescente negro na rua tarde da noite é taxado de traficante. A mídia tem papel fundamental na disseminação do inimigo ficcional, demonizar o outro permite seu aniquilamento.

O poder do tráfico se mantém principalmente pela ameaça, pelos atos violentos, pelas punições que servem de exemplo. Nas comunidades observadas, percebe-se que, mesmo não participando diretamente do tráfico de drogas, há um pacto de toda comunidade com relação ao silêncio (FEFFERMANN, 2006, p. 121).

Acerca disso, têm-se no imaginário social a figura do perigoso, o qual jovens negros, pobres e moradores de favela materializa a suspeição. “A opinião e a imprensa precisam do criminoso. É a ele que vai se odiar, é para ele que irão as paixões, é para ele que se pedirão a pena e o esquecimento” (FOUCAULT, 2012, p. 118). Portanto, observa-se uma exigência da sociedade por maior rigor punitivo com penas mais severas e a criminalização generalizada de condutas.

Marcados e rotulados, esses jovens vivem a sua história, carregando o peso da mentira manifesta e, no entanto, persistente. Marcas profundas que aos poucos vão delineando a sua definição de caminhos, de escolhas e respostas. Verdades que justificam qualquer ação contra eles (FEFFERMANN, 2006, p. 161).

Isso revela dois aspectos, o primeiro é o objetivo de reduzir a violência não tem sido alcançado com as aparelhagens políticas penais, sendo o cárcere produtora da delinquência como já era apresentado por Foucault, e, em segundo, a resposta estatal diante da organização do crime tem sido aumentar a repressão, o que, conseqüentemente, produz mais morte, mais aprisionamento e mais lucro.

Mortes, violência física e sexual, a vida de celebridades, sempre foram elementos facilmente transformáveis em mercadorias, porque a exposição dessas tragédias explora o prazer do telespectador, aquele prazer resultado de “uma ‘energia deslocável que em si mesma é neutra, mas capaz de aliar-se a um impulso erótico, quer a um destrutivo’, com o instinto da vida ou com o instinto da morte”. A mecânica responsável pela transformação da desgraça alheia em prazer, exploradora do *voyeurismo* macabro do cliente da mídia, é complexa e não cabe aqui a análise, mas o comércio de drogas não se adequa fácil a esse padrão e, por isso, sempre precisa ser fantasiado. Assim, em conjunto com a polícia, a mídia construiu a figura do traficante, o qual hoje, só pela designação, transmite a imagem do mal. Mesmo que o vendedor

⁵³ Recentemente saiu uma notícia sobre estudantes de medicina traficando medicamentos, em diferentes mídias, são tratados como estudantes, pode ser visto uma dessas notícias na íntegra no site <https://noticias.r7.com/cidades/estudantes-sao-presos-com-quase-2-mil-medicamentos-irregulares-18082019>. De maneira semelhante helicópteros ou aviões de pessoas ligadas a cargos públicos são apreendidos com drogas não ocorre investigação, enquanto Rafael Braga ainda se encontra preso (BORGES, 2028).

seja pobre, miserável às vezes, more na periferia, aquela relação comercial da esquina precisou ser vinculada com a fantasia do ganho milionário ou com a força e a violência do crime organizado, em uma construção que afeta não só a sociedade, mas a própria polícia e mesmo o comerciante, estigmatizado, mas empoderado na sua figura de representante do mal (VALOIS, 2017, p. 414).

É importante, ainda, destacar que a política de guerra às drogas tem um pano de fundo para ação genocida do Estado para com os corpos desimportantes, como já apontamos, mas que ora, nesse tópico, corporificam na presença massiva da política militarizada nas comunidades periféricas no Ceará. Tornou-se comum, cotidiano, assassinatos, prisões, torturas e desaparecimentos; casos de homicídios conectadas aos policiais são arquivados (MENA, 2015). A exemplo a chacina da Messejana em que 11 adolescentes foram assassinados por policiais como resposta aos homicídios de um policial no dia anterior ao ocorrido (BARROS *et al*, 2017).

Já, teve o namorado de uma colega minha que ele foi preso, ele tava já com três mês preso, mas eu não sei se ele já se soltou. Teve já um ex-namorado meu que ele foi preso, teve um ex-marido meu que ele foi assassinado, só que eu lembre. (NOVINHA, 2019)

As novas dinâmicas trazidas pelas facções fizeram com que as interlocutoras se preocupassem com a “etiquetagem” das organizações, posto que sabem que é uma vida com duplo alvo nas costas.

Muito ruim, pra mim é muito ruim. Pessoal me dizer que eu sou envolvido sem eu querer ser. Que tipo assim, eu... meu irmão é envolvido, meu irmão é batizado, só que eu nunca tive oportunidade de conversar com ele não, e perguntar como é isso. Porque ele se batizou lá dentro, pouco tempo, faz nem um ano direito. Aqui em Fortaleza, em Itaitinga. Aí tipo assim, eu já sei o caminho dele, o futuro dele né? Eu já sei! Aí quando minha mãe... se minha mãe fica preocupada só em saber que ele tá apanhando lá dentro, imagine, Deus me livre, ele morrer. [...] O caminho dele é a morte. Ou é a morte, ou a cadeia. Porque quando se batiza é um caminho sem volta. tem gente que ainda diz “vou entrar pra benção”, mas quem entra pra benção só Deus mesmo, porque eles num perdoa não, se eles te pegar de uma ingreja eles te mata. (LORIN, 2019)

Para ilustrar esse medo que Lorin aponta, no Índice de Homicídio na Adolescência (IHA), nos últimos dois relatórios, Ceará e sua capital, Fortaleza, são respectivamente o estado e capital que mais mata adolescentes do Brasil (MELO; CANO, 2017), a grande maioria desses homicídios acontecem em bairros à margem do centro de Fortaleza e em interiores do Ceará mais distante dos centros urbanos (CEARÁ, 2019). Além disso, as abordagens policiais, cada vez mais ostensivas, são apontadas como fatores preponderante para essas adolescentes temerem por suas próprias vidas, muito mais do que a guerra entre facções como elas expuseram.

Pra começo de conversa, eu não gosto. eu acho que são.. tem muitos deles que são muito piranguinhos... tem muitos deles que quer levar nós pra facção diferente... Só pra fazer o mal... Tem muitos deles que já levou. Muitos amigos meus já foram levado por policiais pra assim né.. ser deixado em outro bairro. pra eles pegar nós e matar

nós. Pegam o celular e perguntam até dizer que facção é. (CHINESA, 2019)

Nossas interlocutoras apresentaram em suas trajetórias preocupações em relação à polícia, temendo-a mais do que facções antagônicas a sua. Lilian, Chinesa e Marta, ao falarem das ações policiais em Fortaleza, fiz uma pergunta semelhante, quem na conjuntura elas temem mais: “Policiais. Nem ligo pra outra facção, tenho medo é dos policiais vir me matar, porque sabe que eu tô ali traficando. tenho medo da outra facção não, eu passo é muito de moto lá na rua da minha vó. Sozinha, boto só o capacete e passo normal”. (MARTA, 2019)

Na segunda entrevista, Marta retomou o assunto da presença policial onde reside e mais uma vez perguntei a ela se ela já havia passado por alguma situação de violência:

Comigo não. Só pressão mesmo. Mas essas pressão que ele dá. Tipo, querendo mais, querendo mais e se não der mais vai fazer num sei o que. Dinheiro e droga. Num sei pra que eles quer droga. Pra usarem ou vai ver eles traficam mais do que nós. Só ameaça, entendeu? Porque lá onde eu moro né, eu não tenho medo de os CVs e lá e matar não. Tenho medo é de polícia. Que sempre eles vão com carrão chique, aí desce todo encapuzado. Ai pronto, armamento cruel. CV não tem esses armamentos todo, num vai chegar assim de carrão, não. É eles que mandam, quando eles vê que a pessoa ta dentro do tráfico cruel. Lá onde eu moro é assim, nunca vi isso em outro canto não, mas lá onde eu moro é tão cruel o tráfico né que eles chegam logo matando. Quando eu vejo assim, um carro que já é suspeito eu fico.. nã. [...] não chega no carro da polícia não. Ou então o carro da polícia passa, aí não para. Passa só pra passar os panos, aí entra em contato e pronto. Quando vai ver, só o bote. (MARTA, 2019)

As histórias de violência policial contra a população residente de favelas são numerosas. Tomam, por exemplo, os documentos de identidades dos jovens, para depois forjarem boletins de ocorrência. Nessas operações, denominadas operações policiais com mandados de busca e apreensão coletivos, muitos são vítimas de crimes como tortura, lesões corporais, injúria, calúnia e mesmo a morte (FEFFERMANN, 2006, p. 114). Em alguns casos, as adolescentes comentaram que os policiais batem fotos e colocam em grupos de redes sociais (Facebook e WathsApp) de outros policiais ou de milícias para saber se a adolescente é ligada a alguma facção, dependendo da resposta, o futuro da adolescente é determinado.

Cheguei a apanhar várias vezes da polícia [...] Tem policial corrupto. Muitos policiais corruptos. Olha se a polícia trabalhasse do jeito certo, a maioria dos vagabundas num era revoltado com policia nao, mas os policial ganha mais do que nós. Porque na lei de menor diz que não é pra bater, isso e aquilo, e eles fazem tudo isso. Ameaça, mete a pea, leva a gente desmaiado. Quando a gente vai preso assim, com duas armas, muito dinheiro, eles ficam pra eles e liberam nós. Leva as armas. Tudo isso. Cheguei a levar uma pisa no terminal do Siqueira no quartinho. Conhece não? Sabe onde é o terminal do Siqueira? Eles me desmaiaram ali de pea. Que eu tava com faca desse tamanho, e me liberaram. (PAULA, 2019)

Foram muitos relatos de violência policial, alguns na apreensão, outros na tentativa de fazer a adolescente “caboetar” outras pessoas ou dar informações sobre drogas e armas, como apresentado no relato anterior da Pérola, e novamente aqui a partir de Novinha: “Quando eu fui presa. [...] eles, a maioria do mesmo jeito que é homem e mulher eles entram, eles batem,

eles tem o costume de molhar a toalha e bater na cara da pessoa. [...] não, comigo não, mas com minha amiga eles fizeram. [...] Eles só me bateram”.

O pai e irmão de Duda estão sendo procurados pela polícia, por isso eles tiveram que sair fugidos e deixar a família. A adolescente não entrou em muito detalhe, disse que o aumento de assassinatos no Ceará é, sobretudo, pela atuação policial, segundo ela: “O tanto de polícia que mata a pessoa e joga nas área do faccionado pra dizer que foi às facção. Mas quando vai ver foi as polícia” (DUDA, 2019).

Segundo as interlocutoras tem policial que exerce uma função mais comunitária e menos militarizada, mas em geral o sistema transformou os sujeitos que trabalham nessa instituição, segundo Japa:

Tem uns policial que ... trabalha de acordo com seu trabalho, mas que tem outros que... pra mim não é certo não. Pra mim num era nem pra ta com a farda de policial não. Porque quando eles pegam nós com qualquer coisinha, eles já quer forjar mais. Por exemplo, nessa minha queda aqui, eles não me pegou com arma e nem droga, ele me pegou ... no celular da minha amiga, tava segurando uma arma... eles batendo nós até dar conta de uma arma e nós num falava nada. Eles diziam que iam levar nós pra delegacia que foi ação de gasolina, eles ia bem dizer que nós tava queimando delegacia, essas coisas. Ai por causa disso, nós apanhamos, apanhamos até que chegou um ponto que ligaram pra eles dando a casa que nós tava. Uma pessoa denunciou. E foi lá, as armas não estavam mais lá, mas tinha droga. Ai que nós apanhamos mesmo, porque as armas não estavam [...] Muitas das vezes eles já engomaram. Teve uma vez aí que eu apanhei tanto, apanhei tanto lá onde eu moro, em local⁵⁴. E o que ... tava comigo na casa, tinha uma macaquinha, tinha duas PT, um oitão e dois mil conto de droga. Tava só eu dentro da casa. Eu apanhei, apanhei, apanhei e não me levaram pra delegacia e nenhum canto. Então eles engomaram, [...] ficar pra eles. [...] Faz. Já cansei de ver o policial cheirando na minha frente. Nós apanhando e eles cheirando [...] É. Mas a maioria das vezes, eu digo que é policial. Que eles fazem o trabalho deles e, muita das vezes, nem bate em nós. Porque o certo não é bater em nós não. Nós somos de menor. [...] pelo menos os policiais que andam lá eles têm... tem amizade com o que é lá de baixo. Que lá nas minhas áreas em cima é a minha facção é embaixo, é outra. Ai muita das vezes eles tem amizade com eles de lá, que não é da nossa facção. Denunciam nós pra eles irem lá. (JAPA, 2019)

A cena-analisadora apresentada por Japa denuncia que nas favelas de Fortaleza a polícia se faz presente de forma ostensiva, ao contrário de outros espaços em que ela age de forma comunitária, além disso, escancara a corrupção dentro da corporação policial. A respeito disso, Valois (2017, 406) salienta

em termos de política de segurança, a corrupção policial e o comércio de drogas se retroalimentam. [...] dentro da perspectiva proibicionista como única política possível - todas as vezes que se expande o comércio ilegal de drogas, a única medida tomada pelo poder público é aumentar o poder da polícia, ou seja, agiganta-se a polícia juntamente com a corrupção e nada resolve.

A política de guerra às drogas, como apontado, tem sido uma das principais responsáveis pelo aumento da violência policial nas periferias do capitalismo, é ela que legitima

⁵⁴ Para fins de resguardar nossas interlocutoras, os bairros que residem ou que andam não serem expostos.

ações ostensivas e militarizadas, ela traz o espectro de que crimes estão prestes a acontecer e que sujeitos que residem em determinado local periférico estão prestes a cometer algum delito (VALOIS, 2017; BORGES, 2018).

Nas últimas décadas, ela tem se concentrado em pequenos varejistas já que são cobrados para apresentarem números em contrapartida do investimento financeiro. Há, portanto, uma espécie de “vício” em apreensão de mercadorias e flagrantes, corroborando para o encarceramento em massa na figura de presos provisórios, fatos que retroalimenta o sistema punitivo, seletivo e racista (VALOIS, 2017; BORGES, 2018).

Desde os anos 90 tem crescido o número de jovens presos pelo tráfico de drogas, consequentemente, adolescentes mais novos também são capturados por esse mercado ilegal (VARGAS, 2011). Sistemáticamente, esse aumento pode ser ocasionado tanto pela maior inserção de crianças e adolescentes no mercado das drogas, como também por maior seletividade penal e do judiciário para com o tráfico de drogas (VALOIS, 2017). Por exemplo, a crescente acusação do adolescente a quem se atribui o cometimento de ato infracional por tráfico de drogas, não sentenciados a privação de liberdade, permite-nos supor uma maior repressão da instituição polícia diante dessa infração, além de, problematizar uma maior inserção de sujeitos cada vez mais jovens nesse mercado (VARGAS, 2011).

O mercado do tráfico tem se estabelecido nas grandes favelas e com lugares de difícil acesso para a polícia, travessas e becos são locais escolhidos para manter a boca. Em um momento de sua vida, Pérola se estabeleceu com seu companheiro em uma casa em um beco, onde ficava traficando, local que todas as adolescentes comentaram já ter usado para vender drogas. Nas palavras de Feffermann (2006, p. 210) “geralmente na periferia, é montado um esquema para garantir o progresso do ‘negócio’. Existe uma hierarquia e os jovens que ‘trabalham’ com o comércio varejista de drogas são a parte mais visível do tráfico”. Isso não quer, em hipótese alguma, que o tráfico existe somente na periferia de centros urbanos, mas que um determinado território foi escolhido para repressão policial (VALOIS, 2017). Nos presídios, por exemplo, é o tráfico do varejo que tem superlotado o sistema prisional (SOARES, 2015).

O modelo da polícia brasileira é baseada na norte-americana, e da mesma maneira, nos últimos anos, suas operações têm focado em raízes militarizadas (VALOIS, 2017). É com a institucionalização da guerra às drogas em nível internacional instaurada pelo Estados Unidos que a discricionariedade policial se amplia, seus excessos são encarados como essenciais para a exequibilidade do exercício profissional e são tomados como efeitos colaterais (ALEXANDER, 2017). Além disso, a partir da estruturação da racialidade, sujeitos mortos em operações policiais quando apresentam as características do(a) elemento(a) suspeito(a) não há

comoção pública por suas mortes.

Para explicar, entre os anos 2014 e 2018 houve uma variação de 434,15% nas mortes oriundas de intervenções policiais registradas (CEARÁ, 2019). É importante ressaltarmos que essas mortes ocasionadas pelos aparatos policiais seguem uma lógica historicamente repetida no Brasil: as favelas são os lugares que habitam as práticas ostensivas da polícia, tendo também como principal alvo o adolescente negro ou pardo, pobre, tendo determinadas características estéticas, vestido com roupas de marcas específicas e regionalmente encarnado na figura do envolvido (COSTA, 2018; BARROS, 2019).

Outro exemplo ocorre no Ceará, os acordos entre facções e seus desfechos contribuem significativamente para o aumento ou redução no número de homicídios no estado (BARROS *et al*, 2018; CEARÁ, 2018a; CEARÁ, 2018b; BARROS *et al*, 2019). Em contrapartida, observa-se o aumento significativo de mortes por intervenções policiais no estado (36%) (CEARÁ, 2019). Essa realidade pode ser reflexo do modelo militarizado de policiamento que temos, em alguns casos os policiais extrapolam a própria Lei a qual eles deveriam resguardar (KUCINSKI *et al*, 2015).

Diante desses apontamentos, vivemos o que Valois (2017) denominou de Estado policial, em que a naturalização da violência estatal produz subjetividades que anseiam por mais punitivismo. Segundo esse autor, o Estado policial funda-se na exequibilidade excedente da suspeição a priori e descartabilidade de vidas em nome da política guerra às drogas.

Aqueles meninas cheia de tatuagem. Eles mete a chibata mesmo e com força. [...] Acho que a roupa também. Acho que quando a menina ta assim com uma roupa muito curto o policial pensa que é uma vagabunda. Aí pensa que é sem dona e bate mesmo. [...] Tipo assim, que a família nem vai ligar. Cheia de tatuagem, com uma roupa de piriguete, acho que eles pensam assim “não, essa daí já perdida na vida”. Acham que a família nem liga e pronto. Mete a peia. (LORIN, 2019)

Esse recrudescimento penal, ampliação de políticas de privação de liberdade e ostensividade nas abordagens policiais são facetas do necropoder e da necropolítica. Para Mbembe (2017) o necropoder é a formação de um campo de terror. O estabelecimento dele e da necropolítica são formas pelas quais o inimigo ficcional é produzido (MBEMBE, 2016). A formação do inimigo ficcional restabelece uma nova forma existencial, o status de morto-vivos, àqueles não humanos que não possuem status político e nem mesmo status de sujeito. Estão, as adolescentes ditas “envolvidas”, suspeitas, têm suas vidas destituídas de valor e recebem esse status de morto-vivo, não à toa que Lorin falou “sem dona”.

Como salienta Borges (2018), a política de guerra tem afetado mais incisivamente as mulheres, não só pelo encarceramento em massa, mais articulamos a partir da análise, pela violência policial também. Todavia, é necessário observar que essas operações necropolíticas

exercidas pelo Estado, sobretudo na figura da polícia, não acontece da mesma forma em qualquer lugar e com todas as mulheres. A leitura interseccional revela que essa política punitiva incide de forma mais severa com jovens mulheres, negras ou pardas, moradoras de comunidades periféricas, sendo a dissidência de gênero um fator que corrobora para sistematização da suspeição.

Um estudo sobre as implicações da necropolítica no Ceará apontou três expressões necropolíticas, são elas: 1. a criminalização e o extermínio de jovens; 2. o encarceramento em massa, sobretudo do sexo feminino, e; 3. aumento de morte de adolescentes e jovens mulheres no Ceará. Em resumo, a personificação do inimigo ficcional na juventude de cor negra, pobre e habitantes das periferias legitima a criminalização e o extermínio dessa população no Ceará, a incidência de subjetividades necropolíticas tem fabricado corpos que podem viver e marcado corpos que devem ser aniquilados, sujeitos matáveis e sujeitos morríveis (BARROS *et al*, 2019).

5. “UM DIA A MINHA LIBERDADE CANTA”: ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes / Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que nem devia 'tá aqui / Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes / Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz? / Alvos passeando por aí / Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes / Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência / É roubar o pouco de bom que vivi / Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes / Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes / É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir (Emicida, AmarElo)

Acompanhar os processos existenciais presentes no Aldaci foi fazer da “investigação-formação” matéria de intervenção e ampliação de conectividades (AGUIAR; ROCHA, 2007), portanto permitiu singularizar as experiências humanas e visibilizar histórias invisibilizadas pelo estigma de “bandida” ou “envolvida” (BARROS *et al.*, 2019).

Diante da (hiper)visibilização social dessas adolescentes e jovens mulheres de sua situação de marginalização, vistas como perigosas e tendo suas vidas indexadas à infração cometida (SCISLESKI *et al.*, 2018), o posicionamento de ouvir as adolescentes é, sobretudo, uma tentativa de contrapor os discursos criminalizantes, especialmente midiáticos, que pouco falam de suas trajetórias, mas etiquetam essas jovens como “perigosas”, “irrecuperáveis”, “bandidas” ou “mulher de bandido” em fenômenos de sujeição (FOUCAULT, 1998b; BUTLER, 2017). Foi, portanto, através de suas escutas que se tentou desestabilizar os sistemas de poder que silenciam e invisibilizam essas mulheres (KILOMBA, 2016; FOUCAULT; DELEUZE, 1979), retira delas inclusive a concepção de humanidade.

Aqui, inalamos outros ares para produzir conhecimento, sustentamos que a descolonização do saber e a ampliação do que se entende por humanidade acontece, também, pelo rompimento do coletivo de forças discursivas que abjetificam as adolescentes. As entrevistas buscaram a pluralidade de vozes e experiências, observar o plano de coletivos de forças presentes nas trajetórias de vida das adolescentes do gênero feminino. Um “discurso contra o poder, esse contra-discurso expresso pelos prisioneiros ou por aqueles que são chamados de delinquentes, é o que é fundamental, e não uma teoria *sobre* a delinquência” (FOUCAULT; DELEUZE, 1979, não paginado).

A escolha do método da entrevista sob o prisma feminista, permitiu-nos abordar analiticamente marcadores sociais de opressões e privilégios singulares, mas que, de alguma forma, se entrecruzam nas trajetórias de vida das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado.

Desse modo, a interseccionalidade ajudou-nos a des-universalizar o que é ser adolescente e o que é ser mulher, bem como foi uma lente de orientação para o modo como

lemos nossas questões de pesquisas e a forma que nos atentamos na escuta qualitativa, proporcionou uma relação com o campo de pesquisa mais de troca e com uma escuta mais atenta às pluralidades. Portanto, o método da cartografia aliada a interseccionalidade pareceu-nos pertinente nesta pesquisa, por estarmos interessados em acompanhar os processos existentes e interconectados, em vez de catalogar ou retratar algo desconexo de sua imersão sócio-histórico e cultural.

Essa forma de análise não individualizou ou invisibilizou as singularidades das interlocutoras, mas costurou as narrativas de forma que possibilitou a percepção da disparidade entre os níveis de opressões e privilégios interseccionados envoltos da produção de uma adolescência desigual marcada pelo abandono estatal e de uma produção discursiva naturalizante da violência urbana. Bem como, foi possível identificar de que forma a violência urbana atravessa as trajetórias das adolescentes e seus efeitos psicossociais individuais e coletivos.

Não se trata, pois, de desvelar uma essência última da vida, nem coincidir por fim com um suposto núcleo da existência, massim, por meio de ziguezagues os mas diversos, elevar-se à altura de uma potência desconhecida, arrancar uma intensidade inaudita e inantecipável. Muitas vezes isso só é possível no decorrer de uma travessia tumultuada, de impotência, fragilidade, vulnerabilidade, gagueira, ou ainda errância, crise, loucura, colapso, ou, como diz lindamente o filósofo, de uma “falta de jeito” (PELBART, 2019, p. 25-26).

Buscou-se, então, produzir uma linha de fuga nômade e de agenciamento maquínico de singularidades e multiplicidades de conhecimento e de subjetividades que não se reduzem aos seus envoltos afetivos ou comportamentos “transgressores”. Assim tentamos por entendermos que essas linhas em devires são mais difíceis de serem capturadas pelo poder hegemônico serializante e totalizante (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Em suma, as atualizações da violência urbana no Ceará foram apresentadas ao tempo que as trajetórias das adolescentes foram atravessadas por essa realidade. Contudo, ao fazermos articulações teóricas, essas “novas” dinâmicas não são tão novas assim, são aparatos maquínicos de violência masculinistas e colonialistas remodelados nas tramas da violência urbana atualmente.

Ressaltamos que outros estudos acerca da temática juventude e gangue, como os coordenados por Abramovay (2010) que versa sobre juventude e gangue, como esse, mas, especificamente, essa pesquisa se insere em um contexto no qual as continuidades e descontinuidades dessas formas de organização nas periferias urbanas precisam ser postas em análise, com destaque para seus efeitos em termos das peculiaridades dos modos de inscrição juvenil nesses grupos, que remetem às gangues mas que apresentam especificidades em relação

a elas.

As cenas narradas pelas adolescentes revelaram vivências singulares da violência urbana, sujeitando essas a formas de opressão e discriminação advindas do contexto em que estão inseridas, fazendo que estas jovens naturalizassem a presença do tráfico de drogas, assassinatos e os conflitos territoriais ocasionados por organizações criminosas, sendo portanto, parte do seus cotidianos. Dessa maneira, foi possível perceber as expressões necropolíticas atravessadas aos cotidianos dessas jovens, sejam elas por políticas de criminalização, de encarceramento ou de extermínio, produzidas ou não pelo Estado.

Tomamos nessa dissertação o “envolvimento” como um analisador-chave, sendo assim, os demais aspectos elementares que dão pistas de como as trajetórias estão envolvidas entre si pelo atravessamento da violência. Dessa forma, as linhas de envolvimento que foram cartografadas derivam de: efeitos psicossociais das dinâmicas da violência urbana nas trajetórias de adolescentes a quem se atribui o envolvimento em facções; aprisionamentos a céu aberto e estratégias de re-existências aos efeitos psicossociais da violência no cotidiano; o “envolvimento” de meninas em facções e seus agenciamentos; o “decreto” como dispositivo de matabilidade de mulheres “envolvidas”; intersecção de marcadores de raça, classe, gênero, geração e território na precarização maximizada da vida de adolescentes ditas “envolvidas” e na inscrição destas em organizações criminais ligadas ao tráfico de drogas; marcas da violência institucional na vida de adolescentes enquadradas como “envolvidas”. Além disso, a análise apontou para os seguintes efeitos nas trajetórias de vida das adolescentes a partir das transformações da violência urbana, são eles: acirramento de disputas territoriais e agravamento de violações de direitos; relações de inimizade produzidas pelo *modus operandi* das facções; submissão às regras de condutas impostas pelas facções; aumento da sensação de insegurança e do medo vivido por elas, sentindo-se mais expostas à morte; envolvimento com as facções como forma de negociar a vida; o medo, a insegurança e a culpabilização.

Encontramos como efeitos das transformações psicossociais do crime nas trajetórias de vida das interlocutoras: acirramento de disputas territoriais e agravamento de violações de direitos; relações de inimizade produzida pelo *modus operandi* das facções; submissão às regras de conduta impostas pelas facções é outro efeito identificado nas trajetórias de vida das interlocutoras; o aumento da sensação de insegurança e do medo vivido por elas, sentindo-se mais expostas à morte, como se ela estivesse à espreita; envolvimento com essas facções como uma forma de negociar a vida em meio a esse fogo cruzado que nossas interlocutoras estão submetidas; o medo, a insegurança e a culpabilização são efeitos que se interconectam nas trajetórias das adolescentes; restrição de liberdade, amizade e adesão

subjetiva a modos de viver acuados; indução de processos de precarização da vida, sobretudo pelo abandono estatal e produção de zonas de morte; intersecção de raça, classe, gênero, geração e território na precarização maximizada da vida de adolescentes ditas “envolvidas”; a experiência de luto devido aos assassinatos de familiares, amigos(as) ou mesmo conhecido(a) no bairro onde mora, além de ameaças e tentativas de sequestros e assassinatos que as interlocutoras sofrem/sofreram; a hipervisibilização das adolescentes ocasionada pelo *modus operandi* das facções que sequestraram e assassinaram integrantes de facções rivais; objetificação da mulher que coloca a violência com as adolescentes como uma expressão de poder; exposição das adolescentes pelo decreto em redes sociais (Facebook e WhatsApp⁵⁵) que as interlocutoras estão submetidas nas dinâmicas masculinistas nos jogos de poder das facções.

Ainda problematizamos as linhas que constituem o envolvimento das interlocutoras com as facções, sobretudo com o tráfico de drogas, são elas: A busca pelo dinheiro em um contexto sócio economicamente desigual é a primeira linha que apresentamos do novo do envolvimento das adolescentes com o tráfico de drogas; desigualdades em todos os âmbitos e a precarização induzida da vida dela decorrente são linhas; os modos de subjetivação pautador da adesão ao *ethos* da aventura/intensidade em detrimento do par moralizador do trabalho-longevidade; envolvimento afetivos com integrantes de facções; sexualização, “menorização” e vulnerabilização das funções exercidas para mulheres no tráfico; a subalternização de mulheres pobres e negras a essa lógica capitalista no tráfico de drogas; precarização no trabalho formal e sua incapacidade de aderir à todos(as); processos de subjetivação pelo hiperconsumo e a busca por visibilidade/reconhecimento; segregação/exclusão produzida pelo Estado e pela sociedade são vistos como anormais, o que gera sentimentos e vingança correlativos à incorporação do signo da descartabilidade; por fim, a institucionalização como marca do envolvimento.

As favelas e seus habitantes historicamente são alvos de políticas de morte. Esses mecanismos têm influenciado os modos de subjetivação das interlocutoras, de forma que internalizam políticas de inimizade, medo de viverem pouco e sem nenhum aproveitamento, o que faz com que elas enxerguem o tráfico de drogas como uma possibilidade não apenas de superação da condição de pobreza, mas de reconhecimento social, consideração afetiva, familiar, e, sobretudo, uma vida de ostentação, intensidade e de grande consumo, sendo este último financeiro, material e afetivo. A incerteza do tempo hábil de vida parece ser mais

⁵⁵ Os grupos de WhatsApp são mecanismos utilizados pelos integrantes das facções para facilitar a comunicação, estreitar relações afetivas e de inimizades, tornou-se comum grupos com inúmeros integrantes de facções (SOUSA, 2019).

presente para as pessoas moradoras de bairros marginalizados, ainda mais circunscrita no crime, tanto por serem alvos de políticas militarizadas e ostensivas do Estado, como também, por serem o perfil que mais morre no Brasil.

Dessa maneira, a noção de necropolítica postulada por Mbembe (2017) nos foi valiosa para analisar as racionalidades presentes nos mecanismos de produção de sujeitos matáveis e zonas de morte. Assim, como, também, outros conceitos que foram derivados ou que se articulam com esse prisma, a saber capitalismo *gore* e necropolítica de gênero, foram fundamentais para a análise da problemática da morte de adolescentes e jovens mulheres nas tramas da violência urbana no Ceará. É importante, mais uma vez, salientarmos que essa realidade é colocada pelo Governo do Estado do Ceará como atual, contudo, ela denota de uma raiz histórica da violência contra a mulher que outrora coloca o corpo da mulher como território de marcação da hegemonia masculina expresso em diferentes linguagens.

As trajetórias das adolescentes, dessa forma, estão imbricadas - perversamente - a sujeição de envolvidas, discurso que “justifica” a falta de comoção pública pelo genocídio em percurso das adolescentes e jovens mulheres negras ou pardas, moradoras de periferias e pobres.

É desse modo que entendo essa pesquisa como uma máquina de guerra no sentido deleuzo-guattariana por sua contra-hegemonia e capacidade inventora de produção não apenas de conhecimento, mas de reflexões para além de materialidades sobre a noção de adolescente em conflito com a lei, ou como Scisleski *et al* (2017) nos aponta ao problematizar a falha da lei ao resguardar os direitos do adolescente que transgredir: adolescente a quem se atribui o cometimento de ato infracional. Conhecimento este que aponta uma parcialidade, localização, multiplicidade de realidades, significados e experiências (HARAWAY, 1995) e denuncia uma precariedade - induzida - e a produção de uma subjetividade desigual.

O caminho percorrido até este último capítulo foi árduo, possibilitou compreender que pesquisas com juventudes privadas de liberdade são extremamente necessárias para análises dos jogos de forças e discursos de verdades envoltos dos modos de subjetivação que atravessam e marcam as vidas de adolescentes e jovens institucionalizados(as). Essas pesquisas não são fáceis, tem o desafio de não cair na mesmice da universalidade e individualidade. Nos inspiramos em Pelbart (2019), por uma análise que não soterra ou aterra em identidades as vidas plurais. Foi, portanto, um ato-desafio de reinventar-se como pesquisadora.

Espera-se que tenhamos saído da inércia reprodutiva e que novos axiomas, a partir do aqui foi exposto, possibilite outros sentidos sobre juventudes. A própria (re)existência dessa população evidenciada aqui denuncia os mecanismos de matabilidade que ora o Estado opera, ora ele permite que outrem exerça.

São trajetórias que se assemelham em muitas questões, estão interconectadas pelas mesmas desigualdades e condição máxima de precarização. Todavia, mecanismos e relações de forças, próprias de cada período histórico, buscam a homogeneização para fins de controle social, portanto, a interpelação constante da violência molda seus processos de subjetivação, que, outrora escapam desses moldes identitários e constituem outros modos de ser e viver no mundo.

Em geral esse público vivencia processos de silenciamentos, invisibilização e divizibilização, têm suas trajetórias estigmatizadas e reduzidas ao ato infracional que supostamente cometeram pelas grandes mídias jornalísticas do Ceará (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020). Entendo esse campo como fértil como proposta desconstrutiva de uma psicologia hegemônica, comprometida com um fazer social, transformador e de luta por justiça social e equânime. Uma psicologia social feminista, descolonizada, anti-racista, anti-sexista e abolicionista.

Diante dessas complexidades, o diálogo da psicologia social com o aprofundamento teórico dos feminismos (negro, decolonial e transfeminista) e de autores(as) anticoloniais foram importantes para uma análise histórica da forma como as diferenças produzem sobreposições de vulnerabilidade e risco em uma sociedade desigual. A interseção de marcadores de gênero e geracional são mais aviltantes para nossas interlocutoras, enquanto classe e raça foram menos citados por elas, acreditamos que elas são mais veladas na sociedade atual por discursos neocoloniais, como colocar na figura do criminoso o ódio racial (ALEXANDER, 2017).

É necessário compreender que as relações coloniais estão vivas e estruturam a modernidade. Colonialidade essa que é de poder, saber, ser, natureza, linguagem e de gênero, sendo, também constitutiva destas ao passo em que se constrói (LUGONES, 2014; GOMES, 2018). Desse modo, na estrutura colonial essas grandes categorias (raça, classe e gênero) são inseparáveis de modo que uma produz a outra e, assim, reformulam as diferenças sobre as diferenças que constituem a discriminação interseccional (CRENSHAW, 2002) ou como aqui postulamos, a maximização induzida da precariedade interseccional.

Assim como é verdade o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são 'diferenças que fazem diferença' na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 173).

A respeito disso, o uso do gênero como categoria de análise decolonial, destaca Gomes (2018, p. 71), possibilita a análise de como essas “categorias juntas, trabalhando em

redes, são ao mesmo tempo causa e efeito d(n)a criação dos conceitos uma das outras”. Nessa análise, raça, classe e gênero estão emparelhadas pelo território. Afinal na sociedade brasileira, uma mulher negra - ou enegrecida - e atravessada por outros marcadores sociais, estão na base da hierarquia econômica brasileira (CARNEIRO, 2011; RIBEIRO, 2018; BORGES, 2018).

Entendemos essas dicotomias como ficções da modernidade/colonialidade como forma de manutenção das hegemônicas brancas, burguesas e masculinista. Por isso, é necessário um novo projeto civilizatório que amplie a noção de humano de forma que os devires minoritários caibam na humanidade.

Alguns temas se sobressaem os objetivos dessa pesquisa e por isso não foram contemplados, mas que podem ser desdobramentos futuros, tais como: a problematização da maternidade em contextos de privação de liberdade, a saber, em que medida ela pode ser entendida como proteção ou maior vulnerabilidade? A relação da igreja e as facções, sobretudo, sobretudo as igrejas de matrizes evangélicas, questionamentos como a relação entre facção, a religião e seu relaciona com a violência urbana? Além desses, a questão da adolescência e a interpelação temporal desta nas trajetórias, por exemplo, a ruptura a partir da entrada no sistema e o rompimento de sua vivência. Acerca deste último, algumas meninas reincidem diversas vezes no Aldaci, vivenciam, assim, uma espécie de ruptura temporal e espacial entre seus 12 aos 18 anos dentro e fora da unidade. Portanto, o tempo como elemento que possibilita repensar esse sistema, pelas histórias de várias entradas e saídas nele.

Finalizamos essa dissertação retomando aos agradecimentos, nada teria sido possível sem uma composição, o “inter-esse”, a confiança e afetações entre mundos que se entrecruzam em diferentes momentos e sentidos. Muitas vidas compuseram essa pesquisa, essa coprodução que diz, também, da pesquisadora e de sua realidade. Afinal, como destacam Kastrup e Passos (2014), compor o plano de forças e dos afetos aponta para o que levou a escolha do tema da pesquisa. Acredito que tenha sido evidenciado que a própria trajetória da autora traçou linhas e vetores que a levou para esse *ethos* cartográfico com adolescentes que denunciam o sistema desigual a partir de suas trajetórias.

Chegamos à reflexão de que a cartografia tecida nessa dissertação não tem totalmente um fim, mas de forma rizomática, são linhas soltas e/ou laçadas, prontas para novas costuras. Novas produções de saberes. Sob uma perspectiva (trans)feminista negra, decolonial e por sua postura ético-política, evidenciamos as narrativas das interlocutoras como principais compositoras da escrita. Para tanto, nessa pesquisa, buscou-se não ceder a colonialidade ao visibilizar as narrativas das interlocutoras, tentamos desobstruir o campo de força discursivo que as tornam inaudíveis e colocar em xeque o dispositivo da periculosidade ao revelar que

suas trajetórias estão inscritas em um jogo de negociação de sobrevivência e de disputa de poder fora e dentro da unidade de privação de liberdade.

As re-existências cotidianamente praticadas pelas adolescentes, constituem-se como afirmação da vida. Ao investirmos em outros canais de veiculação, novos agenciamentos, descolonizamos a política da narrativa e evidenciamos vidas abjetas hegemonicamente silenciadas, invisibilizadas e estigmatizadas. Nesse sentido, tentamos extrair as potências de vidas, notas que aqui ecoam, afetos que se libertam. Concluimos com o grito de Loirinha “eu vou sair daqui pra viver”.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. Volume especial, nº 5 e nº 6, 25-36, 1997.
- ABRAMOVAY, M. **Gangue, gênero e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos**. Brasília: Kaco: Gráfica e Editora, Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGIER, M. Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários. In: BIRMAN, P. *et al.* (Orgs.). **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 33-54.
- AGUIAR, K.; ROCHA, M. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 648-663, dez. 2007.
- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).
- ALENCAR, F. A. **Homicídios e conflitos territoriais na cidade de Fortaleza: a perspectiva de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto em Fortaleza**. 2019. 100 f., Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará.
- ALEXANDER, M. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Pista 7: cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- ALVES, H. M.; EVANSON, P. **Vivendo no fogo cruzado: moradores de favela, traficante de droga e violência policial no Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- ANDRADE, F. J.; ANDRADE, R. (2014). Raça, crime e justiça. In: LIMA R. S., RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. não paginado.
- ARAÚJO, I. L. Foucault, para além de Vigiar e Punir. **Revista de Filosofia Aurora**, Paraná, v. 21, n. 28, p. 39-58. 2009.
- BARATTA, A. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, C. H. (Orgs.) **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Editora Salina, 1999. p. 19-80.
- BARCINSKI, M. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Contextos Clínicos**, São Leopoldino, v. 5, n. 1, p. 52-61. 2012.
- BARCINSKI, M.; CÚNICO, S.D. Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino. **Civitas**, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 1, p. 59-70. 2016.

BARREIRA, I. A. F. A cidade e o medo. In: BARREIRA, C.; BATISTA, É. (Orgs.). **(in)Segurança e Sociedade: treze lições**. Campinas, SP: Pontes Editores. Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2011. p.

BARREIRA, C. Segurança Pública no Ceará 2014 a 2017. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017**. Edição especial, 2018. p. 34-38.

BARREIRA, C.; BATISTA, É. Violência e conflito social. In: BARREIRA, C.; BATISTA, É. (Orgs.). **(in)Segurança e Sociedade: treze lições**. CAMPINAS:SP: Pontes Editores; FORTALEZA:CE: Fundação Demócrito Rocha, 2011. p. 19-35.

BARROS, J. P. et al. Homicídios Juvenis e os Desafios à Democracia Brasileira: Implicações Ético-políticas da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p, 2017.

BARROS, J. P. et al. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, v. 9, N. 1, p. 117-128, 2018.

BARROS, J. P. P., *et al.* Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 475-488. 2019.

BARROS, J.P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. In: COLAÇO, V.; GERMANO, I.; MIRANDA, L.; BARROS, J.P.P (Orgs). **Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2019, p. 209-238.

BARROS; L. M. R.; BARROS, M. E. Pista da Análise: O problema da análise em pesquisa cartográfica. In: **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2**. PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia.; TEDESCO, Silvia. (Org.). Porto Alegre – RS: Sulina, 2014.

BARROS, J. P. P.; BENÍCIO, L. F. S. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemáticas dos homicídios de jovens em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 34-43. 2017.

BARROS; L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BATISTA, M. I. F. C. S. **A formação do indivíduo no capitalismo tardio: um estudo sobre a juventude contemporânea**. Tese 2008. 225f. (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BATISTA, V. Adesão subjetiva à barbárie. In: BATISTA, V (Org). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BATISTA, V. M. As tragédias dos bairros onde moram. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 154-167. 2018.

BENÍCIO et al, 2018. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38 (núm.esp.2.),

192-207, 2018.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos pagu**, 53(sem número), 1-16, 2018.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. A Biopolítica Sobre a Vida das Mulheres e o Controle Jurídico Brasileiro. **Revista Gênero e Direito**, Piauí, v. 4, n. 3, p. 225-245. 2015.

BOITEUX, L. Encarceramento feminino e seletividade Penal. **Rede de Justiça Criminal: Discriminação de gênero no sistema penal**, n. 9, p. 5-6, 2016. Disponível em <<https://redejusticacriminal.org/pt/portfolio/encarceramento-feminino-e-seletividade-penal/>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte MG: Letramento Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) Junho de 2016 [online]. 2017. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf> Acesso em: 31 maio 2018.

BRASIL, Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. (2018). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulher 2ª ed. – Junho de 2018 [online]. Acessado em: 31 maio, 2018b, de: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>.

BRASIL, Levantamento Anual Sinase. Ministérios dos Direitos Humanos. Secretária Nacional do Direito das Crianças e do Adolescente. Coordenação Geral do Sistema Nacional do Socioeducativo. Levantamento Anual Sinase 2016. 2018. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf> Acesso em 20 de dez. de 2019.

BRUNO, F. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. **Revista FAMECOS**, Rio Grande do Sul, n. 24, p. 110-124. 2004.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição.** (Bettoni, R., Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?**. (Cunha, A. M., Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS, C. H.; CARVALHO, S. **Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira.** Acesso em: 7 de jan. de 2020. Disponível em: <https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1_8_tensoes-atuais.pdf>.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimentos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17. n. 49, p. 117-132. 2003.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro. 2011. (Coleção Consciência em debate).

CASTRO, R. D.; MAYORGA, C. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, Minas Gerais, v. 14, n. 3, p. 1-18. 2019.

CAVALCANTE, C. O. B. **“Humanos Indireitos”**: modos de subjetivação de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional. 2020, 175f., Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará.

CEARÁ, **Cada vida importa**: Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, UNICEF, Instituto OCA. Fortaleza, Ceará, 2018a. Disponível em: <<http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relato%CC%81rio-2017.2-CORRIGIDO.pdf>> Acesso em: 30 maio de 2018.

CEARÁ, **Cada vida importa**: Relatório do primeiro semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, UNICEF, Instituto OCA. Fortaleza, Ceará, 2018b. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/11/CCPHA_RELATORIO_2018-1_V02.pdf> Acesso em: 10 out. 2018.

CEARÁ, **Cada vida importa**: Relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, UNICEF, Instituto OCA. Fortaleza, Ceará, 2019. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCPHA-RELATORIO-2018_2.pdf> Acesso em: 31 maio de 2019.

CEARÁ. **Regimento Interno: Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará./Banco Interamericano de Desenvolvimento**. 2.ed. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2015. 101 p. Disponível em <<http://www.poderesocial.com.br/site/wp-content/uploads/2017/05/regimento-interno-seas2015.pdf>> Acesso em 15 de jan. 2020.

CEDECA. **4 Relatório de Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará: Meio Fechado, Meio Aberto e Sistema de Justiça Juvenil**. Fortaleza: FÓRUM DCA, 2017.

CEDECA, **Nota técnica especial** - Monitoramento da política de segurança pública do Ceará: de qual segurança pública precisamos?. Fortaleza, 2019.

CERQUEIRA, D. R. C., *et al.* **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea, 2019.

CERQUEIRA, D.R.C *et al.* **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea, 2018.

CHERNICHARO, L. P. **Sobre mulheres e prisões**: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil. 2014. 160f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CIDADE, E. C.; SILVA, A. M. S.; XIMENES, V. M. Pobreza e juventude: Implicações psicossociais, modos de vida e enfrentamento às adversidades cotidianas. In: XIMENES, V. M. *et al* (Orgs.). **Implicações psicossociais da pobreza**: Diversidade e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, p. 311-336, 2016.

CINTRA, A. M. S., *et al.* Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, 29, n. 1, p. 45 - 53. 2017.

COIMBRA, C. **Direitos Humanos e Violência Social: a produção do pânico**. Trabalho apresentado na mesa redonda do mesmo nome no X Congresso Brasileiro de Assistência Social. Este texto é parte, com algumas modificações, do livro da autora Operação Rio: o mito das classes perigosas. Niterói/Rio de Janeiro: Intertexto/Oficina do Autor, 2001b. Disponível em: <<https://app.uff.br/slab/uploads/texto53.pdf>> Acesso em 16 de mai de 2019.

COIMBRA, C. **Operação Rio: O Mito das Classes Perigosas**. Rio de Janeiro: Intertexto. 2001.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Mídia e produção de modos de existência. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 1-4, Apr. 2001b.

COIMBRA, C. M. B.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11. 2005.

COIMBRA, C., & NASCIMENTO, M. L. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa. Rio de Janeiro: **DP & A**, 58-63, 2003.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **JOVENes, Revista de Estudos sobre Juventud**. México, v. 9, n. 22, p. 338-355, 2005.

COIMBRA, C. M.; SCHEINVAR, E. Subjetividades punitivo-penais. *In*: BATISTA, V. M. **Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2012. p. 59-61.

COLLINS, P. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. (2 ed.). NY: Routledge, 2000.

CONNELL, R. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v.4, n. 2, p.11-48. 2014.

CONNEL, R. W.; MESSERSCHMIDT, W. Masculinidade Hegemônica: Repensando o Conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282. 2013.

COSTA, A. **Dispositivo de Segurança e suas implicações psicossociais: o que dizem jovens negros(as) do Jangurussu sobre a “Célula de Proteção Comunitária”?**. 2018. 50f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará.

COSTA, S. S. G. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186. 2009.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. São Paulo: N-1, 2018.

CRENSHAW, K.W. **Cartografiando los márgenes: Interseccionalidad, políticas identitarias, y violencia contra las mujeres de color**. Stanford Law Review, California, v. 43, n. 6, p. 1.241-1.299. 1991.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação

racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, p.171-188. 2002.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA.**

Cruzamento: raça e gênero. Brasília, 2004. Disponível em:

<<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2019.

DAVIS, A. Y. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. Y. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel. 2018a.

DAVIS, A. Y. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018b.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs. vol 1**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DIAS, C. N. A produção da disciplina pelo encarceramento. **O Público e o Privado**, n. 26, 2015.

DIAS, C. N. Encarceramento, Seletividade e Opressão: a “crise carcerária” como projeto político. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, n. 28, 2017. Disponível em:

<<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13444.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2020.

DIAS, C. N.; PAIVA, L. F. Apresentação: Encarceramento, dinâmicas criminais e violência: as ações das facções brasileiras em debate. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 33, p. 9-17. 2019.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, 1998.

DIÓGENES, G. Juventude, cultura e violência. *In*: BARREIRA, C.; BATISTA, É. (Orgs.)

(in)Segurança e Sociedade: treze lições. Campinas, SP: Pontes Editores; Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2011. p. 53-68.

ESCÓCIA, L; TEDESCO, S.H. Pista 5: O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FERREIRA, R. G. L.; MENEZES, J. A. Estado da arte sobre o sistema socioeducativo brasileiro em teses e dissertações da Psicologia. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 159-167. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 13 Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2019. São Paulo. Disponível em

<<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>> Acesso em 20 de out. 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. *In*: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (Orgs). **Michel**

Foucault: Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade do saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998a.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder: Por uma genealogia do poder.** (13 ed.) Rio de Janeiro: Graal, 1998b.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Segurança, Penalidade e Prisão.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Coleção Ditos e Escritos).

FOUCAULT, M. **A Sociedade Punitiva.** São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. *In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder.* MACHADO, R. (Org. e Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 17, 1979. p. 69-78.

FRAGA, P. C. P.; SILVA, J. K. N. A participação feminina no mercado ilícito de drogas no Vale São Francisco, no Nordeste brasileiro. **Tempo social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 135-157. 2017.

G1. Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário. 2017. Acesso em: 25 de dez. 2019. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>>.

GERMANO, I.; SERPA, F. A. S. Narrativas autobiográficas de jovens em conflito com a lei. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 3, não paginado. 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** (5 ed.) São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOIKOETXEA, I. G.; FERNÁNDEZ, N. G. Producciones narrativas: una propuesta metodológica la investigación feminista. *In: AZKUE, I. M. et al (Orgs.). Otras formas de (re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista.* Hegoa, Bilbao-Espanha. 2014.

GÓIS, J. Ciência sucessora e a(s) epistemologia(s): saberes localizados. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, p. 1-11, 2019.

GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Rio Grande do Sul, v. 18, n. 1, p. 65-82. 2018.

GONÇALVES, Charlisson Mendes. **Guattari e a Produção da subjetividade.** 2014. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0785.pdf>> Acesso em: 03 maio de 2017.

GONZÁLEZ, Z. K.; GUARESCHI, N. M. F. Concepções sobre a categoria juventude:

paradoxos e as produções nos modos de ser jovem. *In*: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas.** (5 ed.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. (Coleção Psicologia Social).

GUARESCHI, N. *et al.* Justiça e saúde mental: internação, tratamento e alta de adolescentes usuários de drogas. *In*: SCISLESKI, A.; GUARESCHI, N. (Orgs.) **Juventude marginalidade e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 131-150.

GUATTARI, F. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

GUATTARI, G. **Caosmose: um novo paradigma estético.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** (11 ed.) Campinas, SP: Papirus, 2001.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo.** (7 ed.). Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.

GREGOR, H. C. M. Necropolítica la política como trabajo de muerte. **Revista Ábaco,** Curitiba, v. 4, n. 78, p. 23-30. 2013.

GUERRA, A. M. C. Alguns princípios teórico-políticos para intervenções com juventude: como lidar com os efeitos psicossociais da violência? *In*: LOPODENTE, M. L. G. *et al.* (Orgs.) **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** São Paulo: Elefante, 2019. p. 137-149.

GUSMÃO, F. P. A “visão do crime”: os sentidos construídos por jovens em cumprimento de medidas socioeducativas sobre as condutas do “mundo do crime”. **O Público e o Privado,** Fortaleza, n. 33, p. 121-142. 2019.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu,** Campinas. n. 5, p. 7-41. 1995.

HILÁRIO, L. “Da Biopolítica à Necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo”. **Sapere Aude,** Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 194-210, jun. 2016.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

KASTRUP, V. Pista 2: o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In*: PASSOS, E., KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 32-51.

KASTRUP, V. BARROS, R. Movimentos-Funções do Dispositivo na prática da Cartografia. *In*: PASSOS, E., KASTRUP, V., & ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum vol. 2.** Porto Alegre: Sulina, 2014, p.15-41.

- KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. *In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P.* (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo, Perseu Abramo. 2004. p. 89-114.
- KEHL, M. R. O espetáculo como meio de subjetivação. **Revista Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 26, p. 86-96. 2015.
- KILOMBA, G. A máscara. **Cadernos de literatura em tradução**, São Paulo, n. 16, p. 171-18., 2016.
- KUCINSKI *et al.* **A Violência Policial no Brasil e os Desafios para sua Superação.** São Paulo: Boitempo, 2015. não paginado. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/28083411/bala-perdida-a-violencia-policial-no-brasil-e-os-desafios-para-sua-superacao-gua>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- LEMOS, F. C. S. Uma crítica à volúpia punitiva da sociedade frente aos adolescentes. *In: Conselho Federal de Psicologia.* **Redução da Idade Penal: socioeducação não se faz com prisão.** Brasília: CPF, 2013. p. 27-30.
- LEMOS, F. C. F, et al. Governamentalidades neoliberais e dispositivo de segurança. **Psicologia e Sociedade**, Minas Gerais, v. 27, n. 2, p. 332-340. 2015.
- LEITE, I. S.; BEZERRA, L. M. P. S. Rebeliões, homicídios e centros educacionais: inquietações e problematizações sobre o sistema socioeducativo cearense. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 33, p. 269-291. 2019.
- LIMA, F. Sobre dores, saudade e (re)existências. Dossiê: Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas, **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador v. 4, n. 2, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.
- LINS, A. L. C.; SILVA, I. M. D. A produção dos discursos sobre a “chacina do benfica” e criminalização das torcidas organizadas em Fortaleza/CE. **Autora**, Marília, v. 11, n. 1, p. 79-94. 2018.
- LORDE, A. As ferramentas do Senhor não vão destruir a Casa-Grande. *In: Textos escolhidos de Audre Lorde*, **Heretica edições lesbofeminista independente.** 1984. Disponível em: <<http://www.projetoarizforte.com.br/biblioteca/textos-escolhidos-de-audre-lorde/>> Acesso em: 29 mar. de 2018.
- LOURAU, R. **A análise institucional e práticas de pesquisa.** Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rosa.** Bogotá:Colombia, n. 9, p. 73-101. 2008.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, Santa Catarina, v. 22, n. 3, p. 935-952. 2014.
- MACERATA, I.; SOARES, J. G. N.; RAMOS, J. F. C. Apoio como cuidado de territórios existenciais: Atenção básica e a rua. **Interface**, Botucatu, n. 18 (ed. supl.), p. 919-930. 2014.
- MARTINELLI, A. Caso Dandara ainda espera respostas do poder público dois anos após sua morte brutal. **Huffpostbrasil**, 16 fev. 2019. Acesso em: 25 dez. de 2019. Disponível em:

<https://www.huffpostbrasil.com/entry/dandara-dois-anos-travesti-assassinato_br_5c67742ee4b01757c36bb716>.

MARINHO, C. H. Sobre a guerra: facções e crime no Brasil. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 33, p. 329-340. 2019.

MAYORGA, C. Algumas palavras de uma feminista sobre o campo de estudos sobre juventudes. *In*: COLAÇO; V. et al (Orgs.). **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p, 132-141.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. n. 32, p. 123-151, 2016.

MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. Lisboa, Antígona, 2017.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2018.

MBEMBE, A. **Poder Brutal, Resistência Visceral**. São Paulo: n -1 edições, 2019.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. O que entendemos por feminização da pobreza? **Centro de Pobreza**, n. 58, p. 1-2, 2008. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1304/1268>>. Acesso em: 15 jul 2018.

MELO, D. L. B. e CANO, I. **Índice de homicídio na adolescência : IHA 2014**. Rio de Janeiro: Observatório de Favela, 2017.

MENA, F. Um modelo violento e ineficaz de polícia. *In*: KUCINSKI et al. **A Violência Policial no Brasil e os Desafios para sua Superação**. São Paulo: Boitempo, 2015. não paginado. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/28083411/bala-perdida-a-violencia-policial-no-brasil-e-os-desafios-para-sua-superacao-gua>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MENEZES, J.; COLAÇO, V.; ADRIÃO, K. Implicações Políticas na Pesquisa-Intervenção com Jovens. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.9 n1, p. 8-17. 2018.

MINGARDI, G. Apresentação. *In*: KUCINSKI et al. **A Violência Policial no Brasil e os Desafios para sua Superação**. São Paulo: Boitempo, 2015. não paginado. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/28083411/bala-perdida-a-violencia-policial-no-brasil-e-os-desafios-para-sua-superacao-gua>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MINAYO, M. C. S. Laços perigosos entre o machismo e violência. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 18-34. 2005.

MISSE, M. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: Aspectos de uma contribuição analítica da categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, M. Sujeição Criminal. *In*: LIMA, R. ; RATTON, J.; AZEVEDO, R. (orgs). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

MOURA, M. J. **Mulher, tráfico de Drogas e Prisão**. EdUECE; EDMETA, 2012.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. *In*: Moraes, M. e Kastrup, V. **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**.

Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

MUYLAERT, C. J.; SARUBBI JR, V.; GALLO, P.; ROLIM NETO, M. L.; REIS, A. O. A. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. Esc. Enferm.**, São Paulo, v. 48, Esp2, p. 193-199. 2014.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo mascarado.** (3ª ed.) São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, F. E. M. Por bem menos se interdita um zoológico: apontamentos da condição histórica das prisões cearenses que culminou na crise penitenciária. **Revista Aracê**, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 136-159. 2017.

NASCIMENTO, M; COIMBRA,. Transvalorando os conceitos de juventude e direitos humanos. In: SCISLESKI, Andrea & GUARESCHI, Neuza (Orgs). **Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos: Da Psicologia às Políticas Públicas.** Porto Alegre: ediPUCRS, 2015.

NEGREIROS, D. J.; QUIXADÁ, L. M.; BARROS, J. P. P. Movimento Cada Vida Importa: a universidade na prevenção e no enfrentamento à violência no Ceará. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 62, p. 80-89. 2018.

NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e psicologia feminista.** Salvador, Bahia: Editora Devires. 2017.

NOVAES, R. R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Orgs). **Culturas jovens: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NUNES, L. F. **Diagnósticos psiquiátricos na infância e juventude: o que a literatura brasileira apresenta?** 2018. 60f. Monografia. (Especialização em Saúde Mental) - Curso de Especialização em Saúde Mental, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

OLIVEIRA, C. S. de. **Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil contemporânea.** Porto Alegre: Slunia, 2001.

O POVO ONLINE. **Denúncias sobre ataques criminosos chegam a 275 por dia no Ceará.** 2019a. Acesso em: 11 de jan. de 2019a. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/01/ataques-no-ceara-denuncias-dia-181-chegam-275-faccoes-criminosas-sexta.html>>.

O POVO ONLINE. **Ataques no Ceará partiram da GDE: facção criminosa está enfraquecida e sem apoio de rivais.** 2019b. Acesso em: 25 de dez. de 2019. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/09/23/ataques-no-ceara-partiram-da-gde-facciao-criminosa-esta-sem-apoio-de-rivais.html>>.

PAIVA, Luiz Fábio. Dinâmicas da violência em tempos de facções criminosas no Ceará, *In: CEARÁ, Cada vida importa: relatório do segundo semestre de 2017.* Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, UNICEF, Instituto OCA. Fortaleza, Ceará, 2018. p. 23-26. Disponível em: <<https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relato%CC%81rio-2017.2-CORRIGIDO.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2018.

PAIVA, L. “AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, Apr. 2019.

PAIVA, L. F.; FREITAS, G. J. Ecos da violência nas margens de uma sociedade democrática: o caso da periferia de Fortaleza. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 115-128. 2015.

PAIVA, I. I.; OLIVEIRA, I. F. Juventude, violência e políticas sociais: da criminalização à efetivação de direitos humanos. *In*: SCISLESKI, A.; GUARESCHI, N. (Orgs.) **Juventude marginalidade e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 41- 54.

PAIVA, I.; OLIVEIRA, M.C.; COLAÇO, V. Adolescentes em Conflito com a lei: entre o prescrito legal e a prática social. *In*: COLAÇO, V.; GERMANO, I.; MIRANDA, L.; BARROS, J.P.P (Orgs). **Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza:Expressão Gráfica Editora, 2019. p. 177-208.

PANCIERI, A. C. **Mulheres mulas: Seletividade, tráfico de drogas e vulnerabilidade de gênero**. 2014. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Monografia) - Faculdade Nacional de Direitos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PASINATO, W. “Feminicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 219-246. 2011.

PASSOS, E. ; BARROS, R. B. Pista 1: a cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PASSOS, L. M.; CARVALHO, A. M. P. Medo e insegurança nas margens urbanas: uma interpretação do “viver acuado” em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. **O público e o privado**, v. 1, n. 26, p. 233-259, 2015.

PELBART, P. **Ensaio do Assombro**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

PELBART, P.P. O devir-negro do mundo. **Cult - Revista Brasileira de Cultura**, n.240, p.19-24, nov, 2018.

PIMENTEL, E. Prisões femininas: por uma perspectiva feminista e interseccional. *In*: STEVENS, C. *et al.* **Mulheres e violência: Interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 65-79.

PINHEIRO, J. **Juventudes e Violência Urbana: Trajetória de sujeitos em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Fortaleza**. 2018. 231f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PRADO FILHO, K.; MARTINS, S. A subjetividade como objetos da(s) psicologia(s). **Psicologia e Sociedade**, Minas Gerais, v. 19, n. 3, p. 14-19. 2007.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45 - 59, 2013.

PRINS, B. MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos feministas**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, p. 155-167. 2002.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento Suspeito**: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Coleção Segurança e Cidadania).

RIBEIRO, D. **O Que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, D. **Quem tem medo de feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. S. As meninas e a necropolítica no Ceará. **Justificando**. jan. 2019. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2019/01/16/as-meninas-e-a-necropolitica-no-ceara/>> Acesso em: 12 fev. 2019.

RICHARDS, C., *et al.* Non-binary or genderqueer genders. **International review of psychiatry**, Londres, v. 28, n. 1, p. 95-102. 2016.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 64-73. 2003.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade: Subjetividade em tempo de globalização *In*: LINS, D. (Org.). **Cultura e subjetividade**: Saberes Nômades. Papyrus, Campinas, 1997. p.19-24.

ROMAGNOLI, R. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n.1, p. 44-52, 2014.

ROSA, C, V.; LARA JUNIOR, N. Outras formas de controle nas periferias do Brasil: a paz social. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, n. 5, p. 21-38. 2014.

ROSENO, R. Meninas do alvo da masculinidade violenta. jan. 2020. Acesso em: 26 jan. 2020. Disponível em: <<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2020/01/25/renato-roseno--meninas-no-alvo-da-masculinidade-violenta.html>>.

ROSSI, A.; PASSOS, E. A análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181. 2014.

SÁ, L. A condição de 'bichão da favela' e a busca por 'consideração': Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.4, n. 2, p. 339-355. 2011.

SÁ, L. D; AQUINO, J. P. D. A 'guerra das facções' no Ceará (2013-2018): socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer.. *In*: **42º Encontro Anual da Anpocs**, 2018, Caxambu. 42º Encontro Anual da Anpocs, 2018. v. 1. p. 1-30.

SADE, C.; FERRAZ, G. C.; ROCHA, J. M. O *ethos* da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SAGOT, M. El feminicidio como necropolítica en Centroamérica. **Labrys, études féministes**. 2013. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>> Acessado em: 9 agos. de

2018.

SAGOT, M. La democracia en su laberinto: el neoliberalismo y los límites de la acción política feminista en Centroamérica. *In: CAROSIO, A. **Feminismos para un cambio civilizatorio***. Fundación Celarg, CLACLO, Centro de Estudios de la Mujer, Caracas-Venezuela, 2014. p. 39-66.

SALES, M. **(In)visibilidade Perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. 2005. 262f. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, R. A.; SILVA, R. M. N. B. Racismo científicos no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Edu Rev**, v. 34, n. 68, p. 253-268. 2018.

SCISLESKI, A. *et al.* A lei em conflito com os jovens: problematizando as políticas públicas. **Rev. Polis e Psique**, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 4-27. 2017.

SCISLESKI, A. C. C.; GALEANO, G.B. Pesquisa-intervenção e juventudes: enredando a produção de vidas marginais. **Revista de Psicologia da UFC**, v. 9, n.1. 2018.

SCISLESKI, A. C. C.; CAETANO, C. L. C.; GALEANO, G. B. Pensando as (im)políticas para juventudes e os (in)direitos (des)humanos. *In: SCISLESKI, A.; GUARESCHI, N. (Orgs). **Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos**: Da Psicologia às Políticas Públicas*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2015. p. 167-180.

SEGATO, R. L. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 13, n. 2, p. 265-285. 2005.

SEGATO, R. L. El color de la cárcel en América Latina. **Nuevo sociedad**, n. 208, 2007.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos ces - Dossiê Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical**. n. 18, p. 106-131, 2012.

SEGATO, R. L. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 341-371. 2014.

SEVERIANO, F. V. A juventude em tempos acelerados: reflexões sobre consumo, industrial cultural e tecnologias informacionais. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 271-286, 2013.

SILVA, A. **Modos de Subjetivação e Estratégias de Governamentalidade**: a constituição de um “sujeito infrator” nas tramas de um dispositivo jurídico. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, RN. Ética e paradigmas na psicologia social: Ética e paradigmas: desafios da psicologia social contemporânea. *In: PLONER, KS., et al., org. **Ética e paradigmas na psicologia social*** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 39-45. ISBN: 978-85-99662- 85-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SIQUEIRA, I. B. L.; PAIVA, L. F. “No Norte tem comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões no Amazonas. **Revista Brasileira de Sociologia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 17, p. 125-154. 2019.

SOARES, L. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: KUCINSKI et al. **A Violência Policial no Brasil e os Desafios para sua Superação**. São Paulo: Boitempo, 2015. não paginado. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/28083411/bala-perdida-a-violencia-policial-no-brasil-e-os-desafios-para-sua-superacao-gua>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SOUSA, M. J. S. S. **As peculiaridades da violência no Ceará**: aventuras e maneiras de fazer o crime. 2019. 159f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SOUSA, I. S.; NUNES, L. B.; BARROS, J. P. P. Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 20, n. 48, p. 370-384, 2020.

SOUZA, M. E. M. C. S. S. **As mulheres e o tráfico de drogas**: linhas sobre os processos de criminalização das mulheres no Brasil. Dissertação de mestrado. Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, Brasil. 2015.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 92-127.

TEIXEIRA, C. “Saindo do crime”: igrejas pentecostais, ONGs e os significados da “ressocialização”. In: BIRMAN, P. *et al.*, (Orgs.). **Dispositivos urbanos e tramas dos viventes**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2015. p. 121-139.

VALENCIA, S. **Capitalismo gore**. (Col. Monografías Del Museo). Espanã: Melusina. 2010.

VALENCIA, S. Teoría transfeminista para el análisis de la violencia machista y la reconstrucción no-violenta del tejido social en el México contemporáneo. **Universitas humanística**, Colombia, n. 78, p. 65-88. 2011.

VALENCIA, Sayak. Capitalismo Gore e Necropolítica en México contemporáneo. **Relaciones Internacionales**, Espanha, n. 19. p. 83-102. 2012.

VALENCIA, S. Transfeminismo(s) y capitalismo gore. In: SOLÁ, M.; URKO, E. **Transfeminismos: Epistemes, fricciones y flujos**. 3ª ed. Espanha: Txalaparta, 2013. p. 109-118.

VALENCIA, Sayak. El transfeminismo no es un generismo. **Pléyade**, Santiago, n. 22, p. 27-43. 2018.

VALOIS, L. C. **O direito penal da guerra às drogas**. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2017.

VARGAS, J. D. Práticas punitivas legais e extralegais relativas à infância e à juventude infratores no Rio de Janeiro. In: BARREIRA, C.; SÁ, L.; AQUINO, J. P. (Orgs.) **Violência e Dilemas Civilizatórios**: as práticas de punição e extermínio. Campinas, SP: Pontes Editores,

2011. p. 179-202.

VERNOSE, J. R. P.; LIMA, F. S. O sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, Paraíba, v. 1, n. 1, p. 29-46. 2015.

VICENTIN, M. C. G. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec, 2005.

VICENTIN, M. C. G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 97-113. 2011.

VIEIRA, A. Meninas são as que mais sofrem com a falta de investimento em políticas públicas no Brasil. dez. 2019. **O povo Online**. 2020. Acesso em: 5 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://mais.opovo.com.br/reportagens/exclusivas/2019/12/02/meninas-sao-as-que-mais-sofrem-com-falta-de-investimento-em-politicas-publicas-no-brasil.html>>.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Paris: Raisons, 1999.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WACQUANT, L. O lugar da prisão da nova administração da pobreza. **Novos estudos**, São Paulo, n. 80, p. 8-19. 2008.

WACQUANT, L. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, Vera Malaguti. (Org). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 11-41.

WACQUANT, Loïc. Projetando o confinamento urbano no século XXI. In: SCISLESKI, Andrea.; GUARESCHI, Neuza. **Juventude, marginalidade social e direitos humanos**: da psicologia às políticas públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 19-40.

WASELFISZ, J. **Mapa da violência 2015**: homicídios de mulheres no Brasil. Brasília, DF: FLACSO, 2015.

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência**: os jovens no Brasil. Brasília: Juventude Viva, 2016.

ZACCONE, O. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de drogas? São Paulo: Revas, 2007.

ZALUAR, A. "Hipermasculinidade" leva jovem ao mundo do crime: entrevista (12 de julho, 2004). **São Paulo: Folha de São Paulo**. Entrevista concedida a Antonio Gois.